



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
ASSOCIAÇÃO PLENA EM REDE**



MARÍLIA BARBOSA DOS SANTOS

**MEIO AMBIENTE E IGREJA CATÓLICA: O LUGAR DAS QUESTÕES
SOCIOAMBIENTAIS NAS CAMPANHAS DA FRATERNIDADE DE 1964 A 2020**

SÃO CRISTÓVÃO/SE
2022

MARÍLIA BARBOSA DOS SANTOS

**MEIO AMBIENTE E IGREJA CATÓLICA: O LUGAR DAS QUESTÕES
SOCIOAMBIENTAIS NAS CAMPANHAS DA FRATERNIDADE DE 1964 A 2020**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe, como requisito para obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Orientadora: Profa. Dra. Maria José Nascimento Soares

SÃO CRISTÓVÃO/SE
Fevereiro/2022

DADOS INTERNACIONAIS DA CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

S237m Santos, Marília Barbosa dos
Meio ambiente e igreja católica [manuscrito]: o lugar das questões socioambientais nas campanhas da fraternidade de 1964 a 2020 / Marília Barbosa dos Santos. – São Cristóvão, SE, 2022.
272 f.: il.; color.

Orientadora: Dra. Maria José Nascimento Soares.
Tese (doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, 2022.

1. Meio Ambiente. 2. Igreja Católica. 3. Campanha da Fraternidade. I. Soares, Maria José Nascimento, orient. II. Título.

CDU 504.06:282
CDD 579.282

Ficha elaborada pela bibliotecária Joyce Dayse de Oliveira Santos (CRB-5/SE-002005).

MARILIA BARBOSA DOS SANTOS

**MEIO AMBIENTE E IGREJA CATÓLICA: O LUGAR DAS QUESTÕES
SOCIOAMBIENTAIS NAS CAMPANHAS DA FRATERNIDADE DE 1964 A 2020**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe, como requisito para obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Aprovada em 22 de fevereiro de 2022.

BANCA EXAMINADORA

PROF^a. DRA. MARIA JOSÉ NASCIMENTO SOARES
Universidade Federal de Sergipe – UFS
Orientadora

PROF^a. DRA. CLÁUDIA FERNANDA TEIXEIRA DE MÉLO
Autarquia de Ensino Superior de Garanhuns – AESGA/PE
1^a Examinadora Externa

PROF^a. DRA. MARIA NEIDE SOBRAL
Universidade Federal de Sergipe/UFS – Departamento de Educação
2^a Examinadora Externa

PROF. DR. PÉRICLES MORAIS DE ANDRADE JUNIOR
Universidade Federal de Sergipe/UFS – Departamento de Ciências Sociais
3^o Examinador Externo

PROF. DR. ALBÉRICO NOGUEIRA DE QUEIROZ
Universidade Federal de Sergipe/UFS – Departamento de Arqueologia
4^o Examinador Interno

SÃO CRISTÓVÃO/SE, 22 de fevereiro de 2022

Este exemplar corresponde à versão final da Tese de Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente concluída no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA), da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

PROF^a. DRA. MARIA JOSÉ NASCIMENTO SOARES
Universidade Federal de Sergipe/UFS
Orientadora

É concedida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA), da Universidade Federal de Sergipe (UFS), responsável pelo curso de Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, permissão para disponibilizar, reproduzir cópia desta Tese e emprestar ou vender tais cópias.

MARÍLIA BARBOSA DOS SANTOS
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA
Universidade Federal de Sergipe/UFS

PROF^a. DRA. MARIA JOSÉ NASCIMENTO SOARES
Universidade Federal de Sergipe/UFS
Orientadora

**Ao meu pai, Antônio, à minha mãe, Josefa,
e à minha irmã, Paula, por serem o motivo
maior da minha existência.**

AGRADECIMENTOS

Hoje encerro mais uma jornada em minha vida e gostaria de agradecer, primeiramente, a Deus, criador de todas as coisas, naturais e sobrenaturais. A força que recebi deste pai celestial foi o substrato necessário para percorrer esse delicioso e doloroso caminho. Obrigada, meu Deus amado! Não foram poucas as vezes em que tive vontade de desistir, tomada por angústias, por medos, por inseguranças e por um profundo desânimo, intelectual e espiritual. Tu me mantiveste forte e, graças também à intercessão da minha mãe, Maria Santíssima, eu cheguei até aqui.

Agradeço, de maneira especial, aos meus amados pais, Antônio e Josefa. Eu os amo tanto que, só de escrever estas poucas palavras, meu coração transborda de emoção. Nunca haverá uma fórmula que seja capaz de desvendar o que vocês representam para mim. Obrigada pela doação, pelo amor imensurável, pelo incentivo constante, pelos conselhos diários e pelos sacrifícios que fizeram para que eu e minha irmã desfrutássemos de uma educação de qualidade. Muito obrigada por tudo que fizeram por mim e, principalmente, por tudo que ainda farão!

À minha irmã, Paula, pelo amor, carinho, apoio, paciência e constante escuta. Sua existência é o que torna minha vida mais feliz.

À minha professora da alfabetização, (tia) Jacilene, por ter me ensinado a ler e a escrever.

À querida Dedhéya, pela dedicação incondicional, pelo incentivo assíduo, pelos ensinamentos (às vezes, impacientes), pelo apoio ímpar no decorrer dessa jornada e pelo amor, traduzido muitas vezes em correções, leituras, ressalvas e reflexões, muito obrigada por ter me apresentando a possibilidade de sonhar um sonho tão distante da minha pacata realidade.

À minha amiga e irmã Delmira, por ter estado ao meu lado em todos os momentos dessa jornada, por ter escutado minhas lamentações (não foram poucas) com tanta paciência e carinho e por sempre ter me aconselhado sabiamente, tenha certeza, minha amiga, sem você, eu jamais teria chegado até aqui.

Ao querido amigo Jonielton Dantas, pela parceria ilimitada e pela solicitude fiel.

À minha prima Alessandra Barbosa, por ter sofrido as minhas angústias e por ter me ajudado a superar cada obstáculo.

À minha amiga Jéssica Fernanda. Foi um processo longo e cheio de inseguranças, mas nós sempre estivemos juntas (mais virtualmente do que presencialmente, confesso), nos

ajudando, nos estressando e, na maior parte do tempo, rindo loucamente de tudo. Obrigada, minha amiga querida, por ter tornado esse caminho mais leve.

A Mariana Farias, por ter me esperado nascer e, desde então, ter se tornado o meu porto seguro. Obrigada por cuidar tanto de mim.

Aos poucos e sinceros amigos que, mesmo distantes, sempre torceram, me apoiaram e me aconselharam da melhor maneira possível: Mércia, Juniela, Kênia, Shirley, Paulinha, Gisele, Conceição e Arilda.

Às minhas preciosas tias: Cleide, Tânia, Verinha e especialmente a tia Rosa (*in memoriam*), que sempre me incentivou e me motivou a alçar os mais altos voos. Tia, apesar de ter nos deixado há tão pouco tempo, tua presença segue viva em nossos corações, sobretudo no meu, pois te acompanhei em todas as internações hospitalares e fui a última a despedir-me de ti; aos meus padrinhos Souza e Clenilda e aos meus primos e primas, pelo incentivo incondicional, pelo abraço apertado e por terem compreendido minhas ausências, eu os amo com toda força que existe em meu coração.

Às minhas irmãs e incentivadoras amigas da FJAV: Laiane, Maria do Carmo, Liziane, Suelane, Nelminha e Hadassa, obrigada por sempre terem acreditado em mim, essa vitória é nossa!

A todos do Praesidium Juvenil Maria Rosa Mística e ao Praesidium Mãe do Bom Conselho, por terem me fortalecido com as mais sinceras e constantes orações.

À minha madrinha Fátima Costa (*in memoriam*), por ter me incentivado a desbravar, desde muito pequena, o maravilhoso mundo do conhecimento.

A cada um dos meus alunos, em especial a Sangenis Fraga (*in memoriam*). San, você nos deixou tão rápido, mas eu sei que, aonde quer que esteja, você está feliz por essa conquista.

Ao professor Joe Marçal, por ter me apresentado com tanta maestria aos fundamentos epistemológicos de Paul Tillich.

Ao grande amigo Allan Themístocles, por nunca ter medido esforços para me ajudar! E ao Irmão Thiago Gordiano, pela generosidade na partilha dos textos-base das Campanhas da Fraternidade.

Às senhoras Vanderléia Griebler (Edições CNBB) e Ana Cristina Brito (Centro de Documentação e Informação CNBB), por terem me enviado todo o material necessário para o desenvolvimento desse estudo. Sem o apoio incondicional das senhoras, esta pesquisa jamais teria sido construída e concluída.

Ao padre José Adalberto Vanzella (Ubatuba/SP), pela partilha de alguns dos textos-base originais das Campanhas da Fraternidade.

Às Instituições que me ajudaram a crescer, pessoal e profissionalmente: ao Colégio Cenecista Laudelino Freire, na pessoa do estimado Anselmo Vital e da generosa Iolanda Costa; ao Grêmio Escolar Pequeno Príncipe, na pessoa da querida Rívia França; e à Escola Sossego da Mamãe, nas pessoas das amáveis Mírian Kátia e Rose. Muitíssimo obrigada por tudo que me ensinaram ao longo desses anos.

À minha querida orientadora, amiga e, por vezes, mãe, Maria José Nascimento Soares. A devoção que a senhora nutre pelo ato de educar é uma inspiração divina. Nunca terei como agradecer-lá por tudo que fez, faz e que ainda fará por mim.

A todos os docentes que contribuíram para minha formação, especialmente aos que, com tanta generosidade, ressignificaram os passos deste estudo: Maria Neide Sobral, Péricles Moraes de Andrade Junior, Alberico Nogueira de Queiroz e Cláudia Fernanda Teixeira de Mélo.

Aos queridos funcionários da Universidade Federal de Sergipe, em especial aos do departamento de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Cícero, Luzia, Rosa e seu Antônio.

Ao Grupo de Pesquisa Formação, Interdisciplinaridade e Meio Ambiente (GPFIMA), pelas trocas, aprendizagens e partilhas.

Também gostaria de estender esses agradecimentos a Marina Falconeri. Muito obrigada pelo excelentíssimo trabalho de revisão textual.

Ao apoio financeiro concedido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

E a todos que me incentivaram e torceram pelo meu sucesso, muito obrigada.

“[...] o indivíduo humano isolado é uma abstração. Sua existência é uma existência no mundo, sua vida, uma vida em comum” (STEIN, 2003, p. 713).

“Uma solução para os desafios ecológicos requer mais do que uma simples proposta econômica ou tecnológica. Ela exige uma mudança de coração” (JOÃO PAULO II, 2003, n.p.).

RESUMO

O objeto de estudo desta tese é a Campanha da Fraternidade (CF) e sua relação com a temática socioambiental. A CF é um serviço evangelizador prestado anualmente, desde o ano de 1964, pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Seu objetivo principal é despertar, nos fiéis e na sociedade, uma reflexão/ação solidária acerca dos problemas que atingem a sociedade brasileira (sejam estes de cunho social, político, econômico ou ambiental). Analisando, no contexto brasileiro, as CF's realizadas de 1964 a 2020 e tendo como base as dimensões da sustentabilidade propostas por Sachs (2008), este estudo objetivou compreender de que forma a Igreja Católica aborda a temática socioambiental. Para tal, recorreu-se a uma densa produção documental socioambiental elaborada pela Igreja Católica, bem como a uma vasta literatura embasada nas Ciências Ambientais e áreas afins. A Análise de Conteúdo foi a metodologia utilizada para compreender a abordagem da Igreja acerca da temática socioambiental; foi possível selecionar, tratar e interpretar 34 (trinta e quatro) CF's, elegidas com base nas dimensões da sustentabilidade. Os resultados das análises indicaram que as CF's, paulatinamente, têm buscado contextualizar suas pautas discursivas aos desdobramentos socioambientais brasileiros e inserido, de maneira mais ativa, as comunidades eclesiais nas tomadas de decisão, especialmente por estas campanhas aderirem ao caráter ecumênico. À vista disso, este serviço evangelizador pode ser reconhecido como um instrumento capaz de corroborar com a efetiva participação social junto a processos formativos. Porém, a pesquisa pontuou a necessidade de as campanhas considerarem a adesão da Comunicação Ambiental como um recurso apto a orientar/estreitar os diálogos presentes nas CF's, bem como a ampliar a participação destas nas pautas socioambientais emergidas nos espaços de interação social. Perante as experiências socioambientais analisadas junto às CF's, foi possível elaborar o esboço de um plano pastoral ecumênico cujo objetivo é apresentar, às Igrejas vinculadas ao Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC), práticas socioambientais baseadas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), visando intensificar a corresponsabilidade – individual e coletiva – no tocante à conjuntura local, de modo a promover ações efetivas para mitigar problemas socioambientais nos espaços coletivos. Para subsidiar as ações elencadas pelo plano, apresentou-se a Teologia Pública como uma possibilidade de fortalecer a participação das Igrejas-membro do CONIC nas tomadas de decisões pública, perspectivando a consolidação de uma efetiva práxis socioambiental integral.

Palavras-chave: meio ambiente; igreja católica; campanha da fraternidade; Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil - CONIC.

ABSTRACT

The object of study of this dissertation is the Fraternity Campaign (CF) and its relationship with socio-environmental issues. CF is an evangelizing service provided annually, since 1964, by the National Conference of Bishops of Brazil (CNBB). Its main objective is to awaken, in the churchgoers and in society, a solidary reflection/action on problems that affect Brazilian society (whether of social, political, economic or environmental nature). Analyzing, in the Brazilian context, the CF's carried out from 1964 to 2020 and based on the dimensions of sustainability proposed by Sachs (2008), this study had as a goal to understand how the Catholic Church approaches the socio-environmental issue. This way, we resorted to a dense socio-environmental documentary production prepared by the Catholic Church, as well as a vast literature based on Environmental Sciences and related areas. Content Analysis is the methodology used to understand the Church's approach to socio-environmental issues; it was possible to select, treat and interpret 34 (thirty-four) CF's, elected based on the dimensions of sustainability. The outcome of the analyzes indicated that the CF's, gradually, have sought to contextualize their discursive agendas to the Brazilian socio-environmental developments and have inserted, in a more active way, the ecclesial communities in decision-making, especially because these campaigns adhere to the ecumenical character. On account of this, this evangelizing service can be recognized as an instrument capable of supporting effective social participation in formative processes. However, the research highlighted the need for campaigns to consider the adhesion of Environmental Communication as a resource capable of guiding/narrowing the dialogues present in the CF's, as well as widening up their participation in the socio-environmental agendas that emerged in the spaces of social interaction. Faced with the social and environmental experiences analyzed with the CF's, it was possible to draw up the outline of an ecumenical pastoral plan whose objective is to present, to Churches linked to the National Council of Christian Churches in Brazil (CONIC), social and environmental practices based on the Sustainable Development Objectives (SDGs), aiming to intensify co-responsibility – individual and collective – regarding the local situation, in order to promote effective actions to mitigate social and environmental problems in collective spaces. To help the actions listed by the plan, Public Theology was presented as a possibility to strengthen the participation of member churches of CONIC in public decision-making, having as a perspective the consolidation of an effective integral socio-environmental praxis.

Keywords: environment; catholic church; fraternity campaign; National Council of Christian Churches in Brazil - CONIC.

RÉSUMÉ

L'objet d'étude de cette thèse est la Campagne de la Fraternité (CF) et ses relations avec les enjeux socio-environnementaux. LCF est un service d'évangélisation assuré chaque année, depuis 1964, par la Conférence Nationale des Évêques du Brésil (CNBB). Son but principal est d'éveiller, chez les fidèles et dans la société, une réflexion/action solidaire sur les problèmes qui affectent la société brésilienne (qu'ils soient de nature sociale, politique, économique ou environnementale). En analysant, dans le contexte brésilien, les CF's réalisées de 1964 à 2020 et sur la base des dimensions de durabilité proposées par Sachs (2008), cette étude avait pour objectif comprendre comment l'Église catholique aborde la question socio-environnementale. De cette façon, on a eu recours à une production documentaire socio-environnementale dense préparée par l'Église Catholique, ainsi qu'à une vaste littérature basée sur les Sciences de l'Environnement et les domaines connexes. L'Analyse de Contenu est la méthodologie utilisée pour comprendre l'approche de l'Église aux problèmes socio-environnementaux ; il a été possible de sélectionner, traiter et interpréter 34 (trente-quatre) CF's, élus sur la base des dimensions de durabilité. Les résultats des analyses ont indiqué que les CF's ont progressivement cherché à contextualiser leurs agendas discursifs aux développements socio-environnementaux brésiliens et ont inséré, de manière plus active, les communautés ecclésiales dans la prise de décision, surtout parce que ces campagnes adhèrent au caractère œcuménique. Pour cette raison, ce service évangélisateur peut être reconnu comme un instrument capable de soutenir une participation sociale effective aux processus de formation. Cependant, la recherche a mis en évidence la nécessité pour les campagnes de considérer l'adhésion à la communication environnementale comme une ressource capable de guider/renforcer les dialogues présents dans les CF's, ainsi que d'augmenter leur participation aux agendas socio-environnementaux qui ont émergé dans les espaces d'interaction sociale. Face aux expériences sociales et environnementales analysées avec les CF's, il a été possible de tracer les grandes lignes d'un projet pastoral œcuménique dont l'objectif est de présenter, aux Églises liées au Conseil National des Églises Chrétiennes du Brésil (CONIC), des actions sociales et environnementales des pratiques basées sur les Objectifs de Développement Durable (ODD), visant à intensifier la coresponsabilité – individuelle et collective – vis-à-vis de la situation locale, afin de promouvoir des actions efficaces pour atténuer les problèmes sociaux et environnementaux dans les espaces collectifs. Pour soutenir les actions énumérées par le plan, la Théologie Publique a été présentée comme la possibilité de renforcer la participation des Églises membres du CONIC dans la prise de décision publique, ayant comme perspective la consolidation d'une pratique socio-environnementale intégrale efficace.

Mots-clés: environnement; église catholique; campagne de la fraternité; Conseil National des Églises Chrétiennes du Brésil - CONIC.

LISTA DE FIGURAS

| | | |
|------------------|--|-----|
| Figura 1 | - Cartaz de divulgação da Campanha da Fraternidade do ano de 1968... | 120 |
| Figura 2 | - Cartaz de divulgação da Campanha da Fraternidade do ano de 1971... | 123 |
| Figura 3 | - Cartaz de divulgação da Campanha da Fraternidade do ano de 1974... | 125 |
| Figura 4 | - Cartaz de divulgação da Campanha da Fraternidade do ano de 1975... | 127 |
| Figura 5 | - Cartaz de divulgação da Campanha da Fraternidade do ano de 1976... | 128 |
| Figura 6 | - Cartaz de divulgação da Campanha da Fraternidade do ano de 1978... | 131 |
| Figura 7 | - Cartaz de divulgação da Campanha da Fraternidade do ano de 1981... | 134 |
| Figura 8 | - Cartaz de divulgação da Campanha da Fraternidade do ano de 1984... | 137 |
| Figura 9 | - Cartaz de divulgação da Campanha da Fraternidade do ano de 1985... | 139 |
| Figura 10 | - Cartaz de divulgação da Campanha da Fraternidade do ano de 1991... | 142 |
| Figura 11 | - Cartaz de divulgação da Campanha da Fraternidade do ano de 1995... | 144 |
| Figura 12 | - Cartaz de divulgação da Campanha da Fraternidade do ano de 1998... | 148 |
| Figura 13 | - Cartaz de divulgação da Campanha da Fraternidade do ano de 2000... | 151 |
| Figura 14 | - Cartaz de divulgação da Campanha da Fraternidade do ano de 2013... | 154 |
| Figura 15 | - Cartaz de divulgação da Campanha da Fraternidade do ano de 1988... | 158 |
| Figura 16 | - Cartaz de divulgação da Campanha da Fraternidade do ano de 1990... | 160 |
| Figura 17 | - Cartaz de divulgação da Campanha da Fraternidade do ano de 2002... | 162 |
| Figura 18 | - Cartaz de divulgação da Campanha da Fraternidade do ano de 2007... | 165 |
| Figura 19 | - Cartaz de divulgação da Campanha da Fraternidade do ano de 2020... | 169 |
| Figura 20 | - Cartaz de divulgação da Campanha da Fraternidade do ano de 1979... | 171 |
| Figura 21 | - Cartaz de divulgação da Campanha da Fraternidade do ano de 2011... | 175 |
| Figura 22 | - Cartaz de divulgação da Campanha da Fraternidade do ano de 2016... | 177 |
| Figura 23 | - Cartaz de divulgação da Campanha da Fraternidade do ano de 2004... | 180 |
| Figura 24 | - Cartaz de divulgação da Campanha da Fraternidade do ano de 2017... | 183 |
| Figura 25 | - Cartaz de divulgação da Campanha da Fraternidade do ano de 1980... | 185 |
| Figura 26 | - Cartaz de divulgação da Campanha da Fraternidade do ano de 1986... | 187 |
| Figura 27 | - Cartaz de divulgação da Campanha da Fraternidade do ano de 1993... | 190 |
| Figura 28 | - Cartaz de divulgação da Campanha da Fraternidade do ano de 1999... | 193 |
| Figura 29 | - Cartaz de divulgação da Campanha da Fraternidade do ano de 2010... | 196 |
| Figura 30 | - Cartaz de divulgação da Campanha da Fraternidade do ano de 1996... | 199 |
| Figura 31 | - Cartaz de divulgação da Campanha da Fraternidade do ano de 2009... | 201 |

| | | |
|------------------|--|-----|
| Figura 32 | - Cartaz de divulgação da Campanha da Fraternidade do ano de 2012... | 206 |
| Figura 33 | - Cartaz de divulgação da Campanha da Fraternidade do ano de 2019... | 208 |
| Figura 34 | - Cartaz de divulgação da Campanha da Fraternidade do ano de 2005... | 211 |

LISTA DE QUADROS

| | | |
|------------------|--|-----|
| Quadro 1 | - Levantamento de dissertações e teses afinadas ao objeto de estudo desta pesquisa..... | 28 |
| Quadro 2 | - Aproximações ecológicas presentes nos segmentos religiosos..... | 47 |
| Quadro 3 | - Temas socioambientais abordados nos Salmos da Bíblia católica..... | 56 |
| Quadro 4 | - Temas socioambientais abordados nos Evangelhos da Bíblia católica..... | 56 |
| Quadro 5 | - O meio ambiente nos pronunciamentos papais..... | 64 |
| Quadro 6 | - Declarações do Vaticano referentes à temática socioambiental..... | 79 |
| Quadro 7 | - Estrutura organizacional do documento “Igreja e os problemas da terra”..... | 85 |
| Quadro 8 | - Obstáculos inviabilizadores para o alcance de moradia digna..... | 89 |
| Quadro 9 | - Reflexões realizadas pela Igreja Católica no campo da ética social..... | 93 |
| Quadro 10 | - Ações propostas pela Igreja Católica..... | 96 |
| Quadro 11 | - Passos metodológicos para a concretização das ações pastorais..... | 99 |
| Quadro 12 | - Estratégias para o alcance de ações na região amazônica..... | 103 |
| Quadro 13 | - Fases da Campanha da Fraternidade..... | 109 |
| Quadro 14 | - Seleção das Campanhas da Fraternidade com base nas dimensões da sustentabilidade propostas por Ignacy Sachs (2008)..... | 112 |
| Quadro 15 | - Demonstrativo da categoria de abordagem da Dimensão Social referenciada nos textos-base das Campanhas da Fraternidade..... | 117 |
| Quadro 16 | - Setores e frentes de atuação da Igreja Católica na década de 1970..... | 123 |
| Quadro 17 | - Pistas para ações diretas e instrumentos eficazes..... | 133 |
| Quadro 18 | - Sugestões de ações com ênfase para a promoção da vida..... | 136 |
| Quadro 19 | - Propostas de ação apostólico-pastoral..... | 141 |
| Quadro 20 | - Iniciativas propostas pela Campanha da Fraternidade 1998..... | 146 |
| Quadro 21 | - Promovendo dignidade e direitos: estratégias de ação..... | 150 |
| Quadro 22 | - Subsídios norteadores para a juventude..... | 153 |
| Quadro 23 | - Demonstrativo da categoria de abordagem da Dimensão Cultural referenciada nos textos-base das Campanhas da Fraternidade..... | 155 |
| Quadro 24 | - Critérios evangélicos para uma ação libertadora..... | 157 |
| Quadro 25 | - Gestos concretos e ações de fraternidade..... | 167 |

| | | |
|------------------|--|-----|
| Quadro 26 | - Demonstrativo da categoria de abordagem da Dimensão Ecológica referenciada nos textos-base das Campanhas da Fraternidade..... | 169 |
| Quadro 27 | - Diretrizes norteadoras..... | 174 |
| Quadro 28 | - Demonstrativo da categoria de abordagem da Dimensão Ambiental referenciada nos textos-base das Campanhas da Fraternidade..... | 178 |
| Quadro 29 | - Ações norteadoras para o uso racional da água..... | 179 |
| Quadro 30 | - Ações colaborativas direcionadas à conservação dos biomas brasileiros..... | 181 |
| Quadro 31 | - Demonstrativo da categoria de abordagem da Dimensão Territorial referenciada nos textos-base das Campanhas da Fraternidade..... | 184 |
| Quadro 32 | - Reformas urbanas..... | 189 |
| Quadro 33 | - Demonstrativo da categoria de abordagem da Dimensão Econômica referenciada nos textos-base das Campanhas da Fraternidade..... | 191 |
| Quadro 34 | - Ações para o alcance de uma economia integrativa..... | 195 |
| Quadro 35 | - Demonstrativo da categoria de abordagem da Dimensão Política (nacional) referenciada nos textos-base das Campanhas da Fraternidade..... | 197 |
| Quadro 36 | - Características gerais da Pastoral da Saúde..... | 204 |
| Quadro 37 | - Demonstrativo da categoria de abordagem da Dimensão Política (internacional) referenciada nos textos-base das Campanhas da Fraternidade..... | 209 |
| Quadro 38 | - Ações pastorais elaboradas com base nos Objetivos de Sustentabilidade..... | 231 |

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

| | |
|----------------|--|
| ABB | Aliança de Batistas do Brasil |
| ABI | Associação Brasileira de Imprensa |
| ACB | Ação Católica Brasileira |
| AIPRAL | Aliança de Igrejas Presbiterianas e Reformadas da América Latina |
| CAPES | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior |
| CBJP | Comissão Brasileira de Justiça e Paz |
| CEBs | Comunidades Eclesiais de Base |
| CELAM | Conselho Episcopal Latino-Americano |
| Genesch | Centro de Estudos do Comportamento Humano |
| CEP | Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos |
| CEPAL | Comissão Econômica para a América Latina e |
| CF | Campanha da Fraternidade |
| CFE | Campanha da Fraternidade Ecumênica |
| CIC | Catecismo da Igreja Católica |
| CIMI | Conselho Indigenista Missionário |
| CJP | Comissão de Justiça e Paz |
| CLAI | Conselho Latino-Americano de Igrejas |
| CMI | Conselho Mundial de Igrejas |
| CMIR | Comunhão Mundial de Igrejas Reformadas |
| CMMAD | Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente |
| CNBB | Conferência Nacional dos Bispos do Brasil |
| Cnumah | Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano |
| CONIC | Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil |
| COP-21 | Conferência das Partes |
| CPT | Comissão Pastoral da Terra |
| CQNUMC | Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima |
| DDT | <i>Dicloro-Difenil-TricloroEtano</i> |
| DST | Doenças Sexualmente Transmissíveis |
| EDI | Encontros de Dirigentes de Igrejas |
| FENIP | Federação Nacional de Igrejas Presbiterianas |
| GEEs | Gases de Efeito Estufa |

| | |
|--------------|---|
| GS | <i>Gaudium et Spes</i> |
| HIV | Vírus da Imunodeficiência Humana |
| ICAR | Igreja Católica Apostólica Romana |
| IEAB | Igreja Episcopal Anglicana do Brasil |
| IECLB | Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil |
| INPE | Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais |
| IPAR | Instituto de Pastoral Regional |
| IPB | Igreja Presbiteriana do Brasil |
| IPCC | Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas |
| IPU | Igreja Presbiteriana Unida |
| LS | <i>Laudato Si</i> |
| MEB | Movimento de Educação de Base |
| MST | Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra |
| OAB | Ordem dos Advogados do Brasil |
| ODM | Objetivos de Desenvolvimento do Milênio |
| ODS | Objetivos de Desenvolvimento Sustentável |
| ONGs | Organizações não Governamentais |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| P+1 | Por Uma Terra e Duas Águas |
| PIMC | Por Um Milhão de Cisternas |
| PBMC | Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas |
| PCNES | Presbitério Centro Norte do Espírito Santo |
| PCRJ | Presbitério Cidade do Rio de Janeiro |
| PDF | <i>Portable Document Format</i> |
| PDM | Plano Diretor Municipal |
| PEB | Presbitérios: o Presbitério Erasmo Braga |
| PFO | Princípios de Fé e Ordem |
| PJDI | Presbitério de Jundiá |
| PNUD | Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento |
| PNUMA | Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente |
| PPC | Plano de Pastoral de Conjunto |
| PRNV | Presbitério Centro Norte do Espírito Santo |
| PSPL | Presbitério de São Paulo |

| | |
|------------------|--|
| PSVD | Presbitério de Salvador |
| PVTR | Presbitério de Vitória |
| REPAM | Rede Panamazônica |
| Sars-Cov2 | Covid-19 |
| SOUC | Semana de Oração pela Unidade Cristã |
| SUS | Sistema Único de Saúde |
| UFS | Universidade Federal de Sergipe |
| WMO | <i>World Meteorological Organization</i> |

SUMÁRIO

| | | |
|------------|---|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO..... | 25 |
| 1.1 | Motivações..... | 25 |
| 1.2 | Revisão da literatura..... | 27 |
| 1.3 | Justificativa, questões de estudo e objetivos elencados..... | 30 |
| 1.4 | O percurso metodológico..... | 31 |
| 1.4.1 | Pesquisa documental..... | 31 |
| 1.4.2 | Análise de Conteúdo..... | 32 |
| 1.4.3 | Estrutura organizacional da tese..... | 33 |
| 2 | MEIO AMBIENTE E RELIGIÃO: UMA DISCUSSÃO INTERDISCIPLINAR..... | 34 |
| 2.1 | Primeiras frestas antropocêntricas..... | 34 |
| 2.2 | Brotos de uma nova era: caminhos ambientais possíveis..... | 36 |
| 2.3 | Religião e Ecologia: uma breve análise do meio ambiente na perspectiva das tradições religiosas..... | 42 |
| 3 | DIÁLOGOS SOCIOAMBIENTAIS NO MAGISTÉRIO DA IGREJA CATÓLICA A PARTIR DO CONCÍLIO VATICANO II..... | 52 |
| 3.1 | O Catecismo da Igreja Católica: breves relatos..... | 53 |
| 3.2 | As narrativas bíblicas e os debates socioambientais: diálogos convergentes..... | 54 |
| 3.3 | O meio ambiente nos pronunciamentos papais..... | 63 |
| 3.4 | O meio ambiente no Concílio Vaticano II..... | 67 |
| 3.4.1 | Gaudium et Spes nº 37, 64, 69, 70..... | 68 |
| 3.4.2 | Conferências Gerais do Episcopado Latino-Americano..... | 68 |
| 3.4.2.1 | 1ª Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano – Rio de Janeiro (1955)..... | 69 |
| 3.4.2.2 | 2ª Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano – Medellín (1968).... | 70 |
| 3.4.2.3 | 3ª Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano – Puebla (1979)..... | 72 |
| 3.4.2.4 | 4ª Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano – Santo Domingo (1992)..... | 74 |
| 3.4.2.5 | 5ª Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano – Aparecida (2007).. | 76 |

| | | |
|------------|--|------------|
| 3.5 | Outras declarações do Vaticano..... | 78 |
| 3.6 | Aspectos socioambientais nos documentos da CNBB: relatos e estudos.... | 79 |
| 3.6.1 | Comissão Pastoral da Terra (1975)..... | 80 |
| 3.6.2 | “Igreja e os problemas da Terra” (1980)..... | 84 |
| 3.6.3 | “Solo urbano e ação pastoral” (1982)..... | 86 |
| 3.6.4 | “Ética: pessoa e sociedade” (1993)..... | 91 |
| 3.6.5 | “Por uma reforma do Estado com a participação democrática” (2010)..... | 94 |
| 3.6.6 | “Diretrizes gerais da ação evangelizadora da Igreja no Brasil” (2011-2015)... | 97 |
| 3.6.7 | “Amazônia: novos caminhos para a Igreja e para uma Ecologia Integral” (2019)..... | 100 |
| 3.6.8 | Estudos realizados pela CNBB sobre o Meio Ambiente..... | 104 |
| 4 | IGREJA CATÓLICA E CAMPANHA DA FRATERNIDADE: UMA ANÁLISE SOCIOAMBIENTAL A PARTIR DO CONCÍLIO VATICANO II..... | 107 |
| 4.1 | Análise socioambiental das Campanha da Fraternidade com base nas oito dimensões da sustentabilidade propostas por Sachs (2008)..... | 107 |
| 4.1.1 | A Dimensão Social..... | 116 |
| 4.1.1.1 | “Doação”/“Crer com as mãos” (1968)..... | 117 |
| 4.1.1.2 | “Reconciliação”/“Reconciliar” (1971)..... | 120 |
| 4.1.1.3 | “Reconstruir a vida”/“Onde está teu irmão?” (1974)..... | 124 |
| 4.1.1.4 | “Fraternidade é repartir”/“Repartir o pão” (1975)..... | 125 |
| 4.1.1.5 | “Fraternidade e comunidade”/“Caminhar juntos” (1976)..... | 127 |
| 4.1.1.6 | “Fraternidade no mundo do trabalho”/“Trabalho e Justiça para Todos” (1978)..... | 129 |
| 4.1.1.7 | “Saúde e fraternidade”/“Saúde para todos” (1981)..... | 131 |
| 4.1.1.8 | “Fraternidade e vida”/“Para que todos tenham vida” (1984)..... | 134 |
| 4.1.1.9 | “Fraternidade e fome”/“Pão para quem tem fome” (1985)..... | 137 |
| 4.1.1.10 | “A fraternidade e o mundo do trabalho”/“Solidários na dignidade do trabalho” (1991)..... | 139 |
| 4.1.1.11 | “A fraternidade e os excluídos”/“Eras tu, senhor?” (1995)..... | 142 |
| 4.1.1.12 | “Fraternidade e Educação”/“A Serviço da Vida e da Esperança” (1998)..... | 144 |
| 4.1.1.13 | “Dignidade humana e paz”/“Novo milênio sem exclusões” (2000)..... | 148 |
| 4.1.1.14 | “Fraternidade e juventude”/“Eis-me aqui, envia-me! (Is 6,8)” (2013)..... | 151 |

| | | |
|---------|--|-----|
| 4.1.2 | A Dimensão Cultural..... | 154 |
| 4.1.2.1 | “A fraternidade e o negro”/“Ouvi o clamor deste povo” (1988)..... | 155 |
| 4.1.2.2 | “A fraternidade e a mulher”/“Mulher e Homem: Imagem de Deus” (1990).... | 158 |
| 4.1.2.3 | “Fraternidade e povos indígenas”/“Por uma terra sem males” (2002)..... | 160 |
| 4.1.2.4 | “Fraternidade e Amazônia”/“Vida e missão neste chão” (2007)..... | 162 |
| 4.1.2.5 | “Fraternidade e vida: dom e compromisso”/“Viu, sentiu compaixão e cuidou dele” (2020)..... | 166 |
| 4.1.3 | A Dimensão Ecológica..... | 166 |
| 4.1.3.1 | “Por um mundo mais humano”/“Preserve o que é de todos” (1979)..... | 170 |
| 4.1.3.2 | “Fraternidade e a Vida no Planeta”/“A criação geme em dores de parto (Rm 8,22)” (2011)..... | 171 |
| 4.1.3.3 | “Casa Comum, nossa responsabilidade”/“Quero ver o direito brotar como fonte e correr a justiça qual riacho que não seca” (2016)..... | 175 |
| 4.1.4 | A Dimensão Ambiental..... | 177 |
| 4.1.4.1 | “Fraternidade e água”/“Água, fonte de vida” (2004)..... | 178 |
| 4.1.4.2 | “Fraternidade: biomas brasileiros e defesa da vida”/“Cultivar e guardar a criação” (Gn 2,15) (2017)..... | 180 |
| 4.1.4.3 | “Fraternidade no mundo das migrações: exigência da Eucaristia”/“Para onde vais?” (1980)..... | 184 |
| 4.1.5 | A Dimensão Territorial..... | 183 |
| 4.1.5.1 | “Fraternidade e terra”/“Terra de Deus, Terra de irmãos” (1986)..... | 185 |
| 4.1.5.2 | “Fraternidade e moradia”/“Onde moras?” (1993)..... | 187 |
| 4.1.6 | A Dimensão Econômica..... | 190 |
| 4.1.6.1 | “A fraternidade e os desempregados”/“Sem trabalho... por quê?” (1999)..... | 191 |
| 4.1.6.2 | “Economia e Vida”/“Vocês não podem servir a Deus e ao Dinheiro (Mt 6,24)” (2010)..... | 193 |
| 4.1.7 | A Dimensão Política (Nacional)..... | 196 |
| 4.1.7.1 | “A fraternidade e a política”/“Justiça e paz se abraçarão” (1996)..... | 197 |
| 4.1.7.2 | “Fraternidade e segurança pública”/“A paz é fruto da justiça” (Is 32, 17)” (2009)..... | 199 |
| 4.1.7.3 | “Fraternidade e saúde pública”/“Que a saúde se difunda sobre a terra” (cf. Ecle 38,8) (2012)..... | 202 |
| 4.1.7.4 | “Fraternidade e políticas públicas”/“Serás libertado pelo direito e pela | |

| | | |
|------------|---|------------|
| | justiça” (2019)..... | 206 |
| 4.1.8 | A Dimensão Política (Internacional)..... | 208 |
| 4.1.8.1 | “Solidariedade e Paz”/“Felizes os que promovem a paz” (2005)..... | 209 |
| 4.2 | Análise conclusiva..... | 211 |
| 4.2.1 | A Comunicação Ambiental como subsídio norteador..... | 215 |
| 5 | ESBOÇO DE PLANO PASTORAL ECUMÊNICO: CAMINHOS SOCIOAMBIENTAIS POSSÍVEIS..... | 218 |
| 5.1 | Breve histórico do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC)..... | 220 |
| 5.2 | Breve histórico das Igrejas Cristãs vinculadas ao CONIC..... | 222 |
| 5.2.1 | Aliança de Batistas do Brasil (ABB)..... | 222 |
| 5.2.2 | Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR)..... | 223 |
| 5.2.3 | Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB)..... | 225 |
| 5.2.4 | Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB)..... | 226 |
| 5.2.5 | Igreja Presbiteriana Unida (IPU)..... | 229 |
| 5.3 | Ações pastorais socioambientais direcionadas às Igrejas-membro do CONIC..... | 231 |
| 5.4 | A Teologia Pública como perspectiva de ancoragem..... | 233 |
| 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 237 |
| | REFERÊNCIAS..... | 242 |
| | APÊNDICE A - Carta enviada ao Papa Francisco e entregue na basílica de São Pedro (Vaticano) no dia 03 de janeiro de 2019..... | 269 |
| | APÊNDICE B - Resposta do Papa Francisco referente à correspondência entregue na Basílica de São Pedro (Vaticano)..... | 270 |
| | APÊNDICE C - Formulário de atendimento a distância (CNBB)..... | 271 |
| | APÊNDICE D - Termo de responsabilidade pelo uso de reproduções de documentos (CNBB)..... | 272 |

1 INTRODUÇÃO

O objeto de estudo desta tese é a Campanha da Fraternidade (CF). A CF é uma ação promovida, desde o ano de 1964, pela Igreja Católica, junto à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). O objetivo principal da campanha é despertar, nos fiéis e na sociedade, a reflexão e a ação solidária em relação aos problemas concretos que atingem o tecido social brasileiro (sejam estes de cunho social, político, econômico ou ambiental). O interesse do estudo está centralizado na análise das Campanhas da Fraternidade realizadas de 1964 a 2020 e sua relação com a temática socioambiental, tendo como base as dimensões da sustentabilidade propostas por Sachs (2008).

Inicialmente, este estudo tinha como propósito fazer uma imersão no campo empírico, na Diocese de Propriá, junto ao bispo, aos padres e aos sujeitos envolvidos nas pastorais da Igreja Católica, conforme aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (CEP), da Universidade Federal de Sergipe (UFS), em 09 de setembro de 2019, sob o parecer nº de 3.562.318. Contudo, foi necessário um redimensionamento da pesquisa em razão do período pandêmico da Covid-19 (Sars-Cov2), ocorrido no Brasil desde março/2020, o que inviabilizou as entrevistas e ações previstas junto aos sujeitos, as quais comporiam parte do estudo. Por essa razão, optou-se pela construção de uma pesquisa de cunho teórico, visando preservar a saúde dos envolvidos, dada a gravidade da doença e o grau de vulnerabilidade destes.

1.1 Motivações

A escolha dessa temática tem sido oportuna por algumas razões. A primeira delas se condensa em meu seio familiar. Desde o meu nascimento, nunca tive contato com outro segmento religioso. Parte significativa da minha família (paterna e materna) sempre esteve integrada a ações pastorais desenvolvidas pela Igreja Católica na cidade de Lagarto/SE. Eu, minha irmã e meus primos iniciamos nossas bases escolares no Ginásio da Escola Normal Nossa Senhora da Piedade, famosa pela forte tradição católica. Com isso, todos os ritos foram seguidos à risca: batismo, catequese, crisma, missas semanais, grupos de jovens, estudos bíblicos... Enfim, um considerado acervo de atividades de cunho pastoral.

Recordo que, no período da adolescência, meus pais me “obrigavam” a frequentar as missas. Não que eu não quisesse frequentá-las, mas eu gostaria que fosse um sentimento orgânico, e não uma imposição – como, por muitos anos, aconteceu. Depois de muita

insistência, a obrigatoriedade cessou. E eu já estava livre para tomar as minhas próprias decisões. Atuei então na Pastoral da Catequese, na Pastoral da Crisma e na Associação de Leigos e Católicos, conhecida popularmente como Legião de Maria, na qual estou até hoje. A Legião de Maria é reconhecida como uma associação de católicos composta por fiéis que servem a Igreja voluntariamente, com o objetivo de contribuir para a ação evangelizadora, por intermédio de diversas pastorais. No ano de 2020, a associação completou 100 anos de existência, atuando em todos os continentes. A transição de agente assistida para agente líder me fez enxergar quão significativa é a responsabilidade social exercida por essas lideranças.

A associação presta assistência a inúmeras pastorais no município de Lagarto. A organização divide-se em dois grupos: juvenil (com membros de 7 a 18 anos) e juvenil/adulto (acima de 18 anos). Atualmente, desenvolvo atividades junto ao segundo grupo, que conta com a participação de 10 membros ativos. Semanalmente, nós nos reunimos na Igreja de São José (centro da cidade). Os encontros seguem um roteiro pré-estabelecido e duram aproximadamente 1h30min. As reuniões são destinadas à prestação de contas dos serviços evangelizadores realizados durante a semana. Duplas ou trios são designados ao exercício de uma atividade pastoral semanal (serviços realizados com idosos, crianças, famílias e enfermos).

Dentre as pastorais atingidas pela Legião de Maria, estão a da saúde (destinada ao auxílio de enfermos/idosos em seus lares), a da boa imprensa (destinada à distribuição e discussão de artigos de cunho religioso), a da catequese (destinada à alfabetização espiritual de crianças) e a dos movimentos. Esta corresponde à prestação de serviços evangelizadores realizados fora da Igreja, como a realização de estudos bíblicos, formações pastorais e execução das Campanhas da Fraternidade. Antes da execução dessas ações, o grupo se reúne para elaborar reflexões críticas acerca das temáticas que serão abordadas. Foi durante a realização desses encontros que encontrei terreno fértil para discutir as questões socioambientais, pois, além de apresentar e discutir sobre o engajamento da Igreja Católica nas temáticas de cunho socioambiental, também era possível ascender o debate quanto à corresponsabilidade que cada sujeito deve exercer frente ao cuidado e conservação para com os recursos disponíveis na natureza.

Esse entendimento se fortaleceu quando ingressei no curso de Licenciatura em Geografia, em Lagarto/SE. Apesar de as questões ambientais, no ano de 2017, não estarem diretamente integradas à ementa curricular do meu curso, ocorreu que, coincidentemente, naquele ano, a Igreja Católica lançava como tema e lema da CF, respectivamente: “Fraternidade e Amazônia”/“Vida e missão neste chão”. A campanha tinha como objetivo

conhecer os valores dos povos amazônicos, bem como chamar atenção quanto às agressões sofridas por esses povos frente ao atual modelo de desenvolvimento econômico.

Foi a partir daí que consegui, ainda de maneira tímida, integrar conhecimento acadêmico às pautas discutidas nos encontros pastorais. Porém, esse reconhecimento somente ganhou aderência quando de fato as pautas ambientais começaram a emergir em distintos setores da sociedade – como o social, o político e o econômico –, embasadas por estudos que apontavam as drásticas mudanças e os acentuados desequilíbrios naturais no planeta, ocasionadas, justamente, pelo modelo de desenvolvimento vigente.

Quando ingressei no curso de mestrado, no Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente, tive acesso a uma densa literatura ambiental e, a partir das discussões e disciplinas que embasaram este percurso, consegui entender, de maneira mais clara, como as ações antrópicas estavam interferindo no ciclo natural dos ecossistemas e, conseqüentemente, como esse processo estaria afetando a própria espécie humana. Finalizado o curso de mestrado, passei 1 ano me preparando para o doutorado. Então, dediquei parte do tempo me reintegrando nas atividades pastorais, revisitando a literatura canônica, dialogando com experiências pastorais frutíferas, tudo isso em busca de inspiração. Concomitante a essas buscas, fui observando que, à medida em que as pautas ambientais ganhavam força, visibilidade e representatividade, a Igreja Católica, paulatinamente, ia acompanhando essas transformações, sobretudo junto às Campanhas Fraternidade, que representam um dos serviços evangelizadores (encabeçados pela Igreja) com significativa repercussão entre católicos e não católicos.

Apesar de o meu projeto para a seleção do doutorado ter seguido outra linha de estudo, minha orientadora sugeriu algo mais ousado e que, de fato, tivesse ligação com minha história de vida. Depois da aprovação, reelaborei o tema e, já com um significativo acervo de materiais de cunho católico e ambiental, consegui unificar essas duas abordagens, distintas, mas promissoras. A partir dessas constatações, originadas no percurso pessoal e acadêmico, dei início à elaboração da revisão da literatura, etapa importantíssima para a consolidação dos aspectos teóricos e metodológicos desta tese.

1.2 Revisão da literatura

Nesta revisão de literatura, foram destacados trabalhos com foco nas duas principais temáticas abordadas nesta pesquisa: Meio Ambiente e Igreja Católica, com ênfase para as Campanhas da Fraternidade. Os dados foram organizados a partir de um levantamento de

pesquisas depositadas no banco da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Catálogo de Teses e Dissertações, no banco de dados da Rede Prodemia e na Biblioteca da Universidade Federal de Sergipe. Nos mecanismos de busca, foi aplicado o seguinte descritor: “Meio Ambiente e Igreja Católica”. Para o descritor mencionado, foram encontrados 1.276.412 resultados.

Com o objetivo de afunilar os mecanismos de busca, considerou-se a presença dos descritores “Igreja Católica e/ou Campanha da Fraternidade” e “meio ambiente e/ou ecologia” no título e/ou resumo. Destes resultados (incluindo os bancos de dados mencionados), foram encontradas doze pesquisas que trataram sobre Meio Ambiente e Igreja Católica, com ênfase para as Campanhas da Fraternidade. Porém, não foram encontrados trabalhos com ênfase para as abordagens socioambientais, apenas para as abordagens ambientais, conforme o quadro 1.

Quadro 1 - Levantamento de dissertações e teses afinadas ao objeto de estudo desta pesquisa
(continua)

| Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES | | | |
|--|----------|------|---|
| Tipo do documento (Dissertação/Tese) | Autor | Ano | Breve descrição da pesquisa |
| Dissertação | Klein | 2000 | O estudo analisou a utilização do "rádio católico" para o desenvolvimento da Campanha da Fraternidade de 1999 em três emissoras de rádio na Diocese de Passo Fundo, no Rio Grande do Sul. |
| Dissertação | Silva | 2002 | O estudo objetivou mapear a(s) estratégia(s) educativas da Igreja Católica por meio das Campanhas da Fraternidade entre os anos de 1982 e 1998. |
| Tese | Vanzella | 2009 | O estudo trouxe a Campanha da Fraternidade como uma das grandes expressões da Igreja do Brasil, constatando que essa ação, realizada pela Igreja Católica, tem visado resgatar o valor e a dignidade da pessoa humana em todos os âmbitos: eclesial, social, político, econômico, cultural e ecológico. |
| Dissertação | Fiametti | 2009 | O estudo buscou analisar aspectos básicos da contribuição da Campanha da Fraternidade do ano de 2004, “Água, fonte de vida”, na formação comunitária para valores da bioética |
| Dissertação | Matos | 2010 | O estudo objetivou destacar a presença da Doutrina Social da Igreja nas ações ditas assistencialistas e realizadas pela CNBB através das Campanhas da Fraternidade dos anos de 1986, 2002 e 2007, que tratam especificamente da questão da terra. |
| Dissertação | Nahra | 2012 | O estudo buscou identificar a abordagem ambiental nos textos-base das Campanhas da Fraternidade de 1979 e 2011 à luz da Doutrina Social da Igreja Católica, dos documentos do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM) e da CNBB, a partir da ética do cuidado. |

Quadro 1 - Levantamento de dissertações e teses afinadas ao objeto de estudo desta pesquisa
(conclusão)

| | | | |
|--------------------------------------|----------|------|--|
| Dissertação | Baptista | 2014 | O objetivo deste estudo foi apresentar uma discussão teórica sobre os conceitos de “raça” e, a partir disso, observar a construção discursiva do negro e o modo como a ideia de “raça” se desdobra no interior da Igreja Católica, junto à Campanha da Fraternidade, de maneira a demonstrar a constituição da Pastoral Afro-Brasileira, como parte dos movimentos negros no Brasil. |
| Tese | Costa | 2015 | O estudo discutiu como uma rede de ideias ligadas à Teologia da Libertação (TL) repercute em práticas políticas, sociais, culturais e ecológicas nas dioceses de Rio Branco/AC e Tubarão/SC, com ênfase nas ações desenvolvidas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) nos dois estados e nas desenvolvidas pela Pastoral da Ecologia em Santa Catarina. Utilizou o texto-base da Campanha da Fraternidade de 1979 para subsidiar parte da pesquisa, visando analisar sua contribuição para a TL. |
| Dissertação | Flores | 2016 | A pesquisa objetivou investigar as Campanhas da Fraternidade nas quais está expresso o discurso da Igreja Católica no Brasil sobre a questão do trabalho, sabendo que a Campanha da Fraternidade (CF) é um instrumento de comunicação que gera conjuntura entre os fiéis e a hierarquia católica. |
| Dissertação | Santos | 2017 | O estudo analisou sociologicamente a incorporação e transmutação da Igreja Católica frente à temática ecológica. A análise foi elaborada mediante acesso aos discursos pontifícios disponíveis sobre ecologia – desde o primeiro, proferido por Paulo VI, em 1970, passando por João Paulo II e Bento XVI, até os primeiros anos do pontificado do Papa Francisco – e às ações incorporadas em cada pontificado, incluindo-se as Campanhas da Fraternidade realizadas em seus respectivos períodos de atuação. |
| Dissertação | Silva | 2018 | A pesquisa visou apresentar uma abordagem ampla do que se entende por Ecologia e sua relação com a Religião, procurando demonstrar a compreensão atual do magistério da Igreja no período de 1990 a 2015. |
| Rede Prodema (Nordeste) | | | |
| Tipo do documento (Dissertação/Tese) | Autor | Ano | Breve descrição da pesquisa |
| Não encontrado | | | |
| Biblioteca da UFS | | | |
| Tipo do documento (Dissertação/Tese) | Autor | Ano | Breve descrição da pesquisa |
| Dissertação | Carvalho | 2013 | A pesquisa teve como objetivo apreender os principais mecanismos de inserção acionados por leigos católicos para se inserirem na política partidária, em Aracaju/SE, mediados por suas atuações nos espaços da Igreja Católica. |

Fonte: Banco de Dissertações e Teses da CAPES, PRODEMA e UFS (2021).

Dentre os trabalhos encontrados e elencados, nenhum abordou as “Campanhas da Fraternidades com ênfase para a discussão socioambiental” como foco principal. Esse fato embasou algumas das motivações/justificativas para dar seguimento a esta investigação, perspectivando ainda ampliar as pesquisas nesta área de estudo. Embora as pesquisas mencionadas estejam direcionadas a uma ou algumas das Campanhas da Fraternidade, foi possível constatar que não se fez presente a opção de estudo com ênfase à análise socioambiental tendo como base as dimensões da sustentabilidade propostas por Sachs (2008). Nessa direção, pude confirmar o ineditismo deste estudo.

1.3 Justificativa, questões de estudo e objetivos elencados

A presente pesquisa justifica-se pela necessidade de apresentar a CF como instrumento de participação social, capaz de articular/promover ações em prol de práticas socioambientais eficazes e que motivem fiéis e leigos a rediscutirem o modo de se relacionar com o meio ambiente. Desse modo, este estudo parte da premissa de que as articulações promovidas pelas Campanhas da Fraternidade perpassam pela necessidade de apresentar aos sujeitos uma abordagem socioambiental que vise a promoção de ações, de modo a estimular uma concreta sensibilização frente às demandas emergidas nos ambientes de interação social, perspectivando uma mudança de atitude frente às questões socioambientais nos contextos locais.

Nessa direção, levantaram-se as seguintes questões: a) Em que medida as Campanhas da Fraternidade promovidas pela Igreja Católica trazem elementos socioambientais que possam repercutir nos processos formativos dos sujeitos? b) Quais intencionalidades estão imbricadas nos direcionamentos socioambientais articulados pelas Campanhas da Fraternidade? c) Como essas intencionalidades podem subsidiar a elaboração de um plano pastoral ecumênico voltado para as questões socioambientais e para as Igrejas Cristãs vinculadas ao Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC)?

O objetivo geral deste estudo consiste em, tendo como base as dimensões da sustentabilidade propostas por Sachs (2008), compreender de que forma a Igreja Católica aborda a temática socioambiental a partir das Campanhas da Fraternidade realizadas no período de 1964 a 2020, no contexto brasileiro. E os objetivos específicos são:

1. Descrever como os temas socioambientais são contextualizados pela Igreja Católica frente à problemática do Brasil;

2. Esboçar um histórico de documentos socioambientais produzidos pela Igreja Católica a partir do Concílio Vaticano II, particularmente sobre as Campanhas da Fraternidade no período de 1964 a 2020;
3. Analisar as articulações socioambientais apresentadas nos textos-base das Campanhas da Fraternidade de 1964 a 2020;
4. Elaborar o esboço de um plano pastoral ecumênico que possa auxiliar o desenvolvimento de práticas socioambientais nas Igrejas vinculadas ao CONIC, tendo como base os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

1.4 O percurso metodológico

Elaborado o levantamento das pesquisas realizadas em torno do tema em questão, que foi seguido pela escolha do objeto e da consolidação dos objetivos propostos, deu-se início aos caminhos metodológicos que nortearam a edificação desta tese.

1.4.1 Pesquisa documental

Os procedimentos de investigação deste estudo consistiram em resgatar, nos documentos produzidos pela Igreja Católica, aspectos socioambientais, com destaque para as Campanhas da Fraternidade e os discursos proferidos pela Igreja a partir da criação do Concílio Vaticano II. Para tal, utilizou-se o procedimento metodológico fundamentado na pesquisa documental (LAVILLE; DIONNE, 1999; PÁDUA, 2016). Nesse percurso, foram considerados os seguintes documentos: Bíblia Sagrada utilizada pela Igreja Católica, cartas apostólicas, encíclicas papais, tratados, decretos, discursos articulados por representantes e órgãos católicos e uma vasta literatura embasada nas Ciências Ambientais e áreas afins.

Os documentos foram extraídos de sites oficiais da Igreja Católica, a saber: Vaticano e CNBB. O critério de escolha desses documentos seguiu um roteiro pré-estabelecido, em que foram considerados os seguintes aspectos: cobertura temática (Igreja Católica), cobertura cronológica (a partir do Concílio Vaticano II), cobertura geográfica (produções nacionais, latino-americanas e italianas) e conteúdo (com foco nas abordagens socioambientais).

Por intermédio desses discursos e dessa vasta produção documental, a Igreja tem buscado introjetar nos fiéis, à luz da sua doutrina teológica e social, a noção da ética, do cuidado e da corresponsabilidade socioambiental quanto à apropriação e ao uso dos recursos disponíveis na natureza. No contexto da emergência ambiental, o resgate desses documentos

se apresentou como um aspecto de significativa relevância, uma vez que, a partir da análise do material coletado, foi possível compreender o posicionamento da Igreja frente à temática, bem como analisar as intencionalidades imbricadas nas discussões levantadas e nas ações praticadas.

1.4.2 Análise de Conteúdo

A técnica de análise de conteúdo constituiu um dos procedimentos metodológicos elencados para esta pesquisa. A análise possibilitou compreender, a partir das Campanhas da Fraternidade, a abordagem da Igreja Católica acerca da temática socioambiental; foram considerados os temas, os lemas e os objetivos presentes nos textos-base das campanhas que circularam nos anos de 1964 a 2020. Este procedimento analítico permite ao investigador acesso a “[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” e ainda uma “[...] inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e de recepção das mensagens, inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos, ou não)” (BARDIN, 2011, p. 38).

A técnica de análise de conteúdo seguiu, nesta pesquisa, as três etapas básicas apresentadas por Bardin (2011): 1) pré-análise – que envolveu a organização do material coletado a partir da leitura minuciosa dos textos-base das Campanhas da Fraternidade; 2) descrição analítica – em que foram construídas as etapas de codificação, classificação e categorização das Campanhas da Fraternidade que apresentaram conteúdos com significados similares; 3) interpretação, tratamento e análise de dados – em que foram analisados e tratados os dados coletados junto à categorização pré-estabelecida, considerando as perspectivas de relação das Campanhas da Fraternidade com as temáticas socioambientais elencadas¹.

O tratamento dos resultados obtidos permitiu inferir interpretações profícuas acerca da CF. Atrelando tais resultados ao debate sistemático com o material investigado, foi possível apresentar uma visão socioambiental holística frente aos direcionamentos propostos pelas campanhas analisadas. Desse modo, este estudo, no que se propôs a investigar, conseguiu se mostrar relevante quanto aos levantamentos teóricos e metodológicos percorridos.

¹ A Análise de Conteúdo completa das Campanhas da Fraternidade está inserida no Capítulo 4, cujo título é “Igreja Católica e Campanha da Fraternidade: uma análise socioambiental a partir do Concílio Vaticano II”.

Como subsídio material, esta pesquisa pretendeu deixar para as comunidades eclesiais, acadêmicas e demais interessados pelo tema: uma densa produção documental, elaborada com base nos direcionamentos socioambientais propostos pela Igreja Católica a partir do Concílio Vaticano II; uma profunda análise das Campanhas da Fraternidade a partir das dimensões da sustentabilidade, destacando seus avanços e suas fragilidades; bem como o esboço de um plano pastoral capaz de subsidiar ações das Igrejas Cristãs e com vistas a suscitar um bem comum integral.

1.4.3 Estrutura organizacional da tese

A estrutura organizacional desta pesquisa foi elaborada em quatro capítulos, a saber:

No primeiro capítulo apresentou-se a relação entre o meio ambiente e as religiões. Foram abordados os primeiros brotos de vida antropocêntrica, a evolução e a repercussão das conferências ambientais e, por fim, a participação dos segmentos religiosos nas discussões relacionadas à temática em questão.

O segundo capítulo apresentou, em seu primeiro item, os conteúdos bíblicos que possuem similaridade com a temática socioambiental. Os demais itens foram destinados à apresentação de alguns dos principais discursos proferidos e documentos produzidos pela Igreja Católica acerca da temática socioambiental a partir do Concílio Vaticano II.

No terceiro capítulo, apresentou-se um contexto histórico acerca das Campanhas da Fraternidade e fez-se, com base nos critérios estabelecidos pelas dimensões socioambientais propostas por Sachs (2008), a análise de conteúdo das campanhas elencadas, as realizadas de 1964 a 2020.

No quarto e último capítulo, foi apresentado o esboço de um plano pastoral ecumênico com o objetivo de auxiliar o desenvolvimento de práticas socioambientais junto às Igrejas-membro filiadas ao CONIC.

Por fim, há as considerações finais, as referências consultadas e os apêndices.

2 MEIO AMBIENTE E RELIGIÃO: UMA DISCUSSÃO INTERDISCIPLINAR

Este capítulo tem como objetivo apresentar a relação entre o meio ambiente e as religiões. Para tal, foram abordados os primeiros brotos de vida antropocêntrica, a evolução e a repercussão das conferências ambientais e, por fim, a participação dos segmentos religiosos nas discussões relacionadas à temática ambiental.

2.1 Primeiras frestas antropocêntricas

As discussões de cunho ambiental estiveram presentes frequentemente na história da humanidade. Porém, a compreensão de que o meio ambiente estaria apresentando sinais de instabilidade é uma preocupação relativamente recente. Há poucos séculos, seria inimaginável ao homem a ideia de preservação/conservação da natureza, pois “como teria progredido a civilização sem a limpeza das florestas, o cultivo do solo e a conversão das paisagens agrestes em terra colonizada pelo homem?” (THOMAS, 2010, p. 17). Esse questionamento acabou motivando a exploração dos ambientes naturais, uma vez que o homem não enxergava outra forma de sobrevivência que considerasse a equidade entre os seres vivos. Não à toa, os primeiros responsáveis pelas expedições marítimas relatavam com desdém o culto de algumas religiões ocidentais aos animais e aos insetos. É essa compreensão de cuidado com a natureza – proveniente das religiões ocidentais – que, posteriormente, vai desencadear uma visão de mundo mais sensível à concepção de natureza.

A abordagem difundida, especialmente na Europa Ocidental, de forte tradição judaico-cristã, era a de que todas as formas de vida estariam subordinadas à humanidade e delas o homem deveria e poderia fazer usufruto sem nenhum precedente. Logo, o mundo “tinha sido feito somente para acomodar a humanidade, sendo este o seu único uso” (THOMAS, 2010, p. 23). Não existia nenhum tipo de complacência em relação aos organismos naturais. Alguns protestantes até repugnavam a utilização de plantas como adereços festivos ou residenciais (THOMAS, 2010).

Da abordagem religiosa à descrença iluminista, a perspectiva era a mesma: estabelecer quais atributos estariam abaixo da superioridade humana. Até a doutrina cartesiana recebeu apoio de representantes religiosos, ancorados na concepção de que os animais não passavam de máquinas as quais deveriam ser utilizadas exclusivamente para subserviência humana. Apesar da consolidada concepção religiosa de que toda a criação teria sido edificada para satisfazer as necessidades humanas, havia correntes heterodoxas que censuravam os maus-

tratos aos animais. Esses opositores se apoiavam na hipótese de que todas as criaturas haviam sido criadas por Deus e, por essa razão, os mesmos direitos deveriam valer para humanos e animais (SANTOS, 2017).

A constatação desse argumento abre espaço para o entendimento de que as religiões de origem judaico-cristã não são fundamentalmente antropocêntricas², porém, não as exime do fato de se ancorarem na “teologia da época” para justificar a forma como se posicionavam em relação aos elementos dispostos na natureza. Thomas (2010) comenta que a ruptura entre o homem e a natureza – de forte caráter antropocêntrico – deu-se, sobretudo, por duas razões: pela ascensão da história natural e pelo estudo científico, ambos aliados a mudanças de ordem social, como o fenômeno da urbanização, por exemplo.

Por um longo período, os ensinamentos de base cristã – pautados numa concepção de “natureza como a criação de um Deus onipotente, cujas leis não eram meras regularidades impessoais, porém normas morais” (THOMAS, 2010, p. 127) – foram se consolidando na mente das pessoas. Nessa concepção, os animais só “serviam” para prestar algum tipo de serviço que beneficiasse o homem (ou como tração ou como representação da simbologia cristã). Ao ignorar categoricamente a relação de subserviência estabelecida entre o homem e a natureza, os naturalistas encabeçaram as primeiras críticas quanto ao entendimento de que a Terra estaria a serviço do ser humano.

Os estudos baseados na astronomia apresentaram resultados incontestáveis de que a Terra não representava o centro do universo, e as experiências microscópicas revelaram que os milhões de seres vivos e bactérias viviam inertes à subordinação humana. Os avanços mais expressivos ocorreram nos séculos XVIII e XIX, quando foram apresentadas as primeiras avaliações sobre a idade da Terra, tendo como base os estudos desenvolvidos pela geologia. A partir da comprovação de que “a Terra e as espécies que nela viviam não foram criadas em benefício da humanidade” (THOMAS, 2010, p. 239), constatou-se que a grande maioria dos seres vivos haviam se desenvolvido/evoluído naturalmente, ou seja, alheia à existência humana.

Concomitante às transformações incorporadas pelos avanços científicos, novos sentimentos em relação aos seres naturais foram se estabelecendo. Diferentemente das zonas rurais, onde os animais e as plantas eram utilizados como meio de subsistência; nas zonas

² Ideologia que atribui ao homem posição privilegiada em relação aos demais seres do universo. “[...] sempre mais autossuficiente na satisfação das suas necessidades e confiante em suas próprias capacidades. Passa uma autoimagem de força e vitória sobre os condicionamentos” (JUNGES, 2001, p. 52).

urbanas, os animais passaram a ser tratados como integrantes da família e as plantas começaram a ser utilizadas como adereços estéticos. Frente aos processos de urbanização e seus eventuais problemas, como ausência de saneamento básico, superpopulação e poluição do ar, ia se fortalecendo, paulatinamente, uma espécie de adoração aos elementos naturais.

No final do século XVIII, após as transformações desencadeadas pela Revolução Industrial, “[...] o apreço pela natureza [...] se convertera numa espécie de ato religioso. A natureza não era só bela, era moralmente benéfica” (THOMAS, 2010, p. 368). A partir daí, entre os domiciliados das zonas urbanas, surge a vontade de retornar à natureza, visando uma reconciliação espiritual com as entidades religiosas. Esse desejo “condicionará mais tarde os movimentos de preservação das montanhas e terras incultas e pantanosas, antes de serem, todas, tragadas pelo progresso humano” (THOMAS, 2010, p. 379).

As críticas apontadas por Thomas (2010), juntamente com os avanços encabeçados pela ciência, foram evidenciando, paulatinamente, que o modo como o homem se relacionava com os elementos disponíveis na natureza precisava ser revisto e que, caso isso não ocorresse, as consequências interfeririam na qualidade de vida de todos os seres habitantes da Terra. Essas evidências foram responsáveis por impulsionar e ampliar o debate acerca da discussão ambiental, o que acabou despertando o interesse de inúmeras instituições e órgãos governamentais e não governamentais.

2.2 Brotos de uma nova era: caminhos ambientais possíveis

Conforme ressaltado anteriormente, os primeiros brotos de mudança de pensamento em relação à preservação da natureza se solidificaram sobre as bases do progresso científico³, tendo como ponto de partida os trabalhos desenvolvidos pelos naturalistas do século XVI, responsáveis por demarcar a abertura da revolução científica. Os estudos encabeçados pelos naturalistas constituíram a base para o nascimento da botânica, da zoologia e da ecologia, esta última surgida no século XIX (SILVA; SCHRAMM, 1997). Ressalta-se, entretanto, que o nascimento da ecologia ocorreu após o surgimento de inúmeras tentativas de “preservação da natureza”. Anterior à abordagem sistêmica, elaborada pela ecologia, a noção de preservação

³ Adorno (1995, p. 37) comenta que: “[...] o [conceito] de progresso tem seus equívocos; como quaisquer outros, estes também remetem a algo em comum. O que, no momento, deve entender-se por progresso, sabe-se, de forma vaga, mas segura: por isso mesmo não se pode empregar o conceito de forma suficientemente grosseira. Seu uso pedante defrauda apenas naquilo que promete: resposta à dúvida e esperança de que finalmente as coisas melhorem, de que, enfim, as pessoas possam tomar alento”.

estava particularmente atrelada à noção de preservacionismo estético, na qual a natureza deveria ser preservada em sua forma original, distante de qualquer intervenção antrópica (DIEGUES, 2001).

A ecologia surge agrupada a outros conhecimentos, especialmente aos integrados às ciências biológicas. A princípio, sua compreensão estava atrelada ao estudo da relação dos seres vivos em seu habitat natural. Posteriormente a ecologia é elevada à categoria de ciência e seu **objeto** de atuação passa a incluir estudos acerca das condições de existência e de interação dos seres vivos em seus ambientes de inserção natural (LAMY, 1996). Na visão de Boff (2008), a ecologia representa um sistema holístico relacional entre todos os elementos existentes na Terra, “[...] é a interação e dialogação de todas as coisas existentes [...]. Tudo que existe e preexiste subsiste através de uma teia infinita de relações [...]. Nada existe fora da relação. Tudo se relaciona com tudo em todos os pontos” (BOFF, 2008, p. 21).

De acordo com Capra (2003, p. 20), a ecologia representa “[...] o estudo de como a Casa Terra funciona, ou seja, as relações que interligam todos os moradores da nossa ‘Casa Comum’”⁴. Nessa casa, inserem-se os seres abióticos e bióticos. Apesar de os seres abióticos serem classificados como “sem vida”, são fundamentais para balancear o ciclo matéria-energia no planeta, são eles: água, solo, ar e energia solar. Os seres bióticos representam os microorganismos, as plantas e os animais, representantes diretos do homem.

Cada ciência tem objeto específico, perspectiva, epistemologia, método, jogo linguístico próprio e comunidade validante. O objeto da ecologia são os ecossistemas: resultado das interações entre o conjunto de seres abióticos e os seres vivos em determinado contexto geográfico. Ecossistemas são redes de relações, das quais faz parte a ocupação humana. (MURAD, 2008, p. 237).

Nessa perspectiva, é possível identificar que o foco de interesse da ciência ecológica está atrelado à **relação** entre os seres vivos e o que torna possível a continuação destes seres na Terra (CALLEMBACH, 2001). Na atual conjuntura planetária, a ecologia tem buscado compreender quais motivações têm levado o ser humano a devastar os ecossistemas responsáveis por sua própria sobrevivência. Nessa direção, nota-se que o saber ecológico também tem se debruçado sobre a gestão equilibrada e sustentável dos recursos disponíveis na natureza.

⁴ Termo utilizado pelo Papa Francisco na Encíclica “*Laudato Si*, Sobre o Cuidado da Casa Comum” (2015), a terminologia faz referência ao planeta Terra.

Essa mediação hermenêutica em torno da ecologia se tornou tão relevante quanto seu objeto central de estudo. Murad (2016) comenta que, para o primeiro fundador do conceito de ecologia, Ernest Haeckel (1866), a originalidade está na compreensão de que este conceito não pode ser reduzido à análise isolada dos seres abióticos e bióticos, mas deve considerar, sobretudo, a **relação** estabelecida entre ambos.

Ainda em seu período nascente, século XIX, a ecologia influenciou significativamente o modo como o ser humano se apropriava da natureza. Até o conceito de preservacionismo “passou por uma transição crítica ao sofrer a influência da ciência ecológica emergente” (KOPPES, 1998, p. 246). Acot (1990) comenta que foi por intermédio dessas discussões que, no ano de 1872, nos Estados Unidos, instalou-se o primeiro parque natural da história, o Parque Nacional de Yellowstone.

Porém, a partir da década de 1960, a concepção de “natureza isolada” (ACOT, 1990) foi cedendo espaço para uma abordagem ambiental mais integrada (DIEGUES, 2001). Serres (1991) revela que esses novos direcionamentos puseram em evidência um novo cenário, no qual a natureza não é mais apresentada como um elemento estático, subjugado, em que as transformações não provocam interferências para a vida humana:

[a] terra, as águas e o clima, o mundo silencioso, as coisas tácitas colocadas outrora como cenário em torno das representações comuns, tudo isso que jamais interessou a alguém, brutalmente, sem aviso, de agora em diante estorva as nossas tramoias. Irrompe em nossa cultura – que dela sempre formou uma ideia local e vaga, cosmética – a natureza. Outrora local – tal rio, tal pântano – global agora – o Planeta-Terra (SERRES, 1991, p. 13).

As discussões referentes ao debate ecológico se intensificavam à medida em que os ecossistemas terrestres apresentavam sinais de instabilidade devido à intervenção, direta ou indireta, do homem. Um dos primeiros grandes estudos acerca dessas interferências foi publicado no ano de 1962 por Rachel Carson, *Silent Spring* (Primavera Silenciosa). No livro, Carson alega que o uso de *Dicloro-Difenil-TricloroEtano* (DDT), pesticida usado na agricultura, além de provocar doenças para a população, também seria responsável por interferir no ciclo de reprodução das aves. Depois do lançamento da obra, devido à repercussão, no início dos anos de 1970, o uso do DDT foi proibido em vários países (DRUMMOND, 2006).

No mesmo período, a própria proliferação da espécie humana foi apresentada como uma ameaça ao equilíbrio natural da Terra. Concomitante à apresentação dessa hipótese, o biólogo Paul Ehrlich publica, no ano de 1968, o livro intitulado *The Population Bomb* (A

Bomba Populacional), no qual, as teorias neomalthusianas foram associadas a um possível colapso dos recursos naturais.

Ainda no ano 1968, iniciaram-se as primeiras articulações responsáveis pela formação do Clube de Roma⁵. O primeiro documento de visibilidade internacional produzido pelo Clube foi o *The Limits to Growth* (Os Limites do Crescimento), também conhecido como Relatório *Meadows*. O documento chamou atenção para os impactos provocados pela indústria e discutiu sobre as tomadas de decisões que poderiam favorecer a minimização dos impactos provocados pela ação humana (MAGRINI, 2001).

Em 1972, o Relatório *Meadows* foi apresentado na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente de Estocolmo como um dos documentos mais importantes do encontro. Seu principal objetivo era consolidar uma aliança internacional que visasse amortecer os impactos antrópicos provocados no ambiente (ACOT, 1990). Essa conferência foi responsável por produzir o primeiro documento de repercussão internacional no qual o meio ambiente passou a ser reconhecido como um direito humano. Contudo, as proposições apresentadas no relatório, referentes ao descimento das taxas de crescimentos, causaram insatisfação, principalmente por parte dos países considerados subdesenvolvidos (OLIVEIRA, 2012).

Mais tarde, no ano de 1983, com o apoio da Organização das Nações Unidas (ONU), criou-se a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente (CMMAD). Após quatro anos de trabalho, foi publicado o *Our Common Future* (Nosso Futuro Comum). O documento teve como pauta principal a discussão acerca do conceito de desenvolvimento sustentável (GIDDENS, 2010; CRESPO; LEITÃO, 1993; OLIVEIRA, 2012). De acordo com a publicação, o desenvolvimento sustentável objetivava “[...] atende[r] às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991, p. 46). Nessa direção, as tentativas de limitar o crescimento, propostas em Estocolmo, são retificadas por um ideal de desenvolvimento que atue em consonância com a equidade dos recursos disponíveis na natureza.

Os esforços para acomodar os interesses econômicos e ambientais, emancipados pela emergência do conceito de desenvolvimento sustentável, acabaram se infiltrando em inúmeras pautas e agendas ecológicas oficiais de países de todo o mundo (OLIVEIRA, 2012). A própria

⁵ “O Clube de Roma [...] permanece como grupo de debates diversos, incluindo a problemática ambiental e desenvolvimento sustentável. Entre os membros efetivos, destacam-se personalidades como Mikhail Gorbachev, último presidente da extinta União Soviética, o rei Juan Carlos I, da Espanha, e Fernando Henrique Cardoso, ex-presidente do Brasil, além de, especificamente, Jay W. Forrester, engenheiro de computação que foi precursor do modelo da Dinâmica de Sistemas, que fundamentaria a obra “Limites do Crescimento” (OLIVEIRA, 2012, p. 77).

Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Rio-92, buscou promover o desenvolvimento sustentável em escala mundial, com destaque para a criação da Agenda 21⁶. Esse encontro também foi responsável por inserir o princípio da precaução nas pautas de discussão, estabelecendo que “[...] as tecnologias devem ser rejeitadas, a menos que se possa provar que não causarão danos aos seres humanos nem à biosfera” (GIDDENS, 2010, p. 77).

Apesar de as discussões referentes aos problemas ambientais globais terem começado de fato com a Conferência de Estocolmo (1972), as questões relacionadas ao aquecimento global só começaram a se solidificar com a realização da primeira Conferência Mundial sobre o Clima, em 1979, junto à Organização Meteorológica Mundial – *World Meteorological Organization* (WMO) – das Nações Unidas. Durante a conferência, os países participantes concluíram que “[...] a queima de combustíveis fósseis, o desmatamento e as mudanças no uso do solo aumentaram o montante de dióxido de carbono (CO²) na atmosfera em 15% durante o período de 100 anos que precedera a Conferência [...]” (BRAZ, 2003, p. 140).

No ano de 1988, o trabalho desenvolvido pela WMO e pelo Programa Ambiental das Nações Unidas deu origem ao Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC). O IPCC é reconhecido como um órgão de caráter científico, político e intergovernamental, seu principal objetivo é “[...] sistematizar periodicamente o conhecimento científico produzido sobre o clima e as mudanças climáticas” (LEITE, 2015, p. 644). Sua criação representou uma importante iniciativa no processo de elaboração de estratégias de avaliação do aquecimento global e seus efeitos no planeta. O painel previu que uma das principais causas do aumento da temperatura do planeta estaria atrelada ao uso excessivo de combustíveis fósseis e à intensificação das queimadas, ambos provocados pela ação antrópica. Ressalta-se que o primeiro relatório promulgado pelo painel, em 1990, integrou parte das pautas que seriam abordadas na Rio-92 (GIDDENS, 2010).

A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQNUMC), também adotada durante a Conferência Rio-92, representou um passo significativo dado pela comunidade internacional. A CQNUMC estabeleceu como objetivo “[...] alcançar a estabilização das concentrações de Gases de Efeito Estufa (GEEs) na atmosfera em nível que impeça uma interferência antrópica perigosa no sistema climático” (MOREIRA; GIOMETTI, 2008, p. 10). Apesar de a Convenção não ter determinado de que maneira esse objetivo seria

⁶ De acordo com Barbieri e Silva (2011, p. 57), a Agenda 21 apresenta-se como “[...] um programa de ação abrangente para guiar a humanidade em direção a um desenvolvimento que seja ao mesmo tempo socialmente justo e ambientalmente sustentável”.

atingido, foram estabelecidas negociações e acordos que facilitariam as tomadas de decisão futuras.

É assim que nasce, no ano 1997, o Protocolo de Quioto. Tendo como principal pauta o estabelecimento de metas de redução de emissão de gases de efeito estufa (ocasionado essencialmente pelo desmatamento e pela atividade industrial), Quioto tem a responsabilidade de elucidar para o mundo a necessidade de agir concretamente em prol da causa ambiental, também é apresentado como um meio para que os países em processo de desenvolvimento adotem práticas compatíveis com a proposta de desenvolvimento sustentável, que, dentre outras ações, visa “[...] a produção de energia limpa para a redução das emissões de GEEs e, com base na cooperação internacional com países desenvolvidos, [os países em desenvolvimento] beneficiem-se com a transferência de tecnologia e com o comércio de carbono” (MOREIRA; GIOMETTI, 2008, p. 11).

A entrada no século XXI foi marcada por uma série de conferências, congressos, reuniões, fóruns e convenções nacionais e internacionais. Os resultados desses encontros fizeram com que cientistas de todo o mundo entrassem em consenso quanto às causas da degradação ambiental mundial, apontando a ação antrópica como o principal responsável pelos problemas. Porém, esse século não trouxe mudanças muito expressivas quanto às discussões que já haviam sido desencadeadas.

Os grandes eventos de visibilidade internacional que ocorrem a posteriori, a exemplo da Rio+10 (2002), realizada na África do Sul, em Johannesburgo, e da Rio+20 (2012), realizada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, trouxeram resultados pouco expressivos (GUIMARÃES; FONTOURA, 2012). Exceto pelo Acordo de Paris, firmado durante a 21ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2015, ou Conferência das Partes (COP-21), no qual os 195 países participantes acolheram a proposta de redução de emissão de gases responsáveis por acelerar o efeito estufa (SANTOS, 2017).

Dada a visibilidade e repercussão desses eventos, as discussões sobre as questões de cunho ambiental se popularizam e, paulatinamente, começaram a contar, além de com a comunidade científica, com a participação de ativistas ambientais, organizações sem fins lucrativos e instituições de cunho religioso, objetivando aumentar a participação social nas tomadas de decisão, aprimorar os conhecimentos acerca da temática ambiental e intensificar a corresponsabilidade entre os sujeitos e as instituições (MAÇANEIRO, 2011a). Nessa direção, o tópico a seguir fará uma abordagem geral acerca do envolvimento das religiões nas pautas ambientais.

2.3 Religião e Ecologia: uma breve análise do meio ambiente na perspectiva das tradições religiosas

A religião representa uma das expressões mais antigas do homem (JUNG, 1958). Desde o período da Pré-História, há relatos de práticas e manifestações envolvendo as crenças religiosas, por meio de ritos ou hierofanias. Alguns estudiosos enxergam a religião como um “produto de fatores sociais e psicológicos” (GAARDER; HELLERN; NOTAKER, 2000, p. 18). Entretanto, essa definição reduz a religião a apenas um atributo da vida social ou da vida espiritual do homem. Nas modernas ciências da religião, este pensamento reducionista cede espaço para uma concepção de religião independente, ligada aos elementos sociais e psicológicos, mas que possui seus próprios componentes (GAARDER; HELLERN; NOTAKER, 2000).

Silva (2004, p. 4) comenta que uma das definições mais aceitas de religião é a de que a “[...] religião é um sistema comum de crenças e práticas relativas a seres sobre-humanos dentro de universos históricos e culturais específicos”. Tal concepção apresenta um significado menos excludente, tendo em vista a variedade de expressões/sentidos/significados atrelados aos segmentos religiosos existentes no mundo.

De modo geral, pode-se afirmar que as tradições, os costumes e os ritos religiosos apresentam, direta ou indiretamente, certa ligação com o meio ambiente. Almeida (2013, p. 8) comenta que “[...] muitas [religiões] partem do mesmo princípio, no qual a natureza é essencialmente divina e o homem está incluído nela”. O instinto religioso está além do empirismo, ele se coaduna com o mistério, representado pela beleza, pelo misticismo, pelo sentido e pela transcendência. Maçaneiro (2011b, p. 84) revela que:

Esses elementos se inscrevem no cosmo e são decifrados pelo espírito humano. Daqui brotam os mitos ordenadores do caos e explicadores do dinamismo da vida, e os códigos de conduta que orientam as relações entre as pessoas, delas com a divindade e, enfim, com as demais criaturas. Temos, aqui, elementos hermenêuticos (interpretação do mundo) e morais (princípios de conduta) preservados pelas religiões e ainda ativos no comportamento atual.

Entretanto, essa ligação intrínseca apresentada por Maçaneiro (2011a) não foi poupada de críticas. Diferentes autores teceram análises severas quanto ao modo como as religiões se apropriavam da natureza, especialmente as religiões da origem judaico-cristã. Em 1967, o historiador americano Lynn White publicou um dos principais e mais polêmicos trabalhos sobre a relação entre meio ambiente e religião. No artigo intitulado *The Historical Roots of*

Our Ecological Crisis (As Raízes Históricas da Nossa Crise Ecológica), o autor se apoiou na ideia de que “[...] os ambientalistas, para serem coerentes, precisariam romper radicalmente com o legado judaico-cristão, que seria o grande culpado da devastação da natureza” (ASSMANN, 1997, p, 195).

White (1967) ancorou-se no argumento de que, ao explicar que Deus criou o mundo e tudo que nele existe para usufruto e benefício do homem, a abordagem judaico-cristã produziu uma forte visão antropocêntrica, abrindo as portas para a exploração exacerbada da natureza (WHITE, 2007). Além disso, o cristianismo, ao se emancipar como a religião majoritária do Ocidente, acabou aniquilando “o animismo pagão”, tornando possível “a exploração da natureza com total indiferença para com os sentimentos dos objetos naturais” (WHITE, 2007, p. 83). Com base nessas premissas, White (2007) conclui que a visão antropocêntrica, tão difundida no Ocidente, originou-se graças aos preceitos estabelecidos pelas religiões cristãs e que estas seriam as principais responsáveis pela crise ecológica.

Weber (2010) também é apontado como um dos críticos que atrelou à religião os primeiros indícios de desencantamento do mundo. Para o autor, o monoteísmo pregado pelas religiões de origem judaico-cristã ignorava a sacralidade do mundo “[...] ao descartar a existência de outros deuses e ao combater o recurso a meios mágicos para alcançar a salvação ou favores divinos” (WEBER, 2010, p. 96). Pierucci (2003, p. 145) comenta que esse desencantamento do mundo delineou alguns cenários:

Primeiro a religião (monoteísta ocidental) desalojou a magia e nos entregou o mundo natural “desdivinizado”, [...] depois, nos tempos modernos, chega a ciência empírico-matemática e por sua vez desaloja essa metafísica religiosa, entregando-nos um mundo ainda mais “naturalizado”, [...] analisável e explicável, incapaz de qualquer sentido objetivo, menos ainda se for uno e total [...].

Essa abordagem de “mundo natural”, apresentado como objetivo exequível de manipulação, vai se reverberar na tese defendida por White. Para o autor, “essa mudança de perspectiva em relação à natureza, desencadeada pela religião e desenvolvida pela ciência” (SANTOS, 2017, p. 80) é a principal responsável pela degradação ambiental. Gibson (1997) comenta que, antes desse desencantamento, o homem, os seres vivos e uma unidade de espíritos eram criados para habitar a mesma “comunidade moral”. Porém, essa desilusão do mundo,

[...] ajudou a criar um vácuo moral, uma sensação generalizada de que as pessoas estão sozinhas nesta terra, separadas de outras criaturas, separadas

das próprias terras e mares em que vivem, separadas dos ancestrais que os precederam e separados das gerações futuras, tanto humanas quanto animais, que virão. A sensação de que a vida não tem significado transcendente e a sociedade não tem objetivos comuns assombra o mundo moderno (GIBSON, 1997, n.p.).

Na contramão das hipóteses apresentadas por White (1967), Weber (2010) e Gibson (1997), autores como Boff (1996, 2004, 2008, 2012), Reimer (2010, 2007), Maçaneiro (2011), Murad (2016), Franky e Aguirre (2016), dentre outros, não pouparam esforços para apresentar as expressões religiosas como importantes aliadas no processo de sensibilização ambiental. Para esses estudiosos, a religião deve ser apresentada como um caminho frutífero de (re)conexão do homem com a natureza. No caso das religiões de origem judaico-cristã, especialmente o cristianismo, Reis e Bizawu (2015, p. 33, grifo do autor) comentam que:

[colocá-la como] justificativa para a destruição ambiental humana, principalmente a que está relacionada ao modo de vida ocidental, parece mais ser uma postura ideológica do que intelectual, ou uma má leitura do cristianismo e de sua longa tradição. Pois, da mesma forma que se encontram argumentos forçados para detectar no cristianismo a origem da crise ambiental, essa mesma tradição possibilita leitura contrária, o que permite descobrir, *avant la lettre*, uma defesa e um cuidado da natureza.

Com base nessa análise, Kiss (2005) explica que o lugar ocupado pelo homem no seio da Criação diz respeito a um lugar de unidade, no qual todos os elementos exercem uma função. Porém, ao ser humano foi destinado uma função singular: manter a continuação da vida na Terra; sendo, desse modo, o administrador deste bem universal, e não o proprietário, que de tudo ali pode usufruir, ao seu bel-prazer. Nessa perspectiva, Xavier (2011, p. 17) afirma que:

O relacionamento íntimo entre o Criador, o homem e a natureza exige do cristão o envolvimento com o cuidado do planeta. As leis naturais, estabelecidas pelo Supremo Criador, requerem uma atenção específica, para que a ordem com que todos os ecossistemas operam continue tendo sustentabilidade. Essa interdependência existente nos diferentes sistemas ecológicos afeta diretamente a vida na Terra e é imprescindível à preservação do ambiente. Na criação, Yahweh determinou essa interrelação, dando ao homem o encargo do cuidado com o meio ambiente.

As próprias religiões de tradição oriental apresentam forte respeito aos elementos naturais e aos seres vivos, incluindo o homem. Para algumas das religiões orientais, todos os elementos da Terra possuem uma relação de interconexão e interdependência e, juntos, esses elementos formam uma única teia da vida. Crespo e Leitão (1993, p. 120) comentam que os

segmentos religiosos professados no oriente apresentam expressiva sabedoria sobre “as ‘energias’ que regulam o universo e a natureza”. Portanto, essas especificidades não podem ser desconsideradas quando se tratando de uma abordagem ambiental.

Maçaneiro (2011a) explica que, no contexto histórico das civilizações, os segmentos religiosos registraram as primeiras interpretações acerca da relação humana com o meio, pois as hierofanias frequentemente revelavam aproximações entre o divino, o humano e o natural:

[...] com sua linguagem metafórica, figuras emblemáticas e lembranças rituais – [as hierofanias] compuseram visões de mundo e ajudaram o próprio ser com os semelhantes e consigo mesmo. Assim emergiam variadas noções de tempo, espaço e transcendência, conjugando o particular e o universal. De tal sorte que, ainda hoje – após séculos de evolução tecnológica e científica – , o acervo das religiões surpreende por sua complexidade (MAÇANEIRO, 2011a, p. 167).

Na perspectiva de Maçaneiro (2011b, p. 78) as religiões sugerem **desenhos do mundo** através de símbolos milenares e suas releituras contínuas: “[...] criação a partir das águas primordiais, organização do caos pela ação da Divindade, harmonia de esferas celestes, analogia entre macrocosmo e microcosmo, etc.”. Esses aspectos evidenciam a necessidade de compreender o cosmo e a natureza a partir do *homo religiosus* nas diferentes culturas. É daí que se extrai a complexa e densa literatura sacra, na qual os elementos míticos se correlacionam com os elementos histórico-culturais, moldando uma singular *episteme* da natureza: um conhecimento que “re-une” “[...] o biológico e o espiritual, o cotidiano e a transcendência” (MAÇANEIRO, 2011b, p. 78).

Nessa abordagem, os desenhos do mundo vão interligar os elementos religiosos e científicos em três pontos essenciais para a Ecologia: a ineligibilidade, a hermenêutica e a organicidade.

Inteligibilidade: a convicção de que o universo é uma realidade inteligível, capaz de ser compreendida, ainda que parcial e progressivamente. Daqui provêm a classificação dos elementos naturais, a classificação das propriedades químicas e terapêuticas, a identificação dos astros e das constelações, a medição do tempo pelo ciclo lunar ou solar, a otimização das fontes e do solo, e o desenvolvimento de habilidades intelectivas e técnicas relacionadas à manutenção da vida. O conhecimento necessário para a sobrevivência foi cercado de ritualidade, porque reflete a sacralidade da vida que ele preserva.

Hermenêutica: a interpretação do mundo como exercício próprio da humanidade, em busca de sentido para sua trajetória na Terra. Daqui provêm as mitologias cosmogônicas (sobre o começo e o término do universo); a cultura dos quatro elementos (água-terra-fogo-ar) relacionados aos humores da alma; a veneração de astros e potências naturais; a concepção da Terra

como mãe e provedora (Ceres, Gaia, Deméter); a intuição de um sentido transcendente para o universo e a humanidade.

Organicidade: a tentativa de ordenar os elementos da natureza, terrestres e siderais, ensaiando visões de conjunto que articulem o todo e as partes. Daqui provêm a compreensão do mundo como árvore sefirótica ou corpo cósmico; a concepção do corpo humano como microcosmo detalhadamente referido ao macrocosmo; a relação entre macrocosmo e microcosmo como princípio místico e terapêutico; a sacralidade dos elementos orgânicos e sua utilização ritual; as várias mitologias que associam terra e céu (MAÇANEIRO, 2011b, p. 78, grifo do autor).

Esses pontos de ancoragem, existentes entre os aspectos religiosos e científicos, aproximam-se e identificam-se ao considerarem a vastidão do espaço, o percurso do sol, o deslumbramento do fogo e a benevolência das águas; e o fazem correlacionando as partes com o todo, identificando o trajeto do homem nessa relação e investigando de que maneira ele se aproxima dos elementos naturais. O Quadro 2 apresenta pontos de aproximação com a natureza estabelecidos por alguns dos segmentos religiosos professadas no mundo:

Quadro 2 - Aproximações ecológicas presentes nos segmentos religiosos

| Hinduísmo | Budismo | Judaísmo | Religião de Matriz Africana | Cristianismo | Islamismo |
|--|--|--|--|---|--|
| <p>“O Hinduísmo organizou o mundo em círculos concêntricos de terra, intercalados pela água, tendo ao centro o monte Meru (hoje identificado com o Himalaia)” (MAÇANEIRO, 2011b, p. 79).</p> | <p>“De acordo com as crenças budistas é proibido se desfazer de qualquer ser que habita o mundo e que possua capacidade de sentir. Para o budismo as plantas conectam o ambiente com diversas possibilidades espirituais. Portanto, o cuidado com a natureza é considerado como um serviço prestado aos seres vivos” (CHARBAJ E <i>et al.</i>, 2013, p. 24).</p> | <p>“O Judaísmo expressou a organicidade do universo a partir da potência criadora da Palavra divina: ao nomear cada criatura, chamando-a à existência, Deus colocava ordem na Criação, separando-a do caos. Por sua Palavra os astros seguem sua órbita; os mares se detêm à borda dos continentes, os peixes, répteis e pássaros ocupam seu hábitat; a terra produz as colheitas; o ser humano vive” (MAÇANEIRO, 2011b, p. 79).</p> | <p>“Os orixás, representando as divindades protetoras relacionadas aos elementos da natureza, possuem histórias exóticas em que são narrados fatos da sua origem e da sua atuação no mundo, entre si e junto às pessoas, configurando-se, portanto, como figuras mitológicas que realizam feitos diversos, simbolizando criação, proteção, cuidado, poder, castigo e diversas atitudes, valores e sentimentos perante os seres humanos” (SILVA, C., 2012, p. 138).</p> | <p>“No Cristianismo, os elementos telúricos, celestes e abissais da Criação encontram-se no Cristo Cósmico, formando um Corpo encabeçado pelo Logos divino (cf. Col 1,15-20). Afinal, Jesus é professado como encarnação histórica do Logos criador e reconciliador de todas as coisas que há ‘nos céus, na terra e sob a terra’ (Fil 2,10). Este Cristo-Logos é princípio e plenitude da nova criação (cf. Rm 8,19-23)” (MAÇANEIRO, 2011b, p. 80).</p> | <p>“Na ecologia islâmica, o homem é o gerente da criação, responsável por cuidar e preservar todo o meio-ambiente (fauna e flora). Ele é autorizado pelo sagrado para utilizar os recursos naturais com responsabilidade e de modo sustentável, porquanto é administrador e não proprietário desses recursos” (SOUZA, 2012, p. 111).</p> |

Fonte: adaptação da autora (2021).

A partir dessas abordagens, observa-se que cada um dos segmentos religiosos apresentados expressam um modo particular de se relacionar com a natureza e que esse relacionamento vai se reverberar no modo como essas religiões praticam seus ritos

cotidianamente. Franky e Aguirre (2016) comentam que as religiões assumiram um importante papel de protagonismo no que tange à tomada de consciência quanto à apropriação dos recursos naturais, pois o olhar religioso consegue se conectar à instituição do mistério, refugiado na beleza, no sentido e na transcendência. Esses elementos compõem a ordem do cosmo e são (re)interpretados pela espiritualidade humana.

Com base nessa premissa, Leff (2006b) apresenta uma abordagem de natureza na qual seja possível estabelecer um diálogo com as religiões (mesmo sendo em uma conjuntura de princípios). Com vistas a suscitar uma epistemologia ambiental, o autor se ancora em uma convergência de saberes que vão se inserir no que ele chamou de olhar holístico. Apesar disso, Maçaneiro (2011b) comenta que essa abordagem holística da realidade, típica de uma cosmovisão religiosa, ainda é muito descaracterizada pela ciência; por isso, Leff (2006b) propõe que essa visão seja levada em consideração, para o autor:

O saber ambiental reconhece as identidades dos povos, suas cosmologias e saberes tradicionais, como parte de suas formas culturais de apropriação do seu patrimônio de recursos naturais. Assim, inscrevem-se dentro dos interesses diversos que constituem o campo conflitivo do ambiental. Emergem daí novas formas de subjetividade na produção de saberes, na definição dos sentidos da existência e na qualidade de vida dos indivíduos, em diversos contextos culturais. Nesse sentido, mais que reforço da racionalidade científica prevalecente, o saber ambiental impulsiona novas estratégias conceituais para construir uma nova racionalidade social. (LEFF, 2006b, p. 169).

Essas novas abordagens conceituais possibilitam que as religiões, com suas especificidades cosmológicas e interpretativas, ocupem lugar de relevância nas discussões relacionadas à temática ambiental. Além disso, junto às ciências, à sociedade e às instituições governamentais, as religiões podem oferecer subsídios para a consolidação de uma ética baseada na sensibilização ambiental. Os riscos que ameaçam todas as formas de vida na Terra são reais: poluição, desperdício, consumo excessivo, variação de temperatura, desmatamento, dentre tantos outros; por essa razão, esses cenários de insegurança devem influenciar a humanidade a rever seus hábitos, padrões de vida, de consumo e, sobretudo, a redirecionar o olhar para uma ética ambiental⁷ baseada no bem-estar de todos os seres vivos.

Essencialmente, a ética ambiental busca superar a ruptura estabelecida entre o homem e a natureza – superando dois princípios: primeiro, o do homem “[...] dominando o meio-

⁷ Para Santos e Souza (2018, p. 113), “[...] a ética ambiental pretende pensar a natureza como portadora de uma dignidade moral, ou seja, de um valor intrínseco, mas também entende que essa mesma natureza não está apartada do homem e, por isso, tem preocupação política”.

ambiente pela crescente tecnicização; e, segundo, o da natureza “[...] separando-se na direção de uma preservação sem nenhuma incidência humana, como se o homem não fizesse parte, também ele, da natureza” (MAÇANEIRO, 2011b, p. 89). A fratura conceitual entre homem e natureza ignora o princípio basilar de que “[...] todo homem está na natureza, e toda a natureza está no homem” (MORIN [s.d.] apud PENA-VEGA, 2013, p. 71), essa visão separatista precisa, portanto, ser superada.

Representantes, dos mais diversos segmentos religiosos, têm se ancorado na premissa de que as religiões podem ser aliadas no processo de consolidação de uma ética ambiental. Desde a década de 90, líderes de distintos segmentos religiosos têm participado assiduamente da Convenção da Terra – uma aliança inter-religiosa para o tratamento de questões referentes à segurança ecológica comum. Murad (2013) comenta que, em 2012, concomitante à realização da Rio+20, a Cúpula dos Povos, por iniciativa da CNBB e do Movimento “Religiões pela Paz”, reuniu autoridades religiosas do Brasil para debater sobre a relação entre as religiões e as questões ambientais. Na Carta das Religiões e o cuidado da Terra⁸, foi acordado que:

A agenda das religiões deve incluir os elementos que traçam os projetos do ser humano na busca de realização da sua existência e afirmar compromissos efetivos com a defesa da vida no planeta. Religiões, sociedade e meio ambiente são realidades estreitamente correlatas. As tradições religiosas contribuem para a ampliação da consciência dos seus seguidores sobre os valores fundamentais da vida, pessoal, social e ambiental, orientando para a convivência pacífica e respeitosa entre os povos, culturas e credos, e destes com toda a criação (CNBB, 2012a, n.p.).

No ano de 2017, na Iniciativa Ecumênica de Oslo para as Florestas Tropicais, encabeçada pelo governo norueguês em parceria com a *Rainforest Foundation* e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), distintos líderes – entre eles, cristãos, muçulmanos, judeus, hinduístas, budistas e indígenas – reuniram-se para debater sobre a conservação das florestas tropicais e sobre as mudanças climáticas que estariam provocando interferência nos ecossistemas, desde a bacia do Congo até a floresta amazônica (FREITAS, 2019).

Em um período marcado por uma intensa crise ambiental – no qual se verifica um tremendo esforço para sensibilizar o ser humano quanto ao cuidado para com os recursos naturais –, não se pode dispensar ou ignorar a contribuição das religiões, pois os diversos

⁸ Cf. Carta das Religiões e o Cuidado da Terra (CNBB, 2012b).

saberes e os domínios atrelados às responsabilidades humanas se correlacionam dentro de uma perspectiva interdisciplinar, internacional e, conseqüentemente, inter-religiosa, visando beneficiar a vida de todos os seres que habitam o planeta, pois

[...] as religiões oferecem uma perspectiva de profundidade e de ética à percepção cultural, política e científica do mundo, com efeitos potencialmente benéficos: aproximação da física e da metafísica numa visão holística do mundo; integração do ignoto numa epistemologia que vai além da racionalidade instrumental; interação dos acervos técnicos e simbólicos educadores da humanidade; contribuição das religiões para uma ética planetária (MAÇANEIRO, 2011b, p. 90).

Nesse viés, compreende-se que as abordagens eco-religiosas contribuem significativamente para a disseminação de uma ética ambiental, ancorada numa perspectiva integral, na qual são consideradas as questões de cunho social, econômico, político, emocional e religioso, com vistas a suscitar soluções holísticas para problemas ecológicos locais, regionais e globais. Sendo assim, além de aos cientistas, às organizações governamentais e à sociedade civil, cabe também aos representantes religiosos – individual e coletivamente – intensificarem suas discussões e se inserirem nas redes de diálogos ambientais, a fim de colaborar com práticas que estimulem e entusiasmem a sensibilização, o cuidado e a conservação socioambientais.

Nessa direção, espera-se que a elaboração deste estudo no âmbito das Ciências Ambientais, juntamente com o apoio dos acordos, planos e metas já institucionalizados, a exemplo dos ODS, pode corroborar com a promoção de ações que visem amortecer os impactos direcionados ao meio ambiente e, conseqüentemente, ao homem. Faz-se necessário incluir, neste debate, grupos, instituições e organizações diversas, pois a responsabilidade em manter o planeta equilibrado depende essencialmente do modo como o ser humano tem se relacionado com o ambiente.

Portanto, o cerne da discussão desenvolvida neste capítulo abre espaço para a desmistificação de uma visão romantizada da religião, levando em consideração seus pontos de divergência e convergência com o tema central deste estudo. Crentes e não crentes convivem com a premissa de que o planeta está em constante transformação graças às interferências e ações do homem no meio. Esse fato deve impulsionar e motivar as relações humanitárias entre si, considerando-se o cuidado com a natureza, a defesa dos pobres, o apelo à paz e a fraternidade entre os povos. Também é indispensável o diálogo com os distintos

campos científicos, evitando o isolamento e a absolutização dos saberes⁹. Logo, deve haver uma comunicação aberta e respeitadora entre as diversas áreas do conhecimento, para que juntas possam pensar no bem comum que beneficie a todos (FRANCISCO, 2015; RIBEIRO; VIEIRA, 2019; BRIGHENTI, 2018).

⁹ Paulo Freire (1983, p. 31) faz uma crítica quanto ao processo de absolutização do saber; para o autor, “[...] o saber começa com a consciência do saber pouco (enquanto alguém atua). Pois sabendo que sabe pouco que uma pessoa se prepara para saber mais. Se tivéssemos um saber absoluto, já não poderíamos continuar sabendo, pois que este seria um saber que não estaria sendo”.

3 DIÁLOGOS SOCIOAMBIENTAIS NO MAGISTÉRIO DA IGREJA CATÓLICA A PARTIR DO CONCÍLIO VATICANO II

Dando seguimento aos enfoques relacionados às discussões ambientais apresentadas pelas religiões, especialmente, neste caso, pelo catolicismo professado no Brasil, este capítulo abordou, em seu primeiro item, conteúdos bíblicos que se correlacionam com a temática socioambiental. Os demais itens foram destinados à apresentação de alguns dos principais discursos proferidos e documentos produzidos pela Igreja Católica acerca da temática socioambiental a partir do Concílio Vaticano II.

Diante da problemática ambiental atual, nota-se a necessidade de ampliar a leitura das narrativas bíblicas, tendo como base uma abordagem ecológica holística. Os textos bíblicos e os documentos oficiais elaborados pela Igreja Católica podem apresentar pistas capazes de (re)orientar a relação do homem com o ambiente. Nessa direção, Junges (2009, p. 359) descreve que “[...] é necessário assumir o desafio de repensar a doutrina da criação num contexto ecológico, descodificando criticamente certas interpretações e dando um sentido aos textos bíblicos que seja significativo para a compreensão dos desafios atuais do respeito à natureza”.

Apesar de a abordagem antropocêntrica ser identificada em algumas das produções documentais utilizadas e elaboradas pela Igreja Católica (Gn 1,28), também é possível identificar traços de uma abordagem baseada no biocentrismo (Gn 2,15) (PINTO; COELHO, 2016). Para enfrentar esse antagonismo, faz-se necessário um denso diálogo interpretativo, no qual a visão antropocêntrica, responsável por grande parte dos impactos ambientais, seja superada por um direcionamento biocêntrico, fundamentado em uma releitura ecológica dos textos bíblicos e dos documentos da Igreja, objetivando sensibilizar a comunidade quanto ao tratamento equitativo dos recursos naturais (SILVA, 2018).

É indispensável elaborar uma discussão ecológica da criação com base na reinterpretção dos documentos produzidos pela Igreja e, sobretudo, das narrativas bíblicas, pois os argumentos propostos na Bíblia não devem ser “utilizados” para justificar um ideal de vida antropocêntrico, baseado na prática dominadora e exploradora da natureza. Reimer (2007, p. 20) comenta que “[os] textos bíblicos devem ser fontes a partir das quais se pode iluminar e abastecer criativamente pensamento e ações nos tempos presentes”; por isso, faz-se necessária a construção de uma leitura ancorada no ideário de ecologia no qual todos os elementos – “[...] tradição, experiência, ciência, sabedoria, dedução e intuição” (MURAD, 2009, p. 291) – sejam considerados.

3.1 O Catecismo da Igreja Católica: breves relatos

O Catecismo da Igreja Católica (CIC) é um documento de referência acerca da doutrina católica. Os textos presentes no CIC apresentam direcionamentos sobre o que a Igreja professa, no que crê e suas orientações gerais. O conteúdo também condensa os ensinamentos da Igreja, expondo o Santo Magistério em cada um dos temas essenciais abordados, bem como a interpretação autêntica das Sagradas Escrituras e da Santa Tradição (SCHNEIDER; SILVA, 2018).

No ano de 1985, vinte anos depois do encerramento do Concílio Vaticano II, o Papa João Paulo II convocou uma Assembleia Extraordinária do Sínodo dos Bispos. Durante a referida assembleia, os bispos optaram a favor da construção de um novo catecismo¹⁰, mais alinhado às aspirações propostas pelo Concílio Vaticano II. A partir de 1985, criou-se uma comissão, formada por doze Cardeais e Bispos, que deu início ao processo de escrita do referido documento; após sete anos, o texto foi aprovado pelo Papa João Paulo II, no ano de 1992 (NERY, 1993).

O catecismo é apresentado como um importante subsídio norteador, não só para os simpatizantes da Igreja Católica, mas também para os que buscam referência sistemática nos diversos campos da ação eclesial. De acordo com o CIC (2016, p. 15):

O [...] Catecismo tem por objetivo apresentar uma exposição orgânica e sintética dos conteúdos essenciais e fundamentais da doutrina católica tanto sobre a fé como sobre a moral, à luz do Concílio Vaticano II e do conjunto da Tradição da Igreja. Suas fontes principais são a Sagrada Escritura, os Santos Padres, a Liturgia e o Magistério da Igreja.

O Catecismo é dividido em quatro seções. A primeira sessão destina-se ao tratamento da profissão da fé (Credo) e aborda questões sobre a Revelação, meio pelo qual Deus se aproxima do homem, e sobre a fé, meio pelo qual o homem se encontra com Deus. Na segunda sessão, expõe-se como a salvação em Deus tem se reverberado nas ações sagradas da liturgia. A terceira sessão trata do fim último do homem (a fé vivenciada). E, na última sessão, apresenta-se a importância da oração para os cristãos.

¹⁰ A Igreja já contava com um Catecismo, o *Catechismus ad Parochos*, popularmente conhecido como “Catecismo Romano”. Publicado em 1566, esse Catecismo, contribuiu “[...] de forma decisiva para a renovação da catequese e a divulgação do espírito do Concílio de Trento” (RATZINGER; SCHÖNBORN, 1997, p. 9).

Toda a explanação abordada no catecismo tem como objetivo aprofundar o conhecimento da fé, perspectivando seu amadurecimento e seu enraizamento no desenrolar das ações humanas. Por ser um documento de fácil acesso, linguagem e consulta, o catecismo vai, paulatinamente, integrando e direcionando toda a estrutura organizacional da Igreja, bem como suas práticas e ações pastorais. A pulverização de seu conteúdo encontra-se imbricado (direta e indiretamente) nos diversos espaços de atuação eclesial. No meio social, o catecismo busca apresentar mecanismos capazes de edificar a evangelização de maneira mais eficaz. Nesse sentido, entende-se que todos os direcionamentos pastorais, discursos e documentos de caráter socioambiental tratados nesta tese foram interpretados com base nos apontamentos elencados no CIC.

3.2 As narrativas bíblicas e os debates socioambientais: diálogos convergentes

Para os segmentos religiosos que adotam a bíblia como parte de seus fundamentos sagrados, esta se apresenta como uma fonte de orientação, representando um elemento de significativa importância para a experiência religiosa. Desse modo, ao trazer as narrativas bíblicas para o debate, pretende-se resgatar as passagens que nortearam e que noteiam os direcionamentos pastorais da Igreja Católica frente às discussões socioambientais, tendo por base a bíblia utilizada por essa doutrina religiosa.

A bíblia completa possui 73 livros, fruto do esforço de numerosos autores, que, ao escrevê-la, imprimiam sua personalidade, seu estilo e as características histórico-geográficas do tempo e do período em que viviam (VAZ, 2014). “[U]ma das intenções dos autores dos textos da Bíblia é comunicar a existência e a ação de Deus na natureza e na história humana com base em suas experiências de fé específicas” (REIMER; REIMER, 2010, p. 73). No campo de investigação da bíblia, diversas temáticas se destacam: o discurso da caridade, a hermenêutica feminista, a análise de gênero, as relações étnico-culturais, à questão socioambiental, dentre outras.

Os textos bíblicos apresentam uma linguagem ecumênica e diversa. Porém, para que esta linguagem ultrapasse os limites ideológicos, emancipe a interpretação crítica e expanda as possibilidades interpretativas junto as outras ciências, deve haver uma consciência crítica no tratamento dos textos apresentados, de modo que o homem compreenda quais são “[...] suas responsabilidades pela vida humana e planetária, a partir das próprias fontes religiosas” (MAÇANEIRO, 2011a, p. 149).

A relação entre fé cristã e compromisso social é inerente às revelações bíblicas. No Antigo Testamento, os evangelistas expressavam a voz de Deus em defesa da dignidade humanitária e da Criação Divina. No Novo Testamento, a figura de Jesus ascende como sinônimo de solidariedade para com os pobres e excluídos, chamando a atenção para o cuidado com o qual o Criador se devotava a todas as criaturas por ele criadas (BRIGHENTI, 2018).

A criação do céu, da terra e de tudo o que há no planeta encontra-se revelado nas Sagradas Escrituras. De acordo com o relato da criação do mundo, o homem foi incumbido da responsabilidade de cuidar e fazer prosperar a terra: “Sede fecundos, multiplicai-vos, enchei a terra e submetei-a” (BÍBLIA, Gn, 1,28). Logo, se a prática das Escrituras sugere a conservação dos recursos naturais, entende-se que, ao contrariá-las, o homem edifica sua própria ruína; pois, ao interferir negativamente sobre o meio ambiente, o ser humano interrompe o ciclo natural do planeta, acarreta consequências negativas para si próprio, para sua geração e para as gerações futuras.

As narrativas bíblicas revelam a necessidade de que se olhe para o planeta como uma obra divina, doada gratuitamente por Deus como garantia para a sobrevivência humana. No livro do Gênesis (BÍBLIA, 1,26), o evangelista escreve: “Façamos o homem à nossa imagem e semelhança, que ele reine sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus, sobre os animais domésticos e sobre toda a terra, e sobre todos os répteis que se arrastam sobre a terra”. A profética passagem põe o homem como administrador do meio, alguém a zelar, cuidar e salvaguardar a Terra habitada. Ainda em Gênesis (BÍBLIA, 2,15), a profecia é ratificada: “O Senhor Deus tomou o homem e colocou-o no jardim do Éden para cultivá-lo e guardá-lo”. Ou seja, o Criador deseja que o homem seja digno de confiança na administração dos recursos naturais.

No livro do Apocalipse (BÍBLIA, 11,18), o evangelista escreve que chegará o “[...] tempo de dares recompensa aos teus servos, os profetas, e aos santos, e aos que temem o teu nome, a pequenos e a grandes, e o tempo de destruíres os que destroem a terra”. Tal exortação sugere uma profunda reflexão sobre o modo de se relacionar com o meio ambiente, pois aqueles que não forem dignos de habitar a Terra serão punidos pelas suas próprias ações. O homem não habita essa Terra sozinho, essa Casa Comum é habitada por outros seres vivos, que têm o direito de viver dignamente; desse modo, a prudência equilibrada deve se estender ao uso dos recursos naturais.

As narrativas presentes na bíblia católica sugerem diversas discussões acerca da temática socioambiental. Os Quadros 3 e 4 demonstram um panorama de salmos e evangelhos bíblicos que se referem ao debate em questão:

Quadro 3 - Temas socioambientais abordados nos Salmos da Bíblia católica

| Tema e identificação dos Salmos | |
|---------------------------------|---|
| Águas | 65, 68, 84, 104, 126, 135, 147. |
| Colheitas abundantes | 65, 67, 72, 85, 107, 126, 138, 142, 144, 147. |
| Consciência ecológica | 8, 19, 29, 84, 85, 90, 104. |
| Luta pela terra | 1, 4, 16, 22, 25, 35, 36, 37, 44, 45, 47, 49, 58, 65, 66, 67, 68, 74, 78, 79, 80, 83, 85, 92, 95, 105, 106, 107, 108, 111, 115, 125, 127, 135, 136, 137, 140, 142, 147. |
| Natureza | 8, 19, 29, 42, 50, 65, 67, 72, 74, 84, 90, 95, 96, 97, 94, 135, 136, 144, 147, 148. |

Fonte: adaptação da autora (2021).

Dentre os temas abordados, a “Luta pela terra” destaca-se pelo quantitativo, tendo em vista que a questão fundiária é alvo de intensas discussões (fruto da má distribuição de terras e das injustiças e violências no campo). Frente à abordagem dada a esse tema, nota-se que os salmistas não ficaram aquém dos debates (VITÓRIO, 2017). Ao discursar em Roma, junto a um grupo de movimentos populares, o Papa Francisco mencionou que enxergava “[...] com tristeza, cada vez mais longe da maioria: terra, teto e trabalho [...]. Terra, teto e trabalho – isso pelo que vocês lutam – são direitos sagrados” (FRANCISCO, 2014, n.p.).

Quadro 4 - Temas socioambientais abordados nos Evangelhos da Bíblia católica

| Tema e identificação dos Evangelhos | | |
|-------------------------------------|--------------|------------------------|
| | Livro | Capítulo e versículo |
| A Criação | Gênesis 1 | 3, 6, 9, 20, 24, 26-28 |
| | Gênesis 2 | 2, 4-9, 15, 17, 19 |
| | Romanos | 8:19, 21 |
| | Colossenses | 1:16-17, 20 |
| | Deuteronômio | 22: 6-7 25:4 |
| Conservação ambiental | Coríntios 1 | 4, 2 |
| | Apocalipse | 11:18 |
| | Jó | 38:39 |
| | Mateus | 6:26 25: 1-46 |
| Harmonia ambiental | Isaías | 11: 6 65:17-25 |
| Acúmulo de bens e desperdício | Lucas | 12:16-21 |
| | João | 6:12 |

Fonte: adaptação da autora (2021).

Nesse constructo, no qual os temas socioambientais se correlacionam com as expressões apresentadas nos evangelhos, nota-se que é possível ampliar a abordagem acerca

da temática ambiental por meio do recurso bíblico. No livro de Romanos (BÍBLIA, 8,22-25), o evangelista apresenta a benevolência do homem que confia nas premissas do Altíssimo: “Pois sabemos que toda a criação geme e sofre como que dores de parto até o presente dia. Não só ela, mas também nós [...]. Nós que esperamos o que não vemos, é em paciência que o aguardamos”. A escritura revela o desequilíbrio da natureza (protagonizado pelo homem) e a esperança por um futuro glorioso. Porém, para que este futuro seja alcançado, deve-se agir dignamente sobre a criação divina, de modo que a natureza criada seja respeitada e conservada.

As instabilidades que emergem no seio da sociedade são representadas em diversas circunstâncias: “[na] violência urbana, [n]as catástrofes naturais, [n]o desemprego, [n]as epidemias, [n]o terrorismo, [n]a exclusão” (FRATTARI, 2008, p. 397). De acordo com Bauman (2008), estes desequilíbrios são reflexos dos medos provocados pela própria sociedade e pelo modo como o homem se relaciona com o ambiente. O medo, para o autor, nada mais é, senão “[...] o nome que damos a nossa incerteza: nossa ignorância da ameaça e do que deve ser feito – do que pode e do que não pode – para fazê-la parar ou enfrentá-la, se cessá-la estiver além do nosso alcance” (BAUMAN, 2008, p. 8).

Mas, de fato, quais são as incertezas que afetam a sociedade contemporânea?

Num mundo herdeiro das utopias racionalistas ou românticas de Bacon a Rousseau, qual seria o Outro indesejável (o único que interessa) da modernidade? Quem seria o estrangeiro monstruoso, ou o estranho ameaçador? (PONDÉ, 2008, p. 37).

Que liberdade é essa que não livrou o sujeito moderno de antigas amarras, anteriormente abominadas? E que emancipação é essa que, em busca de um bem e de uma verdade, foi capaz de gerar grandes catástrofes históricas ao longo do século XX? (COLOMBO, 2012, p. 26).

Por que, em todo caso, vivemos atualmente num mundo tão descontrolado, tão diferente daquele que os pensadores do Iluminismo anteciparam? Por que a generalização da "doce razão" não produziu um mundo sujeito à nossa previsão e controle? (GIDDENS, 1991, p. 134).

Por que vivemos em condomínios fechados? Temendo a violência das grandes cidades, o terrorismo e a fúria da natureza? (BAUMAN, 2008, n.p.).

Estes questionamentos têm impulsionado a busca por soluções a curto prazo, na certeza de que, quanto mais próximo do progresso, mais segura a humanidade estará. Por essa razão, a robótica, a produção de alimentos em larga escala, os transportes de alta eficiência e a frenética acumulação de bens são apresentados, para o presente e para o futuro, como sinônimo de segurança (MATOS; SANTOS, 2018). Porém, é preciso reconhecer que os

benefícios entusiasmados pela tecnociência moderna estão revestidos de inconsistências não visíveis.

Por isso, por uma questão até de sabedoria, em termos éticos, deveria prevalecer o prognóstico ruim sobre o prognóstico bom, num exercício de princípio de precaução quanto aos resultados e à cumulação não conhecidos, tendo em vista sempre a qualidade de vida e o bem-estar de toda a comunidade da Criação (REIMER; REIMER, 2010, p. 71).

O evangelista Lucas (BÍBLIA, 12,15) faz uma alerta sobre os excessos e o acúmulo de bens. “Guardai-vos escrupulosamente de toda a avareza, porque a vida de um homem, ainda que ele esteja na abundância, não depende de suas riquezas”¹¹. Nessa narrativa, escrita em forma de parábola, o autor faz uma reflexão sobre o que de fato deve conduzir o homem a uma vida digna, alertando-o a se esquivar dos excessos que corrompem a natureza humana. Ao acumulador ganancioso, Deus chama “Insensato” e adverte: “[...] Nesta noite ainda exigirão de ti tua alma. E as coisas, que ajuntastes, de quem serão?” (BÍBLIA, Lc, 12,20).

A insensatez dos excessos humanitários trouxe diversos efeitos colaterais para a humanidade e, conseqüentemente, para o meio ambiente, a saber: devastação de florestas, poluição dos cursos fluviais, aumento do uso de agrotóxico, extinção de espécies. Capra alerta que a sociedade se encontra instaurada numa crise que possui distintas dimensões “[...] intelectuais, morais e espirituais” (CAPRA, 2012, p. 19) e que afetam diversos aspectos da vida humana, como “[...] a saúde, a qualidade do meio ambiente e das relações sociais, a economia, tecnologia e política” (CAPRA, 2012, p. 19).

Nessa conjuntura, a crise ambiental é apresentada como reflexo do modelo de desenvolvimento adotado pela própria humanidade, pautado, sobretudo, no uso de “[...] armas nucleares, manipulações de todo tipo, desregramento ecológico, etc.” (MORIN, 2011, p. 9). Os contrastes desse progresso têm intensificado a incerteza, a perda do otimismo, da ordem social, da moral intelectual e religiosa (CUNHA, 2015). Quando os avanços científicos, o progresso e a modernidade perdem a capacidade de manter a humanidade segura, o ser humano enxerga a necessidade de ancorar-se a subterfúgios que sejam capazes de estabilizar suas inseguranças mais proeminentes.

¹¹ Neste adendo, deve-se considerar alguns pontos que Lucas deixa subentendido: “[...] a vida do homem não depende de suas riquezas”. Mas de que depende a vida do homem se não das riquezas por ele acumuladas? Como poderá o homem viver sem riquezas? Talvez Lucas tenha dado ao homem a possibilidade de (re)conhecer “outras” riquezas. Talvez a felicidade, a fraternidade universal, a solidariedade, as relações sociais, a equidade e o bem comum possam representar as entrelinhas da riqueza narrada pelo evangelista.

Essa sensação de incerteza, fomentada pelo progresso, tem criado um cenário de desgaste moral, psicológico, social, econômico e ambiental (DALLA ZEN, 2003). Tensões e conflitos induzem então o homem a buscar um porto seguro no qual sua esperança possa ser depositada, a buscar,

[...] algo novo, que seja capaz de alterar percepções, valores, e maneiras de pensar [...] em relação aos seus semelhantes e à própria vida. Pessoas que, irmanadas no alcance de novas metas, mesmo utópicas, dêem conta da possibilidade de ampliar a liberdade de opinião, de concretizar os princípios da justiça social e, finalmente, de tornar viáveis os sentidos de igualdade e fraternidade entre os povos (DALLA ZEN, 2010, p. 51).

Ao considerar as premissas da complexidade, Morin (1998) sugere a imersão em um novo tipo de ciência, mais adequada e aberta à realidade contemporânea. A complexidade integra todas as estruturas presentes no tecido social, sejam elas de caráter histórico, cultural, físico ou espiritual. A complexidade compreende as dimensões como um todo conectado em si mesmo, “[...] entre coração e mente, razão e emoção, físico e espiritual e com as demais formas de vida do universo” (DALLA ZEN, 2003, p. 75).

O paradigma¹² em que se assenta a ciência tradicional não tem conseguido suprir as complexas necessidades do mundo atual. Em decorrência disso, tem se configurado, paulatinamente, um novo modelo, que sustenta o pensamento em novas estruturas, nas quais se estabelecem novos projetos, objetivos e perspectivas, que apontam para saídas criativas, originais e distintas, visando a emergência de outro tipo de conhecimento. Para Cunha (2015, p. 12), “[as] novas descobertas científicas principalmente nas áreas da física, da cosmologia e da biologia põem em crise o paradigma da modernidade e fazem emergir uma referência modelar que dê conta da complexidade da vida”.

As técnicas de validação utilizadas para legitimar a ciência, suas bases e soluções estão cedendo lugar para uma visão mais polissêmica, que surgiu frente às lacunas desencadeadas pela evolução tecnológica (com a revolução da informação) e, principalmente, pela crise ambiental, que tem se acentuado devido à exploração desenfreada do homem no meio ambiente (MATOS; SANTOS, 2018). Enquanto a primeira busca associar a produtividade às mudanças na estrutura organizacional do trabalho e da produção, a segunda sugere o estabelecimento de novos valores frente às demandas socioambientais. E, juntas, as

¹² Thomas Kuhn (1997, p. 13) considera paradigmas como “[...] as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência”.

duas repercutem sobre a ética, a cultura, o consumo, a política e os padrões de vida (DALLA ZEN, 2003).

Algumas evidências da cultura moderna foram se solidificando no seio da ciência tradicional, que teve sua base no Iluminismo (século XVIII). Bosi (1992) relata que, nesse período, a ciência, a arte e a filosofia passaram a apresentar um caráter de resistência frente às pressões que se desencadeavam. Desse modo, ao se conectarem as noções de cultura e de progresso, forjou-se, naquele século, o sentido de que “[...] cultura como consciência de um presente minado por graves desequilíbrios é o momento que preside à criação de alternativas para um futuro de algum modo novo” (BOSI, 1992, p.17).

Porém, o autor explica que o período das Luzes não pode ser apresentado como um momento de antropocentrismo desenfreado.

No entanto, quando as Luzes se iluminam a si mesmas reconhecendo suas fontes e seus limites, o retorno que podem empreender junto aos homens e às coisas traz o benefício da modéstia que só diz o que sabe e nada promete além do que pode cumprir. A dialética da Ilustração, porque se move e enquanto se move, não se exaure nos efeitos perversos que nela apontam os leitores apocalípticos da tecnocracia e da indústria cultural quando se puseram a desmistificar a imagem acrítica do neocapitalismo que os integrados não cessam de pintar e difundir. De qualquer modo, a cultura encarnada e socializada tem um papel cada vez mais central a desempenhar na construção de um futuro para as nações pobres (BOSI, 1992, p. 19).

O período das Luzes trouxe consigo efeitos positivos e negativos. A ciência seguiu seu percurso ancorando-se em métodos cada vez mais endurecidos e cartesianos, até chegar a um momento de ruptura, inaugurado pela física quântica, no qual as certezas absolutas começam a ceder lugar a outras formas de aquisição de conhecimento. Presencia-se, sobretudo neste tempo, a emersão de uma ciência que tem buscado se colocar diante das complexidades contemporâneas e que permite explorar a criatividade e as singularidades (PRIGOGINE, 1996).

Nesse cenário de possibilidades inovadoras, em que a ciência passa a ser interpretada como uma rede de relações e influências múltiplas, o antropocentrismo, outrora apresentado como superior às diversas manifestações da vida, começa a ceder espaço para outras expectativas, considerando as relações entre o homem e o meio ambiente como um sistema integrado, interdependente e interconectado (DALLA ZEN, 2003), uma vez que “[...] as convergências a serem construídas devem concernir à restauração do sagrado de todas as coisas, [a]o resgate da dignidade da Terra, à redescoberta da missão do ser humano, homem e mulher, chamado à celebração do mistério do cosmos” (BOFF, 1996, p. 13).

Rousseau (1999) explica que não há razão para se exilar o homem do meio natural, o autor quer chamar a atenção para o fato de o homem ser um elemento importante para o desenvolvimento do meio; por essa razão, o próprio homem deve enxergar a natureza além dos benefícios econômicos que ela é capaz de oferecer (BECKER; BECKER, 2014). Nesse sentido, a perspectiva da ecologia sugere um diálogo que seja capaz de reestabelecer as conexões perdidas entre o homem e a natureza (DE CERTEAU, 1995).

O profeta Isaías (65,13-25) escreve que os que confiarem verdadeiramente em Deus serão abençoados e verão suas conexões reestabelecidas com o céu, com a terra, com a felicidade, com a moradia, com as colheitas abundantes e nenhum mal os atingirá, mas, para que a profecia se cumpra, o homem deve considerar a cooperação e a solidariedade com aquilo que Deus lhe confiou. Em Coríntios (4,2) o evangelista faz um alerta: “Ora, o que se exige dos administradores é que sejam fiéis”.

Reimer (2010, p. 19) ressalta que:

[a] Bíblia como livro tem suas intencionalidades enquanto obra, e a dimensão ecológica pode não constituir o seu centro. Ainda assim, enquanto livro de textos fundantes das tradições judaico-cristãs é importante ler os mesmos na consciência do “caminho mental” que busca ressaltar mais a dimensão holística e superar as fragmentariedades do viver. A perspectiva ecológica deve ter presença assegurada na leitura da Bíblia [...].

Resgatar a relação do homem com meio ambiente é um exercício que exige a integração total dos sistemas planetários, baseando-se na ética ambiental, no cuidado e na conservação dos recursos naturais; pois, para que esse equilíbrio seja alcançado, faz-se necessário organizar a ação dos homens entre si e substituir por novas as velhas relações capitalistas (DUPAS, 2006), já que

[a aliança entre homem e meio] é eterna. Ela se atualiza especialmente em momentos de crise como o nosso. Ela funda a esperança de que o futuro comum não se construirá sobre as ruínas do planeta e da humanidade. Assim como do caos originário surgiu a cosmogênese, a litosfera, a hidrosfera, a atmosfera, a biosfera e a antroposfera, surgirá também a noosfera – a comunhão das mentes e dos corações – num centro de vida, de solidariedade e de amorização comum (BOFF, 1996, p. 12).

Essa proposta de reintegração socioambiental apresenta um novo ideal de religião, que, numa visão mais universalizante, busca criar um elo comum com toda multiplicidade coexistente no mundo. A necessidade de integrar homem e meio se expandiu de tal forma, que hoje a preocupação ecológica se estende à cultura, à política, a instituições, à Igreja, a

sociedades e a grupos de pessoas que compartilham desse ideal (SERRES, 1990). Porém, explicam Reimer e Reimer (2010, p. 69), “[...] deve haver uma sensibilidade por parte do leitor e da leitora para entrar em sintonia com o sentido ecológico ou de espiritualidade ecológica fixados nos textos bíblicos”.

Essa nova conjuntura tem impulsionado a busca por algo que seja capaz de reestruturar e reestabelecer as relações socioambientais. Nesse sentido, as narrativas bíblicas se inserem nesse contexto objetivando emancipar uma nova perspectiva acerca da crise ambiental, “[...] crise muito maior que a destruição da natureza. [...] cujo cerne está na sociedade e no modo de vida essencialmente voltado para fins econômicos” (FERNANDES; SAMPAIO, 2008, p. 90).

Se a crise ecológica é uma expressão ou uma manifestação externa da crise ética, cultural e espiritual da modernidade; não podemos iludir-nos de sanar a nossa relação com a natureza e o meio ambiente, sem curar todas as relações humanas fundamentais (FRANCISCO, 2015, p. 98).

Quando a interdisciplinaridade reivindica para o homem uma valorização das demais criaturas, ascende-se o valor de cada indivíduo, somado ao reconhecimento e ao heroísmo do outro. A capacidade de se abrir ao outro, reconhecê-lo, cuidar-lhe, solidarizar-se e dialogar com ele é apresentada como sinal de nobreza humana. Diante disso, deve-se manter um contato respeitoso e ético com toda a obra criada, pois “[...] nós mesmos somos terra” (Gn 2,7). Com efeito, não existe a possibilidade de se propor uma relação com o ambiente desassociada da relação humana. Por essa razão, Reimer e Reimer (2010, p. 70) sugerem que:

[d]eve haver uma consciência ecológica em construção por parte dos leitores e das leitoras da Bíblia. Isso significa fundamentalmente que à medida que lê, escuta ou estuda os textos da Bíblia, a pessoa precisa se sensibilizar com os desafios urgentes das crises ecológicas atuais pelas quais passa o planeta Terra, a grande casa global de todos os viventes.

Na encíclica *Laudato Si* (LS), o Papa Francisco explica que a Igreja não tem a pretensão de coibir os debates científicos, nem de colocar-se frente às questões políticas, o pontífice sugere que os saberes científicos e religiosos se integrem dialogicamente em prol de debates que não se restrinjam ao beneficiamento de grupos isolados e que “[...] nos ajudem a sair da espiral de autodestruição, onde estamos afundando” (FRANCISCO, 2015, p. 133). À vista disso, faz-se necessário considerar o tratamento interdisciplinar entre os distintos saberes, a fim de que estes possam fazer germinar discussões e alternativas frente à temática socioambiental (BRIGHENTI, 2018).

Para que os debates ultrapassem os limites ideológicos, faz-se necessário que as Igrejas incluam, em seus planos, a criação de pastorais ecológicas, de preferência ecumênicas, as quais envolvam, além da Igreja, a sociedade civil organizada, as Organizações não Governamentais (ONGs), o poder público, a fim de que todos, juntos, possam atuar em favor da causa ambiental. Todos podem colaborar a partir da sua cultura, experiência, iniciativa e capacidade. Tudo isso “[...] consiste em pensar a fé no horizonte da consciência planetária [...] o ser humano é membro da Terra e deve assumir a responsabilidade pelo futuro do planeta habitável” (MURAD, 2016, p. 4).

As discussões acerca dos impactos da ação do homem na natureza devem ocorrer a partir da intercessão de diversas áreas do conhecimento, a fim de que todas possam se empenhar para encontrar uma saída promissora para a causa. Desse modo, a convergência e a divergência entre os saberes científicos e teológicos poderão, através da interdisciplinaridade, produzir novas possibilidades no tratamento das questões socioambientais.

3.3 O meio ambiente nos pronunciamentos papais

Ao longo dos séculos, alguns papas se destacaram no campo da discussão ambiental, a saber: Paulo VI, João Paulo II, Bento XVI e Francisco. O Quadro 5 apresentará alguns dos principais pronunciamentos desses pontífices e as principais linhas de análise desencadeadas em seus discursos.

Quadro 5 - O meio ambiente nos pronunciamentos papais

(continua)

| Papa | Pronunciamentos | Principais pontos de análise |
|-------------------------|---|--|
| Paulo VI (1963) | <i>Populorum Progressio</i> ¹³ (1967) | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Mito do progresso; ✓ Acumulação abusiva de riquezas; ✓ Cuidado com as gerações futuras; ✓ Reforma agrária. |
| | Discurso para Organização Mundial para a Agricultura e Alimentação (1970) | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Melhor aproveitamento dos recursos naturais; ✓ Catástrofe ecológica; ✓ Contaminação dos cursos de água potável; ✓ Desequilíbrio de espécies. |
| | <i>Octogésima Adveniens</i> ¹⁴ (1971) | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Consequências severas provocadas pela ação antrópica; ✓ Proliferação de doenças. |
| | Mensagem enviada ao Secretário Geral da Conferência Internacional das Nações Unidas sobre o Ambiente (1972) | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Respeito aos limites da natureza; ✓ Risco dos impactos ambientais (ação antrópica); ✓ O homem ameaça sua própria espécie (armas atômicas, químicas e bacteriológicas); ✓ Exploração desordenada; ✓ Desperdício dos recursos naturais não renováveis; ✓ Tomada de consciência; ✓ Transformação radical de mentalidade; ✓ São Francisco de Assis: patrono dos animais e do meio ambiente. |
| | <i>Apostolorum Limina</i> ¹⁵ (1974) | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Dignidade e preservação da ecologia. |
| João Paulo II (1978) | <i>Redemptor Hominis</i> ¹⁶ (1979) | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Impactos causados pelas economias mundiais; ✓ Comprometimento do meio ambiente; ✓ Ampliação das zonas de miséria; ✓ Exploração industrial e militar descontroladas. |
| | <i>Appropinquat iam Synodus</i> ¹⁷ (1980) | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Novo olhar para a questão ambiental; ✓ Discussão sobre as matrizes energéticas; ✓ Desperdício. |

¹³ Cf. Carta encíclica emitida pelo papa Paulo VI em 1967 “Sobre o desenvolvimento dos povos”. Disponível em: http://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_26031967_populorum.html Acesso em: 12 abr. 2020.

¹⁴ Cf. Carta apostólica emitida pelo papa Paulo VI em 1971 “Compromisso sócio-político dos cristãos”. Disponível em: http://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/apost_letters/documents/hf_p-vi_apl_19710514_octogesima-adveniens.html Acesso em: 12 abr. 2020.

¹⁵ Cf. Bula emitida pelo papa Paulo VI em 1974 “Visita aos túmulos dos apóstolos”. Disponível em: http://www.vatican.va/content/paul-vi/it/apost_letters/documents/hf_p-vi_apl_19740523_apostolorum-limina.html Acesso em: 12 abr. 2020.

¹⁶ Cf. Carta encíclica emitida pelo papa João Paulo II em 1979 “Sobre os problemas humanos contemporâneos”. Disponível em: https://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_04031979_redemptor-hominis.html Acesso em: 12 abr. 2020.

¹⁷ Cf. Carta apostólica emitida pelo papa João Paulo II em 1980 “Preparação para o VI Sínodo dos bispos”. Disponível em: http://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/letters/1980/documents/hf_jp-ii_let_19800815_sinodo.html Acesso em: 12 abr. 2020.

Quadro 5 - O meio ambiente nos pronunciamentos papais

(continuação)

| | |
|---|---|
| Documento preparatório para a VI Assembleia Geral do Sínodo dos Bispos (1983) | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Reconciliação do homem com a natureza; ✓ São Francisco de Assis: patrono dos animais e do meio ambiente. |
| <i>Sollicitudo Rei Socialis</i> ¹⁸ (1987) | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Maior consciência dos limites da natureza; ✓ Deus não deu ao homem poder absoluto para com os recursos naturais; ✓ Justa compreensão de desenvolvimento; ✓ Desenvolvimento condicionado à capacidade natural. |
| Homilia pronunciada em Punta de Arenas (1987) | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Ameaça à ecologia; ✓ Impactos ambientais afetam o ser humano; ✓ A igreja não se opõe à técnica e nem à ciência; ✓ O progresso não deve ser dominador. |
| Exortação pós-sinodal <i>Christi Fideles laici</i> ¹⁹ (1988) | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Responsabilidade com as gerações futuras; ✓ Cultivar o jardim da Criação divina. |
| Mensagem para a 23ª jornada mundial pela paz (1990) | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Corrida armamentista e conflitos regionais; ✓ Generalizada degradação ambiental; ✓ Incentivo à consciência ecológica; ✓ Reconciliação com a aliança divina; ✓ Crise ecológica como problema moral; ✓ São Francisco de Assis: patrono dos animais e do meio ambiente. |
| <i>Centesimus Annus</i> ²⁰ (1991) | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Análise sobre o fenômeno do consumismo. |
| Semana de estudos da Pontifícia Academia de Ciências (1992) | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Diminuição da taxa de natalidade; ✓ Carência de instituições sociais; ✓ Escassez de recursos naturais; ✓ Coibir os impactos provocados pela indústria; ✓ Novos estilos de vida. |
| Carta ao Secretário Geral da Conferência Internacional sobre população e desenvolvimento (1994) | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Implicações ambientais <i>versus</i> crescimento demográfico; ✓ Os padrões de consumo e desperdício; ✓ O padrão de vida dos países desenvolvidos. |
| Pontifício Conselho Cor Unum (1988) | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Destruição dos recursos naturais; ✓ Catástrofes naturais; ✓ Abuso de fertilizantes químicos e pesticidas; ✓ Lixo radioativo. |

¹⁸ Cf. Carta encíclica emitida pelo papa João Paulo II em 1987 “A Sollicitude pelas coisas sociais” Disponível em: http://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_30121987_sollicitudo-rei-socialis.html Acesso em: 12 abr. 2020.

¹⁹ Cf. Exortação apostólica emitida pelo papa João Paulo II em 1988 Sobre vocação e missão dos leigos na igreja e no mundo. Disponível em: http://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_exhortations/documents/hf_jp-ii_exh_30121988_christifideles-laici.html Acesso em: 12 abr. 2020.

²⁰ Cf. Carta encíclica emitida pelo papa João Paulo II em 1991 “Aos veneráveis irmãos no episcopado, ao clero, às famílias religiosas, aos fiéis da igreja católica e a todos os homens de boa vontade”. Disponível em: http://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_01051991_centesimus-annus.html Acesso em: 12 abr. 2020.

Quadro 5 - O meio ambiente nos pronunciamentos papais

(conclusão)

| | | |
|------------------|---|---|
| | Abordagem sobre o problema da fome dentro da cadeia de interação de ecossistemas (1996) | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Enfraquecimento do sistema agrícola; ✓ Desertificação; ✓ Administração ecologicamente sadia. |
| | <i>Evangelium Vitae</i> ²¹ (1995) | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Conversão ecológica que vise o bem comum; ✓ Escravidão do consumismo. |
| | Exortação Apostólica Pós-sinodal (2003) | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Salvar a criação; ✓ A criação geme em dores de parto (Rm 8,19); ✓ Os bispos devem assumir uma conversão ecológica. |
| | V Simpósio sobre o Meio Ambiente (2003) | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Responsabilidade ecológica compartilhada; ✓ Respeito ao meio ambiente e aos recursos naturais; ✓ Irresponsabilidade ecológica (problema moral); ✓ Atos solidários como ponto de partida para a resolução dos problemas ambientais. |
| | Declaração conjunta sobre a Ética do Meio Ambiente (2002) | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Degradação dos recursos naturais: água, ar e solo; ✓ Limites do progresso econômico; ✓ Crise social e ambiental; ✓ Consciência ecológica (moral e espiritual); ✓ Iniciativas e programas concretos; ✓ Conversão autêntica; ✓ Solidariedade e generosidade universal; ✓ Justiça social; ✓ Ciência a serviço do bem comum; ✓ Abordagem pacífica dos recursos naturais. |
| Bento XVI (2005) | <i>Caritas in Veritate</i> ²² (2009) | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Desenvolvimento humano contemporâneo; ✓ Fraternidade, economia e sociedade; ✓ Desenvolvimento dos povos, direitos, deveres e ambiente; ✓ Desenvolvimento dos povos. |
| Francisco (2013) | <i>Laudato Si</i> ²³ (2015) | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Casa Comum: nossa responsabilidade; ✓ O evangelho da criação; ✓ A raiz humana da crise ecológica; ✓ Rumo a uma ecologia integral; ✓ Linhas de orientações e ações ecológicas; ✓ Educação e espiritualidade ecológica. |

Fonte: elaborado com base em Garmus (2009) e Sleutjes (2018).

²¹ Cf. Carta encíclica emitida pelo papa João Paulo II em 1995 “Sobre o valor e a inviolabilidade da vida humana”. Disponível em: http://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_25031995_evangelium-vitae.html. Acesso em: 12 abr. 2020.

²² Cf. Carta encíclica emitida pelo Bento XVI em 2009 “Sobre o desenvolvimento humano e integral na caridade e na verdade”. Disponível em: http://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/encyclicals/documents/hf_ben-xvi_enc_20090629_caritas-in-veritate.html. Acesso em: 12 abr. 2020.

²³ Cf. Carta encíclica emitida pelo Papa Francisco em 2015 “Sobre o cuidado da Casa Comum”. Disponível em: http://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html. Acesso em: 12 abr. 2020.

As iniciativas dos papas quanto à necessidade de edificar uma fé cristã fundamentada em todas as formas de vida, seja humana ou natural, resgata uma nova aliança entre a humanidade e o meio ambiente. Essas iniciativas conduziram o avivamento espiritual ecológico em diversos segmentos, dentro e fora da Igreja. Por essa razão, os representantes à frente desta instituição religiosa precisaram manter acesa a chama do compromisso social. A partir de então, não se pode dizer que a Igreja Católica está aquém dos problemas socioambientais, hoje a instituição já conta com um acervo considerável de documentos, encíclicas, cartas e pronunciamentos dessa natureza.

Porém, muitas ações pastorais ainda precisam ser consolidadas para que a sensibilização ocorra de fato. Sensibilização ecológica, espiritual e, sobretudo, solidária. A solidariedade é um dos princípios mais nobres da condição humana. Somente com o exercício da solidariedade o homem reconhecerá verdadeiramente que o meio ambiente, na verdade, somos todos nós. Em “Terra Pátria”, Morin e Kern (2003, p. 53) ratificam esse pensamento: “[...] a vida, portanto, nascida da Terra, é solidária da terra. A vida é solidária da vida [...]. A descoberta da solidariedade ecológica é uma grande e recente descoberta. Nenhum ser vivo, mesmo humano, pode libertar-se da biosfera”. Por essa razão, o ser humano deve tomar para si a responsabilidade quanto ao uso equilibrado dos elementos disponíveis na natureza; caso contrário, as consequências recairiam sobre toda a espécie humana.

3.4 O meio ambiente no Concílio Vaticano II

Embora as discussões sobre a temática ambiental não fizessem parte da agenda de preocupações do Concílio Vaticano II, a *Gaudium et Spes*²⁴ (GS) (PAULO VI, 1965) indicou alguns pontos que, indiretamente, puderam ser considerados. O documento chama a atenção para as mudanças profundas e intensas ocorridas no mundo inteiro, provocadas, majoritariamente, pela atividade do homem (GS 4). Os apontamentos 12 e 34 do referido texto resgatam a narrativa bíblica de Gêneses para lembrar que o homem foi criado à imagem e semelhança de Deus, como “[...] senhor de todas as coisas terrenas, para que as dominasse e usasse, glorificando a Deus” (BÍBLIA, cf. Gn 1,26; Sb 2,23; Eclo 17, 3-10), e que Deus fez

²⁴ “*Gaudium et Spes* [...] é um texto de aproximação da Igreja ao mundo, diálogo com a modernidade e de serviço à humanidade [...] Valoriza muitas coisas que o mundo valoriza, como o diálogo, a subjetividade livre e autoconsciente, o desenvolvimento científico e tecnológico, a autonomia das realidades terrenas” (LÓPEZ, 2013, p. 62). Disponível em: http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html. Acesso em: 2 abr. 2020.

boas todas as coisas (BÍBLIA, Gn 1,31). Contudo, a má administração do homem corrompeu os frutos da criação (GS 37).

3.4.1 *Gaudium et Spes* nº 37, 64, 69, 70

A constituição pastoral sobre a Igreja no mundo atual, a *Gaudium et Spes*, é um dos últimos documentos do Vaticano. Foi aprovado e publicado em 07 de dezembro de 1965, às vésperas da conclusão do Concílio. A *Gaudium et Spes* abre as portas da missão eclesial na vida concreta dos homens. Por intermédio do mistério da Encarnação, a Igreja sente a necessidade de se solidarizar com a humanidade: “[...] as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo” (GS 1) (MARIANI, 2005).

Nessa constituição, encontram-se pontos de interseção fundamentais para se compreender a visão cristã do homem diante da revelação divina. O vocábulo “pastoral” indica um modo diferente de compreender e viver a fé. No documento, também foram abordadas várias temáticas como: a vocação do homem, a família, a vida econômica e social e a promoção da paz, dentre outros. A “[...] *Gaudium et spes* é um documento importante porque explicita a leitura oficial, pela Igreja Católica, das transformações do mundo contemporâneo e porque busca estabelecer os parâmetros éticos para atuação da Igreja e dos cristãos” (REIS, 2012, p. 95, grifo do autor).

Porém, apenas três pontos, muito breves, da constituição puderam fundamentar a discussão ambiental; ainda assim, de maneira indireta. No documento pastoral, o progresso é apresentado como fonte de riqueza e desenvolvimento para a humanidade, porém explica-se que o conceito de progresso pode apresentar sinais claros de deturpação, principalmente quando é utilizado para beneficiar grupos ou ideologias dominantes, nos quais “[...] os homens e os grupos consideram apenas o que é seu, esquecendo o dos outros. Deixa assim o mundo de ser um lugar de verdadeira fraternidade, enquanto que o acrescido dos homens ameaça já destruir o próprio gênero humano” (GS 37).

Ao tratar sobre o desenvolvimento e as desigualdades econômicas e sociais, o documento explica que estratégias de beneficiamento econômico devem existir e devem ser fortalecidas pelo progresso técnico e pela criação e ampliação dos empreendimentos, mas que os destinos finais desses processos não podem ser reduzidos apenas ao lucro e à exploração do trabalhador. O trabalho deve ser um sinal de dignidade na vida do homem, não de penúria.

“[...] é necessário esforçar-se energicamente para que, respeitando os direitos das pessoas e a índole própria de cada povo, se eliminem o mais depressa possível as grandes e por vezes crescentes desigualdades econômicas atualmente existentes, acompanhadas da discriminação individual e social” (GS 64).

Na elaboração da constituição, o Concílio Vaticano II buscou conservar o princípio do destino de todos os bens terrenos, que sempre fundamentou os documentos da Igreja: “[...] Deus destinou a terra, com tudo que nela contém, para o uso de todos os homens e povos, de tal modo que os bens criados devem bastar a todos, com equidade, sob as regras da justiça, inseparável da caridade” (GS 69).

Desse modo, cabe aos afortunados o socorro aos menos favorecidos. As decisões de ordem econômica devem estar atentas às necessidades mais proeminentes da sociedade. Por essa razão, faz-se necessário “[...] prever o futuro, estabelecendo justo equilíbrio entre as necessidades atuais de consumo, individual e coletivo, e as exigências de inversão de bens para as gerações futuras” (GS 70). Hipótese esta que, mais tarde, vai se reverberar no conceito de desenvolvimento sustentável.

3.4.2 Conferências Gerais do Episcopado Latino-Americano

Um dos meios pelos quais a Igreja Católica da América Latina e a do Caribe têm discutido suas ações evangelizadoras são as Conferências Gerais do Episcopado. Desde 1955, esses encontros, realizados majoritariamente por agentes eclesiais, vêm buscando aprofundar as discussões sobre temas emergentes no continente latino-americano, a fim de refleti-los sob a luz da fé. A reflexão pastoral é o ponto central das conferências; por intermédio delas, são discutidos temas de cunho eclesial, religioso, cultural, econômico, político, social e ambiental. Cinco conferências já foram realizadas pela Igreja: no Rio de Janeiro (1955), em Medellín (1968), em Puebla (1979), em Santo Domingo (1992) e em Aparecida (2007).

3.4.2.1 1ª Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano – Rio de Janeiro (1955)

A I conferência aconteceu na cidade do Rio de Janeiro (Brasil), no ano de 1955, e teve como tema central “A evangelização como defesa da fé e das vocações e a preparação do clero”. A conferência foi conduzida pelo Cardeal Adeodato Giovanni Piazza, Secretário da Sagrada Congregação Consistorial, o qual, na oportunidade, e com a autorização do Papa Pio XII, criou o Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM). Nesta conferência, fizeram-se

presentes “[...] 37 arcebispos, 58 bispos [...], 218 dioceses, 33 prelazias, 43 vicariatos e 15 prefeituras apostólicas na América Latina” (SOUZA, 2008, p. 130).

As temáticas abordadas na conferência foram distribuídas em sete comissões de estudos, em que se discutiu sobre “[...] o clero e auxiliares do clero (religiosos); organização e meios de apostolado; protestantismo e outros movimentos anticatólicos; atividades sociais católicas; missões, indígenas e pessoas de cor; imigração e gente do mar” (SOUZA, 2008, 130). O evento teve como objetivo principal a discussão dos aspectos da vida intraeclesial na América Latina. Os temas de cunho social foram discutidos superficialmente e a temática socioambiental não se integrou às linhas de discussão.

Apesar dos tímidos avanços frente às questões sociais, esta conferência conseguiu influenciar alguns setores pastorais, a exemplo da Pastoral Indigenista e do Conselho de Justiça e Paz. Outro ponto de significativa relevância foi “[...] a forte inserção dos leigos no mundo do trabalho e da política como agentes de evangelização. Foi esta Conferência, sem dúvida (apesar de controvérsias), um grande primeiro passo na unidade da evangelização da Igreja da América Latina” (SOUZA, 2008, p. 132).

3.4.2.2 2ª Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano – Medellín (1968)

A II conferência, realizada em Medellín (Colômbia), no ano de 1968, teve grande relevância e representatividade para a América Latina e abordou como tema central “A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio II”. Esta conferência provocou uma mudança radical na Igreja e no modo de vida eclesial do povo latino-americano. De acordo com Godoy (2015, p. 211), participaram do evento 249 representantes de vários países da América Latina, “dentre eles: 86 bispos, 45 arcebispos, 6 cardeais, 70 presbíteros e religiosos, 6 religiosas, 19 leigos e 9 observadores de outras igrejas cristãs”.

Simultaneamente à Conferência de Medellín, inúmeras manifestações começam a eclodir no continente europeu, encabeçadas por movimentos sociais, operários, mulheres, jovens e estudantes. Também na América Latina, as manifestações sociais se intensificam. Enquanto isso, a discussão ambiental, a nível mundial, ainda apresentava avanços pouco expressivos.

No período entre 1962 e 1972, alguns eventos de natureza catastrófica chamaram a atenção da humanidade, especialmente por provocarem cenários de insegurança. Carlson, em seu livro *Primavera Silenciosa* (1968), destaca, por exemplo, os efeitos do uso agressivo de insumos químicos no meio ambiente, pondo em evidência os riscos, não só à proliferação dos

ecossistemas, à qualidade subterrânea dos cursos fluviais e à contaminação do solo, mas também à saúde humana. A autora afirma que “[...] o veneno também pode ser transmitido da mãe para os filhos. Foram encontrados resíduos de inseticida no leite humano em amostras testadas pelos cientistas [...]” (CARLSON, 2010, p. 35).

Nesse período, o discurso ecológico começa a se integrar paulatinamente, tanto na sociedade quanto na Igreja latino-americana e caribenha. Esse debate fez despertar a necessidade de olhar para os problemas ambientais como um desafio a ser superado. Murad (2018a, p. 11) comenta que:

[n]o mesmo ano de Medellín acontece a primeira conferência internacional sobre o Ambiente, a Conferência da Biosfera promovida pela UNESCO (Paris, 1968). Posteriormente, surgem Movimentos ecológicos internacionais, como os “Amigos da Terra” (1969) e o Greenpeace (1971). Este último, conhecido no mundo todo, nasce no Canadá, reunindo ecologistas, jornalistas e hippies na luta contra as usinas nucleares.

Apesar da significativa repercussão dos movimentos ambientais no mundo, a conferência de Medellín ainda não apresentava uma clara postura frente à discussão ambiental, pois esta ainda não se encontrava totalmente consolidada junto à comunidade internacional. As questões sobre ecologia integral e sustentabilidade foram discutidas nas pautas destinadas à justiça, à paz e à educação. O que Medellín chamou de “integral” ficou conhecido, posteriormente, como “sustentável”, em que foram incluídas as discussões sobre aspectos sociais, econômicos, culturais e ambientais (MURAD, 2018a).

Medellín parte do princípio de que as ações individuais e coletivas são fundamentais para se alcançar a justiça social. Porém, não fica evidente o sentimento de oposição diante da degradação ambiental, da injustiça ambiental e do desrespeito à Terra. Em seu documento, há sinais de denúncia frente à violência sofrida pelos povos indígenas²⁵, há o apelo quanto à valorização e incentivo ao diálogo libertador entre as nações, mas não há uma discussão aprofundada acerca do valor das criaturas não humanas e dos ecossistemas (MURAD, 2018a), ou seja, “[...] falta ainda a percepção de que Deus deixou os bens da Terra para todos os seres vivos e não apenas para todos os seres humanos” (GARMUS, 2009, p. 878).

²⁵ De acordo com a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL, 2015, p. 5): “Os povos indígenas integram precisamente os coletivos mais desfavorecidos, como resultado de complexos processos sociais e históricos iniciados há mais de 500 anos, que foram estabelecendo práticas discriminatórias persistentes até o presente e implicaram uma desapropriação sistemática de seus territórios, com graves consequências para seu bem-estar”.

Nesse sentido, entende-se que a conferência de Medellín não contemplou suficientemente as questões relacionadas à ecologia; como essa temática ainda estava se consolidando no âmbito global, não houve tempo para uma fundamentação mais densa sobre ela. Ainda assim, a conferência de Medellín, à luz da fé, conseguiu fornecer suporte teórico e metodológico para fomentar discussões que se fundamentariam nas próximas conferências.

3.4.2.3 3ª Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano – Puebla (1979)

A III conferência foi realizada em Puebla (México), no ano de 1979. O encontro de bispos latino-americanos de Medellín (em 1968) e o de Puebla (em 1979) incentivaram a Igreja a aprofundar a responsabilidade social junto aos pobres, a promover a emancipação dos homens e a entusiasmar a emergência de um indivíduo conscientizado frente aos problemas desencadeados no seio da sociedade (REIS, 2012). A conferência de Puebla teve como tema central "A Evangelização no presente e no futuro da América Latina".

É no final da década de 60 e no início da década de 70 que a emergência da problemática ambiental começa a ganhar força e a se concentrar no eixo das críticas ao modelo de desenvolvimento econômico, estabelecendo discussões vinculadas aos impactos ambientais provocados pelo avanço indiscriminado da industrialização (MACHADO, 2005; FERNANDES; SAMPAIO, 2008).

Em 1972, o cenário ambiental mundial começa a tomar forma. É nesse ano que pesquisadores, cientistas, educadores e economistas publicam um importante documento, intitulado de *The Limits of Growth* (Os Limites do Crescimento). Esse primeiro relatório fez um alerta para as consequências do rápido crescimento industrial e afirmou que, se essa tendência não fosse revista, o setor industrial comprometeria consideravelmente os limites ecológicos e a capacidade de carga do planeta (MOTA *et al.*, 2008).

No mesmo ano, no mês de junho, ocorreu a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano (Cnumah), em Estocolmo, reunindo pesquisadores e instituições de 113 países. O evento propôs uma análise global da questão ambiental, na busca por soluções que pudessem amortecer os impactos causados pela ação antrópica (JOYNER; JOYNER, 1974). E teve como desdobramento a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e a elaboração da Declaração sobre o Meio Ambiente Humano (MURAD, 2018a).

Em 1973, a crise do petróleo e os riscos das usinas nucleares também chamaram a atenção dos pesquisadores quanto aos impactos ambientais provocados pelo setor energético.

Matos e Santos (2018, p. 205), relatam que sérios acidentes de natureza química e nuclear foram desencadeados “[...] desde os anos 50 do século passado”, em várias partes do mundo, demonstrando os primeiros sinais de uma crise ambiental global. Sachs (2007, p. 203) destaca que:

[...] as próprias condições que asseguram a continuidade da vida em nosso planeta estão ameaçadas, não somente pelo holocausto nuclear, mas também pelo aquecimento global da atmosfera, devido principalmente a um consumo excessivo de combustíveis fósseis e à destruição maciça das florestas.

Porém, a participação da sociedade civil e os avanços científicos, jurídicos e institucionais não ocorrem na América Latina com a mesma intensidade que na Europa, devido à coibição e à autocracia dos governos ditatoriais. Neste cenário, a Igreja – que, desde a conferência de Medellín, buscava assumir “a voz dos sem voz” – vai incorporando, gradativamente, a discussão da temática ambiental em seu horizonte de atuação. A “[...] Puebla pode ser considerada a recepção das linhas básicas da evangelização na América Latina delineadas em Medellín” (GARMUS, 2009, p. 878).

O documento de Puebla, produzido pelos bispos latino-americanos e caribenhos, discutiu, em inúmeros pontos, a questão ecológica, como descrito no documento produzido pela CELAM (1979, p. 87-292):

n. 139: Se não mudarem as tendências atuais continuará a deteriorar-se a relação do homem com a natureza pela exploração irracional de seus recursos e a contaminação do ambiente, com o aumento de graves prejuízos para o homem e para o equilíbrio ecológico.

n. 327: [...] o domínio, o uso e a transformação dos bens da terra, da cultura, da ciência e da técnica” [precisam se realizar] “em um justo e fraterno domínio do homem sobre o mundo, tendo-se em conta o respeito da ecologia.

n. 386: Com a palavra “cultura” indica-se a maneira particular como em determinado povo cultivam os homens sua relação com a natureza, suas relações entre si próprios e com Deus (cf. GS, 53).

n. 493: Importa tomar consciência dos efeitos devastadores da industrialização descontrolada e da urbanização que vai tomando proporções alarmantes. O esgotamento dos recursos naturais e a contaminação do ambiente constituirão problema dramático.

n. 1236: Preservar os recursos naturais criados por Deus para todos os homens, a fim de transmiti-los como herança às gerações vindouras.

Porém, a conferência de Puebla não conseguiu aprofundar as discussões sobre o conceito de ecologia, pois acabou apresentando uma análise considerada rasa. No estudo do documento, não se considerou o valor intrínseco da natureza e dos elementos que a compõem,

considerou-se, na verdade, como a falta desses recursos afetariam a vida do homem na Terra. A conservação dos recursos naturais ficou condicionada, demasiadamente, às necessidades do ser humano. As discussões não conseguem ir além do conceito de “dominação” e “submissão”, diálogos que vão se reverberar numa visão mais antropocêntrica do que ecocêntrica (MURAD, 2018a).

No que tange ao consumismo, o documento tece algumas críticas relevantes, afirma, por exemplo, que “[...] tudo se fabrica e se vende em nome dos valores do ter, do poder e do prazer, como se fossem sinônimos da felicidade humana” (CELAM, 1979, p. 123). E faz associações contundentes quando relaciona o consumismo, o individualismo, a economia de mercado e a economia liberal; contudo, as discussões não avançaram numa perspectiva reflexiva sobre as consequências negativas da prática do consumo para o meio ambiente e, conseqüentemente, para a própria espécie humana.

Se a conferência de Puebla tivesse unificado mais os diálogos entre a sensibilização ambiental, a vivência cristã solidária e as pastorais sociais, certamente teria conseguido pôr em prática as propostas anunciadas no próprio documento: “[...] é preciso um grande esforço de diálogo interdisciplinar da teologia, filosofia e ciências, à procura de novas sínteses” (CELAM, 1979, p. 293). Desse modo, concluiu-se que, embora as demandas ecológicas tenham se integrado às discussões da conferência de Puebla, estas não conseguiram criar subsídios teóricos e práticos que fossem capazes de efetivá-las frente à então atual conjuntura nacional e internacional.

3.4.2.4 4ª Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano – Santo Domingo (1992)

No ano de 1992, ocorreu, em Santo Domingo (República Dominicana), a IV CELAM, que teve como tema: “Nova evangelização, promoção humana e cultura cristã”. O documento gerado por essa conferência não adotou o tradicional método Ver-Julgar-Agir²⁶. Apesar disso, as discussões não se opuseram à análise aprofundada dos desafios enfrentados pelo povo latino-americano. Entre os desafios postos em evidência, foram citadas: a defesa da vida frente à cultura da morte; a conservação dos recursos naturais; e a questão da distribuição justa da terra, considerando-se, sobretudo, os povos indígenas e as populações menos favorecidas (GARMUS, 2009).

²⁶ O método Ver-Julgar-Agir foi estruturado pelo padre belga Joseph Cardijn. A metodologia consiste em “[...] harmonizar três fases específicas: observar a situação; analisá-la à luz dos princípios e diretrizes cristãs; determinar as ações segundo a urgência e exigências da realidade” (SOUZA, 2016, p. 146).

No mesmo ano, a cidade do Rio de Janeiro sediou a Eco-92 ou Rio 92, considerada por renomados pesquisadores como a conferência ambiental de maior representatividade internacional no iminente pós-Guerra Fria (MOTA *et al.*, 2008). O evento foi patrocinado pela ONU e contou com a participação de 114 Chefes de Estado. Entre os principais temas abordados, estiveram a redução dos impactos ambientais provocados pela indústria, a recuperação de ambientes degradados e a criação de novos modelos de desenvolvimento econômico (CANDOTTI, 1992).

Entusiasmada pela Eco 92, a conferência de Santo Domingo abre espaço para a discussão sobre problemas ambientais enfrentados na América Latina e Caribe. Em seu documento, cita-se a questão das grandes cidades (falta de moradia, desemprego, narcotráfico), a luta protagonizada pelos camponeses e pelas populações indígenas, o desmatamento e as queimadas, principalmente na região amazônica. Para o enfrentamento desses desafios, sugeriu-se a adoção de linhas pastorais destinadas ao agir do cristão, que visassem a promoção da justiça, da solidariedade e do bem comum (NAHRA *et al.*, 2014).

Essas linhas pastorais tinham como objetivos: chamar os cristãos à responsabilidade quanto aos impactos sociais e ambientais provocados pelo modelo de desenvolvimento; promover uma reeducação ética sobre o valor intrínseco dos ecossistemas, sobretudo entre crianças e jovens; cultivar uma espiritualidade ecológica pautada no amor a Deus; questionar a cultura da riqueza e do desperdício; respeitar os valores éticos dos povos indígenas no que tange à conservação da natureza; e dialogar com os ensinamentos de São Francisco de Assis (CELAM, 1992).

Essa “Nova Evangelização” buscou agregar valor à prática missionária no enfrentamento dos desafios ecológicos. A atividade pastoral tornou-se um divisor de águas na conferência de Santo Domingo:

Santo Domingo foi marcada pela Nova Evangelização, nova no seu ardor, nos seus métodos e na sua expressão [...]. Santo Domingo fala de um “novo dinamismo missionário” (DSD 131) em direção àqueles que “se afastam da Igreja ou não se identificam com ela” (Id 130). Por isso, a Nova Evangelização age dialogando com a modernidade e a pós-modernidade [...] (DONEGANA, 2006, p. 50).

O fortalecimento missiológico de Santo Domingo resgatou o fôlego perdido em Medellín e em Puebla e consolidou as bases críticas da Igreja latino-americana e caribenha (SOUZA, 2008). Com a questão ecológica não foi diferente, especialmente por ocasião da Eco-92. O setor Pastoral Social conseguiu aprofundar o diálogo ambiental junto aos leigos,

missionários e pessoas de boa vontade. Diferente das conferências que já haviam acontecido, a de Santo Domingo conseguiu aprofundar as discussões e intensificar os diálogos ecológicos, associando-os a uma conjuntura mais universalizada e participativa (JUNGES, 2001; CNBB, 2001b).

3.4.2.5 5ª Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano – Aparecida (2007)

A V conferência aconteceu no ano de 2007, no Santuário de Aparecida (Brasil) e teve como temas centrais: “Discípulos e missionários de Jesus Cristo para que nossos povos n’Ele tenham vida” e “Eu sou o Caminho, a Verdade e a Vida” (Jo 14,6). As discussões desta conferência fundamentaram-se na continuidade das quatro conferências anteriores, com ênfase para o aprofundamento da evangelização missionária e a opção pelos pobres e marginalizados (SOUZA, 2008).

A questão ecológica no Documento de Aparecida²⁷ é tratada a partir de diferentes propostas e perspectivas. Em seu discurso inaugural, direcionado aos jovens, no Estádio do Pacaembu (SP), o Papa Bento XVI alertou sobre a “[...] devastação ambiental da Amazônia e as ameaças à dignidade humana de seus povos” e clamou aos jovens “[...] um maior compromisso nos mais diversos espaços de ação” (BENTO XVI, 2007, n.p.).

No capítulo II, “Olhar dos discípulos missionários sobre a realidade”, inúmeras temáticas são levantadas frente à discussão ambiental. Chama-se a atenção para os problemas desencadeados pelo fenômeno da globalização, como a avidez descontrolada dos mercados, a subordinação das economias locais, a cultura do consumismo, a desigualdade social, o individualismo e outros inúmeros problemas que afetam diretamente a equidade ambiental. “Com muita frequência se subordina a preservação da natureza ao desenvolvimento econômico, com danos à biodiversidade, com o esgotamento das reservas de água e de outros recursos naturais, com a contaminação do ar e a mudança climática” (CELAM, 2007, p. 40).

A América Latina e o Caribe encontram-se particularmente inseridos nesse contexto, na medida em que conta com alguns dos aquíferos mais abundantes do mundo, densos cursos fluviais, vastas formações vegetais e uma rica sociobiodiversidade. Desse modo, esse território acaba prestando, gratuitamente, serviços ambientais a diversas nações do mundo, as

²⁷ Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. “[O] Documento de Aparecida, como é chamado, trata de diversos temas de interesse de todos os católicos, como a família, a evangelização no século XXI, a dignidade humana, as relações entre a Igreja e a sociedade globalizada, entre outros” (CELAM, 2007).

quais, na maioria das vezes, não respeitam o ciclo natural desses ecossistemas. A região também é acometida por impactos provocados principalmente pelo setor industrial, a exemplo do aquecimento global e das mudanças climáticas (VIEIRA, 2009).

Ainda no capítulo II, uma sessão – intitulada de “Biodiversidade, ecologia, Amazônia e Antártida” – é destinada ao tratamento das questões ambientais. A sessão faz uma abordagem sobre a exploração desordenada dos recursos da América Latina, com ênfase para as indústrias farmacêuticas e biogênicas, a depreciação da terra, a poluição dos cursos hídricos, as disputas pela ocupação territorial, o degelo do Ártico (provocado pelo aquecimento global) e os impactos na biodiversidade local. Frente a esses impactos, o Papa João Paulo II (1987, n.p.) alertou:

Desde o Cone Sul do Continente Americano e frente aos ilimitados espaços da Antártida, lanço um chamado a todos os responsáveis de nosso planeta para proteger e conservar a natureza criada por Deus: não permitamos que nosso mundo seja uma terra cada vez mais degradada e degradante.

O capítulo III, intitulado “A alegria de ser discípulos missionários para anunciar o evangelho de Jesus Cristo”, também frisou sobre a necessidade universal de zelar pela manutenção dos recursos naturais, uma vez que, sendo estes recursos finitos, cabe à humanidade conservá-los, para que não percam sua capacidade de autossustentação. Pois, “[d]evemos promover a geração de uma ‘cultura de paz’ que seja fruto de um desenvolvimento sustentável, equitativo e respeitoso da criação” (CELAM, 2007, p. 240).

A Igreja da América Latina e a do Caribe sentiram a necessidade de sensibilizar os cristãos acerca dos problemas ambientais sofridos pela região latino-americana. Por essa razão, a Pastoral Social da Igreja sugeriu a elaboração de ações concretas que tivessem como objetivo pressionar os governos locais quanto à articulação de políticas sociais e econômicas que buscassem atender as necessidades mais proeminentes do povo latino-americano. A Celam (2007, p. 183) comenta que “[s]ão muito importantes os espaços de participação da sociedade civil para a vigência da democracia, uma verdadeira economia solidária e um desenvolvimento integral, solidário e sustentável”.

Os bispos da Conferência de Aparecida também sugeriram que os leigos assumissem responsabilidades públicas que visassem a preservação cultural, ética e ambiental dos povos originários. A saber,

a) [Exercitar] responsabilmente o senhorio humano sobre a terra e sobre os recursos, para que possam render todos os seus frutos com destinação

universal, educando para um estilo de vida de sobriedade e austeridade solidárias.

b) Aprofundar a presença pastoral nas populações mais frágeis e ameaçadas[...], e apoiá-las em seus esforços, para conseguir equitativa distribuição da terra, da água e dos espaços urbanos.

c) Procurar um modelo de desenvolvimento alternativo, integral e solidário [...] que se fundamenta no evangelho da justiça, da solidariedade e do destino universal dos bens.

d) Empenhar nossos esforços na promulgação de políticas públicas e participações cidadãs, que garantam a proteção, conservação e restauração da natureza.

e) Determinar medidas de monitoramento e controle social sobre a aplicação dos padrões ambientais internacionais nos países. (CELAM, 2007, p. 214-231).

Das cinco conferências realizadas na América Latina, a que mais dialogou com as temáticas de cunho ambiental foi, sem dúvida, a de Aparecida. Porém, o uso das narrativas bíblicas ficou a desejar, se comparado aos documentos das conferências anteriores. Talvez essa deficiência se justifique pela centralidade do tema “discípulos missionários”, focado mais na missão pastoral, não sendo, pois, o cuidado com a criação relacionado à missão evangelizadora.

Embora houvesse no documento uma forte valorização celebrativa da natureza, as discussões sobre os impactos ambientais poderiam ter sido apresentadas de maneira mais contundente, dada a urgência da problemática na contemporaneidade. Mas, em linhas gerais, o documento conseguiu estabelecer significativas pontes de diálogo, que tiveram como pauta a união dos povos, o respeito à cultura, o exercício da solidariedade e a sensibilização ambiental frente aos impactos provocados pela ação do homem.

3.5 Outras declarações do Vaticano

Nos últimos anos o Vaticano apropriou-se com significativa relevância da temática ambiental, nessa perspectiva, notou-se que, à medida em que os pronunciamentos papais eram divulgados, paulatinamente, percebeu-se a inserção de temas alinhados a perspectiva socioambiental, conforme o Quadro 6 a seguir:

Quadro 6 - Declarações do Vaticano referentes à temática socioambiental

| Ano | Pronunciamentos | Linhas de discussão |
|------|--|---|
| 1971 | 21 ^a Congregação geral do Sínodo dos bispos – “Comissão “Justiça e Paz” | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Uso inadequado dos recursos naturais; ✓ Consumo; ✓ Desperdício; ✓ Contaminação do solo, do ar, da água; ✓ Aquecimento global; |

| | | |
|------|---|--|
| | | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Impactos na qualidade de vida; ✓ Distribuição desigual de riquezas. |
| 1997 | Pontifício Conselho das Comunicações Sociais – Documento “A importância da publicidade” | <ul style="list-style-type: none"> ✓ A cultura publicitária do consumo; ✓ O <i>marketing</i> das grandes corporações; ✓ Responsabilidade socioambiental dos profissionais da comunicação social. |
| | Pontifício Conselho da Justiça e da Paz – Tema “Reforma Agrária” | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Má distribuição de terras; ✓ Degradação ambiental; ✓ Redução da capacidade produtiva da terra; ✓ Impactos ambientais físicos (assoreamento, lixiviação, rebaixamento do lençol freático); ✓ Incentivos fiscais (ambientalmente ilícitos): mineração, agricultura e pecuária extensiva, exploração madeireira; ✓ Expropriação latifundiária. |

Fonte: elaborado com base em Garmus (2009).

A inclusão dessas temáticas nas conferências supracitadas corroborou com o fortalecimento do debate socioambiental entre os sujeitos/pessoas/comunidades, incentivando, dessa maneira, a adesão de uma corresponsabilidade coletiva nos distintos espaços de participação social e a inserção do tema em outros estudos elaborados pela Igreja.

3.6 Aspectos socioambientais nos documentos da CNBB: relatos e estudos

A CNBB é uma instituição pertencente à Igreja Católica no Brasil e que, juntamente com os bispos e,

[...] a exemplo dos Apóstolos, conjuntamente e nos limites do direito, [...] exerce algumas funções pastorais em favor de seus fiéis e procuram dinamizar a própria missão evangelizadora, para melhor promover a vida eclesial, responder mais eficazmente aos desafios contemporâneos, por formas de apostolado adequadas às circunstâncias, e realizar evangelicamente seu serviço de amor, na edificação de uma sociedade justa, fraterna e solidária, a caminho do Reino definitivo (CNBB, 2016a, n.p.).

Anualmente, a CNBB realiza uma Assembleia Geral, cujo objetivo é oferecer ao povo brasileiro, em formato de documento, algumas reflexões referentes a questões e problemáticas que afetam a vida e o cotidiano desse povo. Considerando-se que as questões socioambientais são interdisciplinares e que atuam em diferentes espaços de discussão, a análise específica de tais documentos demonstrou que “[...] a questão socioambiental vem despertando preocupações e crescente interesse social, uma vez que se torna pano de fundo para a compreensão das complexas relações que estabelecem a vida no planeta” (BUCK; MARIN, 2005, p. 199).

3.6.1 Comissão Pastoral da Terra (1975)

A CPT foi criada no ano de 1975, durante o Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, com o objetivo de discutir os conflitos rurais e a situação dos trabalhadores do campo, sobretudo na região amazônica. Dois fatos impulsionaram a atuação da CPT no Brasil: a criação do Concílio Vaticano II e a ascensão da Teologia da Libertação na América Latina (REIS, 2012). A Teologia da Libertação é um movimento de cunho religioso ligado às lutas populares que buscou, no bojo das discussões socialistas, notadamente no marxismo, base para fundamentar as discussões de cunho social e econômico, principalmente junto aos mais pobres e marginalizados. Essa organização ganhou força frente às manifestações populares do campo e esteve na gênese de vários movimentos sociais do país (MOREIRA, 2012).

Nas décadas de 50 e 60, concomitantemente aos avanços da Teologia da Libertação, potencializa-se o nível de industrialização e se intensifica o êxodo rural. Essas políticas beneficiaram, sobretudo, esferas de capital nacional e internacional, aumentando consideravelmente o desemprego urbano e a favelização. Apesar de a industrialização ter sido responsável pelo considerável aumento de renda no Brasil, essa renda não se reverberava de forma igualitária na sociedade (MOREIRA, 2012).

Tais mudanças causaram desconforto na população e impulsionaram a mobilização de políticas populares, bem como a intensificação de lutas armadas, algumas delas motivadas pela Revolução Cubana. Como represália, as frentes conservadoras encabeçaram a intensificação de golpes militares no continente.

É nesse contexto que o chamado cristianismo social ganhou corpo nas pastorais operárias e em organizações políticas e humanitárias, inicialmente influenciadas pelos humanistas franceses, como padre Lebret, Chardin, De Lubac, dentre outros. Porém, no decorrer das décadas de 50 e 60, leigos passam a se comprometer com trabalhos sociais, que, posteriormente tomariam uma outra feição, vinculada às lutas políticas de cunho socialista. Começava a surgir o alicerce para a Teologia da Libertação (MENEZES NETO, 2007, p. 332).

Nesse cenário, a Igreja Católica, temendo perder o controle sobre seus apoios, convoca o Concílio Vaticano II entre o período de 1962 e 1965, com o objetivo de fortalecer os vínculos políticos, religiosos e não religiosos e resgatar os espaços de luta frente aos movimentos sociais. No território brasileiro, os padres Henrique Vaz e Almerly Bezerra

deram o pontapé inicial para a jornada de engajamento e ação popular da Igreja que, posteriormente, resultou na participação de inúmeras esferas religiosas junto a políticas de esquerda (BOFF; BOFF, 1986).

A proposta para uma teologia alinhada à prática social foi apresentada por Gustavo Gutierrez em um encontro de teólogos na cidade de Petrópolis, no Rio de Janeiro, no ano de 1964. Ainda nesse período, em Montevideu, foram lançadas algumas das bases teóricas mais consolidadas da Teologia da Libertação. Iokoi (1996) explica que Gustavo Gutiérrez costumava definir a ação pastoral em duas frentes: correspondentes e essenciais. Para ele, a atuação evangélica deveria estar alinhada à realidade temporal, e, para tal, deveria atuar em conformidade com o marxismo (LÖWY, 1991; BOFF; BOFF, 1986).

No ano de 1965, realizaram-se reuniões em Cuernavaca, Bogotá e Havana, nas quais se debateu sobre os principais direcionamentos desta nova teologia. Em 1970, realizou-se, na cidade de Bogotá, o primeiro congresso da Teologia da Libertação, que impulsionou a publicação de alguns livros sobre a temática. Na década mencionada “[...] Gutierrez publica o livro *Teologia da Libertação*, Hugo Assmann publica *Opresión - Liberación: desafío de los Cristianos* e Leonardo Boff publica *Jesus Cristo Libertador*. No Brasil, além de Leonardo Boff, Clodovis Boff, Frei Betto, João Batista Libânio e Carlos Mesters” (MENEZES NETO, 2007, p. 333).

Em 1973, Gutiérrez expõe, para a Teologia da Libertação, ideias muito alinhadas ao marxismo. Ao defender a eliminação da propriedade privada dos meios de produção, o autor explica que essa medida diminuiria a disparidade existente entre uma classe e outra. E complementa afirmando que, se uma sociedade harmoniza a apropriação social com a apropriação social dos meios de produção, abre um leque de possibilidades e melhorias para a gestão de bens, do poder e, conseqüentemente, da liberdade, dando espaço a uma consciência social mais justa.

Löwy (1991) reitera esse pensamento recordando o número significativo de voluntários leigos que se dispuseram a trabalhar junto à Igreja na elaboração de planos pastorais e documentos, compondo, dessa forma, uma ala de intelectuais que tinham como propósito difundir as produções acadêmicas organizadas pela economia e sociologia marxistas. O autor também chama a atenção para a participação de padres europeus frente ao comprometimento com a transformação social, pois essa atuação na América Latina representava, para vários religiosos, uma frente política em favor dos menos favorecidos.

Em 1968, em Medellín, durante a conferência, convocada pelo Papa Paulo VI, novas portas se abriram para a Igreja. Entre as pautas discutidas durante a conferência, havia

inúmeras denúncias de arbitrariedades sociais e econômicas. O direito de greve foi defendido e os estados opressores foram acusados. As diretrizes do documento “Paz e Justiça” foram sistematizadas por Dom Hélder Câmara, Gustavo Gutierrez e José Grimillion, que criminalizaram os atos de violência política protagonizados pela direita os quais exploravam os pobres e disseminavam ações anticristãs.

Em decorrência desses fatos, no Brasil, a CNBB estimulava a atuação de leigos em diversas frentes, como a Comissão de Justiça e Paz (CJP), o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e a CPT. Stédile e Mançano (1996, p. 19-20) explicam que:

O surgimento da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em 1975, em Goiânia, foi muito importante para a reorganização das lutas camponesas. [...]. De certa forma, foi uma autocrítica ao apoio da Igreja Católica ao golpe militar, sobretudo em relação aos camponeses. Com o surgimento da CPT, há um movimento de bispos, padres e agentes de pastoral, em plena ditadura militar, contra o modelo [ditatorial] que estava sendo implantado no campo.

A CPT atuou fortemente na organização e na luta dos trabalhadores rurais. A comissão foi considerada a aplicação prática da Teologia da Libertação; nela, os sujeitos eclesiais (padres, pastores, agentes pastorais e religiosos) debatiam a importância de os camponeses se manterem organizados. Nessa perspectiva Stédile e Mançano (1996, p. 20) alertaram: “Tu precisas te organizar para lutar e resolver os teus problemas aqui na terra”. A CPT realizou uma ação muito necessária quanto à conscientização do povo camponês.

Stédile (1997) explica que o trabalho ecumênico prestado pela CPT, além de fortalecer as ações dos camponeses, também estimulava a criação de outros grupos sociais, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O autor comenta que a luta de terras foi um dos fatores determinantes para a criação do MST; sendo outro fator o trabalho desenvolvido pela CPT; e, por fim, a reestruturação democrática do Brasil, marcada pelas lutas entre os setores urbanos e populares.

Menezes Neto (2007, p. 336) salienta que,

[...] a primeira concentração, realizada em 1981, no Encruzamento Natalino, em Ronda Alta (RS), não foi uma romaria patrocinada pela Igreja, mas uma concentração política de protesto contra a ditadura militar. Essa concentração foi fundamental para o surgimento do MST e contou com o apoio de diversos setores sociais urbanos e da Igreja Católica, inclusive com a presença do bispo D. Tomás Balduino e de diversos padres, pois o governo tentava reprimir a concentração, mandando inclusive o Coronel Curió para intervir na concentração.

A primeira ação e mobilização da luta pela terra ocorreu em julho de 1982, no Paraná, e contou com a intervenção de vários líderes e organizações. No mês de setembro do mesmo ano, realizou-se, no estado de Goiânia, a primeira mobilização nacional, encabeçada, majoritariamente, por agentes de pastoral. Em 1984, no mês de janeiro, ocorreu, no estado do Paraná, em Cascavel, uma reunião formativa para o Primeiro Congresso Nacional dos Sem Terra. No encontro – que contou com a participação efetiva do bispo de Chapecó, Dom José Gomes –, diversas decisões foram tomadas em relação ao MST (STÉDILE, 1997).

Nesse contexto, o movimento realiza, em janeiro de 1985, seu I Congresso, na cidade de Curitiba (Paraná), com o objetivo de definir-se como um movimento de cunho social (fundamentado na ocupação e posse de terras). Ao realizar o III Congresso, no ano de 1995, o MST encabeça uma forte ação contra o neoliberalismo. Este terceiro encontro fez emergir a participação de agentes religiosos, entremeados ao pensamento socialista, com a justificativa de que a Teologia da Libertação apresentara condição *sine qua non* para a criação do MST.

A maioria dos militantes mais preparados do movimento teve uma formação progressista nos seminários da Igreja. [...] A contribuição que a Teologia da Libertação trouxe foi a de ter abertura para várias idéias. Se tu fizeres uma análise crítica da Teologia da Libertação, ela é uma espécie de simbiose de várias correntes doutrinárias. Ela mistura o cristianismo com o marxismo e com o latino-americanismo. [...] Todos os que se abasteciam na Teologia da Libertação – o pessoal da CPT, os luteranos – nos ensinaram a prática de estar abertos a todas as doutrinas em favor do povo (STÉDILE; MANÇANO, 1996, p. 59).

Vendramini (2000) salienta que o apoio de cunho religioso possibilitou ao MST a ampliação de suas bases teóricas, abrindo um leque de discussão política fundamentada em nomes como Vladimir Lênin, Karl Marx, Friedrich Engels, Mao Tse-Tung, Rosa Luxemburgo, Che Guevara, Fidel Castro, Nelson Mandela, Martin Luther King e dos brasileiros Josué de Castro, Celso Furtado, Florestan Fernandes, Paulo Freire, Darcy Ribeiro, Manuel Correa de Andrade, Leonardo Boff, Dom Tomás Balduino, Dom Pedro Casaldáliga e Frei Betto.

Os nomes citados acima solidificaram as bases teóricas do MST. O alinhamento pelas ideologias de esquerda se tornou a marca registrada do movimento. Nesse sentido, observa-se que as teorias fundamentadas no marxismo, as ações fomentadas pelo socialismo e a experiência crítica religiosa foram fundamentais para a formação ideológica no MST. “[A] Teologia da Libertação, como ideologia e projeto de vida coletiva, ajuda a interpretar a

realidade, para propor alternativa, ao contrário do uso dogmático da ideologia, como prefiguração doutrinária da realidade” (VENDRAMINI, 2000, p. 154).

A mística²⁸, exercício constante desenvolvido pelo MST, também foi apresentada como herança das práticas religiosas. Os rituais místicos objetivavam manter a união entre os membros do movimento, além de estimular a participação nas marchas, manifestações, ocupações e lutas. Os ritos místicos possuíam uma forte conexão com a fé. Essa conexão entre a Igreja Católica e a luta pela terra contou com a participação e colaboração de padres, bispos e agentes pastorais (MENEZES NETO, 2007).

3.6.2 “Igreja e os problemas da Terra” (1980)

Em 1980, a assembleia geral da CNBB autorizou a aprovação do documento intitulado “Igreja e problemas da terra” (CNBB, 1980b), que abrangeu informações referentes à posse de terra e à reforma agrária, com ênfase para os trabalhadores rurais e os povos indígenas, conforme o Quadro 7:

Quadro 7 - Estrutura organizacional do documento “Igreja e os problemas da terra”

| Igreja e os problemas da terra (1980) | | |
|---------------------------------------|---|--|
| Parte I. A realidade dos fatos | A concentração da propriedade da terra no Brasil. | Relatório dos últimos censos agropecuários e a situação desigual da distribuição de terra; Aumento do desemprego; O estrangulamento da agricultura familiar; Política de distribuição de crédito desigual; Agravamento da escravidão rural, principalmente na região Nordeste. |
| | O modelo político a serviço da grande empresa. | Incentivos fiscais direcionados às grandes empresas agropecuárias; Beneficiamento dos grandes latifundiários. |
| | A questão das terras dos povos indígenas. | Intensificação dos conflitos em áreas indígenas; Marginalização da política indigenista. |
| | Migrações e violência no campo. | Êxodo rural; Conflitos entre empresas nacionais, multinacionais, grileiros e posseiros; Perda de referências culturais; Censura midiática. |

²⁸ Para Peloso (2012, p. 88), o misticismo do MST refere-se a causa popular. Para o autor, essa mística representa “[o] segredo plantado na alma das pessoas, é a força maior que impulsiona a militância, nos momentos de dor, de dúvida e de derrotas”.

| | | |
|---|---|---|
| | Responsabilidade pela situação. | Estado (Políticas Públicas); Incentivos fiscais; Organizações não governamentais; Sociedade civil. |
| | Concentração de capital e concentração do poder. | Empresas; Latifundiários. |
| | Acumulação e degradação. | Exploração do trabalhador rural; Maus tratos; Ausência de fiscalização. |
| Parte II. Fundamentação Doutrinal | A terra é um dom de Deus a todos os homens. | A Igreja Católica e seu engajamento frente às questões sociais; Denúncias frente a opressões dos pobres e marginalizados; A aliança de Deus com seus filhos; A ação pastoral como ponto fundamental na luta pelos oprimidos. |
| | Terra de exploração e terra de trabalho. | A terra como direito dos trabalhadores; A terra como dádiva de Deus; A terra como ponto fundamental da dignidade humana. |
| Parte III. Nosso compromisso Pastoral | Ações para garantir a dignidade da pessoa humana; Denúncia contra situações de injustiça; Apoio às justas iniciativas e organizações dos trabalhadores; Compromisso com as necessidades mais proeminentes dos trabalhos. | |
| Conclusões | | |
| Mudança na estrutura político-econômica do país | O cultivo da terra como caminho promissor para o aproveitamento de tecnologias alternativas. | Apoio e estímulo às comunidades, agentes de pastoral e membros de organismos que realizam tarefas junto à Pastoral da Terra, Pastoral Indigenista, Pastoral Operária e outras. |

Fonte: adaptação da autora (2021).

Esse documento teve como objetivo resgatar a ideia do papel social da terra, reiterando que o direito da propriedade não assegura de forma absoluta a dignidade, pois a propriedade somente é legitimada quando cumpre a sua função social e assegura ao trabalhador uma vida justa e digna (FERREIRA, 2004). Nesse período, a participação social da Igreja foi posta em dúvida pelo Estado, por alguns setores conservadores, por grupos de esquerda e até mesmo por agentes envolvidos com as ações pastorais.

À medida que a influência das análises sociais e sobretudo do marxismo, tornava-se mais forte e o movimento tornava-se mais radical, a necessidade de se estabelecer uma conexão fortalecida entre a dimensão pastoral e a dimensão reivindicatória da ação da Igreja se evidencia[va] e se reflet[ia] no esforço de criar subsídios teológicos para [a] luta pela terra no Brasil (REIS, 2012, p. 105).

A obtenção da terra como direito coletivo, adquirido e estruturado em uma perspectiva teológica emerge da conexão entre Igreja Católica, trabalhadores do campo, posseiros e indígenas. Esse conceito está fundamentado na ideia de que Deus criou a terra e a ofertou para o homem, para que dela seu sustento fosse tirado. Na cartilha produzida pela CPT (1981), intitulada "A luta pela terra na Bíblia", a luta pela terra, encabeçada pelos trabalhadores rurais, é fundamentada no Antigo e no Novo Testamento. Na bíblia, a terra é apresentada como sinal da benção/promessa do Altíssimo (Gn, 12, Is). Deus assegura a terra, porque a terra pertence a Ele (cf. Ex. 19,5). E a chegada na terra prometida foi compreendida pelo homem como um sinal de libertação e de união com Deus (cf. Deut.1,8; 6 Is).

A partir da idealização de que a terra seria uma dádiva doada por Deus ao homem, entendeu-se que as lutas agrárias estariam respaldadas pelas narrativas bíblicas e que Deus, em sua infinita misericórdia, conduziria o povo a uma vida digna e justa. Apesar de as relações agrárias no Brasil ainda apresentarem sinais evidentes de desigualdade, compreende-se que a atuação religiosa, atrelada aos movimentos sociais, representou uma condição essencial para que os menos favorecidos adquirissem direitos e, sobretudo, dignidade para viver no campo.

3.6.3 “Solo urbano e ação pastoral” (1982)

O documento “Solo urbano e ação pastoral” foi publicado pela CNBB no ano de 1982, durante a 20ª Assembleia Geral dos Bispos do Brasil, e teve como motivação a necessidade de se discutir a ocupação do solo nas zonas urbanas. O documento foi dividido em três partes, nas quais se abordaram a situação do solo urbano no Brasil, os elementos para uma reflexão ético-teológica e algumas pistas inspiradoras para uma ação pastoral concreta (CNBB, 1982).

A primeira parte do documento faz um apanhado geral sobre o processo de urbanização brasileira, baseando-se em dados censitários. Os dados demonstraram o significativo fluxo migratório ocorrido no Brasil e apresentaram as principais consequências desse fenômeno, a exemplo do êxodo rural, da migração pendular e da migração sazonal. Esse descolamento populacional ocasionou, entre tantas consequências, o inchaço das cidades, a falta de moradia, a segregação espacial, o aumento da produção de lixo e o desemprego.

Nesse cenário de conflitos socioespaciais, a especulação imobiliária também é apresentada como um problema de ordem estrutural. Ao aumentar o preço do solo urbano, a especulação imobiliária agrava ainda mais a situação da falta de moradia, ocasionando uma densa disparidade na distribuição de renda do país. Os bairros com maior poder aquisitivo

desfrutavam de serviços que deveriam estar à disposição de todos, a exemplo da rede de esgoto, da iluminação pública, da coleta de lixo, de áreas de lazer, das ruas asfaltadas, de escolas, dos hospitais, do comércio e de centros industriais (CNBB, 1982).

Os bairros mais periféricos eram assolados por inúmeros problemas, como a falta de infraestrutura e de acesso a serviços básicos. Esses problemas acabavam intensificando a disseminação de doenças de veiculação hídrica (como diarreia, cólera, leptospirose e hepatite A), bem como a ineficiência no recolhimento e tratamento do lixo e o deslizamento de encostas. A carência de investimentos públicos nesses locais aumentava sua insegurança e sobrecarregava seus espaços não recomendados para moradia, sacrificando ainda mais a vida dos menos favorecidos.

Ainda na primeira parte do documento, são apresentadas medidas de contenção para tais problemas, como a intensificação das ações estatais para as áreas afetadas e o apoio financeiro para a construção de casas populares. Porém, a lentidão no cumprimento dessas ações acabou gerando inúmeras consequências sociais, como a violência e o tráfico. Por tudo isso, a Igreja chama a atenção para a necessidade de se discutirem tais questões.

A segunda parte apresentou alguns critérios sugeridos pela Igreja para amortecer os impactos dessas problemáticas, ancorando-os nos princípios da dignidade e da ética. De acordo com o documento, as cidades brasileiras são obras das intervenções humanas; por isso, devem oferecer serviços de qualidade para todos que nela residem. No documento supracitado, em seu item 66, explica-se:

O Apocalipse descreve a nova Jerusalém, a cidade santa, que é principalmente obra de Deus, mas simboliza também, no ideal, a obra dos homens, na construção da cidade terrena como lugar de paz, convivência e fraternidade. Por isso, a Igreja reza e, por vezes, chora sobre a cidade, cuja felicidade vê ameaçada por dentro e por fora, como fez Jesus sobre a cidade de Jerusalém; outras vezes, repete as suas denúncias sobre as cidades impenitentes, convidando os cidadãos a uma participação consciente nesta obra comum (CNBB, 1982, p. 7).

A encíclica *Laborem Exercens*²⁹, idealizada pelo papa João Paulo II, apresenta a cidade como um espaço de convivência fraterna e solidária para todos, constituindo-se como

²⁹ “A Encíclica *Laborem Exercens* do Papa João Paulo II (datada de 15-09-1981) versa, por inteiro, sobre o trabalho humano, considerando as mais diversas facetas da questão no mundo contemporâneo [...]. O Papa João Paulo II quis focalizar, do ponto de vista ético, o presente e o futuro do homem, mediante a consideração direta do trabalho humano” (STREFLING, 2006, p. 768-769).

uma comunidade natural, em que todos possam exercer suas atividades com dignidade, viver em harmonia e em coletividade.

Deus deu aos homens o uso dos bens da natureza para sua realização humana. Todos têm, portanto, direito de acesso ao uso desses bens. Condição normal para garantir tal direito é o exercício de trabalho produtivo e transformador desses bens, em favor do próprio indivíduo ou para o sustento de sua família (CNBB, 1982, p. 8).

Nas Sagradas Escrituras, o conceito de propriedade é relativo. Na tradição do povo nômade, os bens eram apresentados em forma de rebanhos, tendas e utensílios em geral. Em Canaã, a terra era apresentada com outro valor, sendo esta repartida por tribos e famílias conforme a necessidade. Os israelitas atrelaram a posse de terras aos bens de família (herança), e também eram utilizadas conforme a necessidade. A Igreja ancora o direito à terra baseando-se nos princípios de São Tomás de Aquino: “Primeiro: Deus destinou os bens a todos os homens. Segundo: é necessária a partilha tanto para a boa gestão dos bens como para a paz, pois a falta de partilha é fonte de conflitos” (CNBB, 1982, p. 8).

João Paulo II pontua que o acesso à moradia se vincula ao direito e ao dever do trabalho. Frente a essa afirmação, a Igreja explica que o trabalho representa um ponto fundamental na edificação do homem e, conseqüentemente, de sua vida familiar. O trabalho representa o meio pelo qual o homem será capaz de garantir a subsistência de sua família. Na Exortação Apostólica *Familiaris Consortio*³⁰ (1981, p. 33), além de comentar que “A Igreja defende aberta e fortemente os direitos da família contra as intoleráveis usurpações da sociedade e do Estado”, o papa menciona, entre outros direitos, “[...] o direito de ter uma habitação digna a conduzir convenientemente a vida familiar”.

O direito de moradia pode ser explicado frente ao princípio geral elaborado pelo Concílio Vaticano II, segundo o qual a terra é apresentada como uma doação feita por Deus ao homem, para que dela seu sustento seja retirado, mas toda essa herança divina deve chegar equitativamente às mãos de todos, com base no princípio da justiça e com auxílio da caridade. O alcance desses princípios, porém, enfrenta alguns obstáculos de natureza cultural, econômica, política e jurídica, conforme o Quadro 8.

³⁰ Exortação apostólica emitida pelo papa João Paulo II no ano de 1981 “Missão da família cristã no mundo de hoje”. Disponível em: http://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_exhortations/documents/hf_jp-ii_exh_19811122_familiaris-consortio.html. Acesso em: 2 abr. 2020.

Quadro 8 - Obstáculos inviabilizadores para o alcance de moradia digna

| Obstáculos inviabilizadores | Principais reivindicações |
|---------------------------------------|---|
| Obstáculos de natureza sociocultural | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Distribuição injusta de riquezas; ✓ Marginalização cultural. |
| Obstáculos de natureza socioeconômica | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Disparidade das condições econômicas; ✓ Desemprego; ✓ Falta de moradia adequada; ✓ Acumulação de riquezas; ✓ Espírito individualista. |
| Obstáculos de natureza sociopolítica | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Opção política contrária aos legítimos interesses do povo; ✓ Corrupção; ✓ Retórica demagógica. |
| Obstáculos de natureza sociojurídica | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Profunda inadequação à realidade atual; ✓ Concepção privatista do direito de propriedade. |

Fonte: adaptação da autora (2021).

Esses obstáculos foram traçados com o objetivo de direcionar as linhas de atuações pastorais. A terceira parte do documento apresenta ações pastorais com o objetivo de inspirar práticas concretas. A evangelização é apontada como condição essencial para a efetivação do serviço pastoral nas cidades e o homem é apresentado como peça central desse movimento. Para tanto, faz-se necessário que as ações pastorais estejam alinhadas às reais necessidades das cidades, reforçando os princípios da justiça e da equidade. Para isso, algumas reformas foram sugeridas:

- [...] visar novos modelos de organização da cidade, o que exige, por sua vez, mudança do modelo sócio-político-econômico vigente.
- [...] recorrer a instrumentos jurídicos suscetíveis de serem aplicados a curto prazo dentro de uma política humana de urbanização.
- [...] reformas na legislação, com vistas a garantir a justa distribuição social do solo urbano, cuja utilização não pode ser deixada aos caprichos do mercado.
- [...] formas de subsidiar a moradia às populações de escassíssima renda.
- [...] apoio às associações comunitárias urbanas que organizam e executam projetos de urbanização e/ou de saneamento.
- [...] repressão ao abuso do poder econômico no mercado imobiliário, de modo a coibir a supervalorização fundiária, especialmente das áreas ocupadas pela população de baixa renda (CNBB, 1982, p. 13).

A terceira parte do documento também apresentou a experiência de algumas ações pastorais então em curso e cujo objetivo era a minimização dos problemas ligados ao solo urbano. As pastorais da periferia, das favelas, dos alagados e dos cortiços têm estado, desde então, entre as prioridades dos planos diocesanos de pastoral. As práticas desenvolvidas pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) também entusiasmaram os agentes de pastorais a desenvolver ações, objetivando a diminuição dos problemas urbanos. As mobilizações

populares, a promoção de encontros, de seminários, de congressos e de palestras também foram importantes aliados no processo de disseminação de ações em prol das comunidades mais afetadas.

Algumas instituições ligadas à Igreja prestaram importantes serviços em favor da causa:

[a] Cáritas³¹ Brasileira tornou possível a construção de casas para populações em situação de emergência, sob forma de mutirão, com aproveitamento de recursos naturais e fabricação local de material de construção. Muitas Dioceses têm colaborado para esse fim com a doação de terras de sua propriedade.

Comissões de Justiça e Paz, Comissões de Pastoral da Terra, Centros de Defesa de Direitos Humanos, serviços de assistência jurídica e outras formas de ação empenham-se em ações de defesa do direito ao solo e à moradia condigna para as populações necessitadas.

Também diversas Universidades Católicas voltam sua atenção para os interesses dos favelados (CNBB, 1982, p. 15).

Frente a estas ações desenvolvidas, a Igreja conclui o documento explicando que, no campo prático, ainda há um longo caminho a ser percorrido, pois os problemas que se desenvolvem no solo urbano não se restringem apenas a uma questão de justiça e/ou caridade, mas dizem respeito também a uma questão de dignidade da pessoa humana; por essa razão, todos os cristãos e as pessoas de boa vontade são convidados a prestar assistência e auxiliar na efetivação de ações que busquem mitigar os impactos sociais, econômicos, culturais e ambientais desencadeados nos centros urbanos.

3.6.4 “Ética: pessoa e sociedade” (1993)

O documento “Ética: pessoa e sociedade” foi lançado pela CNBB no ano de 1983 e faz uma reflexão sobre temas que infringem a dignidade ética do ser humano, a exemplo da violência, do abuso de poder, da discriminação social e da corrupção. A leitura apresenta uma profunda discussão sobre a necessidade de se superar a crise ética que atinge a sociedade e enfatiza que mudanças sociais e culturais só ocorrerão quando essa problemática for

³¹ “A palavra “Cáritas” tem sua origem no latim, que significa “caridade”, e se traduz na prática da solidariedade diante de situações em que a vida estiver ameaçada. Trata-se de uma rede de pessoas organizadas em grupos, comunidades, paróquias, municípios e regiões que contribuem para a vivência da solidariedade, construção da cidadania e fortalecimento da democracia e da organização popular, visando uma sociedade justa e solidária. A Cáritas é um “organismo” da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e tem sua atuação no campo da ação social da Igreja. Por outro lado, também é uma entidade da sociedade civil”. Disponível em: <http://www.aspr.org.br/caritas/>. Acesso em: 7 abr. 2020.

minimizada. O texto encontra-se dividido em quatro partes, nas quais abordaram-se as raízes da crise ética, os caminhos de superação da crise e algumas orientações práticas sobre os temas discutidos (CNBB, 1993b).

A primeira e a segunda parte do texto dedicam-se à análise da evolução da ética, versando sobre sua gênese, seus pontos de inflexão, suas crises e os avanços trazidos pela cultura, baseando-se em aspectos históricos, filosóficos e bíblicos. Desde a antiguidade, a ética já apresentava divergências interpretativas para os diversos campos do conhecimento.

Na Idade Média cristã, pensamento grego e pensamento bíblico convergem na convicção de que o Criador do mundo é também aquele que ordena, mediante as leis morais, a convivência humana. Em muitas outras civilizações e tradições religiosas, predomina uma concepção semelhante, que dá fundamento religioso ao “ethos” e às instituições sociais e políticas que o exprimem. (CNBB, 1993b, p. 2).

Essas discussões fizeram emergir a necessidade de se discutir quais seriam de fato os princípios norteadores da ética. Nesse caminho de (re)descobertas, a ética na civilização ocidental conheceu a dimensão humana (atrelada à dignidade e ao trabalho), a dimensão cultural (voltada aos valores, às crenças, aos costumes, à religião) e a dimensão autônoma (distinguindo-se do religioso e do sagrado, especialmente na época moderna). A dimensão autônoma abre espaço para uma rearticulação ética e, conseqüentemente, para uma crise, entendida a princípio como um problema, principalmente para a Igreja (CNBB, 1993b).

A crise entre ética e religião vai se solidificar na Idade Média, quando a Igreja começa a se apresentar como matriarca da moral, cumprindo um rigoroso controle frente às posturas dos cidadãos. Os conflitos religiosos desencadeados nos séculos XVI e XVII acabaram acentuando ainda mais as divergências entre as Igrejas cristãs, o que contribuiu para o despertar de uma moral “natural” ou “puramente racional”, que estivesse acima das divergências eclesiais.

O documento explica que as críticas direcionadas à ética tradicional não podiam ser consideradas negativas, pois elas tinham como princípio norteador a necessidade de consolidar a emancipação do homem na sociedade. À vista disso, algumas esferas da sociedade, como a ciência, a política, a religião, e a arte foram modelando sua própria concepção acerca do conceito de ética. Essa dinâmica acabou potencializando a esfera econômica, que começou a expandir seus interesses em detrimento de interesses mais universalizantes.

A Igreja entendia essa situação como uma desvalorização pessoal, em que o ser humano perderia sua dignidade para atender os interesses do sistema capitalista, uma vez que, ao vender sua mão de obra e se submeter a jornadas de trabalhos excessivas, o homem acabaria abrindo mão de direitos já adquiridos, sujeitando-se a uma relação de trabalho na qual apenas o capital seria beneficiado. Nesse sentido, a CNBB (1993b, p. 5) explica que: “O fato é mais evidente na esfera da vida privada ou particular, onde a sociedade moderna tende a conceder uma liberdade ilimitada em troca da sujeição ao sistema econômico e político”.

No Brasil, essa realidade não foi diferente, o rápido crescimento urbano-industrial intensificou o êxodo rural e os fluxos migratórios, aumentando consideravelmente a disparidade econômica e social entre as classes populacionais. Desse modo, a tão sonhada ética libertadora acabou se tornando uma utopia para muitos. Porém, no bojo das discussões e dos movimentos sociais, a Igreja encontrou espaço para uma nova articulação, adotando uma visão mais solidária frente aos menos favorecidos.

Estas articulações inspiraram inúmeros debates e manifestações sociais, a exemplo das ações de solidariedade popular (que contrariavam o individualismo), do idealismo da juventude (que buscava defender publicamente os valores morais irrenunciáveis) e a veiculação de denúncias por parte da imprensa e demais meios de comunicação (que visava resgatar um senso profundo do direito à ética, à solidariedade, à alteridade e, sobretudo, à dignidade humana).

A terceira parte do documento apresentou alguns caminhos para se alcançar a “nova ética” (baseada nas narrativas bíblicas), com vistas a superar a “[...] distância entre clérigos e leigos, hierarquia e povo, intensificando a comunicação e o intercâmbio, fazendo participar ativamente os cristãos, engajados nas “realidades terrestres”, da elaboração de orientações éticas adequadas à sociedade presente e futura” (CNBB, 1993b, p. 21).

Esta parte do documento também apresentou algumas reflexões éticas e sociais propostas pela Igreja Católica, fundamentada em estudos pontificais e bispais, conforme o Quadro 9.

Quadro 9 - Reflexões realizadas pela Igreja Católica no campo da ética social

| Ano | Tema | Idealizador |
|------|---|---------------|
| 1971 | Carta Apostólica <i>Octogesima Adveniens</i> – Chamado à ação | Paulo VI |
| 1981 | Carta Encíclica <i>Laborem Exercens</i> – O trabalho humano | João Paulo II |
| 1988 | Carta Encíclica <i>Sollicitudo Rei Socialis</i> – A solicitude social da Igreja | João Paulo II |
| 1991 | Carta Encíclica <i>Centesimus Annus</i> – No centenário da Rerum Novarum | João Paulo II |
| 1977 | Exigências cristãs de uma ordem política | CNBB |
| 1989 | Exigências éticas da ordem democrática | CNBB |

Fonte: adaptação da autora (2021).

Os textos apresentados fundamentaram-se especialmente nos livros de Gênesis, Êxodo, Deuteronômio, Isaías, Amós, Lucas, Mateus, Romanos, Jó e Gálatas. Porém, a exaustiva reflexão ética e social fundamentada nesses evangelistas não estimulou o pensamento para uma reflexão crítica do tema abordado. Em determinados esclarecimentos, perdeu-se o fio condutor da análise e a compreensão dos fatos ficou aquém do esperado.

A última parte, intitulada de “Orientações práticas”, trata da necessidade de equacionar a disparidade entre os poderes públicos e privados. Foram apresentadas diretrizes que, caso fossem cumpridas, superariam as inconsistências éticas emergidas no seio da sociedade. Eis algumas dessas diretrizes:

A criação de uma] proposta ética e um projeto político, com suas estratégias, que, iluminados pelos princípios de solidariedade e subsidiariedade, orientem pessoas e instituições no exercício de seus direitos e deveres.
 [...] restabelecer uma correta relação entre o que é público e o que é particular, para que a esfera pública não seja administrada predominantemente em função de interesses particulares.
 [...] tomar medidas objetivas de descentralização do poder, de informação e transparência, de participação nos diversos níveis, de promoção das instituições da sociedade civil — como associações profissionais, sindicatos, escolas, organizações não-governamentais (ONGs), Igrejas etc. —, que garantam o exercício da responsabilidade cívica e controle do poder político.
 [...] Transparência do discurso dos homens públicos.
 [...] comunicação transparente e veraz.
 [...] direito à liberdade de expressão e à diversidade cultural (CNBB, 1993b, p. 25-27).

Frente a estas orientações, entende-se que buscar novos caminhos para a ética não significa apenas demarcar os sinais da crise e apontar suas principais causas e consequências. O documento explica que esta responsabilidade se estende a todos e que, sem um diálogo aberto, respeitoso e compartilhado, envolvendo o povo, o governo, os empresários, os sindicais, os movimentos sociais e as ONGs, não haverá êxito na concretização das ações.

3.6.5 “Por uma reforma do Estado com a participação democrática” (2010)

O documento “Por uma reforma do Estado com a participação democrática” foi lançado no ano de 2010 e teve como motivação uma série de acontecimentos históricos que ocorriam no Brasil à época: os cinquenta anos da inauguração da capital nacional, as eleições presidenciais, a virada da década, os sinais proeminentes de crise, dentre outros. No bojo desses fenômenos, marcado por inúmeras consequências de ordem estrutural, social, cultural, ambiental, política e econômica, a CNBB encontrou uma oportunidade para pôr em evidência

alguns dos problemas que assolavam o país e direcionar caminhos pastorais que fossem capazes de amortecer tais obstáculos.

Esse documento, frente aos que já foram discutidos neste capítulo, apresenta uma estrutura organizacional mais fundamentada, coerente e coesa. O texto encontra-se dividido em cinco capítulos, que tratam essencialmente dos seguintes assuntos: a crise política e a democratização estatal; o Estado enquanto construção histórica; as mudanças estruturais da sociedade; caminhos promissores para a minimização das problemáticas nacionais; e alguns passos práticos para se alcançar o bem comum.

Os capítulos um e dois fazem um resgate histórico sobre a crise política enfrentada no período supracitado (2010). A deslegitimação da democracia, as inconsistências dos poderes, o aumento exponencial da desigualdade e a ilegitimidade das políticas públicas apresentam-se como as principais causas do fracasso estatal. O Estado tem a obrigação de assegurar condições de vida digna e de bem-estar social para todos, mas a subordinação estatal frente às grandes corporações acabou direcionando a economia para uma porção mais restrita da população, o que ocasionou a diluição dos serviços sociais mais essenciais; assim,

[...] cresce a riqueza mundial em termos absolutos, mas aumentam as desigualdades. Nos países ricos, novas categorias sociais empobrecem e nascem novas pobreza. Em áreas mais pobres, alguns grupos gozam duma espécie de superdesenvolvimento dissipador e consumista que contrasta, de modo inadmissível, com perduráveis situações de miséria desumanizadora (BENTO XVI, 2009, p. 34).

É nesse contexto que a Igreja encontra a possibilidade de discutir as ações estatais, de modo que estas sejam reconsideradas e reavaliadas para que possam atender à população mais necessitada. Nessa conjuntura, os movimentos e grupos sociais (na zona rural e na zona urbana) vão representar um espaço de luta frente às necessidades mais proeminentes do povo. As décadas de 1980 e 1990 representaram um momento de ascensão da população, que começava a se integrar de maneira mais ativa aos debates sociais, políticos e econômicos do país. A CNBB (2010a, p. 20) comenta que: “O Estado brasileiro entra, então, em disputa. Isto é, seu controle se dá em função de diferentes projetos, conforme o entendimento de cada setor social quanto aos interesses nacionais e às exigências do bem comum”.

O capítulo três do documento reforça a necessidade de ampliar a democratização e a participação pública nos assuntos de interesse coletivo. Para tal, sugere um novo modelo de Estado, baseado na democracia representativa e que seja capaz de atuar em conformidade com as necessidades mais proeminentes da população. Paulo VI, em sua carta apostólica

*Octogesima Adveniens*³² (1971, n.p.), escreve que, “[...] para os fiéis leigos, o compromisso político é uma expressão qualificada e exigente do compromisso cristão ao serviço dos outros”. Portanto, o bem comum, o espírito de solidariedade e o respeito pela autonomia devem inspirar ações que possam atender a situações de sofrimento e pobreza, respeitando a pluriculturalidade da sociedade e o direito à identidade cultural, individual e coletiva (CNBB, 2010a).

Os capítulos quatro e o cinco versam sobre possíveis estratégias para o alcance da equidade social, política e econômica, tão cobiçada e almejada pelos grupos de interesse. Para tal, recomenda-se uma mudança prática nas estruturas políticas, que vise, dentre outros quesitos, a democratização estatal e a ampliação da participação popular pois, “[...] os organismos representativos devem estar submetidos a um efetivo controle do corpo social” (CNBB, 2010a, p. 231), entusiasmando o engajamento na democracia participativa com base na Constituição Cidadã de 1988.

Alguns obstáculos inviabilizadores também foram mencionados, a exemplo da dificuldade de acesso à informação de qualidade, da burocracia estatal e da institucionalização ou não das estruturas de participação popular. Diante desses empecilhos, o Concílio Vaticano II explica que a Igreja deve atuar como uma extensão do povo e que os indivíduos devem manter um espírito colaborativo que vise o bem comum. Aí está o segredo para a concretização da Democracia Representativa, zelar pelo todo e lembrar-se de que “[...] os cristãos nada podem desejar mais ardentemente do que prestar serviço aos homens do mundo de hoje, com generosidade sempre maior e mais eficaz” (PAULO VI, 2011, n.p.).

Além dessa sensibilização coletiva, a Igreja Católica contou e conta com a ajuda das Pastorais Sociais, da Comissão Brasileira de Justiça e Paz, da Cáritas Brasileira, do Movimento de Educação de Base (MEB), das CEBs, entre outros organismos que atuam em favor do fortalecimento das ações sociais conjuntas. A Igreja também sugere a intensificação de ações que busquem entusiasmar os espaços de discussão, visando o beneficiamento coletivo nos âmbitos sociais, políticos, econômicos, culturais e socioambientais, conforme o Quadro 10.

³² Carta apostólica emitida pelo papa Paulo VI em 1971. Trata sobretudo do compromisso sócio-político dos cristãos. Disponível em: http://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/apost_letters/documents/hf_p-vi_apl_19710514_octogesima-adveniens.html Acesso em: 2 abr. 2020.

Quadro 10 - Ações propostas pela Igreja Católica

| Principais necessidades | Objetivos |
|--|---|
| Rever o modelo econômico e o processo de mercantilização da vida. | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Regular o mercado e zelar pela qualidade de vida de todas as pessoas; ✓ Priorizar a economia solidária; ✓ Aperfeiçoar os mecanismos de distribuição de renda. |
| Ampliar as oportunidades de trabalho. | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Buscar formas criativas de aumento substancial de oportunidades de emprego e salário justo, tanto no campo quanto na cidade; ✓ Implementar uma política de emprego para a juventude; ✓ Promover uma política agrícola vinculada à Reforma Agrária que privilegie o pequeno produtor rural; ✓ Valorizar a economia solidária. |
| Fortalecer exigências éticas em defesa da vida e do meio ambiente. | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Garantir a água como um bem público e patrimônio da humanidade; ✓ Proteger a biodiversidade brasileira; ✓ Respeito aos saberes das populações tradicionais; ✓ Assegurar o uso dos solos agricultáveis [...], principalmente para os pequenos agricultores, comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas, espalhados por todo o território nacional; ✓ Garantir a legalização e a posse das terras dos povos indígenas e quilombolas. |
| O planeta como responsabilidade humana. | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Fiscalizar e coibir a exploração comercial dos que exaurem o meio ambiente; ✓ Valorizar e construir modelos de desenvolvimento econômico, cultural e social, levando-se em conta os ecossistemas diferenciados; ✓ Promoção de um novo modelo de desenvolvimento, a partir do conhecimento do potencial de pequenos projetos que levem em consideração as realidades locais e suas necessidades. |
| Reforma política com participação popular. | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Fortalecimento da democracia direta; ✓ Aprimoramento da democracia representativa; ✓ Definição clara das competências do Executivo e do Legislativo, na elaboração e execução do orçamento. |

Fonte: adaptação da autora (2021).

Ao propor essas ações, a CNBB reconheceu a necessidade de publicizar o delineamento das instituições políticas e identificar o que nelas poderia ser reestruturado, pois a democracia só se solidifica quando a equidade ultrapassa os interesses de uma minoria e concretiza a interlocução dos diversos atores, em seus distintos cenários de atuação, de modo que as relações sociais, éticas, culturais, ambientais políticas e econômicas sejam discutidas e socializadas por todos.

3.6.6 “Diretrizes gerais da ação evangelizadora da Igreja no Brasil” (2011-2015)

O documento “Diretrizes gerais para ação evangelizadora no Brasil” foi idealizado durante a 49ª Assembleia dos Bispos do Brasil e teve como principal objetivo a criação de um

plano de ação a longo prazo que fosse capaz de redirecionar as ações pastorais do Brasil, a fim de que estas pudessem atuar em consonância com as necessidades mais proeminentes da sociedade. Nesse sentido, estas diretrizes foram apresentadas como tentativa de atender aos “sinais do tempo” e aos desafios que neles se manifestam.

As diretrizes estão organizadas em cinco capítulos: A Vida de Jesus Cristo, As Marcas do Nosso Tempo, As Urgências mais necessárias das Ações Evangelizadoras, Os Caminhos para o Enfrentamento das Necessidades e, por fim, Indicações de Operacionalização Concreta nos Planejamentos das Igrejas.

A primeira parte do documento apresenta a vida de Jesus como ponto fundante das ações missionárias, pastorais e evangelizadoras. Baseando-se nas narrativas bíblicas, as diretrizes apontam a vida de Cristo como exemplo de amor, reconciliação, solidariedade, compaixão, alteridade e compreensão. A missão pastoral precisa ter como referência a vida daquele que é apontado como a luz da Igreja. Ao testemunhar e aplicar as ações do Cristo, os missionários são chamados a interpelar todas as formas de desigualdade social, a exemplo da corrupção, da opressão, da exploração e da injustiça.

A segunda parte do documento comenta sobre a importância de a ação missionária estar concatenada com os problemas desencadeados no seio da sociedade. Com o advento da globalização, as mudanças estruturais se tornam uma constante; por essa razão, o Concílio Vaticano II pede que a Igreja esteja atenta à realidade do país, para que as ações solidárias possam trazer dignidade, especialmente aos mais pobres.

A Conferência de Aparecida nos oferece rica indicação, ao recordar que vivemos um tempo de transformações profundas, que afetam não apenas este ou aquele aspecto da realidade, mas a realidade como um todo [...]. Estamos diante de uma globalização que não é apenas geográfica, no sentido de atingir todos os recantos do planeta. Estamos, na verdade, diante de transformações que atingem também todos os setores da vida humana, de modo que já não vivemos uma “época de mudanças, mas uma mudança de época” (CNBB, 2011a, p. 32).

Diante de um cenário de profundas transformações, inúmeros âmbitos da vida em sociedade vão sendo comprometidos, a exemplo das relações humanas, sociais, o equilíbrio entre os povos, a conservação da natureza, o acesso à terra, dentre outros – sinais evidentes de que a sensibilização humana se encontra corrompida. Por isso, os discípulos missionários são convocados a atuar junto à edificação da caridade, da justiça e da paz, a partir dos lugares onde a opressão, o medo, as injustiças sociais, culturais, ambientais, políticas e econômicas estão mais evidentes.

A terceira parte apresenta as principais prioridades das ações evangelizadoras. Para tal, o capítulo se debruça sobre a importância de os missionários estarem conscientes do seu papel social junto às ações mais urgentes da sociedade. Para isso, a Igreja entusiasma os leigos a se comprometerem com uma conversão pastoral, ressaltando que “[...] uma verdadeira conversão pastoral deve estimular-nos e inspirar-nos atitudes e iniciativas de autoavaliação e coragem de mudar várias estruturas pastorais em todos os níveis, serviços, organismos, movimentos e associações” (CNBB, 2008b, p. 41).

Porém, essas ações não podem ser reduzidas ao que a Igreja chama de doação caritativa, a qual, embora seja de suma importância, não representa a totalidade da opção pelos pobres, pois “[...] antes de tudo, esta [ação] implica convívio, relacionamento fraterno, atenção, escuta, acompanhamento nas dificuldades, buscando, a partir dos próprios pobres, a mudança de sua situação” (CNBB, 2011a, p. 64).

De modo pontual, o documento também resgata a importância da conservação dos ecossistemas planetários, considerando que toda vida humana gira em torno do equilíbrio socioambiental. Frente à crescente discussão sobre o cuidado com o uso dos recursos disponíveis na natureza, a Igreja no Brasil apresenta a necessidade de produzir um conteúdo que dialogue diretamente com a temática em questão; por essa razão, no ano de 2011, a CF faz uma alerta: “[...] assim como os filhos e filhas de Deus sofrem desrespeito e ameaças, o planeta inteiro se depara, como nunca, com o risco de degradação talvez irreversível” (CNBB, 2011b, p. 63). Nesse aspecto, o

[...] importante campo de ação, hoje, é educar para a preservação da natureza e o cuidado com a ecologia humana, através de atitudes que respeitem a biodiversidade e de ações que zelem pelo meio-ambiente. Entre essas ações, destaca-se a preservação da água, patrimônio da humanidade, evitando sua privatização, do solo e do ar. O esforço por maior crescimento econômico deve ser orientado para o desenvolvimento sustentável (CNBB, 2011a, p. 86).

A quarta parte do documento aborda as perspectivas de ação para a concretização das atividades pastorais, sugerindo que a Igreja abrace a comunhão participativa com criatividade e entusiasmo. Todos são convidados a desenvolver um trabalho missionário de modo que “[...] entre esses grupos estão os que têm pouco vínculo com a Igreja. Às vezes são jovens; outras vezes, pessoas vivendo na periferia de nossas cidades, intelectuais, artistas, políticos, formadores de opinião, trabalhadores com grande mobilidade, nômades etc.” (CNBB, 2011a, p. 69).

Importa de fato é que esses grupos pastorais consigam resgatar a dignidade do povo mais marginalizado. O ecumenismo prevê justamente isto, a colaboração e a unidade em prol de um bem que beneficie a todos. Cada Igreja é desafiada a dar passos mais sólidos no campo de trabalho ecumênico. O diálogo inter-religioso e a união respeitosa e fraterna entre os diversos segmentos religiosos representam um significativo avanço na edificação de uma sociedade fraterna, justa e universalizada.

A última parte do documento apresenta algumas indicações programáticas concretas para fomentar as ações pastorais, conforme o Quadro 11, a seguir:

Quadro 11 - Passos metodológicos para a concretização das ações pastorais

| Linhas de direção | Direcionamento de ações |
|--|--|
| Primeiro passo: onde estamos | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Na sociedade (cultural, econômica, política e ecológica); ✓ Na religião (ação pastoral). |
| Segundo passo: onde precisamos estar | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Serviço da Palavra; Serviço da Liturgia e Serviço da Caridade. |
| Terceiro passo: nossas urgências pastorais | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Debruçar-se sobre a realidade sociocultural à luz do horizonte da fé cristã. |
| Quarto passo: o que queremos alcançar | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Vivência cada vez maior da comunhão entre as Igrejas Particulares e de efetivação da pastoral orgânica. |
| Quinto passo: como vamos agir | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Serviço; ✓ Diálogo; ✓ Anúncio; ✓ Testemunho da comunhão. |
| Sexto passo: o que vamos fazer | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Intervenção na realidade; ✓ Atenção para as urgências pastorais; ✓ Cursos e projetos de ação. |
| Sétimo passo: a renovação das estruturas | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Pensar fora da caixa; ✓ Pensar os organismos de articulação da ação adequados à realidade; ✓ Renovação da paroquial. |

Fonte: adaptação da autora (2021).

As ações discutidas nas “Diretrizes gerais para ação evangelizadora no Brasil” apontam para o compromisso evangelizador, por parte da Igreja no Brasil, para o início do século XXI. Essas orientações pretenderam, em longo prazo, apresentar uma resposta a este tempo de intensas mudanças sociais, políticas, econômicas e ambientais. Em conformidade com espírito do Concílio Vaticano II, a Igreja ambiciona que, junto aos leigos, fiéis e pessoas de vontade, as ações evangelizadoras possam ser reverberadas na vida daqueles que vivem em situação de vulnerabilidade.

3.6.7 “Amazônia: novos caminhos para a Igreja e para uma Ecologia Integral” (2019)

Entusiasmada pelas aspirações do Papa Francisco, a Assembleia Especial do Sínodo dos Bispos foi convidada, no ano de 2017, a refletir sobre o tema “Amazônia: novos caminhos para a Igreja e para uma ecologia integral”, que entrou em pauta devido à intensificação e repercussão dos problemas socioambientais ocasionados na região amazônica. O convite para a discussão desse assunto se estendeu aos residentes amazonenses: comunidades tradicionais, ribeirinhos, domiciliados das zonas rurais e urbanas, migrantes e, especialmente, os povos indígenas.

O documento preparatório para o Sínodo contou com uma extensa reflexão sobre diversas temáticas, a saber: o território amazônico, a diversidade cultural, a identidade dos povos indígenas, a memória histórica e eclesial dos nativos, a justiça e o direito dos povos, a espiritualidade e sabedoria dos povos indígenas, o anúncio do Evangelho de Jesus na Amazônia e sua dimensão social, ecológica, sacramental e eclesial-missionária, dentre outros.

De todos os textos de cunho socioambiental produzidos pela Igreja, o documento do Sínodo Amazônico foi o que teve maior repercussão e direcionamento político e socioambiental. O Sínodo foi realizado em Roma, em um encontro de 21 dias, em outubro de 2019. Foram convidados à discussão representantes dos nove países que compreendem a região amazônica, pastores da Amazônia, missionários, leigos e representantes dos povos indígenas. Os resultados, provindos de aproximadamente dois anos de discussão, deram origem ao documento final do Sínodo para a Amazônia.

Todo o debate do Sínodo girou em torno da destruição da floresta. Foram levadas em consideração as implicações negativas oriundas das atividades antrópicas, como:

[...] apropriação e privatização de bens da natureza, como a própria água; concessões florestais e a entrada de madeiras ilegais; caça e pesca predatórias; megaprojetos insustentáveis (hidrelétricas, concessões florestais, exploração massiva de madeira, monoculturas, estradas, hidrovias, ferrovias e projetos de mineração e petróleo); a contaminação causada pela indústria extrativista e lixões urbanos; e, sobretudo, mudança climática (CNBB, 2019a, p. 15).

Por essa razão, o Sínodo propôs “[...] mudanças radicais de suma urgência e um novo direcionamento que permita salvá-la [a Amazônia]. Está cientificamente comprovado que o desaparecimento do bioma Amazônia trará um impacto catastrófico para o planeta!” (CNBB, 2019a, p. 11). O documento foi organizado em cinco capítulos, em que se abordaram a escuta

e a conversão integral da Amazônia e os novos caminhos de conversão pastoral, cultural, ecológica e sinodal.

A primeira parte do documento descreveu a importância social, ambiental, econômica e cultural da floresta amazônica para o Brasil e para o mundo³³. Também foram apresentados alguns dados sobre a atual situação desse bioma, resultado da ação intensa do homem. Frente a esta realidade, a Igreja Católica convidou fiéis e não fiéis a participarem de uma conversão integral, considerando que a “[...] conversão pessoal e comunitária que nos compromete a nos relacionar harmoniosamente com a obra criadora de Deus, que é a Casa Comum” (CNBB, 2019a, p. 19).

A segunda parte do texto propõe que a Igreja intensifique sua ação missionária. No caso da Amazônia, esse desafio é ainda maior. As distâncias naturais (provocadas pelos períodos de cheias) dificultam consideravelmente a ação pastoral na região. A missão não é uma opção para a Igreja, a Igreja é a própria missão; por isso, a experiência da ação missionária deve superar os obstáculos físicos, naturais e materiais, para que os mais necessitados sejam beneficiados e acolhidos pelas pastorais.

O diálogo ecumênico também foi apresentado como uma ponte indispensável para alcançar a boa convivência entre os diversos segmentos religiosos que atuam na Amazônia. Na região amazônica, o diálogo inter-religioso acontece principalmente com as religiões de matrizes indígenas e os cultos afrodescendentes. Essas tradições culturais devem ser respeitadas, sobretudo em sua relação com a floresta. A inculturação³⁴ e a interculturalidade³⁵ devem ser os princípios norteadores para a conservação desta Casa Comum.

³³ O bioma amazônico corresponde à maior área de floresta tropical da Terra, “[...] com 7 milhões de km² e mais de 100 bilhões de toneladas de carbono” (DAVIDSON *et al.*, 2012, p. 321). A área comporta populações de origens e culturas variadas, especialmente de comunidades tradicionais; a região também contém uma das maiores províncias minerais do mundo, além de abrigar a maior bacia hidrográfica planeta e possuir a maior reserva biológica da Terra (BEZERRA, 2007). Mello (2015, p. 93) comenta que “[...] tais condições credenciam a região, para além de “pulmão do mundo”, como o mais exuberante e promissor laboratório natural para o avanço do conhecimento científico sobre processos evolutivos que geram e mantêm a diversidade de genes, espécies e ecossistemas e o desenvolvimento de experimentos revolucionários nos campos da Química, da Bioquímica, da Microbiologia e da Engenharia Genética, com notórias possibilidades de inovação em segmentos de negócios de crescente interesse mercadológico (fármacos, fitoterápicos, cosméticos, perfumes, alimentos, nutracêuticos, agroquímicos, etc.), anunciando, em toda a sua virtualidade, uma potencial e vigorosa economia de futuro”.

³⁴ Cf. Comissão Teológica Internacional. Fé e Inculturação (1988). Disponível em: http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/cti_documents/rc_cti_1988_fede-inculturazione_po.html. Acesso em: 11 dez. 2020.

³⁵ “A noção de interculturalidade, além de expressar a coesão étnica de um grupo social, proporcionando condições para o fortalecimento da identidade cultural, vai também estimular a aquisição do conhecimento cultural de outros povos” (SILVA, 2003, p. 41-42).

Esse cenário inter-religioso sugere que, na Amazônia, a Igreja peregrine em consonância com a cultura dos povos que ali habitam. Assim, indígenas, camponeses, afrodescendentes, migrantes, jovens e residentes de centros urbanos e em situação de vulnerabilidade devem receber, por meio das pastorais, atenção especial no enfrentamento dos problemas mais proeminentes, “[...] as equipes missionárias itinerantes na Amazônia, tecendo e construindo comunidades ao longo do caminho, ajudam a fortalecer a sinodalidade eclesial” (CNBB, 2019a, p. 13).

A terceira parte apresentou os novos caminhos para conversão cultural, considerando a imensa biodiversidade e culturalidade da América Latina. A expressão da fé na região amazônica perpassa por um caminho desafiador, já que, além do trabalho pastoral, esses desafios preveem o cuidado e o apoio aos grupos mais vulneráveis. O Quadro 12 apresenta alguns caminhos promissores para a prática da fé e do respeito frente a uma Igreja inculturada e intercultural na região amazônica.

Quadro 12 - Estratégias para o alcance de ações na região amazônica

| Caminhos para uma Igreja Interculturada | |
|---|---|
| Desejo | Compromisso |
| Experiência de fé expressa na piedade popular e na catequese inculturada. | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Apoio às vivências espirituais; ✓ Apoio à não clericalização. |
| Mistério da fé refletido em uma teologia inculturada. | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Consolidação e fortalecimento dos valores interculturais. |
| Caminhos para uma Igreja Intercultural | |
| Desejo | Compromisso |
| Respeito às culturas e aos direitos dos povos. | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Respeito absoluto à cultura dos povos amazônicos; ✓ Promoção da vida da Igreja com identidade e rosto amazônicos. |
| Promoção do diálogo intercultural no mundo globalizado. | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Alianças interculturais visando o cenário cultural latino-americano; ✓ Busca por metodologias e conteúdos adequados aos povos; ✓ Formação de uma ecologia integral como eixo transversal. |
| Desafios à saúde, educação e comunicação. | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Educação sanitária preventiva e oferta de cuidados de saúde nos lugares onde a assistência do Estado não chega; ✓ Promoção de uma educação para a solidariedade que nasce da consciência de uma origem comum e de um futuro partilhado por todos; ✓ Promoção de uma cultura comunicativa que favoreça o diálogo, a cultura do encontro e o cuidado da “Casa Comum”. |

Fonte: adaptação da autora (2021).

A quarta parte versa sobre os novos caminhos para a conversão ecológica. Ancora-se na publicação da Encíclica *Laudato Si*, em seu ponto sobre o cuidado da Casa Comum, idealizada pelo Papa Francisco no ano de 2015. A carta faz um apelo sobre a necessidade de se enxergar a drástica situação em que o planeta se encontra devido ao uso indiscriminado que o homem faz dele. No texto, a pauta acerca da ecologia integral faz emergir a discussão de que “[...] uma verdadeira abordagem ecológica sempre se torna uma abordagem social, que deve integrar a justiça nos debates sobre o meio ambiente, para ouvir tanto o clamor da terra como o clamor dos pobres” (FRANCISCO, 2015, p. 39).

A defesa da vida na região amazônica e de seus povos sugere uma densa conversão pessoal, social e estrutural. A Igreja se inclui nesse apelo ao tentar superar as tendências e modelos colonizadores que foram responsáveis por tantos prejuízos no passado. Nesse sentido, é importante frisar que o modelo de desenvolvimento atual não tem corroborado com a manutenção e o equilíbrio dos ecossistemas e que as práticas promovidas por esse sistema têm andado na contramão do que é proposto pelo desenvolvimento sustentável.

A última parte tratou sobre a sinodalidade missionária na Igreja Amazônica. O texto explicou que, para a Igreja Católica alcançar essa sinodalidade, é necessário que haja o diálogo, a escuta recíproca, o bom senso espiritual e as ações democráticas, só assim ela poderá encontrar espaços de decisão conjunta e responderá aos desafios pastorais, fortalecendo a sua corresponsabilidade junto ao serviço pastoral concreto. Pois “[...] a sinodalidade é uma dimensão constitutiva da Igreja. Não se pode ser Igreja sem reconhecer um efetivo exercício do *sensus fidei*³⁶ de todo o Povo de Deus” (CNBB, 2019a, p. 23).

A Igreja na Amazônia, visando a promoção de uma sociedade justa e solidária no cuidado da Casa Comum, entusiasma os leigos a serem instrumentos missionários, seja na coordenação das comunidades eclesiais ou na prática dos ministérios. O documento também comentou sobre a importância da atuação feminina nos ambientes formativos, culturais, espirituais e comunitários, afirmou que “[...] é necessário promover a formação da mulher em teologia bíblica, teologia sistemática, direito canônico, valorizando sua presença em organizações e sua liderança dentro e fora do âmbito eclesial” (CNBB, 2019a, p. 62).

A construção de uma Universidade Católica Amazônica também entrou em discussão. O plano prevê uma instituição superior que tenha como base as pesquisas interdisciplinares, o diálogo intercultural e a formação conjunta de leigos, missionários e sacerdotes. As atividades de pesquisa e extensão também preveem a inclusão de estudos socioambientais e étnicos que visem o respeito aos costumes e às tradições dos povos indígenas.

Por fim, enfatizou-se que a Igreja na Amazônia precisa trabalhar em favor da obra evangelizadora e missionária, visando o respeito às diferenças étnico-culturais da região. Além disso, foi preconizada a necessidade de a Igreja buscar adaptações litúrgicas com vistas a suscitar a cosmovisão, as tradições culturais, a simbologia e os ritos dos povos originários, incluindo as dimensões transcendentais, comunitárias e ecológicas.

3.6.8 Estudos realizados pela CNBB sobre o Meio Ambiente

No ano de 1992, em decorrência da realização da Cnumad, no Rio de Janeiro, a Igreja Católica do Brasil, por meio da CNBB, promoveu, em Brasília, o Seminário sobre Ecologia e Desenvolvimento. Os resultados do seminário foram publicados pela CNBB via Setor

³⁶ Cf. Comissão Teológica Internacional – O *Sensus Fidei* na vida da Igreja. Disponível em: http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/cti_documents/rc_cti_20140610_sensus-fidei_po.html Acesso em: 7 abr. 2020.

Pastoral Social, com o título: “A Igreja e a questão ecológica: Leitura ético-teológica a partir da análise crítica do desenvolvimento” (CNBB, 1992).

O documento encontra-se dividido em três partes. A primeira versa sobre a crise do modelo de desenvolvimento e as consequências da modernidade, resgatando as inconsistências da relação estabelecida entre a sociedade e a natureza e seus impactos no meio ambiente. A segunda parte faz um apanhado histórico sobre o conceito de desenvolvimento sustentável, tendo por base os desdobramentos estabelecidos nas conferências internacionais ambientais já realizadas (CNBB, 1992).

A terceira parte do documento acentuou o cuidado com a criação divina. Este capítulo foi estruturado em cinco subitens: 1) Autocrítica das tradições judaico-cristãs; 2) Sujeitar ou dominar? Guardar e cultivar! Uma releitura; 3) A presença de Deus na criação; 4) Por uma ética centrada na vida; 5) Exigências de uma conversão radical. Essa última parte pretendeu intensificar a reflexão acerca do compromisso social do cristão frente à conjuntura socioambiental contemporânea (CNBB, 1992).

No Espaço da Coalizão Ecumênica e Inter-religiosa “Religiões por Direitos”, ocorreu – no seio da Cúpula dos Povos –, simultâneo a Rio+20, o encontro de líderes religiosos do Brasil, que, por determinação da Comissão Episcopal Pastoral para o Ecumenismo e o Diálogo Inter-religioso da CNBB e das Religiões pela Paz, discutiram a ligação entre as questões religiosas e ambientais, dando origem à “Carta das Religiões e o cuidado da Terra” (MURAD, 2013).

A fim de fortalecer o diálogo inter-religioso, os líderes religiosos apresentaram, na carta, orientações importantes, entre as quais estão a promoção da educação, o respeito entre os diversos segmentos religiosos, a atenção para as pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade e o exercício do cuidado com a criação. Enfatizou-se ainda que os credos religiosos, o povo, o desenvolvimento sustentável e o meio ambiente representam realidades intrinsecamente correlatas (SILVA, 2018).

Também chamou a atenção para a necessidade de as tradições religiosas firmarem compromisso concreto com a conservação dos recursos naturais, visando a promoção de uma ética em relação ao meio ambiente “[...] capaz de orientar novas atitudes defensoras de todas as formas de vida, sustentadas em políticas públicas de justiça ambiental e numa mística/espiritualidade que explicita a gratuidade e o dom da vida na criação” (MURAD, 2013, p. 472).

Na declaração de encerramento da Cúpula dos Povos, afirmou-se:

À medida que essa crise se aprofunda, mais as corporações avançam contra os direitos dos povos, a democracia e a natureza, sequestrando os bens comuns da humanidade para salvar o sistema econômico financeiro. [...] A defesa dos bens comuns passa pela garantia de uma série de direitos humanos e da natureza, pela solidariedade e pelo respeito às cosmovisões e crenças dos diferentes povos (CÚPULA DOS POVOS, 2012, p. 2).

Ao final da Cúpula dos Povos, as discussões sobre acesso à igualdade, economias cooperativas, gestão democrática, saúde, educação, mobilidade, soberania cultural, alimentar e pessoal, controle de terras, mudanças climáticas, rede de comunicação internacional e defesa do bem comum também foram postas em pauta, além de denúncias sobre as possíveis causas da crise humanitária e ambiental. Apesar da repercussão da Rio+20 e da conferência da Cúpula dos Povos, não houve uma comissão de fiscalização que assegurasse o cumprimento das ações acordadas, o que gerou uma baixa nas expectativas criadas para o evento.

A fundamentação argumentativa exposta neste capítulo expressa significativa relevância para a análise dos dados que serão apresentados no capítulo a seguir. Compreender o posicionamento da Igreja Católica acerca das interlocuções socioambientais corroborou para a consolidação das análises realizadas junto às CF's, sendo possível identificar os pontos de divergência e convergência dentro da temática em questão, bem como investigar se as discussões elencadas pela Igreja Católica têm se coadunado com a efetiva sensibilização dos sujeitos, dentro e fora do ambiente eclesial.

4 IGREJA CATÓLICA E CAMPANHA DA FRATERNIDADE: UMA ANÁLISE SOCIOAMBIENTAL A PARTIR DO CONCÍLIO VATICANO II

O objetivo deste capítulo é compreender a abordagem da Igreja Católica acerca da temática socioambiental por meio da interpretação, do tratamento e da análise dos textos-base das Campanhas da Fraternidade realizadas a partir do Concílio Vaticano II.

4.1 Análise socioambiental das Campanha da Fraternidade com base nas oito dimensões da sustentabilidade propostas por Sachs (2008)

Na conjuntura do cristianismo, a Igreja Católica é ainda, no Brasil, a instituição que possui maior representatividade. A partir do Concílio Vaticano II³⁷, a Igreja começou a se apropriar de temáticas variadas, com o objetivo de aproximar os fiéis da comunidade eclesial. Dentre essas novas pautas discursivas, estão conteúdos de cunho social, econômico, político e socioambiental (PINTO; COELHO, 2016). As pautas socioambientais resgatadas pela Igreja Católica têm sido pulverizadas junto aos seus sermões, homilias, assembleias, conferências, documentos oficiais, movimentos, pastorais e campanhas.

No documento da Doutrina Social da Igreja, a crise ambiental³⁸ é apresentada como um problema social a ser discutido, pois “[...] a tutela do ambiente constitui um desafio para toda a humanidade: trata-se do dever, comum e universal, de respeitar um bem coletivo, destinado a todos [...]” (PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ, 2011, p. 262). Portanto, os sujeitos sociais devem colocar-se no centro das problemáticas socioambientais, para que haja uma sensibilização coletiva quanto ao uso desses recursos, uma vez que a não

³⁷ O Concílio Vaticano II foi estabelecido a partir de uma série de conferências realizadas entre 1962 e 1965, sob a coordenação do papa João XXIII. “[...] o objetivo do Concílio era pensar a fé de tal forma que ela pudesse se tornar significativa para o homem de hoje. A volta à autêntica tradição não podia ser confundida com a obsessão pelo passado, assim como a vontade de atualização em nada se opunha à seriedade doutrinal do Concílio. Esse era o sentido de caracterizá-lo como ‘pastoral’. Na preocupação de ‘fazer-se compreender’ estava inscrito o desejo de aproximação e diálogo com o mundo. Ao distinguir o depósito da fé de suas expressões, o papa abria as portas para um trabalho teológico livre dos entraves e da rigidez da teologia oficial. A preocupação pastoral que levou o papa a falar em ‘pulo à frente’, a questão tão moderna da linguagem, o incentivo a utilizar os métodos modernos, são alguns indícios de que João XXIII não estava paralisado pelo fantasma do modernismo, abrindo a Igreja e a teologia para uma reconciliação com o mundo moderno” (PALÁCIO, 2001, p. 35).

³⁸ Segundo Larrère e Larrère (1997, p. 9), crise ambiental caracteriza-se por “[...] uma enorme quantidade de danos, precisos, de poluições localizadas, de perigos identificados, mas também catástrofes exemplares [...] e, ao mesmo tempo, a provável ameaça que paira sobre os nossos recursos naturais [...] ou sobre a nossa vida”.

apropriação adequada destes comprometerá ainda mais a qualidade de vida de todos dos seres vivos.

Nessa direção, a Igreja Católica aponta a ecologia integral³⁹ como um meio para se pensar o ambiente numa perspectiva conjunta, perspectivando uma “[...] conversão do olhar” (SUSIN, 2016, p. 40) para as questões de cunho social, ecológico, antropológico, sociológico e espiritual, pois “[...] não há duas crises separadas: uma ambiental e outra social; mas uma única e complexa crise socioambiental” (FRANCISCO, 2015, p. 114). Essa reflexão busca considerar a sociedade como uma única comunidade global, que vise o bem comum para todos (ZEFERINO; COLET; BOAS, 2019).

Dos serviços evangelizadores articulados pela Igreja Católica, a CF é um dos que possui maior visibilidade. A CF foi idealizada na década de 60, por intermédio do Concílio Vaticano II, e suas articulações são coordenadas pela CNBB. O principal objetivo da Campanha é: “[...] promover uma reflexão sobre temas importantes para a vida do ser humano, com o intuito de mudar o seu agir, seu comportamento, provocando uma renovação da vida da Igreja e a transformação da sociedade diante de algumas realidades à luz do Projeto de Deus” (NAHRA, 2012, p. 92).

Desde a sua gênese, as CF's foram organizadas baseando-se em três fases. Prates (2007 p. 56) explica que a primeira fase “[...] teve como fio condutor a busca de uma experiência eclesial capaz de renovar a estrutura ou configuração interna da Igreja”; a segunda fase “[...] é articulad[a] na linha da relação entre fraternidade e libertação, proporcionando uma reflexão em torno da fraternidade-libertadora” (PRATES, 2007, p. 58); e a terceira fase “[...] caracteriza-se por colocar em evidência, sob a óptica da fraternidade-libertadora, diversas situações de flagelo sócio-existenciais que assolam a vida do povo” (PRATES, 2007, p. 63), como se pode observar no Quadro 13, a seguir:

³⁹ A noção de “ecologia integral” aponta para uma estreita e conexa relação entre natureza, ser humano e sociedade, de modo que a sensibilidade ecológica presente junto às tradições religiosas apresenta vias de aproximação e diálogo com os princípios éticos e sociais que plasmam o debate e a luta dos organismos engajados na promoção e defesa de direitos. Pode-se encontrar nas narrativas religiosas a convicção da inter-relação acima acenada, na qual o cuidado autêntico da vida” (ZEFERINO; COLET; BOAS, 2019, p. 14) e “[...] das relações com a natureza é inseparável da fraternidade, da justiça e da fidelidade aos outros” (FRANCISCO, 2015, p. 59).

Quadro 13 - Fases da Campanha da Fraternidade

| Fase | Primeira fase | Segunda fase | Terceira fase |
|------------------|--|--|---|
| Período | 1964 a 1972 | 1973 a 1984 | 1985 a 2020 |
| Linha de atuação | Concentração de temáticas envolvendo a própria igreja, sua renovação e a renovação dos cristãos. | Concentração de temáticas envolvendo a preocupação com a vida social do povo brasileiro. | Concentração de temáticas envolvendo o despertar para situações que provocam sofrimento à dignidade humana. |

Fonte: adaptação da autora (2021).

A cada ano, a Igreja Católica, frequentemente por ocasião da quaresma⁴⁰, divulga um tema dedicado a discutir um conteúdo de relevância para o país, com a finalidade de suscitar reflexões pastorais conjuntas (envolvendo a sociedade, as comunidades cristãs, as arquidioceses, as dioceses e as paróquias) frente às discussões sociais, culturais, econômicas, ambientais e políticas. Razão pela qual “[...] a iniciativa ganhou aderência e representatividade nacional, especialmente, devido à relevância dos temas propagados. Destaca-se também por inserir-se em diferentes contextos do território brasileiro e ser instrumento de mobilização social” (SILVA, 2019, p. 606).

A primeira articulação da CF ocorreu no ano de 1962, no período da quaresma, em Natal, no Rio Grande do Norte (CAMARGO, 1971). A intenção inicial consistiu na arrecadação de fundos, que seriam destinados a atividades assistenciais; na época, essa iniciativa ficou conhecida como “Campanha da Fraternidade”. No ano subsequente, dezesseis dioceses do Nordeste aderiram à iniciativa e, em 1964, na efervescência do Concílio Vaticano II, a Campanha foi concretizada pela primeira vez em escala nacional (BASTOS; BASTOS, 2016).

A CF também destaca-se por sua perceptibilidade internacional, que se reverbera na tradicional mensagem do Papa incentivando, anualmente, a consolidação do projeto. Silva (2019) comenta que essa articulação, desde a década de 1970, fomenta a concretização da Campanha. Essa característica demonstra a relevância desta ação e o seu reconhecimento pela Igreja Católica Mundial.

A princípio, a CF destinava-se ao tratamento de questões internas da Igreja Católica. Porém, com as diretrizes estabelecidas pelo Concílio Vaticano II, as temáticas começaram a se associar às mudanças sociopolíticas do país e trataram de temas tais como: fraternidade e libertação, trabalho e justiça social, migrações, saúde pública, questões agrárias, educação e

⁴⁰ A quaresma é um período de quarenta dias em que a Igreja Católica, anualmente, une-se ao mistério de Jesus no deserto. Este período precede a Páscoa, na qual se celebra a ressurreição de Jesus (CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, 2016).

fraternidade, saneamento básico, fome, racismo, exclusão social, fraternidade e política, segurança pública, povos indígenas, recursos hídricos, mudanças climáticas, biomas brasileiros, dentre outros. Teixeira (2015, p. 15) ressalta que,

O Concílio Vaticano II, foi o 21º Concílio Ecumênico da história da Igreja. Convocado no dia 25 de Dezembro de 1961, pelo Papa João XXIII, foi inaugurado no dia 11 de outubro de 1962. O Concílio, realizado em 4 sessões, só terminou no dia 8 de dezembro de 1965, com Paulo VI. Nestas quatro sessões, mais de 2000 bispos discutiram vários temas da Igreja. Produzindo as conclusões em 4 constituições, 9 decretos e 3 declarações. O principal objetivo do Concílio foi o de atualizar a Igreja em relação aos sinais dos tempos.

Devido à abrangência e repercussão das temáticas mencionadas, a CNBB realizou, no ano 2000, a primeira Campanha da Fraternidade Ecumênica (CFE), com o objetivo de ampliar a participação pública para além da comunidade católica. A promoção das CFE provocou significativa participação da sociedade e contou com o apoio do CONIC⁴¹. A iniciativa “[permitiu] avaliar o real envolvimento das Igrejas no movimento ecumênico [pondo] à prova a possibilidade de um novo paradigma da missão cristã no mundo contemporâneo” (CIPRIANE, 2005, p. 26).

Nesse sentido, ao buscar uma proposta de desenvolvimento que alie as dimensões ambiental, social, econômica e institucional ao projeto de sensibilização socioambiental, as instituições religiosas devem considerar uma abordagem que suscite o debate entre os “[...] valores ecológicos das religiões, em vista do compromisso e da ação conjunta pela vida humana e planetária” (MAÇANEIRO, 2011a, p 13). Zwetsch (2008) comenta que a abertura para a discussão teológica e missionária acerca da temática socioambiental constitui um desafio que precisa ser enfrentado por todos os segmentos religiosos, principalmente ao considerar as diversas apropriações temáticas da Igreja. Até o ano de 2020 já foram realizadas 57 (cinquenta e sete) campanhas, sendo 4 (quatro) de forma ecumênica.

O critério estabelecido para seleção das Campanhas da Fraternidade teve como base as oito dimensões da sustentabilidade propostas por Sachs (2008). Essas dimensões auxiliam na

⁴¹ Atualmente, o CONIC é formado pela Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR), Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB), Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), Igreja Presbiteriana Unida (IPU) e Aliança de Batistas do Brasil (ABB). Juntas, essas organizações religiosas “[...] defendem uma proposta ecumênica de diálogo inter-religioso com vistas à promoção de uma sociedade inclusiva, fraterna, igualitária, pautada na defesa dos direitos humanos, no reconhecimento e valorização da diversidade, no objetivo de se trabalhar uma cultura de paz” (BASTOS; BASTOS, 2016, p. 488).

consolidação de um projeto ancorado nas bases econômica, social e ambiental, apontando, essencialmente, para um conjunto de critérios integrados às atividades humanas, pois “[...] não devemos esquecer que o homem é um ser biológico-sociocultural, e que os fenômenos sociais são, ao mesmo tempo, econômicos, culturais, psicológicos, etc.” (MORIN, 1999, p. 176). Nessa direção, Sachs (2008) explica que o desenvolvimento sustentável só deve ser considerado caso esteja alinhado às dimensões social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica, política (nacional) e política (internacional).

O conceito de desenvolvimento sustentável vem sendo lapidado desde a década de 1970 e, apesar das diversas terminologias empregadas ao seu significado, entende-se que seu ponto crucial está ancorado na “[...] necessidade de se criar novas formas de produção e estilos de vida baseados nas condições e potencialidades ecológicas de cada região, assim como na diversidade étnica e na capacidade das populações locais para a gestão participativa dos recursos” (LEFF, 2006a, p. 135). Sachs (2008) reitera ainda que essa proposta de desenvolvimento sustentável se apresenta como uma alternativa desejável e possível para promover a inclusão social, o bem-estar econômico e a conservação dos recursos naturais.

Para iniciar esta investigação, seguindo as diretrizes estabelecidas pela Análise de Conteúdo de Bardin (2011), fez-se, inicialmente, uma busca aprofundada por todos os textos-base das CF (1964-2020). Para resgatar, catalogar e organizar o material recorreu-se aos *sites* oficiais e não oficiais da Igreja Católica. Ao iniciar as buscas, constatou-se que parte significativa dos textos ou não estavam disponíveis em domínio público ou estavam parcialmente incompletos. Também se verificou que a elaboração dos textos-base só foi consolidada a partir de 1970; antes (1964-1969), a Igreja utilizava subsídios norteadores.

A partir desse primeiro empecilho, iniciou-se uma etapa de buscas desses materiais nas Igrejas e dioceses locais e regionais; infelizmente, sem sucesso. Graças ao apoio de um seminarista da Arquidiocese do estado de Maceió, foi resgatado um contato com um seminarista do Sagrado Coração de Jesus de Betharram, do estado de Minas Gerais, que possuía em seu acervo pessoal alguns dos textos originais; porém, não todos. Nesse percurso, também consegui contato com o padre Vanzella (ex-secretário-executivo da CF), da diocese de Ubatuba, São Paulo, doutor pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e estudioso das Campanhas da Fraternidade no Brasil. Graças a sua generosidade, pude resgatar alguns dos textos ainda faltosos, mas também não todos. Para resgatar o material que ainda não havia sido encontrado foi necessário contato com a sede da CNBB, em Brasília.

Infelizmente, devido ao surto pandêmico da Covid-19⁴², a biblioteca oficial não estava aberta para visitação. Como parte do material já havia sido digitalizado, solicitei, junto à editora da CNBB, os arquivos no formato *Portable Document Format* (PDF), concluindo assim esta primeira etapa investigativa.

A partir da organização do material coletado e da leitura minuciosa dos textos das CF, foi possível elencar, tendo como base os critérios estabelecidos pelas dimensões da sustentabilidade propostas por Sachs (2008), 34 (trinta e quatro) CF, conforme o Quadro 14, a seguir:

Quadro 14 - Seleção das Campanhas da Fraternidade com base nas dimensões da sustentabilidade propostas por Ignacy Sachs (2008)

(continua)

| Fase | Ano | Tema | Lema | Objetivo |
|----------------|------|---------------------------|------------------------|--|
| 1 ^a | 1968 | “Doação” | “Crer com as mãos” | Conscientizar o maior número possível de pessoas. O político: que compreenda que política é favorecer o Bem Comum; o sindicato: que assuma a promoção de sua classe; o patrão: que pague com alegria o justo salário; a dona de casa: que trate a empregada como pessoa humana; o padre: que esteja na vanguarda em proclamar a justiça e participar das soluções. |
| | 1971 | “Reconciliação” | “Reconciliar” | Realizar um intenso movimento nacional de promoção humana, visitando a educação de base dos adultos analfabetos, a iniciar pela sua alfabetização. |
| 2 ^a | 1974 | “Reconstruir a vida” | “Onde está teu irmão?” | A vida é o dom que mais fortemente ambicionamos e mais desesperadamente defendemos, a partir do próprio instinto de sobrevivência. A vida é o dom que mais devemos respeitar e promover em nossos irmãos. Toma-se aqui a vida nos mais diversos níveis e circunstâncias: a vida da graça, a vida moral, a vida da honra, a vida do nascituro, a vida do enfermo e do velho, a vida do pobre e do faminto, a vida vítima de violência e injustiças. |
| | 1975 | “Fraternidade é repartir” | “Repartir o pão” | A fraternidade entre os brasileiros, desde os que convivem na mesma comunidade local, até os distantes, dos quais conhecemos só as carências [...]. Trata-se de uma fraternidade afetiva e efetiva, que terá inúmeras formas de expressão, mas que deverá levar a atitudes concretas. |

⁴² “Desde o final do ano de 2019, o mundo enfrenta uma crise após a descoberta de um novo vírus. Esse vírus é uma variação de um coronavírus preexistente, denominado novo coronavírus (SARS-CoV-2) que causa uma doença com manifestações predominantemente respiratórias” (SOUZA *et al.*, 2021, p. 48).

Quadro 14 - Seleção das Campanhas da Fraternidade com base nas dimensões da sustentabilidade propostas por Ignacy Sachs (2008)

(continuação)

| | | | | |
|----------------|------|--|----------------------------------|--|
| | 1976 | “Fraternidade e comunidade” | “Caminhar juntos” | Insistir na ideia de comunidade, dizendo, sempre de novo e de muitas maneiras, que só seremos irmãos se nos convertermos em comunidades vivas. O ser humano precisa da comunidade, tende para a comunidade, personaliza-se na comunidade. Queremos rever as diversas comunidades, que devemos formar e integrar: a Família, a Escola, a Comunidade Civil e Política, a Empresa, a Paróquia, a Comunidade Eclesial de Base. |
| | 1978 | “Fraternidade no mundo do trabalho” | “Trabalho e Justiça para Todos” | Discutir uma atitude de justiça com os outros, uma corajosa contribuição para a promoção do trabalhador; um esforço para reanimar a Pastoral do mundo do Trabalho. Deverá provocar muitos e salutares gestos concretos. |
| | 1979 | “Por um mundo mais humano” | “Preserve o que é de todos” | Basicamente a ecologia conclama todos a uma nova mentalidade. Trata-se de superar o egoísmo, a ganância de possuir mais a qualquer preço. Trata-se de ser escrupulosamente preocupado em preservar e conservar o ar, a água, a flora e a fauna, que são elementos necessários ao próximo. |
| | 1980 | “Fraternidade no mundo das migrações: exigência da Eucaristia” | “Para onde vais?” | A intensificação da mobilidade humana em geral e mais particularmente das migrações internas, a existência de imigrantes e mesmo a emigração de brasileiros propõem à Igreja, como primeira atitude, uma mudança de mentalidade social. |
| | 1981 | “Saúde e fraternidade” | “Saúde para todos” | Empenhar em melhorar as condições de saúde do povo, que se pode traduzir em múltiplas e generosas ações pessoais e comunitárias de pequeno ou grande alcance. |
| | 1984 | “Fraternidade e vida” | “Para que todos tenham vida” | Reunir e mobilizar os cristãos e todas as pessoas de boa vontade, em clima fraterno e aberto de campanha, para refletir (e agir) sobre todos os aspectos da vida, na sua unidade espiritual, moral, intelectual, psicológica e física. Ser um sinal de esperança para as comunidades cristãs e para todo o povo brasileiro, a fim de que, dentro de um panorama de sombras e de atentados à vida, sintam a luz de Cristo, que vence o egoísmo, o pecado e a própria morte. |
| 3 ^a | 1985 | “Fraternidade e fome” | “Pão para quem tem fome” | Contribuir para motivar a comunidade cristã a assumir sua responsabilidade ante a situação de fome que existe no Brasil. |
| | 1986 | “Fraternidade e terra” | “Terra de Deus, terra de irmãos” | Refletir e mobilizar [a população] acerca do gravíssimo problema da questão fundiária no Brasil. |
| | 1988 | “A fraternidade e o negro” | “Ouvi o clamor deste povo” | Renovar o compromisso de viver em fraternidade, porque este é o sinal mais autêntico do seguimento do Senhor. |

Quadro 14 - Seleção das Campanhas da Fraternidade com base nas dimensões da sustentabilidade propostas por Ignacy Sachs (2008)

(continuação)

| | | | |
|-------|--|---------------------------------------|---|
| 1990 | “A fraternidade e a mulher” | “Mulher e Homem: Imagem de Deus” | Ajudar a ver como, na realidade, a mulher não é reconhecida nem tratada como igual ao homem. |
| 1991 | “A fraternidade e o mundo do trabalho” | “Solidários na dignidade do trabalho” | Assumir a realidade do trabalho e do mundo do trabalho – com todas as suas dimensões de criação, progresso, conflito, divisões e solidariedade – como lugar teológico para a evangelização, o anúncio da Boa Nova no mundo de hoje. |
| 1993 | “Fraternidade e moradia” | “Onde moras?” | Afirmar o direito à terra e à moradia como condição básica para o desenvolvimento de vida plena do indivíduo, da família, da fraternidade e do exercício da cidadania. |
| 1995 | “A fraternidade e os excluídos” | “Eras tu, Senhor?” | Contemplar aqueles que seriam os mais abandonados, os que se sentem esquecidos, negados na sua humanidade. E não se refere só aos excluídos pela situação econômica. |
| 1996 | “A fraternidade e a política” | “Justiça e paz se abraçarão” | Contribuir para a formação política dos cristãos, para que exerçam sua cidadania sendo sujeitos da construção de uma sociedade justa e solidária. |
| 1998 | “Fraternidade e Educação” | “A Serviço da Vida e da Esperança” | Colaborar com as pessoas na sua busca de realização; favorecer a criação e o fortalecimento de comunidades nas quais todos participem e se apoiem fraternalmente; estimular o exercício da cidadania, em favor de uma sociedade justa e solidária. |
| 1999 | “A fraternidade e os desempregados” | “Sem trabalho... por quê?” | Denunciar modelos socio-político-econômicos, tais como certas formas de neoliberalismo sem freios éticos, que causam desemprego (quer estrutural, quer não estrutural), impõem padrões de consumo insaciável e exacerbam a competição e o individualismo. |
| 2000* | “Dignidade humana e paz” | “Novo milênio sem exclusões” | Unir as Igrejas cristãs no testemunho comum da promoção de uma vida digna para todos, na denúncia das ameaças à dignidade humana e no anúncio do evangelho da paz. |
| 2002 | “Fraternidade e povos indígenas” | “Por uma terra sem males” | Motivar a conversão das pessoas, da sociedade e da própria Igreja para a solidariedade, a justiça, o respeito e a partilha, dando especial destaque, desta vez, aos povos indígenas. |
| 2004 | “Fraternidade e água” | “Água, fonte de vida” | Conscientizar a sociedade de que a água é fonte da vida, uma necessidade de todos os seres vivos e um direito da pessoa humana. |
| 2005* | “Solidariedade e Paz” | “Felizes os que promovem a paz” | Unir Igrejas cristãs e pessoas de boa vontade na superação da violência, promovendo a solidariedade e uma cultura de paz. |

Quadro 14 - Seleção das Campanhas da Fraternidade com base nas dimensões da sustentabilidade propostas por Ignacy Sachs (2008)

(continuação)

| | | | |
|-------|---|---|---|
| 2007 | “Fraternidade e Amazônia” | “Vida e missão neste chão” | Conhecer os valores e a criatividade dos povos da Amazônia e as agressões que sofrem por causa do atual modelo econômico e cultural, a fim de chamar [a população] à conversão, à solidariedade, a um novo estilo de vida e a um projeto de desenvolvimento humano baseado nos valores humanos e evangélicos. |
| 2009 | “Fraternidade e Segurança Pública” | “A paz é fruto da justiça (Is 32, 17)” | Suscitar o debate sobre a segurança pública e contribuir para a promoção da cultura da paz nas pessoas, na família, na comunidade e na sociedade, a fim de que todos se empenhem efetivamente na construção da justiça social que seja garantia de segurança para todos. |
| 2010 | “Economia e Vida” | “Vocês não podem servir a Deus e ao Dinheiro (Mt 6,24)” | Colaborar na promoção de uma economia a serviço da vida, fundamentada no ideal da cultura da paz, a partir do esforço conjunto das Igrejas Cristãs e de pessoas de boa vontade, para que todos contribuam na construção do bem comum em vista de uma sociedade sem exclusão. |
| 2011 | “Fraternidade e a Vida no Planeta” | “A criação geme em dores de parto (Rm 8,22)” | Contribuir para a conscientização das comunidades cristãs e pessoas de boa vontade sobre a gravidade do aquecimento global e das mudanças climáticas, e motivá-las a participar dos debates e ações que visem enfrentar o problema e preservar as condições de vida no planeta. |
| 2012 | “Fraternidade e saúde pública” | “Que a saúde se difunda sobre a terra (cf. Ecle 38,8)” | Refletir sobre a realidade da saúde no Brasil, visando uma vida saudável e suscitando o espírito fraterno e comunitário das pessoas na atenção aos enfermos; fazer mobilização por melhoria no sistema público de saúde. |
| 2013 | “Fraternidade e Juventude” | “Eis-me aqui, envia-me!” (Is 6,8) | Acolher os jovens no contexto de mudança de época, propiciando caminhos para seu protagonismo na construção de uma sociedade fraterna, fundamentada na cultura da vida, da justiça e da paz. |
| 2016* | “Casa Comum, nossa responsabilidade” | “Quero ver o direito brotar como fonte e correr a justiça qual riacho que não seca” | Assegurar o direito ao saneamento básico para todas as pessoas e empenharmo-nos, à luz da fé, por políticas públicas e atitudes responsáveis que garantam a integridade e o futuro da Casa Comum. |
| 2017 | “Fraternidade: biomas brasileiros e defesa da vida” | “Cultivar e guardar a criação” (Gn 2,15) | Cuidar da criação; de modo especial, dos biomas brasileiros, dons de Deus, e promover relações fraternas com a vida e a cultura dos povos, à luz do Evangelho. Hoje, mais de 500 anos depois do descobrimento do Brasil, poderíamos perguntar: o que restou daquela floresta? |

Quadro 14 - Seleção das Campanhas da Fraternidade com base nas dimensões da sustentabilidade propostas por Ignacy Sachs (2008)

(conclusão)

| | | | | |
|--|------|--|---|---|
| | 2019 | “Fraternidade e políticas públicas” | “Serás libertado pelo direito e pela justiça” | Estimular a participação em Políticas Públicas, à luz da Palavra de Deus e da Doutrina Social da Igreja, para fortalecer a cidadania e o bem comum, sinais de fraternidade. |
| | 2020 | “Fraternidade e vida: dom e compromisso” | “Viu, sentiu compaixão e cuidou dele” | Incentivar cada pessoa a cultivar o entendimento de que todos devem cuidar uns dos outros – na família, na comunidade, na sociedade e no planeta. |

*Campanha da Fraternidade Ecumênica.

Fonte: elaborado com base nos textos-base produzidos pela CNBB e pelo CONIC.

Ainda nesta etapa de pré-análise e organização dos textos-base elencados, elaborou-se a subdivisão das Campanhas com base nas dimensões da sustentabilidade. A dimensão social abrangeu 14 (quatorze) campanhas, a dimensão cultural abrangeu 5 (cinco) campanhas, a dimensão ecológica abrangeu 3 (três) campanhas, a dimensão ambiental abrangeu 2 (duas) campanhas, a dimensão territorial abrangeu 3 (três) campanhas, a dimensão econômica abrangeu 2 (duas) campanhas, a dimensão política nacional abrangeu 4 (quatro) campanhas e a dimensão política internacional abrangeu 1 (uma) campanha.

Após a conclusão da pré-análise, iniciou-se o processo de descrição analítica, em que foram construídas as etapas de codificação, classificação e categorização das CF que apresentaram conteúdos com significados similares. As referidas categorias foram elencadas após análise criteriosa dos textos-bases, que permitiu matizar os elementos socioambientais identificados em cada uma das campanhas. Devido à significativa quantidade de Campanhas selecionadas, a análise foi executada paulatinamente, seguindo a ordem de apresentação das dimensões da sustentabilidade. Cada quadro demonstrativo foi seguido da interpretação, tratamento e análise dos dados coletados junto à categorização pré-estabelecida. Neste percurso, apresentou-se uma análise acerca de cada campanha, destacando os elementos socioambientais presentes no desenvolvimento de cada uma das campanhas, indicando os avanços (e possíveis retrocessos), em relação às questões socioambientais.

4.1.1 A Dimensão Social

A primeira dimensão a ser analisada foi a social. De acordo com Sachs (2008, p. 85), a dimensão social prevê: “[...] referência ao alcance de um patamar razoável de homogeneidade social, com distribuição de renda justa; emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida

decente; e igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais”. Em convergência com esse conceito, foram elencadas 14 (quatorze) Campanhas da Fraternidade, as quais foram categorizadas considerando os critérios de sustentabilidade, conforme demonstrativo a seguir no Quadro 15.

Quadro 15 - Demonstrativo da categoria de abordagem da Dimensão Social referenciada nos textos-base das Campanhas da Fraternidade

| Categoria de abordagem | Campanhas da Fraternidade (tema e lema) |
|------------------------|---|
| SOCIAL | 1. “Doação”/“Crer com as mãos” (1968) |
| | 2. “Reconciliação”/“Reconciliar” (1971) |
| | 3. “Reconstruir a vida”/“Onde está teu irmão?” (1974) |
| | 4. “Fraternidade é repartir”/“Repartir o pão” (1975) |
| | 5. “Fraternidade e comunidade”/“Caminhar juntos” (1976) |
| | 6. “Fraternidade no mundo do trabalho”/“Trabalho e Justiça para Todos” (1978) |
| | 7. “Saúde e fraternidade”/“Saúde para todos” (1981) |
| | 8. “Fraternidade e vida”/“Para que todos tenham vida” (1984) |
| | 9. “Fraternidade e fome”/“Pão para quem tem fome” (1985) |
| | 10. “A fraternidade e o mundo do trabalho”/“Solidários na dignidade do trabalho” (1991) |
| | 11. “A fraternidade e os excluídos”/“Eras tu, Senhor?” (1995) |
| | 12. “Fraternidade e educação”/“A Serviço da Vida e da Esperança” (1998) |
| | 13. “Dignidade humana e paz”/“Novo milênio sem exclusões” (2000)* |
| | 14. “Fraternidade e juventude”/“Eis-me aqui, envia-me! (Is 6,8)” (2013) |

*Campanha da Fraternidade Ecumênica.

Fonte: adaptação da autora (2021).

4.1.1.1 “Doação”/“Crer com as mãos” (1968)

Após a realização de quatro CF’s direcionadas à conjuntura interna da Igreja Católica, ocorre que, no ano de 1968, estabelece-se a primeira campanha com o viés social. A campanha de número 1 (um) apresentou como foco discursivo a alarmante situação de pobreza vivenciada no país, sobretudo a pobreza espiritual, conjuntura que põe em xeque não só as ações desenvolvidas pela sociedade ou pelos leigos, mas, sobretudo, as desenvolvidas pelos próprios sacerdotes e religiosos. Siepíerski (1988) comenta que, etimologicamente, o conceito de pobreza é difícil de ser definido e recomenda que a Igreja busque, de fato, ancorar-se em uma perspectiva que vise amortecer o impacto da condição de pobreza sobre a vida dos que se encontram em situação de vulnerabilidade.

Com vistas a superar a situação de pobreza no país, o texto subsidiário da campanha sugeriu a intensificação de um trabalho direcionado à responsabilidade eclesial, no qual fosse

possível engajar os fiéis em ações que realmente buscassem amortecer os impactos provocados pela pobreza. Uma das ações concretas apresentadas consistiu na doação de fundos, para que, posteriormente, pudessem ser convertidos no custeio de atividades sociais; porém, sem que houvesse abuso e exploração de recursos financeiros por parte da Igreja.

No texto, o cristão é apresentado como um ator social, corresponsável pela Igreja e pelas ações designadas por ela. Nessa direção, a Igreja se ancora em um projeto de “conscientização” da comunidade eclesial, mas aqui se faz uma crítica quanto à aplicação equivocada do termo. Santos *et al.* (2013), explica que a conscientização é um processo intrínseco a cada ser humano e que seu alcance dependerá de uma transformação individual, paulatina, de dentro para fora.

É necessário que haja uma profunda problematização acerca da situação real – nesse caso, da situação de pobreza vivenciada por tantos brasileiros – para que os cristãos compreendam que o processo de conscientização é passível de concretização. Desse modo é que o processo de sensibilização pode vir a ocorrer, de fora para dentro, e se reverberar na conscientização do sujeito, por intermédio da problematização, não puramente na apresentação do problema e na resolutividade imediata, desassociada da real situação (GAUDIANO, 2002).

Apesar da convergência (parcial) quanto aos aspectos sociais propostos por Sachs (2008) – principalmente ao considerar alguns dos pontos estabelecidos no texto, como a promoção da “consciência fraterna” na busca por subsídios que solidifiquem a dignidade humana, “[...] a saúde, um emprego firme [...]” (CNBB, 1967, p. 29), o fortalecimento das ações conjuntas, o combate à miséria, a luta contra as injustiças, a corresponsabilização apostólica frente às demandas sociais, dentre outros –, a campanha sofreu críticas frente a um suposto caráter tecnicista, apontado como empecilho para a edificação da sensibilização crítica, sobretudo em meio à reforma que se intensificava no Brasil; porém, a crítica não abalou o episcopado, que, por sua vez, manteve-se na retaguarda da discussão. Um outro ponto elencado como retrocesso frente à análise proposta foi identificado na negligente descontextualização da campanha com relação ao momento vivido no país⁴³, especialmente

⁴³ Müller (2021, p. 3-4) explica que a circunstância histórica ditatorial definida no Brasil no ano de 1968 tem suas raízes estabelecidas, sobretudo, pela conjuntura política. Os principais acontecimentos oriundos desse período ocorreram “[...] no Rio de Janeiro, [com] a morte do estudante secundarista Edson Luís, [n]o episódio da quinta e sexta-feira sangrenta, [n]a passeata dos cem mil; [n]a invasão da UnB, em Brasília; [n]o Conflito da Rua Maria Antônia, em São Paulo, [n]o trágico Congresso de Ibiúna; e [n]o *grand finale*, com a decretação do Ato Institucional n.5, o AI-5”. Nesse contexto, Müller (2021, p. 4) reitera que, para diversos autores, nesse momento é que a ditadura consolida seu “[...] ciclo de militarização”.

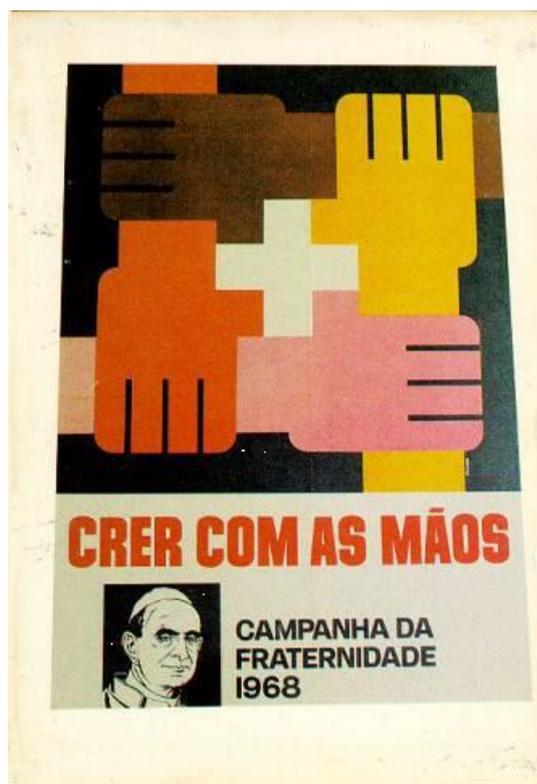
no que tange às próprias aspirações iniciadas na Conferência de Medellín, realizada no mesmo ano de 1968, o que acabou descredibilizando, em parte, as intencionalidades práticas sugeridas pela campanha.

É importante destacar que:

A partir de 1968, com a meta de fazer chegar a CF a cada família e projetá-la na opinião pública através de jornais, rádio e televisão, organizou-se uma publicidade ampla, com grande investimento financeiro. Realizou-se também o primeiro Encontro Nacional das Coordenações Regionais da CF. Estes encontros realizam-se todos os anos. São a base da preparação, avaliação e continuidade das CFs, momentos de estudo e planejamento. (CNBB, 1983, p. 6).

Apesar da ampla divulgação e do desejo de inserção da opinião pública, a CF de 1968 se manteve aquém frente aos acontecimentos de caráter internacional. Foi naquele ano que o economista Aurélio Peccei reuniu em Roma uma equipe interdisciplinar formada por educadores, cientistas, diplomatas, economistas e outros representantes, para discutir, dentre outros assuntos, o uso indiscriminado dos recursos naturais e como as consequências dessa ação atingiriam todas as formas de vida do planeta. A discussão em torno dessa temática entusiasmou a fundação do Clube de Roma: a ONG tomou forma e, em meados de 1972, já contava com uma equipe considerável de colaboradores de todo o mundo (MCCORMICK, 1992). Porém, a CF (Figura 1) não integrou essa pauta aos seus objetivos, tampouco considerou a pobreza como uma consequência direta do uso desordenado dos recursos naturais.

Figura 1 - Cartaz de divulgação da Campanha da Fraternidade do ano de 1968



Fonte: CNBB (2021).

4.1.1.2 “Reconciliação”/“Reconciliar” (1971)

A CF de número 2 (dois) chamou a atenção para a necessidade de se consolidarem, de fato, as diretrizes propostas pelo texto-base, perspectivando a condução de uma efetiva pastoral orgânica, que pudesse corresponder/atender às reais necessidades do povo brasileiro. Como ação evangelizadora, esta campanha enfatizou a importância de se promover uma consciência eclesial junto à comunidade, perspectivando a construção de um cenário marcado pela união, pela verdade, pela justiça e pelo bem comum.

A pauta para o ano de 1971 buscou engajamento perante as bases da renovação, proposta de atuação inaugurada pelo Concílio Vaticano II, e teve como finalidade o estabelecimento de um compromisso pautado, dentre outras temáticas, na educação do país, com foco para a alfabetização de adultos. Concomitantemente, o Brasil, no mesmo ano, ainda sob o comando do regime militar, discutia a política de profissionalização universal e compulsória no ensino de 2º grau, determinada pela Lei nº 5.692/71⁴⁴ (CUNHA, 2005).

⁴⁴ “Expressa na Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, pretensiosamente denominada Lei de Diretrizes e Bases do Ensino de 1º e 2º Graus, essa política consistiu na fusão dos ramos do 2o ciclo do ensino médio (na nomenclatura então vigente). Por determinação dessa Lei, o ensino secundário, o ensino

Parte das discussões e proposições elencadas no desenvolvimento da campanha se coadunam, de fato, com a dimensão social, principalmente ao mencionar que a alfabetização, “[...] entendida dentro de uma verdadeira educação de base, é condição fundamental e quase imprescindível para tantos brasileiros marginalizados se levantarem e se promoverem” (CNBB, 1971, p. 11). Porém, apesar dessa preocupação, o documento norteador da campanha não apresentou sinais sólidos de entrosamento com os acontecimentos do país, tampouco levou em consideração o exponencial crescimento da Teologia da Libertação na América Latina, fato que poderia elucidar (e até mesmo contrariar) as reais intencionalidades imbricadas nos desdobramentos militares⁴⁵.

Levando o lema “Reconciliação”, a temática da campanha também se aplicou à necessidade de o homem se reconciliar com a ciência e a técnica. No terceiro domingo da Quaresma, comentou-se:

Muita gente assustada com a poluição do ar. Artigos, entrevistas, verbas e planos. A devastação das florestas aumenta a superfície de deserto na face da terra. <<O mundo deixa de ser um lugar de fraternidade verdadeira, quando o poder da humanidade ameaça destruir o próprio gênero humano>> (cf GS 37). [...] A organização da sociedade, em escala nacional e internacional, respeita o plano de Deus que <<destinou a terra, com tudo o que ela contém, para o uso de todos os homens e povos, de tal modo que os bens criados devem bastar a todos, com equidade, sob as normas da justiça, inseparável da caridade?>> (cf GS 69) (CNBB, 1971, p. 19-20).

Apesar de essa abordagem não ter apresentado reflexões mais densas, a discussão socioambiental, no ano de 1972 (após a repercussão do Clube de Roma), ganhou significativa visibilidade nas pautas de interesse internacional. O primeiro grande encontro motivado pela ONU em torno da temática ambiental aconteceu na Suécia e contou com a participação de 113 países: a Conferência de Estocolmo, mais conhecida como a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano. As discussões giraram em torno da busca por um novo tipo de desenvolvimento, o Ecodesenvolvimento, que conciliaria o desenvolvimento econômico,

normal, o ensino técnico industrial, o ensino técnico comercial e o ensino agrotécnico fundiram-se. Todas as escolas deveriam oferecer somente cursos profissionais – então chamados de profissionalizantes – destinados a formar técnicos e auxiliares técnicos para as mais diversas atividades econômicas. Os cursos exclusivamente propedêuticos, como o antigo colegial (clássico e científico), não teriam mais lugar nesse nível de ensino” (CUNHA, 2014, p. 914-915).

⁴⁵ “O golpe militar de 1964 alterou os rumos da história brasileira com uma nova dinâmica. Depois de sucessivos movimentos de expulsão da classe política do governo e restituição do comando do Estado aos civis, como em 1930, 1945 e 1954, dessa vez os militares assumem o poder, dando início à ditadura, que foi caracterizada pela repressão política, luta armada, violação de direitos e censura” (ZARIAS, 2004, p. 56).

ecológico e social (IBAMA, 2014), estimulando o debate público acerca dos problemas ambientais, mas as aspirações não foram pulverizadas nos direcionamentos propostos por essa campanha.

É importante ressaltar aqui que, na efervescência da primeira fase da CF (1964-1972), o Brasil foi palco de uma série de acontecimentos políticos, os quais tiveram como resultado a deflagração do golpe militar, seguido pela instauração de seu regime. Fator que pode ser apontado como responsável pela tímida discussão socioambiental nas Campanhas da Fraternidade apresentadas no referido período.

Nesse contexto, a Igreja Católica, em maio de 1964, convocou uma reunião extraordinária com todos os arcebispos do Brasil e com os membros da Comissão Central da CNBB, a fim de prestar apoio ao regime que se instituía (BARROS, 2003). Porém, apesar do apoio, inúmeros acontecimentos, como “[...] a violenta repressão, a injustiça social e os limites impostos à Igreja pela Escola Superior de Guerra [...] impedindo sua ingerência ou cooperação em questão de justiça e solidariedade humana [...]” (VANZELLA, 2009, p. 67) começaram a causar insatisfação no corpo eclesial brasileiro, o que resultou no declínio do apoio proposto.

As consequências vieram em seguida: impossibilidade de acesso aos meios de comunicação social, perseguição, difamação, ataques a religiosos, invasão a instituições ligadas à Igreja, dentre outras. Esses e outros ataques à Igreja Católica foram se intensificando paulatinamente durante todo o ano de 1964, consolidando-se com a instauração do Ato Institucional nº 5 (AI-5)⁴⁶. A partir desse cenário, a Igreja começou o trabalho de porta-voz dos oprimidos (BARROS, 2003).

No período ditatorial vivenciado pelo Brasil, a Igreja experienciou uma consolidada prestação de serviços comunitários/sociais. No princípio da década de 1970, o serviço apostolado concentrou-se em quatro setores, que, posteriormente, reverberaram-se em cinco frentes, conforme o Quadro 16, a seguir:

⁴⁶ O Ato Institucional nº 5, AI-5, foi instituído no Brasil em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do general Costa e Silva. O Ato manteve-se em vigor até dezembro de 1978 e produziu um acervo de ações arbitrárias de efeitos duradouros. Motta (2018, p. 197) comenta que: “O contexto do AI-5 significou o ápice do projeto modernizador-autoritário da ditadura, fase em que os tecnocratas civis e militares tiveram mãos livres para agir, de maneira semelhante aos “técnicos” que operavam os aparelhos de repressão”.

Quadro 161 - Setores e frentes de atuação da Igreja Católica na década de 1970

| Setores | Frentes |
|--|--|
| Direitos humanos; Avaliação crítica do modelo econômico; Agravamento do desafio agrário; Respeito aos direitos da população indígena. | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Recusa da relação entre Igreja e Estado formulada pela Doutrina de Segurança Nacional; ✓ Luta contra a violação dos direitos humanos; ✓ Assistência direta aos menos favorecidos; ✓ Criação de intuições de cunho social: Comissão Brasileira de Justiça e Paz (CBJP), CPT e CIMI; ✓ Estabelecimento de parceria com instituições da sociedade civil: Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e organizações empresariais e de trabalhadores. |

Fonte: adaptado de Barros (2003) e Vanzella (2009).

Essa reestruturação da Igreja influenciou significativamente os temas das Campanhas da Fraternidade (Figura 2). Após o encerramento da primeira fase (1972), que teve como ponto norteador a percepção renovadora da Igreja (SILVA, 2019), a campanha começa a abrir as portas para uma nova análise conjuntural, influenciada pelas articulações estabelecidas pelo Concílio Vaticano II, pelas conferências encabeçadas pelo CELAM e pelas novas reflexões teológicas da Igreja.

Figura 2 - Cartaz de divulgação da Campanha da Fraternidade do ano de 1971

Fonte: CNBB (2021).

4.1.1.3 “Reconstruir a vida”/“Onde está teu irmão?” (1974)

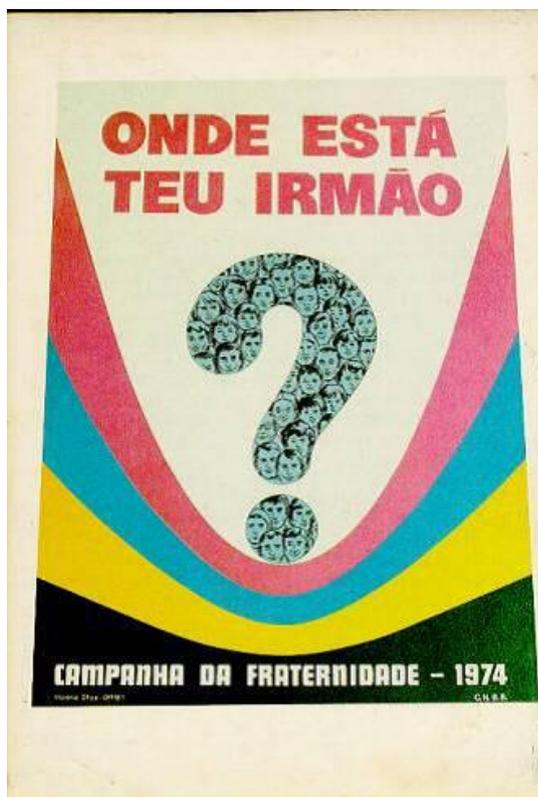
A CF de número 3 (três) inaugura uma nova perspectiva de abordagem, baseada com maior efetividade nas necessidades sociais do povo: “[...] Na segunda fase (1973-1984) percebe-se a menção à fraternidade, associada às demandas por melhores condições de vida, estimulando reflexões pertinentes a todos os setores da sociedade brasileira” (SILVA, 2019, p. 612), tanto de ordem sócio-política, quanto de ordem eclesial e teológica.

A abordagem desta campanha se ancorou na premissa de reconstrução da vida (em diversos âmbitos), tendo por base a necessidade de dignificar a existência humana ante os problemas de “[...] habitação, alfabetização, mortalidade infantil, migrações, racismo, secas, violência [...]” (CNBB, 1974, p. 68), sobretudo junto as populações que se encontram em situação de vulnerabilidade. Dentre os elementos socioambientais visualizados na construção do texto-base, foi possível verificar um forte apelo à consolidação de subsídios que visassem a equidade, como: “[...] reivindicações econômicas; emancipação da mulher; exigências sociais [trabalhistas]; protestos contra todo tipo de opressão e violência” (CNBB, 1974, p. 44), dentre outros.

Apesar dos subsídios abordados nesta Campanha, foi possível identificar trechos nos quais as questões de cunho socioambiental foram apresentadas de maneira equivocada, como o trecho a seguir: “[...] a antropogeografia tem por finalidade estabelecer as influências recíprocas existentes entre homem e meio. Quando e onde foram os direitos do homem respeitados? Como aproveitados os recursos naturais a serviço da reconstrução da vida” (CNBB, 1974, p. 68). Esse pensamento vai desembocar em uma lógica notadamente antropocêntrica na qual os recursos naturais são apresentados como meros subsidiários da espécie humana, afastando-se do sentido conceitual de desenvolvimento sustentável, indo, inclusive, na contramão do início de uma fase que, no ano de 1974, ficou conhecida como “ambientalista”, marcada pela efervescência de dois movimentos identificados como apolíticos: “[...] os movimentos de denúncia da degradação ambiental nas cidades e nas comunidades alternativas rurais” (VIOLA, 1987, p. 23).

Nesse sentido, observou-se que, mesmo demonstrando um significativo avanço com relação às pretensões incorporadas pelo Concílio Vaticano II, a campanha ainda não conseguiu estabelecer um pensamento mais contextualizado com as necessidades/demandas socioambientais da sociedade. Fato que acabou negativando as expectativas para esta fase, que apresentava pretensões audaciosas referentes aos direcionamentos propostos pelo Concílio (Figura 3).

Figura 3 - Cartaz de divulgação da Campanha da Fraternidade do ano de 1974



Fonte: CNBB (2021).

4.1.1.4 “Fraternidade é repartir”/“Repartir o pão” (1975)

A campanha de número 4 (quatro) teve como fio condutor a fraternidade comunitária, afetiva e efetiva, e como ponto central a realização de atitudes sinceras e, sobretudo, concretas. Nessa campanha, foi possível observar a inserção mais efetiva do termo “comunidade”, elemento que, nas campanhas anteriores, vinha sendo tratado de maneira implícita e/ou desassociada da conjuntura social integral.

Ao mencionar a fraternidade como mecanismo capaz de amortecer os impactos que assolam a sociedade, o texto-base explicita a quais situações ela deve ser estendida: “[...] repartir o pão, dar de comer a quem tem fome, significa também lutar pela alfabetização, pela democratização do ensino, por vagas nas escolas [...] por programas equilibrados e organismos de classes mais ativos” (CNBB, 1975, p. 24). Nessa direção, é possível verificar que a Igreja se coloca, agora, não mais numa posição de superioridade no mundo, mas em pleno mundo, entre os homens, perspectivando enaltecer um diálogo colaborativo que vise contribuir na luta contra a miséria, a fome, a injustiça social, a exploração. Essas interações

vão se aproximar com maior veemência das aspirações da dimensão social proposta por Sachs (2008).

A elaboração do texto-base também apresentou uma extensa abordagem quali-quantitativa acerca da situação de miséria presente em vários continentes, bem como sugestões de ações que podiam ser aplicadas para ultrapassar o terreno utópico das conjunturas sócio-históricas apresentadas, tais como: “[...] visita a alguns bairros da cidade, conversando com as pessoas e fazendo um levantamento do que se come por dia e se há problema da fome por perto; procurar organizar uma lista do que normalmente comemos, analisando se isso satisfaz as necessidades básicas do nosso organismo” (CNBB, 1975, p. 56).

Apesar da consolidada construção histórica e social presente nos textos e de as temáticas já estarem mais próximas da dramática situação social do Brasil e de outras regiões do mundo, o discurso ainda não conseguia oferecer objetividade prática. As sugestões apresentadas para os problemas elencados ou eram muito genéricas ou estavam intimamente ligadas a obras de misericórdia espirituais⁴⁷. Assim sendo, essas conjecturas vão desembocar na direção contrária ao que rege o real sentido da dimensão social e, sobretudo, ao que é pregado na própria epístola do apóstolo Tiago (BÍBLIA, 2:14-26), que diz:

De que aproveitará, irmãos, a alguém dizer que tem fé, se não tiver obras? Acaso essa fé poderá salvá-lo? Se a um irmão ou a uma irmã faltarem roupas e o alimento cotidiano, e algum de vós lhes disser: “Ide em paz, aquecei-vos e fartai-vos”, mas não lhes der o necessário para o corpo, de que lhes aproveitará? Assim também a fé: se não tiver obras, é morta em si mesma.

Fraternidade, caridade e solidariedade são princípios que, equiparados aos propósitos socioambientais, podem colaborar com a edificação de ações efetivas que visem, de fato, amortecer os impactos que assolam as sociedades e suscitar um desenvolvimento integrativo. Porém, essas narrativas precisam sair do terreno da utopia e permitir que os sujeitos sociais se enxerguem dentro desse processo, como colaboradores ativos; deve haver uma perspectiva de mudança concreta, baseada na sensibilização e na ação coletiva. O próprio Sachs (2008, p. 60) robustece as “ideias-força” do desenvolvimento, “incluindo-se aí o direito coletivo ao meio ambiente” (Figura 4).

⁴⁷ As obras de misericórdia espirituais têm como objetivo apaziguar os sofrimentos da alma. Os conselhos apresentados por estas obras foram extraídos das Sagradas Escrituras e da Tradição da Igreja. São tradicionalmente enumeradas da seguinte forma: 1. instruir os ignorantes; 2. aconselhar os duvidosos; 3. advertir os pecadores; 4. suportar os erros pacientemente; 5. perdoar as ofensas de bom grado; 6. confortar os aflitos; 7. rezar para os vivos e para os mortos (COMPENDIO DELLA DOTTRINA CRISTIANA, 1905).

Figura 4 - Cartaz de divulgação da Campanha da Fraternidade do ano de 1975



Fonte: CNBB (2021).

4.1.1.5 “Fraternidade e comunidade”/“Caminhar juntos” (1976)

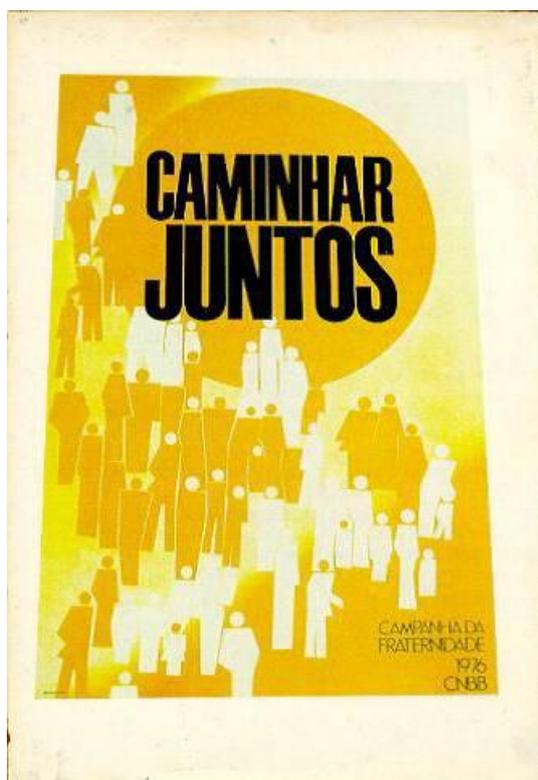
A proposta de consolidação inclusiva das comunidades, oriunda da campanha do ano de 1975, serviu de inspiração para CF de número 5 (cinco). A temática se amparou nas premissas comunitárias – integradas e integradoras – objetivando a conexão entre diversos setores sociais: “[...] a Família, a Escola, a Comunidade Civil e Política, a Empresa, a Paróquia, a Comunidade Eclesial de Base [...]” (CNBB, 1976, p. 04). Nesse sentido, “[e]ntre os principais aspectos do mundo de hoje enumera-se a multiplicação das relações mútuas entre os homens” (GS 23).

No texto-base desta campanha foi possível identificar a inserção de elementos direcionados ao enaltecimento da fraternidade comunitária: superação de injustiças, fortalecimento da liberdade, abandono do egoísmo. Nessa direção, estes elementos foram postos no cerne das discussões sociais, perspectivando a consolidação de ações que fossem capazes de resistir às pressões sociais. Para superar essas mazelas o texto sugere, dentre outras práticas, a adesão plena da solidariedade comunitária e da esperança coletiva, apoiadas, sobretudo, no compromisso fraterno, intrínseco às CEBs pois, o comprometimento com uma

sociedade sugere, essencialmente, a redefinição das “[...] relações entre os sujeitos entre si e entre estes e o Estado [...]” (GIRIBONI; LANGOSKI, 2019, p. 7).

Outro aspecto convergente com a dimensão social proposta por Sachs (2008), elencado por esta campanha, refere-se ao forte apelo por um diálogo colaborativo, que fosse capaz de suscitar nas comunidades o desejo de “Caminhar juntas”, tornando-se espaços heterogêneos de partilhas, trocas e experiências, e destinadas a edificação de uma sociedade baseada no bem comum, construída por diversas mãos. Vanzella (2009, p. 88) comenta que “[...] esta foi a primeira campanha que conseguiu ir além das fronteiras da Igreja, tendo grande repercussão” (VANZELLA, 2009, p. 88). De fato, o texto apresentado por esta campanha conseguiu construir um ideário coletivista mais conciso, diferente da perspectiva excessivamente utópica, apresentada no ano de 1975, porém, ainda assim, o projeto não conseguiu apresentar uma conjuntura estrutural bem definida frente as ações que poderiam subsidiar efetivamente as práticas coletivas/comunitárias (Figura 5).

Figura 5 - Cartaz de divulgação da Campanha da Fraternidade do ano de 1976



Fonte: CNBB (2021).

4.1.1.6 “Fraternidade no mundo do trabalho”/“Trabalho e Justiça para Todos” (1978)

É a ainda na segunda fase (1973-1984) que a estrutura organizacional da CF opta pela adoção do método Ver-Julgar-Agir, cujo objetivo é conduzir uma ação transformadora de situações de injustiça; sobretudo, das diversas formas de agressão à vida. Esse método foi estruturado na década de 50 pelo padre belga Joseph Cardijn. Lopes e Pertile (2020) comentam que a principal intenção do Pe. Cardijn era tentar responder à dura situação de trabalho vivida por operários de sua cidade.

Para Cardijn, o momento “ver” (mediação socioanalítica) deve permitir ao cristão a identificação de situações que lhe causem estranhamento (seja na comunidade, no bairro, na escola), induzindo-o a exercitar uma análise crítica do que acontece à sua volta (RUFINO, 2002). O momento “julgar” (mediação hermenêutica) deve conduzir o cristão (dentro do grupo/comunidade) ao exercício de reflexões a partir do que foi apreendido no momento “ver”; é este o momento propício para a criação de mecanismos que possibilitem a concretização de uma ação prática (RUFINO, 2002). E o momento “agir” (mediação prática) é destinado à concretização das ações discutidas nas duas etapas anteriores, visando a real transformação/consolidação da realidade investigada; é nesta etapa do processo que teoria e prática são capazes de se unificar e criar condições para a concreta efetivação de ações ante a realidade socioambiental apresentada (MARTINS, 2000).

A partir desse direcionamento, a CF de 1978 foi pensada. A iniciativa buscou estender a fraternidade às atividades laborais: “[...] quando há trabalho e há justiça, o resultado natural disto é a divisão fraterna das riquezas que o trabalho gerou” (CNBB, 1978, p. 5). Com base nessa premissa, a campanha apresentou como foco central o complexo mundo do trabalho e as inúmeras injustiças desencadeadas neste espaço.

No texto-base, foram apresentadas informações sobre: a legislações trabalhistas do Brasil e de outros países e a importância/segurança que esse recurso legislativo oferece ao trabalhador; o contexto histórico exploratório do Brasil, marcado, sobretudo, pela exploração das mãos de obra indígena e africana; a urbanização desequilibrada, que provoca o êxodo rural e o inchaço das áreas periféricas, intensificando o desemprego e aumentando a vulnerabilidade sanitária e habitacional da população; a discriminação trabalhista entre os gêneros; e a ausência de movimentos sindicalistas livres.

No decorrer das pautas levantadas, comentou-se sobre a obrigatoriedade de os poderes públicos e também privados criarem espaços com justas condições de trabalho para a população, visando suscitar uma corresponsabilidade coletiva, na qual os diversos órgãos

possam assumir suas respectivas responsabilidades diante da problemática apresentada. Nesse contexto, a Igreja vai demonstrar apoio a sindicatos autênticos e autônomos, que tenham como objetivo a prestação de assistência aos trabalhadores associados, perspectivando o “[...] surgimento de estruturas mais justas e mais fraternas” (CNBB, 1978, p. 34).

Também foram identificadas ações/sugestões direcionadas a empresas (a seus respectivos patrões) a fim de adequá-las a justas condições de trabalho, tais como: proporcionar aos funcionários meios de se especializarem e de se instruírem; pagar salários justos; garantir os direitos trabalhistas; respeitar a dignidade do outro; prestar assistência médica; dentre outras.

Como o objetivo de ampliar a integração/participação de diversos grupos nesta campanha e discutir ações concretas para os problemas elencados, foram sugeridos, de maneira pontual, subsídios catequéticos⁴⁸, direcionados para empresas, escolas, comunidades e famílias. Tais subsídios levaram ao público um amplo contexto histórico, social, econômico e legislativo, com a objetivo de incluir todos os sujeitos no cerne da discussão trabalhista e no projeto de cooperação conjunta, visando o bem comum para todos.

Nota-se que, apesar de esta campanha ter apresentado características bastante alinhadas à dimensão social, inclusive partindo da premissa de que o trabalho é responsável pela dignificação do homem, o texto-base apresentou, em diversos trechos, a natureza como subsidiária dessa dignidade humanitária, acondicionando um pensamento atrelado ainda às bases antropocêntricas (CNBB, 1978):

[...] Transformando a natureza, o homem torna-se mais homem [...] o progresso técnico colocando sempre mais matéria a serviço do homem, o faz de fato o senhor da natureza. Cria condições novas para uma vida mais digna. [...] É vocação do homem “construir o mundo”, “dominar a terra”. Transformando a natureza por seu trabalho, o homem dá continuidade à obra da criação e a devolve modificada a Deus no louvor e na prece. E é uma forma de comunhão com Deus.

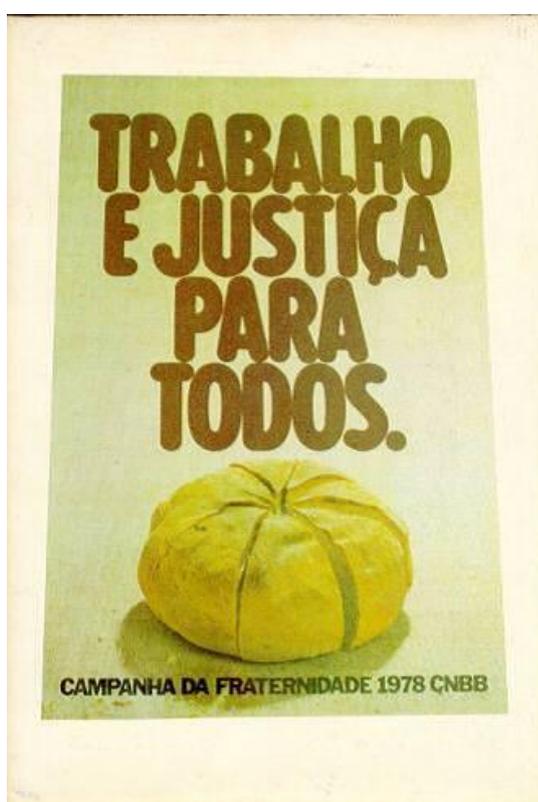
O progresso técnico com seus avanços inegáveis: o domínio das forças da natureza conseguido pelo homem [...]. **Muitas vezes o mundo não só se esquivava a ser usado pelo homem para seu benefício, mas até parece conspirar contra: secas, calamidades, desastres, doenças, etc. Outras vezes o próprio homem é responsável pelos malefícios que lhe ocasiona a natureza: guerras, poluição, etc** (CNBB, 1978, p. 7-26, grifo nosso).

A perspectiva apontada pela campanha vai se reverberar em um ideal de trabalho desarticulado da noção de desenvolvimento integrativo, um trabalho no qual a natureza é

⁴⁸ Os Subsídios Catequéticos são orientações formativas acerca das diretrizes que regem a Igreja Católica. Estes subsídios são transmitidos as comunidades por intermédio dos leigos, leigas e agentes das mais diversas pastorais.

apresentada como mera subserviente da espécie humana. O trabalho, que insere o homem em um patamar privilegiado com relação às demais formas de vida, acaba indo na contramão do que sugere a própria igualdade no acesso aos recursos e serviços (SACHS, 2008). Para que o trabalho dignifique o homem, o próprio homem deve estar consciente de que as suas ações podem causar interferência no meio como um todo; por isso, faz-se necessário edificar uma cultura de sensibilização baseada na equidade e no bem comum, na qual todos os seres vivos sejam beneficiados, não somente a espécie humana (Figura 6).

Figura 6 - Cartaz de divulgação da Campanha da Fraternidade do ano de 1978



Fonte: CNBB (2021).

4.1.1.7 “Saúde e fraternidade”/“Saúde para todos” (1981)

A CF de número 7 (sete) teve como foco principal a saúde, abordada como sinal de respeito à dignidade humana (CNBB, 1980c). Nessa campanha, a Igreja foi convocada a colaborar com a promoção da saúde e do bem-estar do povo brasileiro, endossando a preferência pelos menos favorecidos e trazendo à memória as discussões levantadas na Conferência de Puebla, ocorrida no ano de 1979, no México (CELAM, 1979). O texto-base elaborado para subsidiar a campanha enfatiza que os cristãos, uma vez que são reconhecidos

como sujeitos sociais, precisam estar conscientes de suas responsabilidades frente aos problemas que assolam o meio no qual estão inseridos.

No ano de 1981, devido à ausência de incentivos financeiros a programas sociais, a saúde brasileira apresentava sinais de instabilidade. França (1998, p. 84) comenta que “[...] entre 1981 e [...] 1984, o país vivencia uma crise econômica explícita, e é quando se iniciam as políticas racionalizadoras na saúde [...] Este é um momento tumultuado na saúde”. Nesse cenário, a Igreja encontra terreno fértil para ampliar as discussões levantadas nesta campanha.

O texto-base apresentou um levantamento de dados referente à ineficiente situação da saúde no país e suas principais causas, sendo estas: político-econômicas, marcadas pela distribuição desigual e injusta de recursos e serviços; socioculturais, associadas às péssimas condições sanitárias do Brasil, especialmente em áreas marcadas pela pobreza extrema; e ecológicas, caracterizadas pela poluição ambiental, pela poluição sonora, pela exploração predatória das florestas e pelo aumento das doenças de veiculação hídrica, ocasionadas pela inapropriada ação antrópica.

Também foi explicitado no texto algumas das propostas encabeçadas pelo Governo Federal com o objetivo de minimizar os impactos na saúde, como a criação do:

[...] Sistema Nacional da Saúde, [do] Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social, [do] Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social, [do] Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social, [da] Central de Medicamentos, [do] Projeto PREV-SAÚDE, [do] Programa de Interiorização das Ações de Saúde e Saneamento, [dentre outros] (CNBB, 1980c, p. 12-13).

Concomitante às propostas apresentadas, foram identificadas inúmeras fragilidades: privilegiamento da assistência curativa, destinação de recursos sofisticados para o atendimento a minorias, não exigência de dispositivos antipoluentes nas fábricas e minas, fiscalização corrupta para normas sanitárias, despreocupação frente às consequências provocadas pelo desmatamento da Amazônia, sobreposição dos interesses econômicos em detrimento dos interesses da saúde, inacessibilidade de medicamentos e especialização desigual de profissionais da saúde.

Objetivando sanar algumas das fragilidades evidenciadas no sistema de saúde, a campanha apresentou perspectivas de ações direcionadas a alguns setores específicos, a exemplo do setor comunicacional, do setor educacional, do setor de recursos e do setor pastoral, conforme o Quadro 17, a seguir:

Quadro 17 - Pistas para ações diretas e instrumentos eficazes

| Itens | Metas |
|---|--|
| Comunicação | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Divulgar o texto-base através de todos os meios de comunicação disponíveis; ✓ Incentivar a elaboração de material complementar tendo como base os dados específicos de cada diocese/paróquia/comunidade; ✓ Incentivar editoras católicas a publicarem material de cunho medicinal (medicina familiar, planejamento familiar, educação para a saúde); ✓ Fazer levantamento de experiências/iniciativas na linha da medicina popular, para divulgação em outras comunidades eclesiais. |
| Educação | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Preparar equipes que possam ofertar cursos/encontros sobre o cuidado da saúde, com destaque para medicina preventiva, primeiros socorros, tratamentos de doenças mais populares; ✓ Criar grupos diversos para estudo/discussão sobre a realidade/necessidade local e atendimento à saúde popular; ✓ Promover assembleias comunitárias visando elencar causas e soluções referente à saúde local; ✓ Realizar cursos populares com foco na higienização, alimentação, saneamento básico e lazer; ✓ Incentivar a aplicação de métodos práticos de ajuda aos viciados; ✓ Realizar campanhas de instrução que abordem a prevenção de acidentes no trabalho e no trânsito; ✓ Engajar alunos na causa pela saúde de todos, aproveitando as atividades interdisciplinares desenvolvidas na escola; ✓ Realizar ou apoiar encontros com profissionais da saúde; ✓ Oferecer aos profissionais e estudantes da área da saúde subsídios de reflexão que busquem despertar, conscientizar e preparar para o trabalho com comunidades menos favorecida. |
| Aproveitamento dos recursos da comunidade | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Direcionar recursos para áreas mais necessitadas: zonas rurais, periferias de centros urbanos. |
| Equipes de Pastoral da Saúde | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Motivar equipes (Pastorais da Saúde nas dioceses, paróquias e Comunidades Eclesiais de Base) a atuar no desenvolvimento de ações em prol da promoção humana, da renovação social, da integração comunitária e da evangelização; ✓ Aproveitar as pregações, as catequeses e os encontros pastorais para intensificar o trabalho de sensibilização sanitária. |

Fonte: adaptação da autora (2021).

Das Campanhas da Fraternidade analisadas até aqui, esta foi a que apresentou uma construção dialógica mais alinhada à dimensão social proposta por Sachs (2008), sobretudo por explicitar o desejo de que haja, para toda a população, equidade de acesso a recursos e serviços sociais e por enfatizar o desenvolvimento de ações efetivas. Partindo do entendimento de que o Estado possui responsabilidades frente aos problemas sanitários que afetam as populações e deve criar subsídios capazes de amortecer efetivamente a problemática elencada, a campanha, além de atuar como instrumento de denúncia, também conseguiu apresentar o homem como agente responsável pelos impactos ocasionados no

meio, distanciando-o (mesmo de maneira ainda pouco expressiva) da visão antropocêntrica identificada nas campanhas anteriores (Figura 7).

Figura 7 - Cartaz de divulgação da Campanha da Fraternidade do ano de 1981



Fonte: CNBB (2021).

4.1.1.8 “Fraternidade e vida”/“Para que todos tenham vida” (1984)

A CF de número 8 (oito) trouxe como foco central a defesa e a promoção da vida humana, perspectivando a edificação de uma sociedade mais fraterna. As aspirações desta campanha buscaram apresentar condições mais dignas de vida, no tocante a “[superação] [d]a fome, [d]o desemprego, [d]o abandono de crianças, [d]as doenças, [d]o analfabetismo e [das] demais carências” (CNBB, 1983, p. 3).

O texto-base foi elaborado numa perspectiva ancorada na reunião e mobilização de cristãos e de pessoas de boa vontade, a fim de que, juntos, esses sujeitos pudessem, por intermédio de gestos concretos, levar um pouco de esperança às vítimas das injustiças e mazelas sociais. Nesse sentido, “[...] esta campanha [buscou ser] uma reavaliação teológica e pastoral da caminhada feita até agora. [Podendo] levar [o homem] a uma visão mais completa e a uma ação mais consequente e ordenada em defesa da vida, dentro da sociedade brasileira” (CNBB, 1983, p. 12).

A temática “defesa e promoção da vida humana” trouxe à tona inúmeras situações, apresentadas como responsáveis pelo dismantelamento social, são exemplos: o modelo econômico concentrador, o desemprego, a exploração da classe trabalhadora, o aumento exponencial da pobreza, os conflitos por terra, a má distribuição de renda, a falta de moradia, o saneamento básico precário/inexistente, a especulação imobiliária, a matança da população indígena, o êxodo rural, o inchaço dos centros urbanos, as migrações sazonais, a progressiva destruição ambiental, dentre outras. Nesse contexto a campanha apresenta a Igreja como corresponsável, atuando na convocação de cristãos para uma tomada de posição, de denúncia e anúncio, em busca de parcerias colaborativas que busquem, por intermédio de ações concretas, mitigar esses problemas.

Por isso, o tema Vida se destaca, em toda sua força questionadora, quando a injustiça estrutural da sociedade se defronta com a falta de responsabilidade entre aqueles que pautam seu comportamento pelos anti-valores de uma sociedade consumista, reflexo de uma vida vazia de sentido.

De fato, esvazia-se o sentido da vida entre os beneficiados pela riqueza material, entre os que buscam o ter e o prazer, numa corrida ao consumismo que não se preocupa com o senso de fraternidade diante dos problemas que afligem e destroem a vida de milhões (CNBB, 1983, p. 29).

O documento da campanha também apresentou uma consolidada contextualização econômica/social, na qual foi possível reconhecer quais fatos históricos contribuíram para o agravamento da situação de miserabilidade do país. Nessa conjuntura, verificou-se a imposição de um forte sentimento de denúncia (pública e privada) contra o desrespeito à vida e, conseqüentemente, à dignidade humana. A CF de 1984 fez um apelo insistente referente à necessidade de tomada de consciência e responsabilidade, não só por parte dos políticos, mas também dos cristãos nas organizações, nos grupos, nos movimentos e nas pastorais. Dentre as pastorais convocadas para o serviço, destacaram-se: “[...] a Pastoral do Trabalho, da Terra, do Menor, da Família, da Juventude, dos Enfermos, das Favelas, da Prostituição, dos Mendigos, dos Anciãos, dos Boias-frias, dos Migrantes, dos Flagelados, dos Drogados, dos Desempregados, e outras” (CNBB, 1983, p. 54).

Para orientar o trabalho designado por cada uma dessas pastorais, a Igreja sugeriu alguns gestos concretos, conforme o Quadro 18, a seguir:

Quadro 18 - Sugestões de ações com ênfase para a promoção da vida

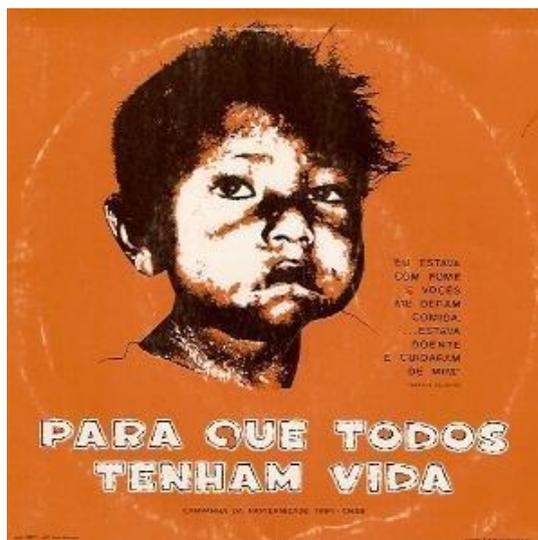
| Linhas de atuação | Propostas |
|--|--|
| Ações comuns | ✓ Intensificar o trabalho da Igreja junto a prestações de serviços que busquem amortecer as injustiças sociais vivenciadas pelos menos favorecidos. |
| Direitos | ✓ Desenvolver estudos sobre os problemas decorrentes da crise econômica, incentivando a criação de políticas públicas de assistência aos que mais são atingidos pela crise. |
| Ecologia | ✓ Promover estudos em defesa do meio ambiente e da vida mais plena para todos. |
| Mães solteiras | ✓ Apoiar as mães solteiras, sobretudo em defesa dos direitos trabalhistas e em apoio a ampliações das vagas em creches, em clínicas pediátricas e em centros de saúde. |
| Menor abandonado | ✓ Incentivar a criação de grupos e movimentos dispostos a colaborar com a causa dos menores abandonados. |
| Presidiários | ✓ Estudar as condições de vida nos presídios locais e reivindicar assistência digna. |
| Segurança | ✓ Criar condições reais que favoreçam a segurança da população. |
| Acidentes (trabalhistas e no trânsito) | ✓ Investigar os principais riscos nos ambientes de trabalho e criar estratégias para mitiga-los; ✓ Discutir sobre a importância da educação preventiva. |
| Situações especiais | ✓ Assumir a causa dos povos indígenas (que veem sua cultura e sobrevivência ameaçadas); ✓ Estudar e organizar trabalhos em defesa das minorias (negros, mulheres, marginalizados, migrantes). |

Fonte: adaptação da autora (2021).

Partindo do entendimento de que as questões de cunho socioambiental estão efetivamente imbricadas nas ações direcionadas à promoção e defesa da vida, esta campanha conseguiu apresentar uma significativa interseção entre temáticas que, em campanhas anteriores, eram tratadas de maneira isolada. Essa conjuntura relacional vai desembocar no que Sachs (2008) chamou de homogeneidade social, conceito apontado como critério indispensável para o alcance da sustentabilidade.

Apesar desse avanço, pode-se notar que, em alguns trechos, os problemas sociais elencados associavam-se diretamente a “pecados” cometidos pelo homem (individualismo, atitudes egoístas, consumismo desenfreado), fazendo menção a um direcionamento espiritual afrouxado. Mas nem tudo há de ser desconsiderado, até porque, como afirma Leff (2010, p. 21), “[...] a criação da riqueza e do bem comum a partir do egoísmo individual [...], gerou um mundo que transborda sobre suas externalidades: [...] esgotamento de recursos naturais, degradação ambiental, desigualdade social, pobreza extrema” (Figura 8).

Figura 8 - Cartaz de divulgação da Campanha da Fraternidade do ano de 1984



Fonte: CNBB (2021).

4.1.1.9 “Fraternidade e fome”/“Pão para quem tem fome” (1985)

A CF de número 9 (nove) objetivou chamar atenção para um dos problemas que mais atinge a população brasileira: a fome. Uma das motivações para o desenvolvimento da temática associou-se à própria situação do país, que, despedindo-se de um período marcado pela Ditadura Militar, ainda não havia conseguido consolidar suas bases sociais e econômicas (VASCONCELOS, 2005).

O texto-base explica que a problemática da fome abarca uma dimensão social que precisa ser dialogada. Apresenta como umas das principais causas do aumento exponencial da fome no país a situação de injustiça estrutural, na qual os trabalhadores são submetidos ao subemprego, explorados e sem garantia de direitos. A calamidade no sistema público também foi apontada como um agravante, sobretudo nas regiões atingidas pelo fenômeno da seca, como é o caso do Nordeste brasileiro, onde os insumos governamentais não chegam, porque são desviados em detrimento de outras “prioridades”. Além dessas, outras causas foram apontadas: o consumismo desenfreado, a espoliação da nação, o regime fundiário brasileiro, o atendimento prioritário à crise financeira, os gastos com armas, a injusta distribuição de renda, a concentração de riquezas, como também o desenvolvimento científico e técnico, marcado pelo egoísmo, pela vaidade humana e pela ganancia, dentre outras.

Um ponto que chamou a atenção nesta campanha foi a retomada e a reinterpretação das passagens bíblicas: “[...] E toda a terra, como tudo o que ela tem, foi entregue para ser cultivada por todos em benefício de todos” (BIBLIA, Gn 1,26; BIBLIA Gn, 2,5) e “[...] Aos

homens compete a responsabilidade pelo destino da criação” (CNBB, 1984, p. 27). Nessa perspectiva, a terra, agora, é apresentada como um subsídio elementar para a sobrevivência e é por intermédio dela que o homem deve buscar elementos para enfrentar a fome.

Nas discussões encabeçadas pela campanha, também foi possível identificar um forte caráter de denúncia, reverberado, sobretudo, na ausência de políticas públicas brasileiras direcionadas à mitigação da fome e na necessidade de se edificar concretas ações solidárias, pois

[...] para chegar à distribuição ajustada é preciso não só desenvolver o espírito da partilha, mas também empenhar-se na criação de estruturas sociais que viabilizem e concretizem tal espírito. Sem considerar os outros como seres humanos, é sem sentido falar de direitos humanos ou simplesmente de direitos. Quando alguém considera o semelhante como simples objeto, não tem condições de fazer partilha que respeite a pessoa no contexto social em que vive (CNBB, 1984, p. 34).

A campanha apresentou alguns gestos concretos na perspectiva de corroborar com a minimização dos problemas elencados, a saber: hipoteca social em favor dos pobres; o envolvimento de multidões na produção de bens; reivindicação por direitos que garantissem o acesso equitativo aos meios de produção; ajuda fraterna aos que sofriam; empenho na construção de estruturas sociais justas; mobilização social organizada (partidos, sindicatos, associações, empresas, movimentos populares); criação de instituições específicas que atuassem a serviço da caridade; sensibilização a longo prazo; apoio à construção de hortas comunitárias; dentre outros. De acordo com a CNBB (1984, p. 29) “[p]ara realizar a justiça social [...] é preciso sempre novos movimentos de solidariedade dos homens [...]”.

Esta campanha apresentou diversos requisitos alinhados à dimensão social proposta por Sachs (2008), principalmente ao chamar à responsabilidade não só as instituições públicas e privadas, mas também os cristãos e os não cristãos. O problema da fome, como mencionado no próprio texto-base, abarca uma dimensão social que precisa estar no cerne da sociedade, independentemente do credo que se professe ou do partido político que se apoie, é uma questão que depende do empenho de toda conjuntura social. Todos têm o direito de desfrutar de uma “qualidade de vida decente” (SACHS, 2008, p. 85), só assim será possível alcançar um patamar de desenvolvimento sustentável equitativo e justo para todos os seres (Figura 9).

Figura 9 - Cartaz de divulgação da Campanha da Fraternidade do ano de 1985



Fonte: CNBB (2021).

4.1.1.10 “A fraternidade e o mundo do trabalho”/“Solidários na dignidade do trabalho” (1991)

A CF de número 10 (dez) explicitou a importância do trabalho como instrumento de crescimento pessoal e de serviço ao bem comum, visando o resgate da dignidade por intermédio de ações solidárias. Nos primeiros anos da década de 1990, o crescimento da atividade econômica brasileira operava em baixa, somado aos elevados índices inflacionários e ao aumento da dívida pública, o que acarretou no aumento das taxas de desemprego (SILVA; COSTA, 2005). Além disso, o Brasil passou a enfrentar o aumento do subemprego, da miséria e da situação de exploração e opressão, o que serviu de motivação para a escolha do tema.

O texto foi elaborado tendo por base contextos históricos e estatísticos acerca da situação trabalhista no Brasil, dentre as temáticas abordadas, destacaram-se o advento das novas tecnologias, da industrialização, da melhora referente às condições trabalho (carga horária, saúde, higiene, rendimentos, direitos), do injusto modelo econômico de desenvolvimento, da inserção da mulher e do jovem no mercado de trabalho, das disparidade distributivas de renda por região do Brasil, da regulamentação da jornada de trabalho, das lutas sindicais, das pressões estatais, das greves, da inserção da Igreja Católica nos

movimentos trabalhistas populares, dos sindicatos cristãos, das pastorais sociais, dentre outros.

O documento buscou inserir a Igreja Católica no cerne da discussão trabalhista, perspectivando uma efetiva integração com a realidade social do trabalho no país. A Ação Católica Brasileira (ACB)⁴⁹, por intermédio das pastorais sociais, apoiou-se na premissa de que a luta por condições dignas de trabalho é dever de toda a sociedade e, por essa razão, esforços devem ser somados para que as injustiças trabalhistas sejam superadas. Nessa direção, foram apresentadas, no texto-base, algumas ações, com o intuito de amortecer as disparidades laborais do país (Quadro 19).

⁴⁹ Fernandes (2018, p. 12) explica que “[a] Ação Católica Brasileira oficializou-se em 1935, em decorrência da necessidade de trazer o leigo para o seio da Igreja. Nasceu com intuítos religiosos e espirituais e com modos organizativos bem particulares. O movimento passou por vários regimes governamentais e conviveu com tantos outros movimentos políticos e religiosos que então surgiam”.

Quadro 19 - Propostas de ação apostólico-pastoral

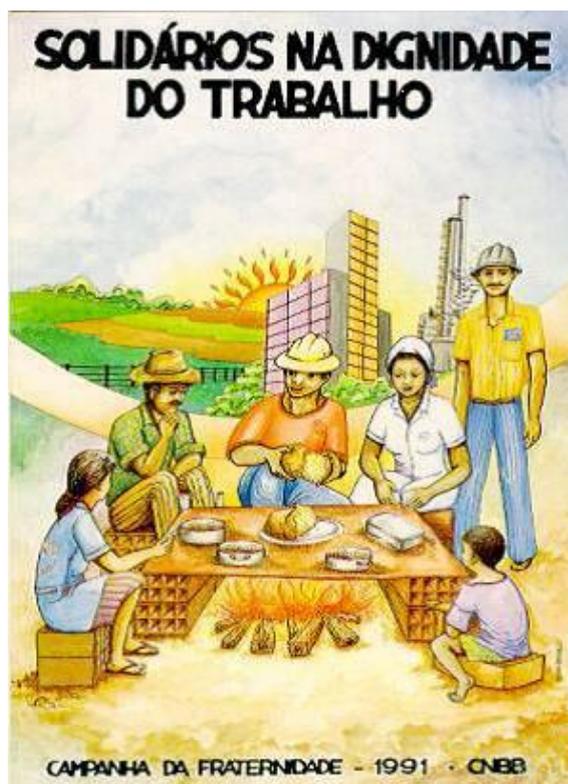
| Pastorais | Ações |
|---------------------|---|
| Pastorais sociais | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Estimular a criação de pastorais sociais especializadas e movimentos, como forma de desenvolver um trabalho de atuação dirigido aos problemas e realidades específicas. |
| Ações trabalhistas | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Reconhecer e desenvolver, nas Igrejas locais, a compreensão de que as organizações dos trabalhadores (Movimento Sindical, Movimento Popular e Movimento Político) são formas vivas de testemunhar a fé; ✓ Ajudar, através do trabalho de conscientização, as organizações de base dos trabalhadores no bairro, na fábrica, na comunidade rural; ✓ Apoiar e ser solidário com as lutas dos trabalhadores que se desenvolvem nas Igrejas locais; ✓ Acompanhar a normatização das leis constitucionais referentes aos direitos dos trabalhadores; ✓ Apoiar as iniciativas de leis que venham beneficiar o conjunto da classe trabalhadora. |
| O papel da mulher | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Denunciar e combater as discriminações, preconceitos e exploração a que são submetidas as mulheres em nossa sociedade; ✓ Desenvolver, nas Igrejas locais, uma campanha de conscientização pelo respeito aos direitos das trabalhadoras domésticas, como a carteira assinada, salário-mínimo, descanso semanal, jornada de trabalho e férias. |
| Menor e adolescente | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Denunciar a exploração a que são submetidos os menores, que sufocam e impedem o direito e acesso a educação e lazer; ✓ Incentivar experiências autogestionárias e projetos profissionalizantes nas comunidades que assegurem aos jovens e menores a formação profissional. |
| Trabalhador rural | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Comprometer as comunidades eclesiais na solidariedade aos trabalhadores sem-terra que ocupam terrenos ociosos e acompanhá-los nas diversas fases da sua organização; ✓ Estimular e apoiar as organizações autônomas dos assalariados rurais e dos setores informais de trabalhadores do campo. |
| Dívida externa | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Desenvolver uma consciência unitária nas comunidades cuja economia está sujeita à ética, de acordo com o princípio da primazia do trabalho sobre o capital, segundo o qual não é lícito pagar a dívida externa às custas da fome, miséria e subdesenvolvimento do povo; ✓ Promover, nas comunidades, uma campanha de esclarecimento sobre o significado da dívida externa; ✓ Incentivar as Igrejas cristãs para que assumam a promoção de uma auditoria pública, com a participação do poder legislativo e de organizações representativas da sociedade civil. |

Fonte: adaptação da autora (2021).

A reinserção da temática “Fraternidade e trabalho” na CF trouxe para o debate novas preocupações sociais. Junto às novas conjunturas, a defesa dos trabalhadores e dos pobres se tornou uma das linhas discursivas da Igreja Católica, sobretudo durante os anos que antecederam o período ditatorial (Figura 10). Apesar da dificuldade para assumir efetivamente a realidade social como realidade do trabalho, a Igreja demonstrou empenho na luta por uma justiça social menos excludente, o que é perceptível, sobretudo, ao se verificar os trabalhos desenvolvidos pela Ação Católica Brasileira (1920), pela Juventude Operária Católica (1948),

pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) (1960), pela Comissão Pastoral Operária (1976), pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) (1974), pelo Conselho Indigenista Missionário (CEMI) (1974), e com o apoio do CONIC, todos atuando em prol de um patamar de homogeneidade social equitativo.

Figura 10 - Cartaz de divulgação da Campanha da Fraternidade do ano de 1991



Fonte: CNBB (2021).

4.1.1.11 “A fraternidade e os excluídos”/“Eras tu, senhor?” (1995)

A CF de número 11 (onze) trouxe a temática da exclusão social para o centro do debate, objetivando sensibilizar os cristãos quanto às necessidades mais proeminentes da sociedade, sobretudo àquelas dos que vivenciam situações de vulnerabilidade. A discussão acerca da exclusão social não é nova, mas, a partir da década de 1990, o uso do termo aumentou consideravelmente, devido, principalmente, às fortes alterações no mercado de trabalho e à limitação orçamentária governamental da época (LEAL, 2010). Nesse contexto, a Igreja Católica buscou corroborar, junto às articulações pastorais, com ações que visassem amortecer os impactos provocados pela acentuação dessa exclusão.

Na primeira parte, o texto-base, debruçou-se sobre “o rosto dos excluídos” (foram apresentados dados estatísticos acerca da situação desse grupo), representados nas pessoas dos

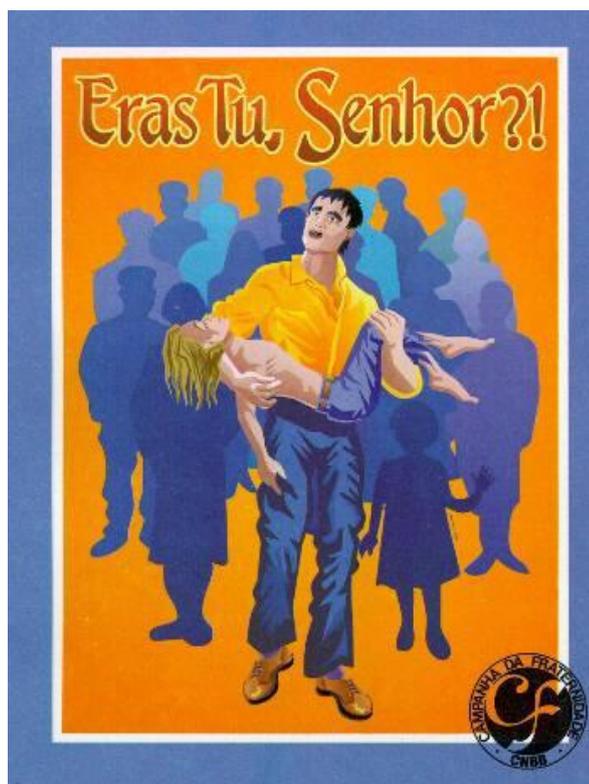
moradores de rua, dos idosos, dos encarcerados, dos prostituídos, dos doentes, dos portadores do Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV), dos deficientes, dos alcoolizados, dos drogados, dos desempregados e das massas sobrantes. Também foram apresentados os efeitos e os mecanismos da exclusão social nos âmbitos pessoal, social-comunitário, econômico, político, cultural e religioso.

A segunda parte do texto foi fundamentada nas narrativas bíblicas, principalmente por meio de parábolas, apontadas como direcionamentos espirituais para os cristãos.

A terceira e última parte apresentou os movimentos sociais, comunitários, populares e as organizações não governamentais como instrumentos capazes de corroborar com a minimização dos impactos provocados pela exclusão social. No texto, a Igreja foi apresentada como uma organização propícia ao desenvolvimento de ações capazes de amortecer os impactos desencadeados pela exclusão social. Entre as ações, foram apontadas as seguintes: o oferecimento de assistência para portadores do vírus HIV, drogados, desabrigados, mulheres, idosos; o apoio a miniprojetos sociais que levassem em conta os excluídos; a oferta de assistência a famílias que viviam excluídas e que eram vítimas de preconceito racial, religioso, econômico, social e cultural; a ajuda social junto ao Estado, pleiteando leis que defendessem os direitos dos pobres.

Criar relações fraternas dentro da Igreja e ampliar o leque de possibilidades com vistas a apaziguar as mazelas sociais não é tarefa fácil, é um trabalho que exige comprometimento efetivo e contínuo. Nesse sentido, tem sido notória a persistência da Igreja Católica. Em uma sociedade marcada por tantas mazelas sociais, buscar meios que visem amparar, acolher e apoiar os mais necessitados tem se tornado condição indispensável para se alcançar justiça social inclusiva e equitativa. Porém, para que as ações propostas cheguem aos mais necessitados, faz-se necessário edificar uma prática religiosa desprendida de intencionalidades político-sociais (Figura 11).

Figura 11 - Cartaz de divulgação da Campanha da Fraternidade do ano de 1995



Fonte: CNBB (2021).

4.1.1.12 “Fraternidade e Educação”/“A Serviço da Vida e da Esperança” (1998)

A CF de número 12 (doze) buscou chamar a atenção da sociedade para a problemática da educação no país e avaliar os avanços e retrocessos desta. A campanha foi motivada pelo então atual cenário educacional, no qual constatou-se uma expressiva taxa de evasão e analfabetismo escolar em todas as regiões do país. A realidade social do Brasil, no ano 1998, sobretudo no âmbito educacional, interpela e exige uma mobilização coletiva capaz de corroborar com a edificação de práticas que visem melhorar a prestação do serviço educacional no país.

O texto-base desta campanha apresenta dados técnicos (qualitativos e quantitativos) acerca da realidade educacional brasileira, apontado algumas reflexões sobre o processo de escolaridade nacional, e convida as Igrejas, as comunidades, os movimentos sociais, as ONG’s, as associações, os sindicatos e os partidos políticos para analisarem a situação educacional do país na perspectiva de conhecerem a realidade, se sensibilizarem e buscarem meios concretos que sejam capazes de modificá-la. Nesse contexto, a educação é apresentada como subsidiária das relações sociais, sobretudo quando possibilita:

- c) [o exercício da] cidadania, conhecer e viver os próprios direitos, respeitar o direito dos outros e cumprir os deveres, ser responsável e co-responsável, construir uma sociedade mais igualitária;
- d) o sonho humano da fraternidade, da justiça, da igualdade e da paz entre todos os povos, raças e culturas;
- e) relacionar-se com Deus e praticar sua religião, cultivar a espiritualidade própria, dialogar com as outras religiões e com os que não têm religião, com espírito de tolerância e sem proselitismo (CNBB, 1998, p. 16).

Esses elementos vão se reverberar em um processo de democratização emancipatória na qual o sujeito, educacionalmente instruído, sinta-se um indivíduo ativo dentro do processo de construção social e capaz de lutar por seus direitos. O texto aponta que a educação (apesar da situação de descaso) está em constante transformação, graças à globalização e ao intercâmbio socioambiental provocado por ela. Nesse processo, a tecnologia, a informática, a ecologia, a educação ambiental, o respeito ao meio ambiente e as mudanças culturais vão representar, dentro de uma conjuntura crítico-participativa, iniciativas capazes de despertar a criatividade, o espírito colaborativo, a valorização cultural, a sensibilização ecológica e o diálogo entre culturas, grupos étnicos e minorias.

Porém, para se alcançar esse patamar, o sistema educacional brasileiro precisa superar alguns desafios, como a falta de acesso das classes populares à escola (motivada pela segregação socioespacial e econômica), a falta de qualidade estrutural do ambiente escolar, (segurança, alimentação), o descaso com a formação de professores, a crise do sistema de escolarização, as desigualdades regionais (com destaque para a conjuntura histórica, sobretudo da Região Nordeste), dentre outros. Todos esses problemas vão se reverberar no desemprego, no analfabetismo funcional, na exploração do trabalho, na massificação da cultura e na perda de identidade cultural.

Partindo desses pressupostos, a CF de 1998 – que também foi edificada sob a égide da esperança, com o lema: “A Serviço da Vida e da Esperança” – apresentou sugestões com o objetivo de fortalecer o engajamento pessoal e organizacional em quatro níveis: o da assistência, o da promoção humana, o do engajamento na defesa dos direitos humanos e o da mobilização em favor da transformação social. Esses quatro níveis serviram de base para a elaboração dos pressupostos, apresentados no Quadro 20, a seguir:

Quadro 20 - Iniciativas propostas pela Campanha da Fraternidade 1998

(continua)

| Critérios para agir | |
|------------------------------|---|
| Organismos | Sugestões norteadoras |
| Comunidade | ✓ Promover encontros que busquem humanizar as relações sociais através de uma educação uma educação que valorize o diálogo, o respeito e o trabalho cooperativo. |
| Cidadania | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Investir em iniciativas a favor da educação para a cidadania; ✓ Dinamizar espaços de diálogos para tratar de questões políticas; ✓ Realizar atividades escolares que reforcem a importância da preservação e conservação de bens públicos e da natureza, solidariedade; ✓ Participar ativamente de Conselhos (comunitários, escolares, de saúde, tutelares); ✓ Insistir no trabalho de corresponsabilidade social com o bem comum: meio ambiente, patrimônio público, trânsito. |
| Educação política | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Trabalhar criticamente cartilhas sobre política; ✓ Participar de grupos de reflexão de fé e política; ✓ Conhecer as propostas sociais e econômicas dos candidatos. |
| Legislação | ✓ Cobrar do Estado a distribuição equitativa dos recursos destinados à educação. |
| Escola | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Motivar a participação da comunidade escolar nas tomadas de decisão; ✓ Promover debates sobre a Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB); ✓ Providenciar fiscalização quanto à aplicação dos recursos educacionais; ✓ Cobrar do Estado a garantia de oportunidades educativas específicas; ✓ Dar especial atendimento às escolas rurais. |
| Animação educativa | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Organizar forças da comunidade carente para pressionar as autoridades a fim de que apliquem recursos nos locais mais necessitados; ✓ Apoiar iniciativas e atividades culturais. |
| Formação de educadores | ✓ Apoiar a qualificação de professores que atuam junto aos menos favorecidos e aos povos indígenas. |
| Meios de comunicação social | ✓ Incentivar a formação crítica por meios de comunicação social e tornar o povo participante (e não mero consumidor) da programação local. |
| Educação/Instituição popular | ✓ Estimular, dentre outras ações, a prestação de serviços populares para a formação e educação em questões de higiene, saúde, nutrição, tratamento de doenças, cuidado com a água e o esgoto e a formação de mutirão para hortas comunitárias, construção de moradias e grupos alfabetizadores. |
| Mutirões nacionais | |
| Direcionamentos | Sugestões norteadoras |
| Alfabetização | ✓ Firmar parcerias entre as entidades que se dedicam à alfabetização, a exemplo do MEB, do MST e do Projeto Alfabetização Solidária, considerando-se o Método Paulo Freire de Alfabetização e o Método Dom Bosco de Alfabetização. |
| Criança na escola | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Fazer um levantamento de crianças que não frequentam a escola; ✓ Organizar a comunidade para possibilitar às crianças as necessárias condições para o estudo; ✓ Promover o apadrinhamento de escolas pobres de periferia; ✓ Ofertar local para estudo fora do horário escolar, porque, em muitas casas de pobres, não há condições para isso. |
| Monitoria de cursos | ✓ Promover cursos por rádio, TV e vídeo, em prol dos alunos e da comunidade local. |

Quadro 20 - Iniciativas propostas pela CF 1998

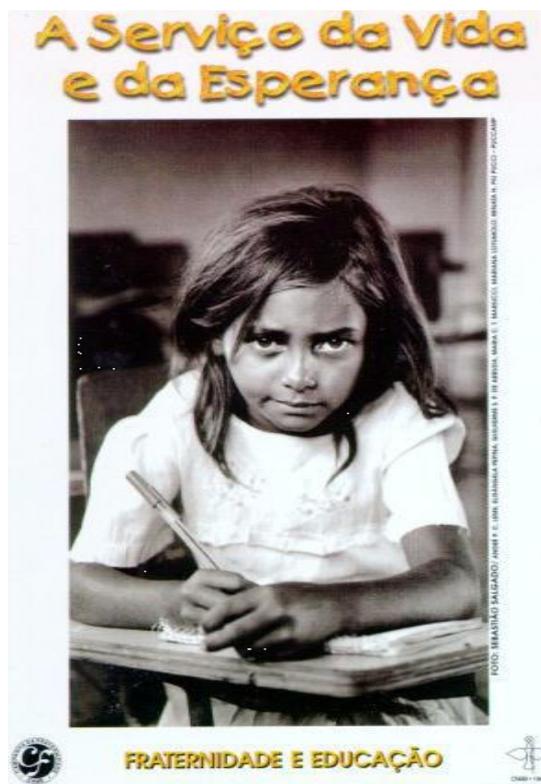
(conclusão)

| | |
|-----------------------------|--|
| Oficinas de trocas de saber | ✓ Incentivar a formação de Grupos Cooperativos, nos quais os que têm mais facilidade no aprender colaboram com os que sentem mais dificuldade, construindo juntos o processo de aprendizagem. |
| Economia solidária | ✓ Estimular as universidades, escolas, associações e empresas para que promovam, junto com os interessados, atividades de educação e qualificação profissional e gerencial, visando melhorar as condições do serviço ao povo. |
| Pastoral da educação | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Incentivar a educação libertadora, visando recuperar, no ser humano, a dignidade de sujeito e o exercício da cidadania; ✓ Apoiar as múltiplas formas de educação popular e os projetos de reeducação dos excluídos; ✓ Criar condições de participação, corresponsabilidade, intercâmbio e aprendizado, com ênfase para a liberdade, a cooperação, a acolhida ao diferente e ao apoio concreto aos mais necessitados. |

Fonte: adaptação da autora (2021).

A abordagem educacional influencia diretamente o nível de desenvolvimento do país; por essa razão, a temática ganhou significativa aderência no que se refere a dimensão social proposta por Sachs (2008). O tema, além de interferir no processo de escolarização, também atinge outras camadas sociais, o que vai se reverberar, sobretudo, na equidade de acesso aos recursos e serviços socioambientais. Percebeu-se, no texto-base, um apelo direcionado à publicização do Ensino Católico, das Escolas Católicas e da Educação evangelizadora; apesar desse fato, esse discurso não se sobrepôs às propostas mais universalizantes, que visaram, majoritariamente, interpelar a sociedade quanto à realidade educacional no país (Figura 12).

Figura 12 - Cartaz de divulgação da Campanha da Fraternidade do ano de 1998



Fonte: CNBB (2021).

4.1.1.13 “Dignidade humana e paz”/“Novo milênio sem exclusões” (2000)

A CF de número 13 (treze) abordou, com ênfase na exclusão social, a temática dignidade e paz. A escolha dessa temática foi motivada devido à necessidade de se edificar uma cultura de paz baseada na dignidade da pessoa humana. Devido ao frenético avanço técnico-científico-informacional, as desigualdades socioambientais foram se acentuando e parte significativa da população não conseguiu acompanhar/usufruir as bonanças advindas deste novo milênio, fato que colaborou com o gradativo aumento da exclusão social no país (SANTOS, 2008).

Esta foi a primeira campanha a ser realizada em formato ecumênico e contou com a colaboração das Igrejas vinculadas ao CONIC. Esse formato é realizado quinquenalmente. Em território brasileiro, quatro campanhas foram promovidas com a perspectiva ecumênica (as dos anos 2000, 2005, 2010 e 2016).

No ano 2000, as Igrejas-membro do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC) surpreenderam a opinião pública brasileira ao promoverem em conjunto uma CF. Elas se colocavam na contramão da competição cotidiana que caracteriza o anúncio do Evangelho no Brasil pelas diferentes denominações cristãs. Aquela foi entendida pelas Igrejas como uma

Campanha extraordinária [...]. A oferta da CNBB ensejou, porém, que as Igrejas cristãs no Brasil e a própria Igreja Católica experimentassem a possibilidade de uma nova ação evangelizadora não denominacional, mas ecumênica (CIPRIANI, 2005, p. 26).

A escolha do tema foi resultado de uma vasta consulta feita às Igrejas-membro do CONIC e a decisão final, tomada pela Comissão Ecumênica da Campanha, considerou, em comum acordo, a fidelidade ao projeto do Reino de Deus, as necessidades sociais, representadas pelas condições de vida da sociedade brasileira e o respeito ao tempo quaresmal. O texto-base, construído em parceria com as demais Igrejas Cristãs, buscou veementemente abordar a contínua articulação entre dignidade e paz, perspectivando a emancipação de uma sociedade sem exclusões, fossem estas de cunho social, cultural, econômico ou político. Nessa perspectiva, o documento buscou apresentar e discutir situações que fragilizam o convívio social. Dentre elas, a escravização de trabalhadores, a sujeição de crianças à prostituição e ao trabalho, a situação de exclusão vivenciada por moradores de rua, o genocídio dos povos indígenas, a escravidão dos povos negros, a discriminação da mulher e a xenofobia.

No decorrer das discussões, foram explicitadas ações que as Igrejas Cristãs já desenvolviam junto a comunidades que são vítimas dessas problemáticas, como a Ronda Social Metodista e a Congregação Presbiteriana de Andradina/SP (que distribuíam comida aos moradores de rua), a Pastoral da Criança (que prestavam assistência a crianças em situações de vulnerabilidade), a Pastoral Indigenista Anglicana (que mantinham trabalho direto com os povos indígenas), o Departamento de Diaconia da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) (que coordenavam inúmeras ações diaconais e sociais junto a pessoas portadoras de deficiência, terceira idade, crianças e adolescentes em situações de vulnerabilidade, saúde comunitária), a Coordenadoria Ecumênica de Serviços (que apoiava projetos de convivência digna no semiárido), a Cáritas Brasileiras (que mantinham o “Programa El Niño” de implantação de cisternas de placas para captação de águas das chuvas no semiárido baiano), dentre outras.

No texto-base, foram apresentadas propostas de ação visando integrar a sociedade a lutas já encabeçadas pelas Igrejas Cristãs, incentivando a criação, participação e funcionamentos de Conselhos Partidários municipais direcionados ao trabalho, à saúde e à educação, entusiasmando a criação de centros de acolhida para os menores que vivem em situação de risco, valorizando o trabalho social desenvolvido junto aos idosos, doentes e deficientes e o trabalho ecológico (como a conservação dos recursos naturais e do ambiente como um todo), fortalecendo iniciativas populares (cooperativas artesanais), apoiando as lutas

em prol da reforma agrária, promovendo estudos dos processos de comunicação mantidos pela sociedade e motivando a participação na luta por políticas democráticas.

Em relação às ações destinadas aos grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade, sugeriram-se as que seguem no Quadro 21:

Quadro 21 - Promovendo dignidade e direitos: estratégias de ação

| Estratégias pontuais | Ações |
|--------------------------------------|---|
| Em relação aos índios | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Apoiar a luta por leis que protejam a dignidade e os direitos (como o Estatuto dos Povos Indígenas) e que contemplem, de modo justo, as questões relativas à demarcação de terras, à exploração das riquezas, à saúde, à cultura, à educação; ✓ Incluir, no diálogo inter-religioso, as religiões tradicionais dos povos indígenas. |
| Em relação aos negros | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Denunciar todas as formas de discriminação, marginalização, racismo e injustiça contra a comunidade negra; ✓ Apoiar iniciativas de resgate da cidadania da população de rua, em que há expressiva presença do povo negro; ✓ Apoiar as organizações que existem nas Igrejas e que apoiam a luta do povo negro, a exemplo da Comissão Ecumênica Nacional de Combate ao Racismo, do Centro Ecumênico de Cultura Negra, da Comissão Nacional de Combate ao Racismo da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, dos Agentes Pastoral do Negro, do Grupo Atabaque, do Instituto do Pobre Negro Batista, dentre outras. |
| Em relação às questões de gênero | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Apoiar as organizações de luta em favor da dignidade da mulher: ONG's, núcleos de pesquisa, SOS-violência, dentre outras; ✓ Identificar e denunciar preconceitos contra a mulher nos diversos espaços de inclusão social. |
| Em relação às vítimas de preconceito | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Investigar atitudes em que a Igreja possa estar cometendo algum tipo de preconceito e buscar reverter o quadro; ✓ Policiar a linguagem utilizada ao se referir a grupos ou comunidades que possuem características diferentes das demais; ✓ Rever atitudes que possam estar infringindo a dignidade das etnias e de grupos sociais diferentes. |

Fonte: adaptação da autora (2021).

A integração do ecumenismo nesta campanha fez a Igreja Católica despertar no que se refere à necessidade de incluir, em suas pautas discursas, a colaboração de outras Igrejas Cristãs, pois os assuntos tratados nessa campanha são de interesse de toda a população brasileira. A iniciativa ecumênica também se reverberou em uma maior popularização das abordagens elencadas, havendo maior adesão a estas. Cada Igreja, dentro de sua estrutura organizacional, com base no respeito e no diálogo, pôde prestar sua parcela de contribuição. A construção de uma cultura baseada na paz e na dignidade humana se coaduna com a superação de todas as formas de injustiça (Figura 13). Essa é uma responsabilidade que exige

um denso exercício de fraternidade, solidariedade e justiça; só através desse esforço solidário, a sociedade poderá alcançar um nível aceitável de homogeneidade social.

Figura 13 - Cartaz de divulgação da Campanha da Fraternidade do ano de 2000



Fonte: CNBB (2021).

4.1.1.14 “Fraternidade e juventude”/“Eis-me aqui, envia-me! (Is 6,8)” (2013)

A CF de número 14 (quatorze) teve com foco central a juventude, propondo-se a investigar a realidade vivenciada pelos jovens, bem como as suas singularidades e potencialidades. A campanha também buscou entender os direcionamentos/perspectivas da juventude diante das mudanças sociais, culturais, ambientais, econômicas e políticas, especialmente em relação aos jovens que sofrem os impactos da exclusão social no país.

Com o desejo de mobilizar a Igreja e demais segmentos da sociedade, a campanha procurou se solidarizar com a juventude, incentivando sua inserção nos espaços, nos projetos e nas políticas públicas, encorajando-a a assumir seu papel na comunidade eclesial, nas comunidades sociais e na luta por uma sociedade que proporcione uma vida digna e justa a todos. Para isso, pontuou-se como necessária a inclusão dos jovens “[...] nas atividades pastorais, [oferecendo-lhes] canais de participação e envolvimento nas decisões [de cunho social, econômico, político], que possibilitem uma experiência autêntica de corresponsabilidade, de diálogo, de escuta e [de] envolvimento no processo de renovação contínua [...]” (CNBB, 2013, p. 8).

No desenrolar do texto-base, enfatizou-se que a formação de grupos destinados ao trabalho juvenil visava estabelecer um processo formativo no qual o protagonismo exercido pelos jovens em seus ambientes de interação social os encorajasse no exercício da solidariedade, da liberdade, do diálogo, da participação social e do respeito pelas culturas e

pela natureza. Partindo dessa premissa, observou-se que o envolvimento das juventudes nas discussões e engajamentos socioambientais corresponde a um espaço que vem ganhando representatividade, sobretudo por meio de iniciativas que enxergam nesse público uma fonte promissora de articulação e transformação social (GOIS, 2019). Pois,

[o]s jovens que crescem na cultura midiática acreditam firmemente que o planeta lhes pertence. Eles são mais sensíveis à ecologia, à comida e à bebida saudáveis para o futuro. Percebem que a ameaça à vida, à natureza, ao ecossistema pode gerar insegurança tanto para eles quanto para os seus futuros filhos. Querem viver em um mundo mais pacífico, mais tolerante e mais responsável. Por isso, estão se organizando, cada vez mais, por meio das redes sociais, para defender seus direitos, a natureza, a qualidade de vida das pessoas, e construir uma sociedade mais humana e solidária (CNBB, 2013, p. 21).

O texto-base enfatizou ainda que a juventude representa um público capaz de se inserir com criatividade e versatilidade nos mais diversos espaços sociais e que, graças ao advento dos artefatos tecnológicos, esse grupo já convive com a premissa de que existe um reconhecimento das questões socioambientais e a de que estas devem ser tratadas com responsabilidade e prudência. A aposta que a Igreja faz na juventude se reverbera na esperança de que “frutos novos” sintam o desejo de trabalhar a serviço de um projeto comunitário que vise o bem comum pois,

[h]oje, a **atuação social da juventude é bem diversificada**, pois o novo milênio trouxe novas temáticas, novas maneiras de se relacionar e de se organizar, com as novas tecnologias de informação e comunicação. As disposições éticas e as ações concretas dos jovens se realizam em diferentes espaços: esportivos, ambientalistas, religiosos, identitários, culturais, questionadores da globalização, redes sociais e outros (CNBB, 2013, p. 14, grifo nosso).

Apesar da fragilidade institucional e da ausência de políticas públicas de incentivo, a juventude tem buscado ser voz ativa, lutando e reivindicando pela execução dos direitos adquiridos. A Igreja enxerga essa ousadia como um fenômeno que não pode ser posto em segundo plano; devido a isso, o texto-base apresentou alguns subsídios direcionais para ações transformadoras, com os quais os jovens possam criar/integrar espaços colaborativos de transparência, de competência, de inovação e de engajamento, em prol da igualdade no acesso

aos serviços sociais, tendo como base a conversão pastoral⁵⁰, tais subsídios apresentam-se no Quadro 22, a seguir:

Quadro 22 - Subsídios norteadores para a juventude

| Subsídios | Ações |
|--|--|
| Recriar o sentido da existência e da realidade | ✓ Valorizar o esforço de cada um para descobrir o sentido da existência em seu próprio contexto, em diálogo com sua própria tradição e com as demais que venha a conhecer. |
| Recriar relações significativas com o Deus | ✓ Respeitar, por meio do diálogo e do serviço, as manifestações de fé dos não batizados e anunciar, pelo testemunho de comunhão, a graça de encontrar Jesus; Respeitar a liberdade de culto e os sinais sagrados de outras religiões. |
| Recriar as relações afetivas e a vida comunitária | ✓ Estender o serviço da caridade a todos os que se sentem marginalizados e isolados da vivência fraterna. |
| Recriar relações de gratuidade para uma postura afetivo-constructiva | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Superar o individualismo e a competição, que tolhem da sociedade a possibilidade de relações de gratuidade; ✓ Acolher os valores éticos que edificam e humanizam todos os âmbitos das relações pessoais e sociais. |
| Recriar as relações e o compromisso nesta mudança de época | ✓ Cuidar para que os relacionamentos virtuais não prejudiquem os encontros pessoais, nem sirvam para alienar e para isolar as pessoas. |
| Recriar o dinamismo de transformação da sociedade | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Protagonizar ações solidárias e perceber que abraçar causas as quais requerem empenho enobrece e alegra; ✓ Perceber as interpelações dos jovens que clamam pela inclusão social e pelo combate aos processos de marginalização; ✓ Promover ações contra o mundo das drogas, contra a violência crescente que vitima inúmeros jovens, contra os sofrimentos dos jovens indígenas, quilombolas, dos campos e das periferias. |
| Recriar relações de respeito e de integração com o meio ambiente | ✓ Adotar novo estilo de vida, orientado para o desenvolvimento integral de todos, e rever o atual padrão de consumo. |
| Recriar a razão para além da razão instrumental | ✓ Discernir ou julgar os âmbitos da realidade a partir da fraternidade e da justiça, para que sejam superados a indiferença e o conformismo com situações geradoras de sofrimento e morte. |

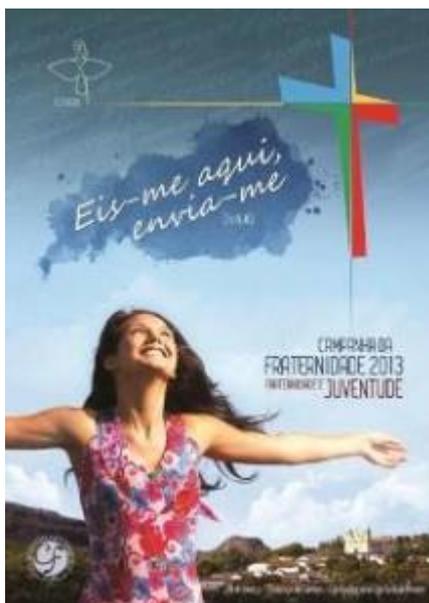
Fonte: adaptação da autora (2021).

Ao incluir os jovens no cerne das discussões socioambientais, evidencia-se que a Igreja começa a enxergar nesse público um engajamento direcionado não somente às discussões de cunho teológico, mas também a pautas mais plurais e integrativas, como justiça social, bem comum e dignidade humana; direcionamentos convergentes com a dimensão

⁵⁰ “A conversão pastoral é uma atitude de autoavaliação e de coragem para mudar as estruturas pastorais obsoletas da Igreja, para que ela seja, cada vez mais, geradora de discípulos missionários comprometidos com a vida de todos” (CNBB, 2011a, p. 26).

social proposta Sachs (2008). Um ponto que chamou a atenção no desenvolvimento desta campanha foi a fluida interpretação dos temas apresentados, fator que corroborou positivamente para a consolidação de um projeto de campanha menos ideológico e mais incluyente (Figura 14).

Figura 14 - Cartaz de divulgação da Campanha da Fraternidade do ano de 2013



Fonte: CNBB (2021).

4.1.2 A Dimensão Cultural

A segunda dimensão a ser analisada foi a cultural. De acordo com Sachs (2008, p. 85-86), a dimensão cultural,

[...] diz respeito às mudanças no interior da continuidade (equilíbrio entre respeito à tradição e inovação); capacidade de autonomia para a elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno (em oposição às cópias servis dos modelos alienígenas); e autoconfiança, combinada com abertura para o mundo.

Em convergência com esse conceito, foram elencadas 5 (cinco) CF's, as quais foram categorizadas considerando as abordagens inerentes aos critérios de sustentabilidade, conforme demonstrativo a seguir (Quadro 23).

Quadro 23 - Demonstrativo da categoria de abordagem da Dimensão Cultural referenciada nos textos-base das Campanhas da Fraternidade

| Categoria de abordagem | Campanhas da Fraternidade (tema e lema) |
|------------------------|---|
| CULTURAL | 15. “A fraternidade e o negro”/“Ouvi o clamor deste povo” (1988) |
| | 16. “A fraternidade e a mulher”/“Mulher e Homem: Imagem de Deus” (1990) |
| | 17. “Fraternidade e povos indígenas”/“Por uma terra sem males” (2002) |
| | 18. “Fraternidade e Amazônia”/“Vida e missão neste chão” (2007) |
| | 19. “Fraternidade e vida: dom e compromisso”/“Viu, sentiu compaixão e cuidou dele” (2020) |

Fonte: adaptação da autora (2021).

4.1.2.1 “A fraternidade e o negro”/“Ouvi o clamor deste povo” (1988)

A CF de número 14 (quatorze) foi motivada em decorrência da comemoração do centenário da abolição legal do trabalho escravo no Brasil. Segundo o texto-base, a Igreja se dispôs a abordar o tema, que, por razões históricas, tornou-se completo e polêmico, sobretudo por considerar que, em determinado período da história, a própria Igreja se manteve aquém da situação vivida pelo povo negro. A CNBB (1988, p. 5) comenta que “[a] consciência e denúncia dessa situação são indispensáveis para a conversão e conseqüente mudança efetiva de nossas atitudes e para necessária transformação social”.

A primeira parte do texto-base foi destinada a um levantamento histórico – nacional, qualitativo e quantitativo – referente à população negra, apresentando a situação socioeconômica (discriminação, trabalho, remuneração, o lugar do negro na pirâmide social, a ideologia do branqueamento), a situação de escolaridade e cultura (educação e desigualdade social, preconceito, discriminação, meios de comunicação e exclusão digital) e as situações específicas (o drama do menor negro e das mulheres negras e as marcas da escravidão na família).

Também foram abordados temas considerados polêmicos, como a “Igreja e a escravidão”. Na sessão destinada a esse tema, reconhece-se que a sociedade tem lidado com a desigualdade, com a opressão, com o preconceito e com a discriminação e que tais assuntos também se reverberam na história da própria Igreja⁵¹, “[...] é preciso reconhecer que, não

⁵¹ “Em 1452, o Papa Nicolau V escrevia ao Rei e Portugal: “nôs lhe outorgamos, pelos presentes documentos, com nossa autoridade apostólica, plena e livre permissão de invadir, capturar e subjugar os sarracenos e pagãos e qualquer outro incrédulo ou inimigo de Cristo, onde quer que seja, como também seus reinos, ducados, condados, principados e outras propriedades e reduzir essas pessoas à escravidão perpétua” (CNBB, 1988, p. 28).

obstante as vozes proféticas e a despeito das boas intenções subjetivas, a Igreja, em geral, desempenhou nas Américas um papel que implicava na legitimação da colonização e de suas práticas, entre as quais a escravidão” (CNBB, 1988, p. 28).

No texto-base, é explicitado que, no período em que os cristãos, os espanhóis e os portugueses, deram início ao processo de escravização dos indígenas americanos, o Frei Antônio de Montesinos, Bartolomeu de las Casas e o Bispo Antônio de Valdivieso (na América Espanhola), os Padres Manoel da Nóbrega, José de Anchieta e Antônio Vieira (na América Portuguesa) e tantos outros reivindicaram em defesa da liberdade dos povos indígenas. Nessa direção, pontuou-se que o desenvolvimento desta campanha foi oportuno, principalmente no sentido de convocar a Igreja e os cristãos a reverem suas abordagens com relação ao povo negro, marcado por um histórico de injúrias e explorações (CNBB, 1988).

Na última parte do texto-base, são apresentadas motivações para o desenvolvimento de ações concretas, com base em uma perspectiva libertadora, fundamentada na conversão, na justiça e na fraternidade, como se pode observar no Quadro 24, a seguir:

Quadro 24 - Critérios evangélicos para uma ação libertadora

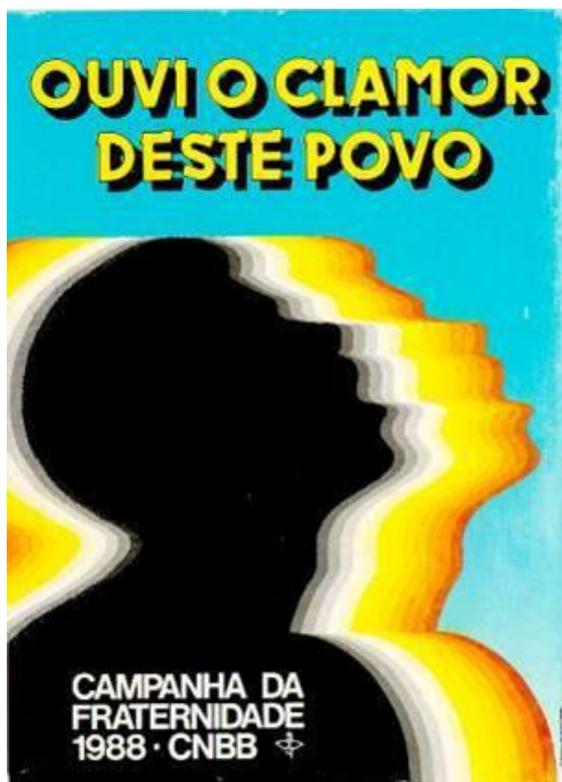
| Motivações para agir | |
|--|--|
| Conversão da mentalidade escravista | Reconhecer os direitos dos negros e lutar pelo reconhecimento de sua dignidade, de sua cultura e de sua contribuição na formação do Brasil; Superar os resíduos de uma mentalidade escravocrata, preconceituosa e racista. |
| Valorizar a mensagem bíblica da libertação | Valorizar a força da mensagem bíblica da plena libertação, que perpassa toda a Escritura. |
| A opção pelos pobres | Colaborar com a luta pela superação das sequelas da escravidão, entre as quais o racismo e a marginalização do negro no Brasil. |
| Assumir a ótica os pobres | Apoiar uma Igreja que incentive ações pastorais e reflexões teológicas baseadas na superação da opressão, do racismo, da discriminação e da pobreza em que se encontra a população negra e os demais marginalizados. |
| Sugestões de ação | |
| Ações de índole da Igreja | Reconhecer, por parte da Igreja, o pecado histórico e pedir perdão ao povo negro pela escravidão praticada, consentida ou não denunciada, e pela discriminação do negro no seio da Igreja; Denunciar as consequências do passado escravista, que se manifestam, ainda hoje, nas discriminações, na marginalização de tantos negros, no racismo e nas injustiças; Abrir espaços, na Igreja, para os grupos negros; Investir na preparação e liberação de pessoal especializado para uma pastoral específica junto à comunidade negra; Procurar prestar apoio à pesquisa e outros trabalhos ligados ao mundo negro brasileiro (identidade, cultura, religião, história, teologia, sociologia); Encontrar espaço para expressar as diversidades culturais na oração e nas celebrações: canto, gestos, ritmo, instrumentos musicais, danças; Impulsionar o diálogo religioso com os cultos afro-brasileiros: candomblé, umbanda, e outras manifestações religiosas; Direcionar a coleta da CF-88 para a promoção de membros da comunidade negra que estão em situação de absoluta miséria, para as associações dedicadas à promoção da comunidade negra e para as entidades que se dedicam ao resgate da cultura e da identidade negro-brasileiras. |
| Ações de caráter social | Lutar por profundas mudanças sociais que possibilitem aos negros a tão buscada libertação, prometida com a Lei Áurea, mas não devidamente realizada; Promover um processo de revisão de atitudes e linguagem preconceituosas, e muitas vezes ofensivas, relacionadas às etnias e grupos sociais diferentes: negros, judeus, ciganos, membros de outras religiões; Oferecer oportunidade para resgatar a verdadeira contribuição dada pelas diversas etnias na formação e desenvolvimento da sociedade brasileira; Promover a solidariedade para com os negros perseguidos, torturados e marginalizados em outros países. |

Fonte: adaptação da autora (2021).

As considerações propostas nesta CF apresentaram-se como uma significativa iniciativa dialógica entre Igreja e cultura negra. Ao tempo que foi espaço para a Igreja reavaliar sua posição histórica em relação aos negros, a CF do ano de 1988 representou um importante gesto concreto de solidariedade para com a comunidade negra em sua luta

libertária, aproximando-se, dessa maneira, com maior propriedade, das aspirações propostas pela dimensão cultural apresentada por Sachs (2008), sobretudo ao considerar as mudanças internas das comunidades e o respeito às diversas tradições (Figura 15).

Figura 15 - Cartaz de divulgação da Campanha da Fraternidade do ano de 1988



Fonte: CNBB (2021).

4.1.2.2 “A fraternidade e a mulher”/“Mulher e Homem: Imagem de Deus” (1990)

A CF de número 15 (quinze) abordou como temática a desigualdade entre os gêneros. Apesar de ser um tema relativamente antigo, a década de noventa⁵² representou um marco para a discussão desse assunto, que, paulatinamente, começou a ser inserido no contexto social, marcado pelo androcentrismo e pela misoginia, no qual as mulheres são discriminadas e privadas de seus direitos. Nessa direção, a Igreja aponta a CF com um importante instrumento de combate à discriminação feminina.

⁵² “A década de 1990, por sua vez, foi o momento da realização das Conferências e Encontros Internacionais que fortaleceram os movimentos feministas e de mulheres, possibilitando a articulação internacional para as mobilizações voltadas para a garantia de direitos, assim como estabelecendo outras estratégias de incidência política junto ao Estado, como a assinatura de compromissos internacionais” (OLIVEIRA, 2017, p. 628).

A mulher é vista a partir dos interesses do homem e está a serviço dele. Muitas vezes, a mulher aceita inconscientemente esses padrões. Assimila esta ideologia e a transmite às novas gerações, perpetuando assim a situação. Na Igreja a situação não é muito diferente. Também nela se esqueceu, por vezes, a igual dignidade da mulher com relação ao homem (CNBB, 1990, p. 5).

O texto-base apresentou, em sua primeira parte, uma consolidada construção histórica acerca da evolução dos movimentos femininos ocorridos no mundo e no Brasil. Dentre as principais temáticas, abordaram-se o Dia Internacional da Mulher, o movimento feminista, os direitos civis, o incentivo às reivindicações e a legitimação destas, as lutas da mulher brasileira, a inserção da mulher negra e da mulher indígena na luta por direitos, a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, as antigas formas de dominação e a participação da mulher na Igreja da América Latina, nas Igrejas cristãs, no Conselho Mundial de Igrejas (CMI), no judaísmo, no trabalho, na educação, na cultura e na arte, na política e nos meios de comunicação.

Ao considerar que a libertação da mulher num contexto marcado por ideologias discriminatórias exige profundas mudanças de ordem social, ideológica, política, estrutural e institucional e que isso só será possível em detrimento de um esforço comunitário de conversão e de transformação social, foram apresentadas, no texto-base, as seguintes sugestões:

Incentivar e assegurar espaço para que as mulheres se reúnam, tomem consciência e debatam a discriminação e dominação sustentadas pelo sistema sócio-econômico-político-cultural.

Envolver os homens nestes debates para que eles próprios tomem consciência do sistema, que é, muitas vezes, alimentado e cultivado pela mentalidade masculinizante.

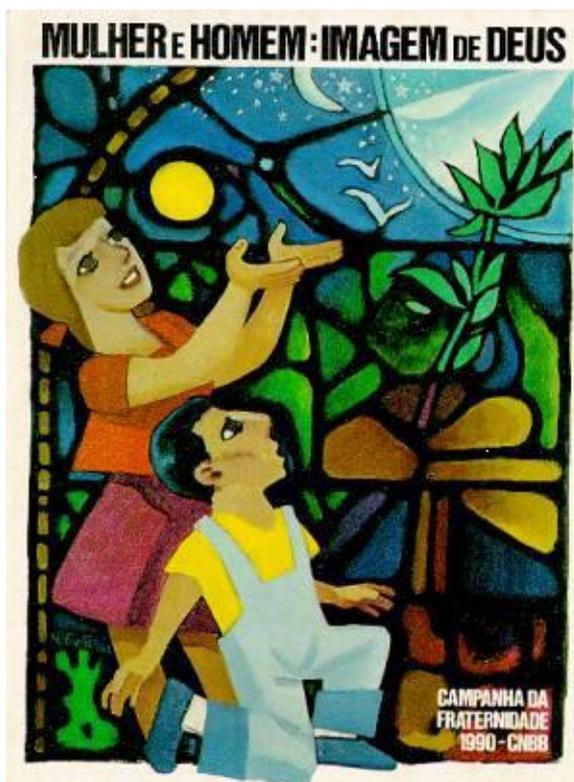
Promover debates, grupos de estudo e mesas-redondas para que a mulher e o homem descubram e organizem juntos uma sociedade igualitária, sem discriminação, sem dominação e com respeito mútuo.

Promover palestras e debates com Agentes de Pastoral e lideranças da Igreja para reverem se em sua atuação pastoral existe discriminação, dominação ou verdadeira reciprocidade mulher-homem (CNBB, 1990, p. 108).

Nessa conjuntura, notou-se que a Igreja Católica, por meio da CF de 1990, conseguiu elaborar um discurso profícuo em relação às questões de gênero; para adentrar nessa ceara, a Igreja precisou se desvencilhar de uma forte ideologia androcêntrica, apoiada, anteriormente, pelo próprio Direito Canônico. Essa tomada de decisão representou um avanço para a Igreja e para os cristãos, principalmente por apresentar caminhos capazes de transformar um pensamento marcado pela inferiorização da mulher, visando suscitar uma cultura de respeito

equiparado para ambos os gêneros, a qual considere que os homens já possuem suas funções estabelecidas no seio social e as mulheres também devem assumir seu papel dentro dessa conjuntura social que vem sendo gestada (SACHS, 2008; CNBB, 1990) (Figura 16).

Figura 16 - Cartaz de divulgação da Campanha da Fraternidade do ano de 1990



Fonte: CNBB (2021).

4.1.2.3 “Fraternidade e povos indígenas”/“Por uma terra sem males” (2002)

A CF de número 16 (dezesseis) visou refletir a realidade dos povos indígenas junto a organizações governamentais e a sociedade, perspectivando, por intermédio de práticas/ações solidárias, resgatar a dívida social relacionada à discriminação e à marginalização sofridas pela comunidade indigenista brasileira. O grande desafio desta campanha estava na necessidade de se edificar uma sociedade na qual todos os indivíduos fossem igualmente respeitados em seus direitos e possuíssem condições de vida dignas e adequadas aos seus valores, costumes, línguas, crenças, culturas e tradições.

O texto-base apresenta alguns dados históricos acerca da comunidade indígena no Brasil, como sua estrutura organizacional (social, política, econômica, ambiental), as inúmeras violências sofridas desde o período colonial (genocídio, escravização, destruição da

religiosidade, da economia, da política, exclusão social) e o modo como a voz da Igreja tem interferido na discussão indigenista. Apesar de a Igreja ter se mostrado receptiva a causa indígena no Brasil, faz-se necessário explicar que “[...] no passado, apesar de os missionários defenderem os índios, houve [por parte da Igreja] o apoio à colonização, houve também gritantes ambiguidades que permitiram o apoio à colonização, com suas consequências” (CNBB, 2001a, p. 14).

No decorrer dos séculos, alguns missionários, alinhados à causa dos indígenas, lutaram efetivamente em favor desses povos, reivindicando suas terras, apoiando o movimento indigenista, fortalecendo alianças em defesa da vida, entusiasmando a formação de grupos a serviço da autonomia dos povos indígenas, estabelecendo com tais grupos um diálogo profícuo intercultural e inter-religioso, dentre outras ações. Com base nessas experiências, esta CF também buscou ampliar conhecimentos acerca do modo de vida dos povos indígenas, envolvendo as comunidades eclesiais na luta pela justa demarcação das terras indígenas, criando uma rede de aliados para exigir das autoridades responsáveis a proteção das terras, refletindo sobre os preconceitos que marginalizam e inferiorizam as comunidades indígenas, criando subsídios para minimizar esta problemática e convidando outras Igrejas a participarem desse movimento, a fim de fortalecer a luta.

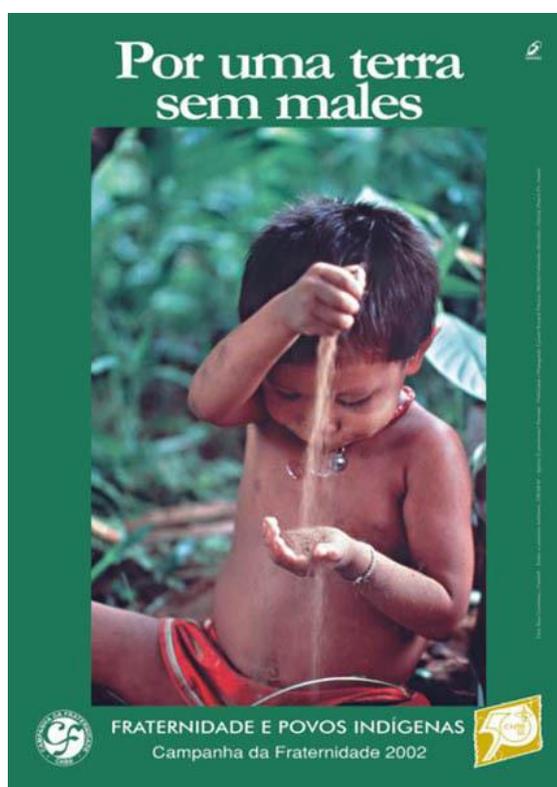
Com o Concílio Vaticano II e a Conferência de Medellín, a linha missionária ganhou um novo impulso. A partir de então, engajou-se na realidade dos excluídos e marginalizados, assumindo um compromisso de defesa e promoção da dignidade humana e de denúncia de injustiças. Moviada por esse novo sentido de missão, a Igreja reorientou sua ação para os povos indígenas, assumindo um verdadeiro mutirão em defesa da vida (CNBB, 2001a, p. 26).

Uma parte da discussão também foi destinada ao enaltecimento da terra e sua importância para a comunidade indígena, objetivando apresentar para os cristãos o quanto a cultura desses povos interfere positivamente na qualidade/manutenção/conservação das diversas formas de vida, pois “[...] A verdadeira sustentabilidade planetária depende de mudanças profundas na concepção de homem e de natureza [e a] lógica indígena [...] considera a vida na [sua] integralidade [...]” (CNBB, 2001a, p. 50). Ao considerar uma concepção de vida integral, baseada nos preceitos indígenas, a CF apostou na edificação de um estilo de vida integral (coletivo e solidário), baseado na justiça, na solidariedade, na fraternidade, no respeito e na diversidade de povos e de culturas. Esse ideal vai se reverberar na necessidade de se articular um projeto integrador que vise a legitimação das relações fraternas, presentes

nas comunidades, na sociedade, na Igreja, perspectivando a construção de uma sociedade onde os direitos à vida sejam efetivamente garantidos (SACHS, 2008).

Considera-se também que esta campanha apresentou uma proposta temática de significativa relevância social, animando a sociedade a refletir acerca das injustiças sociais e culturais acometidas à população indígena no Brasil (Figura 17). Vale ressaltar ainda que a luta em prol das comunidades indígenas também foi abraçada pela Constituição Brasileira⁵³, que, em seu artigo 231, estabelece a defesa dos costumes, da cultura, das tradições e dos direitos conquistados sobre os territórios ocupados (CNBB, 2001a; NANDI, 2015).

Figura 17 - Cartaz de divulgação da Campanha da Fraternidade do ano de 2002



Fonte: CNBB (2021).

4.1.2.4 “Fraternidade e Amazônia”/“Vida e missão neste chão” (2007)

A CF de número 17 (dezessete) teve como foco as representações socioculturais dos povos amazônicos. O debate buscou refletir sobre a então atual situação do bioma⁵⁴, que

⁵³ Cf. Artigo 231 da Constituição Federal Brasileira de 1988. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/noticias/2017/abril/constituicao-consagra-direito-indigena-de-manter-terras-modo-de-vida-e-tradicoes>. Acesso em: 7 abr. 2020.

⁵⁴ De acordo com Coutinho (2006, p. 18), entende-se como bioma “[...] uma área do espaço geográfico, com dimensões de até mais de um milhão de quilômetros quadrados, que tem por

vinha (e ainda vem) sendo alvo de intensa devastação e exploração. A escolha dessa temática foi motivada pela intensificação da exploração socioambiental na região. De acordo com Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), no ano de 2007, o número de queimadas na Amazônia Legal brasileira havia aumentado consideravelmente, cerca de 96% em comparação ao mesmo período em 2006 (WWF-BRASIL, 2007), fato que chamou a atenção de órgãos públicos e privados, de ativistas ambientais, de organizações não governamentais e também da Igreja Católica.

A campanha se apresentou com um convite para que cristãos e não cristãos se sensibilizassem quanto à situação de degradação da região amazônica e repensassem sobre como o modelo de desenvolvimento econômico vigente vinha interferindo na qualidade de vida da floresta e, conseqüentemente, dos grupos populacionais brasileiros. Diante dessa constatação, a Igreja se ancora na premissa de que todos “[...] precisam converter-se a um estilo de vida baseado na simplicidade e na sobriedade, no respeito e no cuidado para com a natureza, na valorização do outro como parte imperativa da sua existência no presente e no das gerações futuras” (CNBB, 2006, p. 13).

O texto-base abarcou um consolidado contexto histórico acerca da estrutura organizacional do território amazônico, abordando, sobretudo, aspectos socioculturais dos grupos populacionais (povos indígenas, povos afrodescendentes, ribeirinhos, quilombolas), biológicos (com destaque para a rica biodiversidade) e econômicos (disputas territoriais, desmatamento para o agronegócio, queimadas, tráfico de madeira, de animais e de plantas, mineração, exploração de carvão vegetal, programa energético, uso da água, internacionalização, militarização, narcotráfico, dentre outros).

O documento também colocou em evidência o contexto histórico acerca da presença da Igreja Católica na região da Amazônia, presença essa marcada por inúmeras complexidades econômicas, políticas e culturais. Porém, as constatações apresentaram uma versão relativamente pacífica quanto à intervenção das missões religiosas no território amazonense. Em relação a esse período, Bastone e Reis (2018, n.p.) comentam:

características a uniformidade de um macroclima definido, de uma determinada fitofisionomia ou formação vegetal, de uma fauna e outros organismos vivos associados, e de outras condições ambientais, como a altitude, o solo, alagamentos, o fogo, a salinidade, entre outros. Estas características todas lhe conferem uma estrutura e uma funcionalidade peculiares, uma ecologia própria”.

A orientação das ordens religiosas era que aldeassem⁵⁵ os indígenas, que viviam geralmente dispersos pelo vasto território, para melhor evangelizá-los, e para também evitar a possível influência das “heresias do protestantismo” representados pelos holandeses e ingleses que frequentavam a região amazônica.

Bastone e Reis (2018) ainda reiteram que os próprios Jesuítas acabaram colocando suas tarefas evangelizadoras de lado, em detrimento das vantagens comerciais, o que acabou acentuando suas pretensões políticas. Com isso, as reformas pombalinas⁵⁶, lideradas por Mendonça Furtado (nomeado governador e capitão-general do Grão-Pará em 1751), encabeçaram a expulsão dos Jesuítas da Amazônia. Como consequência, a medida provoca uma descontínua participação dos padres no que tange à implementação do catolicismo oficial, corroborando com a expansão de uma rica diversidade religiosa popular.

Quando a Igreja Católica, paulatinamente, vai se desvencilhando do poder exercido pela monarquia brasileira, a abordagem em relação ao povo amazônico modifica. Com a fundação da CNBB (1952), houve uma tentativa de fortalecimento missionário em favor da promoção humana das populações amazonenses. O Concílio Vaticano II também demonstrou interesse em unificar os laços desta região com as demais regiões do Brasil. No ano de 1972, foi fundado o CIMI, o Instituto de Pastoral Regional (IPAR), o Centro de Estudos do Comportamento Humano (Cenesch), o Projeto Igrejas-Irmãs e, em 1975, a CPT (CNBB, 2006).

No texto-base, também foram apresentados alguns subsídios elucidativos, visando ampliar o conhecimento acerca do contexto histórico e simbólico dos povos amazônicos; dentre os quais, estão: a criação – nas paróquias, nas escolas e em diversos grupos – de espaços de divulgação da realidade Amazônica; o incentivo à inserção da temática Amazônia como eixo transversal do currículo escolar; o apoio a denúncias de agressões à vida e aos povos amazonenses; o apoio ao trabalho solidário das ONG’s e das Pastorais Sociais que ajudam a compreender melhor a realidades desses povos; a viabilização de projetos

⁵⁵ “Este método missionário, aplicado pela primeira vez no início do século XVI, durante a colonização castelhana das ilhas caribenhas e do litoral mesoamericano, era o mais difundido em toda a época colonial” (ARENZ; VASCONCELOS, 2014, p. 170).

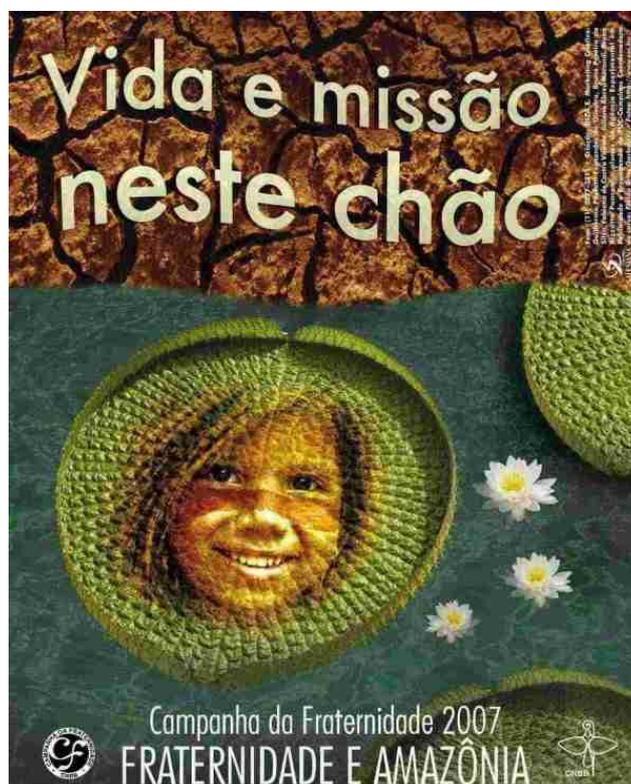
⁵⁶ “Além de reordenamentos econômicos e administrativos, ela [a Reforma Pombalina] implicou também em mudanças educacionais para Portugal e suas colônias. Especificamente no Brasil, a Reforma Pombalina atuou junto à reformulação dos serviços públicos e do combate à sonegação fiscal. Sua preocupação orientava-se no sentido de proporcionar um senso de unidade à colônia brasileira. No que diz respeito à organização educacional no Brasil, ela caiu como uma bomba, desmantelando o trabalho que vinha sendo desenvolvido há dois séculos pelos jesuítas” (SHIGUINOV NETO; STRIEDER; SILVA, 2019, p. 119).

específicos para a Amazônia que estivessem em harmonia com o meio ambiente e com as culturas locais; o fortalecimento de iniciativas de economia popular e solidária.

Apesar disso, em alguns trechos, a campanha acabou apresentando uma visão romantizada em relação à ocupação missionária, como afirma Oler (2009): a Igreja Católica empenhou esforços para denunciar situações de injustiças sociais na Amazônia, porém, “[...] quando tratou das questões ambientais [na região amazônica], usou um discurso romântico e antropocêntrico, seguindo as diretrizes da tradição judaico-cristã” (OLER, 2009, p. 107). A autora sinalizou ainda que as Igrejas e seus representantes religiosos precisam fazer uma autocrítica, reconhecendo que a teologia judaico-cristã ainda carrega as marcas do antropocentrismo; pois, só através desse reconhecimento, será possível sensibilizar os fiéis, de modo que, vivenciando uma “hermenêutica ecológica de textos bíblicos” (OLER, 2009, p. 107), possa-se promover uma efetiva práxis socioambiental (Figura 18).

Nessa perspectiva, observou-se que esta campanha poderia ter apresentado um direcionamento sociocultural mais dialógico e efetivo frente à necessidade de se elaborar um projeto nacional integral voltado para valores e as culturas amazônicas (SACHS, 2008).

Figura 18 - Cartaz de divulgação da Campanha da Fraternidade do ano de 2007



Fonte: CNBB (2021).

4.1.2.5 “Fraternidade e vida: dom e compromisso”/“Viu, sentiu compaixão e cuidou dele” (2020)

Na CF de número 18 (dezoito) os cristãos foram convidados a olhar a vida sob a ótica da transversalidade, considerando as diversas dimensões da existência: pessoal, comunitária, social e ecológica. O sentido dessa abordagem temática apoiou-se na premissa “ver, solidarizar-se e cuidar” (CNBB, 2019b, p. 8). A discussão ganhou aderência em decorrência da necessidade de sensibilizar os cristãos e as pessoas de boa vontade numa sociedade marcada pela indiferença, pelo individualismo, pelo consumismo e pela falta de empatia – um chamado a vencer, por intermédio da solidariedade e da fraternidade mútua, aquilo que o Papa Francisco denominou “globalização da indiferença”.

O texto-base parte da ideia de que o olhar da indiferença tem gerado ameaça às diversas formas de vida. Com base em dados de órgãos (público e privados) o texto se concentrou em apresentar, quantitativa e qualitativamente, informações acerca dos inúmeros problemas que têm assolado o povo brasileiro, sobretudo os grupos populacionais que se encontram em situação de vulnerabilidade, como os migrantes refugiados, as vítimas do feminicídio, os desempregados, os excluídos pelos analfabetismos funcional e digital, os moradores de rua, os indígenas e afro-americanos, os agricultores sem-terra, dentre outros. A CNBB (2019b, p. 34) explica que

[tem-se] assistido uma transformação na concepção do próprio Estado, cujas preocupações parecem estar mais voltadas para o aspecto econômico do que para o cuidado com as pessoas [...]. Contudo, é preciso indagar: o que dizer às vítimas de hoje? Elas podem ser sacrificadas em nome de um progresso que um dia poderá vir? O Estado tem indispensavelmente uma função social. Essa função tem que ser cumprida no hoje da história, com um efetivo equilíbrio entre as questões [socioambientais].

Mais adiante, o texto-base levantou questionamentos acerca do modo como o homem tem se apropriado dos recursos naturais e como essa forma de apropriação tem interferido negativamente na qualidade de vida da natureza e, conseqüentemente, da espécie humana. A abordagem considerou a necessidade de buscar soluções integrais para os problemas que afetam as diversas formas de vida: “[...] as diretrizes para a solução requerem uma abordagem integral para combater a pobreza, devolver a dignidade aos excluídos e, simultaneamente, cuidar da natureza” (FRANCISCO, 2015, p. 114).

Nesse contexto, comentou-se que o progresso autêntico só pode ser considerado caso se reverbere na qualidade de vida dos seres. Quando essa premissa não é considerada, a humanidade é surpreendida por desarranjos naturais que irão comprometer veementemente o

desenvolvimento humanitário; por exemplo, “[...] tanto a extinção de espécies quanto os desequilíbrios climáticos apresentam forte ligação com a exploração desordenada e com o aumento da poluição” (CNBB, 2019b, p. 36). Não sendo isso o bastante, o meio ambiente ainda é apontado como vítima da mineração desordenada, do agronegócio, da comercialização e utilização de agrotóxicos, da poluição dos cursos fluviais. Interferências que têm andado na contramão do que rege o conceito de desenvolvimento sustentável.

Perspectivando fortalecer a cultura do encontro, da fraternidade, da solidariedade e da superação da indiferença, a CF do ano de 2020 apresentou algumas ações objetivando inspirar ações colaborativas (individuais e coletivas) que se reverberassem no projeto de desenvolvimento integral da sociedade, conforme o Quadro 25, a seguir:

Quadro 25 - Gestos concretos e ações de fraternidade

(continua)

| Ações | Estratégias |
|--------------------|--|
| Criar oportunidade | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Promover diálogo ecumênico e inter-religioso com organizações públicas e privadas; ✓ Ampliar o diálogo e melhorar a presença pública da Igreja na sociedade, estimulando leigos e leigas a se engajarem nos organismos de defesa dos direitos; ✓ Aproveitar as festas eclesiais para expressar o sentido da corresponsabilidade (romaria das águas e da terra, grito dos excluídos); ✓ Valorizar datas importantes (Dia Internacional da Mulher, o do Migrante, o da Ecologia, o do Meio Ambiente), visando a formação de uma consciência marcada pela fraternidade e pelo mútuo cuidado. |
| Se envolver | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Estabelecer parcerias com comunidades escolares, visando a formação a partir do resgate dos valores humanos; ✓ Promover rodas de conversas sobre temas ligados à realidade local de cada cidade; ✓ Participar, junto com outros organismos da sociedade civil, das iniciativas voltadas para a Ecologia Integral; ✓ Estabelecer diálogo com o poder público e entidades da sociedade civil, visando a promoção e valorização da agricultura familiar e das cooperativas em seus mais diversos âmbitos. |
| Acompanhar | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Estabelecer programas de visitas missionárias a regiões desassistidas pastoralmente, expressando, com isso, o cuidado da Igreja com todas as pessoas, estejam elas onde estiverem; ✓ Potencializar o acompanhamento dos processos de engajamento e incidência das lideranças nos espaços sociais e políticos de mobilização social, políticas públicas e controle social. |
| Frutificar | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Redescobrir a esperança como força agregadora de sentido à vida, para que, dessa forma, os leigos e leigas não se isentem da participação social e política, sendo canais de diálogo em tempos de radicalizações. |

Quadro 25 - Gestos concretos e ações de fraternidade

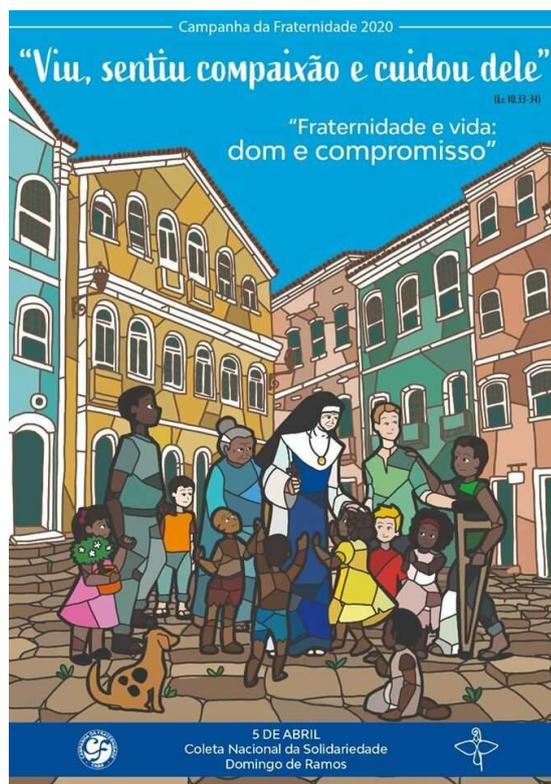
(conclusão)

| | |
|----------|--|
| Acolher | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Organizar espaços de acolhida, casas pró-vida, lugares de escuta e apoio à vida; ✓ Criar centros de escuta e programas de prevenção ao suicídio; ✓ Ampliar o serviço e a escuta aos pobres, implementando a ideia de construção de casas de apoio, proporcionando alternativas de superação da pobreza; ✓ Acolher os fragilizados em espaços de solidariedade e misericórdia. |
| Proteger | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Formar redes de proteção, criar e estabelecer casas pró-vida, com equipes multidisciplinares das áreas da medicina e enfermagem, bem como com agentes de pastoral que possam apoiar famílias em situação de vulnerabilidade. |
| Promover | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Assumir um compromisso radical com a justiça e a solidariedade; ✓ Eliminar todo tipo de exclusão social; ✓ Respeitar a vida das diversas culturas e das diversas etnias. |
| Integrar | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Prevenir o feminicídio; ✓ Criar espaços de defesa e de promoção da vida dos povos negros e indígenas, dos sem-teto e daqueles sem condições de sobrevivência; ✓ Cuidar dos bens naturais, dos mais pobres, dos povos tradicionais, da qualidade de vida humana, da ecologia, das riquezas culturais, naturais e ambientais da humanidade e da justiça entre as gerações; ✓ Despertar para a necessidade de uma legislação ambiental que tenha como base o princípio da ecologia integral. |

Fonte: adaptação da autora (2021).

Esta foi uma das CF's que mais conseguiram se adequar à dimensão cultural proposta por Sachs (2008). Ao considerar, numa perspectiva integral, a importância de valorizar as diversas formas de vida, a campanha foi, paulatinamente, abrindo espaço para o reconhecimento de que o ser humano não está sozinho, de que esta Casa Comum representa um organismo vivo, dotado das distintas e diversas especificidades socioambientais e sedento por uma práxis baseada no respeito entre as culturas, na busca por um ideal de integração equitativa e na autoconfiança solidária (Figura 19). Porém, devido ao surto pandêmico (Covid-19) e, pois, à necessidade de reestrutura organizacional dos movimentos e pastorais da Igreja Católica, as discussões propostas para a campanha não repercutiram de maneira uníssona.

Figura 19 - Cartaz de divulgação da Campanha da Fraternidade do ano de 2020



Fonte: CNBB (2021).

4.1.3 A Dimensão Ecológica

A terceira dimensão a ser analisada foi a ecológica. De acordo com Sachs (2008, p. 86), a dimensão ecológica está “[...] relacionada à preservação do potencial do capital natural na sua produção de recursos renováveis e à limitação do uso dos recursos não renováveis”.

Em convergência com esse conceito, foram elencadas 3 (três) Campanhas da Fraternidade, as quais foram categorizadas considerando os critérios de sustentabilidade, conforme demonstrativo a seguir (Quadro 26).

Quadro 26 - Demonstrativo da categoria de abordagem da Dimensão Ecológica referenciada nos textos-base das Campanhas da Fraternidade

| Categoria de abordagem | Campanhas da Fraternidade (tema e lema) |
|------------------------|--|
| ECOLÓGICA | 20. “Preserve o que é de todos”/“Preserve o que é de todos” (1979) |
| | 21. “Fraternidade e a Vida no Planeta”/“A criação geme em dores de parto (Rm 8,22)” (2011) |
| | 22. “Casa Comum, nossa responsabilidade”/“Quero ver o direito brotar como fonte e correr a justiça qual riacho que não seca” (2016)* |

*CFE.

Fonte: adaptação da autora (2021).

4.1.3.1 “Por um mundo mais humano”/“Preserve o que é de todos” (1979)

A CF de número 19 (dezenove) abordou um dos assuntos que, à época, 1979, acabou gerando significativas repercussões: a preservação/conservação do meio ambiente. A década de setenta foi marcada por uma série de acontecimentos que puseram em evidência o modelo de desenvolvimento econômico, o que acabou despertando inúmeras discussões, advindas de órgãos das mais diversas representatividades, entre eles, a sociedade civil organizada, órgãos governamentais e não governamentais, comunidade acadêmica, bem como instituições de cunho religioso, as quais, paulatinamente, começaram a entender que esse modo de desenvolvimento afetaria diretamente não só a natureza, mas também a sobrevivência humana.

Esta campanha foi a primeira a abordar (diretamente) a temática “ecologia”, que, supostamente, não se incluía nos assuntos de interesse da Igreja. Apesar do pioneirismo, o texto-base apresentou um embasamento teórico muito consolidado, antecedido por uma vasta bibliografia de cunho ecológico, incluindo textos bíblicos, encíclicas, discursos papais em eventos de repercussão internacional, livros, textos referentes à legislação brasileira e documentos ligados a organismos e entidades em defesa do meio ambiente, estas tanto nacionais quanto internacionais. Como justificativa para a escolha da temática, a CNBB (1979, p. 10) explicou que “[...] a ecologia é um tema profundamente fraterno” e que “[...] a natureza criada por Deus é destinada a todos os homens, destruí-la e prejudicá-la é, portanto, um ato nocivo ao próximo”.

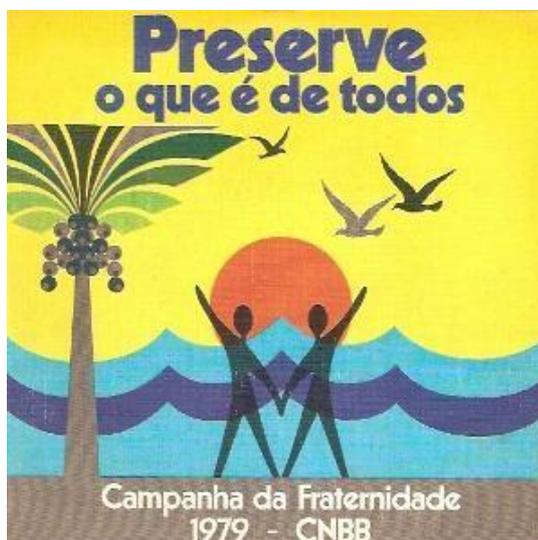
Foram apresentadas, no decorrer do texto, atividades antrópicas apontadas como responsáveis pelos desequilíbrios socioambientais, a saber: a industrialização, os automóveis e todos os veículos de propulsão, a urbanização, a especulação imobiliária, o uso desmedido dos recursos hídricos, a produção de lixo e a incapacidade recitativa, o acúmulo de resíduos radioativos, bem como a fome, a exploração da população menos favorecida, a desigualdade social, o uso excessivo de agrotóxicos, o fenômeno da favelização, dentre outras. A CNBB (1979, p. 16) explica que “[a]ntes de usar os elementos da natureza, o homem deve perguntar se não prejudicará, de forma próxima ou remota, o seu irmão ou toda a humanidade”.

Também foram apresentados subsídios catequéticos (endereçados às famílias, às escolas, às comunidades), perspectivando o incentivo de ações colaborativas de cuidado e conservação dos recursos naturais, como: incentivar a participação da sociedade em ações ecológicas, apoiar a formação de grupos interdisciplinares visando ampliar a participação social nas discussões, promover campanhas no bairro/cidade que busquem minimizar os

desperdícios, publicitar estudos científicos a fim de conscientizar as comunidades, oferecer apoio ao trabalho desenvolvido por associações de proteção ao ambiente, dentre outros. Esta campanha também entusiasmou a criação de pastorais socioambientais, a exemplo da Pastoral da Ecologia, Pastoral do Meio Ambiente, ONGs ecológicas e grupos de debate em prol da causa (NANDI, 2015).

Apesar de a noção de preservação ter sido, em muitos trechos, confundida com a noção de conservação, a campanha representou um avanço significativo quanto à abordagem socioambiental (Figura 20). No decorrer das pautas discutidas, percebeu-se um distanciamento profícuo das conjecturas antropocêntricas, visualizadas, inclusive, em campanhas anteriores; também verificou-se um avanço na compreensão de que os recursos naturais não estão à disposição do homem, “[...] a partir de um pragmatismo utilitarista [...]” (CNBB, 1979, p. 16), mas dependem de uma relação na qual a equidade integral seja considerada, pois só a partir desse entendimento é que homem e meio poderão desfrutar de um bem comum, que beneficie a todos (CNBB, 1979; SACHS, 2008).

Figura 20 - Cartaz de divulgação da Campanha da Fraternidade do ano de 1979



Fonte: CNBB (2021).

4.1.3.2 “Fraternidade e a Vida no Planeta”/“A criação geme em dores de parto (Rm 8,22)” (2011)

A CF de número 20 (vinte) se propôs a apresentar os impactos negativos ocasionados pela intensa atividade antrópica no meio ambiente, com destaque para o aquecimento global, fenômeno responsável por provocar drásticas mudanças climáticas e sérias ameaças para às espécies que habitam o planeta. Os últimos dados apresentados, daquela época, pelo IPCC,

relatavam um considerável aumento de temperatura da Terra, fato que chamou a atenção de estudiosos do mundo inteiro e que motivou a inclusão da temática nesta campanha.

No texto-base, foi possível evidenciar a apresentação de um consolidado compilado de dados científicos acerca da problemática levantada. Esses dados serviram para fundamentar os problemas ocasionados (direta e indiretamente) pelo aquecimento global, a saber: os impactos provocados pelo efeito estufa, a relação entre o aquecimento global e as atividades antrópicas, as matrizes energéticas renováveis e não renováveis, a questão energética, a questão energética e o neodesenvolvimentismo das políticas públicas, o desmatamento da floresta amazônica, o agronegócio, o modelo de desenvolvimento atual e suas consequências, as ameaças à biodiversidade, a miséria, o êxodo rural, a água, as migrações, dentre outros.

Nesta campanha, foi possível identificar, pela primeira vez, a utilização dos termos “sustentabilidade” – apontado como indicador de um “[...] tipo de desenvolvimento que nos permite viver nos limites suportáveis para a Terra, que são a disponibilidade de recursos naturais e os limites de absorção de resíduos e poluição, mas também o tipo de desenvolvimento que torne possível a redução da pobreza” (LEMOS, 2010, p. 141) – e “pegada ecológica” – apresentada como “[...] uma ferramenta interessante para se constatar, de modo mensurável, as disparidades, [e] os excessos de [...] consumo” (CNBB, 2010b, p. 29).

A inserção desses termos nesta campanha representa um avanço significativo. Ao apresentar, aos cristãos, dados científicos acerca dos problemas que interferem na qualidade de vida do planeta, a Igreja convida-os a se integrar no cerne da discussão e a buscar meios que sejam capazes de minimizar as drásticas consequências provocadas pelo desmantelamento humano.

A Igreja, em suas comunidades, que se espera propulsoras do Reino, precisa estar consciente da problemática para colaborar em vista das mudanças comportamentais e sistêmicas, necessárias e urgentes para evitarmos legar às futuras gerações, um planeta que não ofereça mais condições para abrigar a vida. A teologia, que não pode ficar alheia a este processo em curso e que atenta contra a vida, também tem um papel a cumprir (CNBB, 2010b, p. 31).

Um outro ponto que chamou a atenção nesta campanha foi a sugerida reinterpretação da “polêmica” passagem do livro do Gêneses (BÍBLIA, 1, 28): “Sede fecundos e multiplicai-vos, enchei a terra e submetei-a! Dominai sobre os peixes do mar, as aves de céu e todos os animais que se movem pelo chão”. Tendo em vista que os inúmeros problemas socioambientais são ocasionados pela utilização desmedida dos recursos naturais, foi oportuna

a chamada para a reflexão acerca do mandato: “enchei a terra e submetei-a. Dominai sobre [...] todos os animais [...]” (BIBLIA, Gn, 1, 28). Verifica-se aqui que o poder foi delegado ao homem em razão da condição de ele ser criado “à imagem de Deus” (BIBLIA. Gn, 1, 26).

Essa “permissão” de Deus ao homem diz respeito à responsabilidade deste enquanto nomeado representante daquele. Para entender essa afirmação, é imprescindível a compreensão do significado dos verbos “submeter” e “dominar”. Garmus (1992, p. 278) esclarece:

O verbo submeter, em hebraico, *kabash*, no contexto da cultura semita tem como foco principal a terra e o seu cultivo, e o verbo dominar é tradução do hebraico *radah*, que possui o sentido de cultivar, organizar e cuidar. Assim, não é concedida ao ser humano, a posse em termos de senhorio em relação aos outros seres criados, pois a consideração destes verbos indica precisamente atitudes de cultivo, zelo e cuidado próprias de um pastor que conduz suas ovelhas protegendo-as dos iminentes perigos.

Considerando essas reinterpretações, a campanha visou suscitar o espírito colaborativo na luta contra os impactos socioambientais provocados pela ação antrópica e apresentou algumas diretrizes norteadoras para setores específicos, as quais se apresentam no Quadro 27, a seguir:

Quadro 27 - Diretrizes ecológicas

| Setores | Ações |
|-------------------------------------|---|
| Residencial | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Evitar o uso de sacolas plásticas; ✓ Priorizar o consumo de produtos orgânicos; ✓ Diminuir o uso ares-condicionados e estufas, no inverno; ✓ Usar eletrodomésticos de maneira consciente; ✓ Utilizar lâmpadas econômicas; ✓ Realizar coleta seletiva. |
| Comunidades paroquiais e diocesanas | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Incentivar a implementação de ações que concorram para o combate ao efeito estufa; ✓ Criar um programa de controle de gastos energéticos (das Igrejas, seminários, centros pastorais), com materiais; ✓ Instalar, nas paróquias e comunidades cristãs, painéis solares para o aquecimento de água e mesmo painéis de células fotovoltaicas, para produzir energia elétrica; ✓ Estimular as Paróquias e Dioceses que possuem terrenos disponíveis a promoverem plantio de árvores ou a plantá-las em áreas normalmente utilizadas, segundo as possibilidades. |
| Governamental | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Investir em energia renovável; ✓ Criar programas de incentivo à coleta seletiva; ✓ Rever o transporte urbano, priorizando meios de transporte de massa e que utilizem fontes limpas de energia; ✓ Investir em ciclovias; ✓ Fiscalizar ações contra a natureza (as quais provoquem incêndios, cortem árvores desnecessariamente, em casas, sítios) e exigir do governo que coíba desmates de grandes proporções, como os que acontecem na floresta amazônica; ✓ Incentivar a pequena produção camponesa, privilegiando a compra de produtos orgânicos e os produzidos na região, para poupar o dispêndio de energia que resulta em emissões; ✓ Criar ações de fortalecimento de Conselhos Municipais para o Meio Ambiente. |

Fonte: adaptação da autora (2021).

Ao incorporar temáticas de significativa relevância para a época, esta CF conseguiu estreitar a relação entre homem e meio. Foi possível verificar que, ao passo em que a Igreja sugere a reinterpretação das narrativas bíblicas, surge, paulatinamente, a necessidade de introjetar nos cristãos uma corresponsabilização coletiva quanto às práticas que têm interferido negativamente no ciclo de regeneração natural do planeta (Figura 21). A conservação dos recursos ecossistêmicos deve, no presente, incluir também as gerações futuras; por isso, a própria campanha afirma que as ações humanitárias devem contribuir para o advento deste mundo novo, vislumbrado na imagem bíblica ofertada pela expressão do livro do Apocalipse (BÍBLIA, 21, 1): “novos céus e nova terra”.

Figura 21 - Cartaz de divulgação da Campanha da Fraternidade do ano de 2011



Fonte: CNBB (2021).

4.1.3.3 “Casa Comum, nossa responsabilidade”/“Quero ver o direito brotar como fonte e correr a justiça qual riacho que não seca” (2016)

Com o advento da encíclica *Laudato Si*, lançada no ano de 2005 pelo Papa Francisco, ascende uma nova perspectiva dentro da Doutrina Social da Igreja. Dando sequência ao trabalho (ainda tímido) realizado por seus antecessores, o Papa se ancora na possibilidade de estreitar os diálogos intergeracionais à prática do bem comum, tendo como base os critérios de sustentabilidade (SACHS, 2008). Nesse contexto, Murad (2017, p. 469) acentua que:

A encíclica estabelece um profícuo diálogo com a ecologia, nas suas vertentes de ciências ambientais, ética transformadora e paradigma. A partir da Bíblia e do exemplo de Francisco de Assis, a encíclica fornece elementos contemporâneos para a ecoespiritualidade e a educação para a sustentabilidade. Conclama a uma “conversão ecológica”, que se traduz em atitudes individuais, práticas coletivas e políticas institucionais, vividas simultaneamente.

A encíclica fortaleceu inúmeros debates e incentivou, de modo mais pontual, a inserção da temática no desenvolvimento de inúmeras CF’s, a exemplo desta campanha, que foi edificada em consonância com o projeto proposto pelo Papa Francisco. O documento entusiasmou diversos públicos e foi alvo de grandes expectativas.

Nessa direção, a CF de 2016 se ancorou em duas principais premissas: o cuidado com a criação e a luta pela justiça, principalmente nos países onde a população de baixo poder aquisitivo encontra-se em situação de vulnerabilidade. A campanha ocorreu no formato ecumênico, a integração com as Igrejas Cristãs ampliou o acesso à abordagem sugerida.

Entre os principais temas tratados no texto-base, destacam-se: o saneamento básico, a conservação dos recursos naturais, a saúde integral e a qualidade de vida. Inicialmente, o texto chama a atenção para a precária situação do saneamento básico brasileiro, fundamentando-se em dados de órgãos nacionais e internacionais. Apresenta os principais problemas ocasionados pela ineficiência do sistema de esgotamento sanitário; dentre os quais, estão: a diarreia, a cólera, a hepatite, a febre tifoide, o acesso à água potável, a precariedade habitacional (nas zonas urbanas e rurais), a inexistência de aterros sanitários e a consequente incidência de lixões a céu aberto. Situações que interferem diretamente na qualidade de vida do meio ambiente e, conseqüentemente, da população.

A segunda parte do texto-base fundamentou-se nas narrativas bíblicas, foram apresentadas inúmeras passagens da Bíblia com o intuito de demonstrar que o modo como os cristãos têm se relacionado com o meio ambiente não se coaduna com as propostas apresentadas nas sagradas escrituras. Garantir direitos essenciais para a vida de todos os seres que habitam a Terra é parte fundamental das premissas apresentadas pelos profetas:

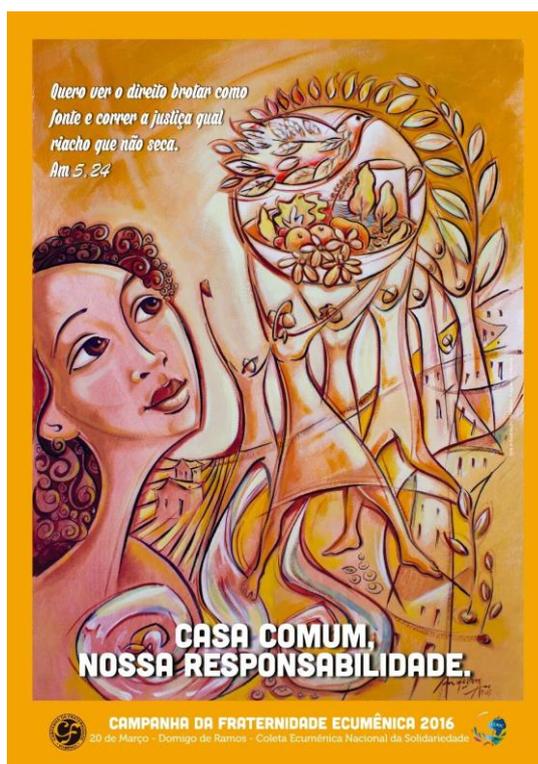
Amós fundamenta sua pregação profética numa denúncia social aguda, chamando a atenção para um progresso econômico que não se traduzia em igualdade e justiça para todos. Sua denúncia aponta para uma situação de caos social, onde as relações afetivas estavam de rompendo (cf. Am 2,6-8). (CONIC, 2015a, p. 40).

Apresentando este e outros tantos relatos, a campanha buscou, com base no ecumenismo, demonstrar, junto à participação de outras Igrejas Cristãs, caminhos que fossem capazes de favorecer/fortalecer o bem comum, intermediado por ações fraternas e solidárias. Com base na premissa de que o zelo por esta Casa Comum é responsabilidade de todos (individual e coletivamente), sugeriram-se, dentre outras, as seguintes iniciativas: engajar-se em conselhos e espaços de participação voltados ao debate e à reivindicação de políticas públicas eficientes para o tema; policiar as ações cotidianas, perspectivado um verdadeiro compromisso com as causas socioambientais e buscar se inteirar de práticas que tenham o foco na sustentabilidade.

Esta campanha representou um significativo avanço quanto à abordagem socioambiental proposta. Por intermédio da prática ecumênica, foi possível verificar que a

Igreja Católica, bem como as demais Igrejas Cristãs, não limita sua participação ao ambiente eclesial (Figura 22). O reconhecimento de que a ação antrópica tem interferido drasticamente na vida de todos os seres vivos é condição indispensável para uma sensibilização coletiva que vise conservar, por meio de uma efetiva práxis, o capital natural, com vistas a suscitar a consolidação de uma justiça social integrativa.

Figura 22 - Cartaz de divulgação da Campanha da Fraternidade do ano de 2016



Fonte: CNBB (2021).

4.1.4 A Dimensão Ambiental

A quarta dimensão a ser analisada foi a ambiental. De acordo com Sachs (2008, p. 86), a dimensão ambiental trata de “[...] respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais”.

Em convergência com esse conceito, foram elencadas 2 (duas) CF’s, as quais foram categorizadas considerando os critérios de sustentabilidade, conforme demonstrativo a seguir (Quadro 28).

Quadro 28 - Demonstrativo da categoria de abordagem da Dimensão Ambiental referenciada nos textos-base das Campanhas da Fraternidade

| Categoria de abordagem | Campanhas da Fraternidade (lema) |
|------------------------|---|
| AMBIENTAL | 23. “Fraternidade e água”/“Água, fonte de vida” (2004) |
| | 24. “Fraternidade: biomas brasileiros e defesa da vida”/“Cultivar e guardar a criação” (Gn 2,15) (2017) |

Fonte: adaptação da autora (2021).

4.1.4.1 “Fraternidade e água”/“Água, fonte de vida” (2004)

A CF de número 22 (vinte e dois) abordou aspectos relacionados à temática hídrica. O texto-base apresentou uma profunda análise sobre a crise hídrica a partir de documentos oficiais e de informações técnicas. A análise dos dados enfatizou que, segundo estudos da ONU, 40% da humanidade terá problemas com o abastecimento de água até 2025. Com base nessa permissa, a campanha buscou chamar a atenção dos cristãos para o valor vital desse recurso para os seres vivos, sua importância social e a necessidade da participação popular na elaboração de uma política hídrica que visasse a distribuição da água e o justo acesso a ela.

Dentre os principais temas abordados, destacaram-se, dentre outros: a multiplicidade de uso da água, suas dimensões e seus valores; a crise hídrica, as guerras e os conflitos hídricos; a degradação das águas brasileiras; a legislação brasileira e a nova política de águas; as águas nas tradições religiosas; e as perspectivas bíblicas em relação à água. O embasamento teórico percorrido no texto-base da campanha de 2004 foi amparado por conceitos socioambientais que ainda não haviam sido visualizados nas anteriores, como o princípio do cuidado (BOFF, 2001), o princípio da solidariedade e o princípio da corresponsabilidade. No tocante a tais princípios, ressaltou-se:

[O princípio do cuidado] supõe envolvimento, desvelo e atenção, especialmente para com os seres vivos. Toda relação entre seres vivos pressupõe o cuidado, porque é sempre uma inter-ação.

[No princípio da solidariedade] todos os seres são interdependentes, porque vivem enredados numa teia de relações de cooperação e solidariedade que garante sua existência e sustentabilidade.

[O princípio da corresponsabilidade] nos remete ao respeito a todos os seres em sua alteridade, renúncia de possuí-los ou dominá-los. Implica também a responsabilidade por seu bem-estar e o cuidado para que [...] continuem a existir (CNBB, 2003, p. 74-76).

Esses princípios foram apontados como fundamentais, tanto para o processo de sensibilização, quanto para o uso e a justa gestão da água. Porém, conforme o texto-base, eles

só serão eficazes caso sua aplicabilidade prática esteja contextualizada com as reais necessidades locais/regionais/mundiais. A crise hídrica mundial é tão aguda, que tem exigido uma profunda e efetiva conversão humanitária; por essa razão, deve haver um consenso sobre o destino comum acerca da urgência desse recurso vital.

A última parte do texto foi destinada à apresentação de ações de sensibilização para o uso racional da água com base na perspectiva social e religiosa, como é possível ver no Quadro 29, a seguir:

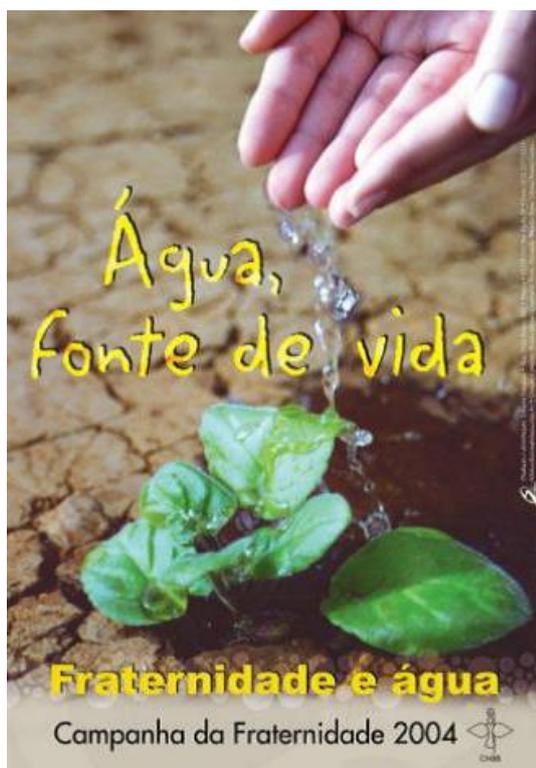
Quadro 29 - Ações norteadoras para o uso racional da água

| Perspectivas | Ações |
|-----------------------|--|
| Perspectiva social | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Buscar conhecer a realidade hídrica local, a fim de identificar seus principais problemas; ✓ Estabelecer ligação com instituições que atuam em prol da conservação e da justa distribuição dos recursos hídricos; ✓ Apoiar áreas de preservação ambiental permanente; ✓ Se integrar aos projetos de revitalização de rios e mananciais; ✓ Difundir ações de reaproveitamento das águas; ✓ Acompanhar as discussões acerca da atuação do Comitê de Bacias Hidrográficas; ✓ Apoiar movimentos contra a privatização das águas. |
| Perspectiva religiosa | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Incluir, com maior frequência, a temática hídrica nas discussões litúrgicas; ✓ Apoiar e acompanhar as ações encabeçadas pela Pastoral da Pesca; ✓ Apresentar aos cristãos os fundamentos bíblicos que tratam do uso racional da água, a fim de sensibilizá-los sobre o assunto; ✓ Incentivar a participação de leigos e religiosos em fóruns e comitês sobre a água; ✓ Criar um plano de racionamento de água para as paróquias. |

Fonte: adaptação da autora (2021).

Esta CF abordou, com significativa propriedade, a temática água. Inserir os católicos, os membros das demais Igrejas e organizações religiosas e não-religiosas, o Poder Público e a sociedade civil no bojo da problemática hídrica é compreender que a água, além de ser responsabilidade de todos, também precisa ser vista a partir de enfoques baseados no valor da vida e no respeito aos direitos e à dignidade da pessoa humana (Figura 23). Só a partir da introjeção desse pensamento é que será possível alcançar a capacidade de autorregeneração dos ecossistemas hídricos (CNBB, 2003; SACHS, 2008).

Figura 23 - Cartaz de divulgação da Campanha da Fraternidade do ano de 2004



Fonte: CNBB (2021).

4.1.4.2 “Fraternidade: biomas brasileiros e defesa da vida”/“Cultivar e guardar a criação” (Gn 2,15) (2017)

Ao lançar a CF de número 23 (vinte e três), a Igreja convida cristãos e não-cristãos a conhecerem e contemplarem a criação divina a partir dos seis biomas brasileiros e dos povos originários destas áreas – a Mata Atlântica, a Amazônia, a Caatinga, o Pantanal, o Cerrado e os Pampas –, e busca promover de ações que visem à conservação desses ecossistemas (CNBB, 2016b).

De acordo com o Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas (PBMC, 2014), o Brasil é alvo de constantes estudos acerca das mudanças climáticas e seus efeitos na população e na biodiversidade. Em razão disso, pesquisas encabeçadas pelo Painel no ano de 2014 demonstraram significativas alterações negativas em vários setores sociais, o que despertou a atenção de diversos órgão públicos e privados. Faz-se relevante ressaltar que a CF, por dois anos consecutivos (2016 e 2017), debruçou-se sobre temáticas de cunho socioambiental.

O texto-base da campanha de 2017 apresentou uma análise detalhada acerca da situação de degradação sofrida pelos biomas brasileiros e de como a ação antrópica tem contribuído diretamente para a intensificação desse quadro. Cada bioma brasileiro foi analisado conforme sua localização, suas características naturais, seus povos originários, sua

cultura, sua sociodiversidade, suas fragilidades e sua contextualização política; além disso, tratou-se das contribuições eclesiais promovidas pela Igreja Católica em cada um dos seis ecossistemas.

Também foi apresentado um resgate histórico acerca dos principais documentos produzidos pela Igreja Católica referentes à temática socioambiental e seus principais representantes e idealizadores, com destaque para o Beato Paulo VI (e a tomada de consciência do desafio ecológico), São João Paulo II (ecologia e ética), o emérito Bento XVI (ecologia humana) e o Papa Francisco (ecologia integral). Com base nesses diálogos, foram sugeridas, para cada bioma, ações de caráter geral e também específicas, visando minimizar os impactos originados pela ação antrópica, conforme o Quadro 30, a seguir:

Quadro 30 - Ações colaborativas direcionadas à conservação dos biomas brasileiros

(continua)

| | | |
|-------------------|----------------|--|
| Ações gerais | | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Fortalecer as redes, articulações, em todos os níveis, com as melhores formas de suscitar uma nova consciência e novas práticas, essenciais à vida, na defesa dos ambientes; ✓ Motivar todas as igrejas, religiões e pessoas de boa vontade a defender o patrimônio que é fundamento natural de nossas vidas e deverá ser das gerações futuras (biomas); ✓ Aprofundar os estudos, promover debates, seminários, celebrações e romarias sobre o tema, nas escolas públicas e privadas; ✓ Fortalecer a ecologia integral, que começa nos pequenos gestos e precisa se estender para o comunitário, o regional, o nacional e a cidadania global; ✓ Defender as temáticas das questões ecológicas dentro da educação popular e regular; ✓ Valorizar e incentivar a participação dos leigos e das leigas nos conselhos paritários. |
| Ações Específicas | Bioma Amazônia | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Compartilhar saberes e estratégias de sobrevivência e convivência com o meio ambiente oriundos dos povos originários e saberes tradicionais; ✓ Valorizar e promover a cultura do Bem-Viver; ✓ Apoiar os povos tradicionais nas mobilizações e nas lutas por direitos e regularização de territórios; ✓ Fortalecer a Rede Panamazônica (REPAM) como espaço de articulação e intercâmbio das várias redes eclesiais que atuam em conjunto na sociedade amazônica. |
| | Bioma Caatinga | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Reforçar os projetos de articulação no Semiárido Brasileiro: Por Um Milhão de Cisternas (P1MC) e Por Uma Terra e Duas Águas (P+1); ✓ Reforçar o desenvolvimento da agroecologia adaptada ao semiárido, com o manejo cuidadoso da Caatinga, em favor de seus povos; ✓ Reforçar a proposta do desmatamento zero na Caatinga, visando combater o desmatamento e a desertificação; ✓ Fortalecer e ampliar a defesa da revitalização do rio São Francisco. |

Quadro 30 - Ações colaborativas direcionadas à conservação dos biomas brasileiros

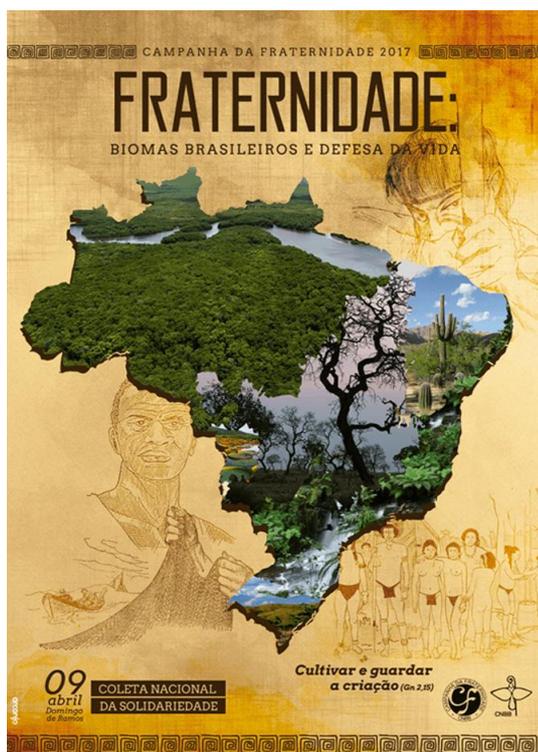
(conclusão)

| | | |
|--|----------------------|---|
| | Bioma Cerrado | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Promover o intercâmbio entre as comunidades locais; ✓ Fortalecer a agricultura camponesa familiar através de meios que viabilizem a produção agroecológica, agroextrativista e as redes de comercialização; ✓ Incentivar o desenvolvimento de projetos de preservação e recuperação das frutas e das ervas medicinais; ✓ Desenvolver ações de recuperação de nascentes de rios e reconstituição de matas ciliares. |
| | Bioma Mata Atlântica | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Exigir do poder público a recuperação das áreas degradadas do bioma, como as matas ciliares e nascentes; ✓ Apoiar as ações em defesa do bioma em detrimento do avanço das mineradoras que degradam e retiram riquezas; ✓ Apoiar a produção agroecológica camponesa com base na agricultura familiar, como alternativa ao latifúndio e ao agronegócio; ✓ Incentivar o consumo de produtos agroecológicos e sustentáveis da Economia Solidária. |
| | Bioma Pantanal | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Dar visibilidade às populações pantaneiras, com suas culturas e costumes; ✓ Apoiar os povos indígenas para garantir que suas terras ancestrais lhes sejam demarcadas, afastando os fazendeiros gananciosos da região; ✓ Promover campanhas de conscientização quanto ao descarte adequado dos resíduos sólidos e dos esgotos sanitários, para preservar os rios, lagos e igarapés; ✓ Promover a integração das lideranças indígenas e das populações tradicionais na luta pelas causas comuns. |
| | Bioma Pampa | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Incentivar ações que promovam o direito à vida e a cultura dos povos tradicionais que habitam o bioma; ✓ Propor novos métodos de produção das áreas ocupadas pelo agronegócio através da recomposição da vegetação original e do cultivo agroecológico; ✓ Motivar a recuperação das fontes de água potável, rios, lagoas e banhados através de políticas de despoluição, replantio das matas ciliares e redefinição de seu uso; <p>Exigir políticas públicas para o controle de exploração e comercialização da água, com incentivo ao controle social.</p> |

Fonte: adaptação da autora (2021).

As ações colaborativas propostas por esta campanha foram direcionadas a cada uma das comunidades, conforme o bioma em que elas vivem. Em relação a conservação dos ecossistemas, considerou-se as ações mais apropriadas e as que pudessem provocar maior capacidade de autossustentação desses biomas (Figura 24). Ao salientar a importância desses grupos florestais brasileiros e das comunidades que habitam em seu entorno, a CF buscou sensibilizar a sociedade para o cuidado e o cultivo da Casa Comum, partindo da premissa de que a ecologia integral comporta, na verdade, todas as formas de vida do planeta e estas precisam viver em constante harmonia e equidade.

Figura 24 - Cartaz de divulgação da Campanha da Fraternidade do ano de 2017



Fonte: CNBB (2021).

4.1.5 A Dimensão Territorial

A quinta dimensão a ser analisada foi a territorial. De acordo com Sachs (2008, p. 86), a dimensão territorial,

[...] diz respeito às configurações urbanas e rurais balanceadas (eliminação das inclinações urbanas nas alocações do investimento público), melhoria do ambiente urbano, superação das disparidades inter-regionais e estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis.

Em convergência com esse conceito, foram elencadas 3 (três) Campanhas da Fraternidade, as quais foram categorizadas considerando os critérios de sustentabilidade, conforme demonstrativo a seguir (Quadro 31).

Quadro 31 - Demonstrativo da categoria de abordagem da Dimensão Territorial referenciada nos textos-base das Campanhas da Fraternidade

| Categoria de abordagem | Campanhas da Fraternidade (lema) |
|------------------------|---|
| TERRITÓRIO | 25. “Fraternidade no mundo das migrações: exigência da Eucaristia”/“Para onde vais?” (1980) |
| | 26. “Fraternidade e terra”/“Terra de Deus, Terra de irmãos” (1986) |
| | 27. “Fraternidade e moradia”/“Onde moras?” (1993) |

Fonte: adaptação da autora (2021).

4.1.4.3 “Fraternidade no mundo das migrações: exigência da Eucaristia”/“Para onde vais?” (1980)

A CF de número 24 (vinte e quatro) trouxe para o debate a problemática da mobilidade humana e o modo como a expansão desordenada desse fenômeno tem impactado negativamente a alocação populacional no ambiente urbano, principalmente a das populações menos favorecidas (CNBB, 1980a). Na década de oitenta, o Brasil enfrentava uma profunda crise econômica, marcada, sobretudo, pelo fim da ditadura militar, pela exaustão do projeto de desenvolvimento e da indústria, pela reordenação de capitais e pelo fracasso financeiro do Estado brasileiro. Esse contexto motivou as realocações populacionais em busca de melhores condições de sobrevivência, realidade que serviu de inspiração temática para a CF de 1980 (MARANGONI, 2012; BRUM, 2011).

O texto-base apresentou um panorama sucinto acerca da urbanização brasileira, dos processos migratórios, dos principais tipos de migração, das motivações/ciclos migratórios, das migrações inter-regionais e dos impactos provocados pelos fluxos migratórios. Entre os principais impactos, elencaram-se: o desordenamento das cidades, a precária prestação de serviços básicos, o aumento do desemprego, a intensificação do fenômeno da favelização, dentre outros. O documento também se debruçou sobre reflexões teológicas acerca das migrações. Fundamentadas nas narrativas bíblicas, essas reflexões tiveram como objetivo chamar a atenção dos cristãos acerca da promoção de ações pastorais que buscassem amortecer os impactos provocados pelo fenômeno migratório.

Entre as ações elencadas, destacaram-se: (re)criar estruturais eclesiais, pastorais e sociais que expressassem a solidariedade da Igreja junto à comunidade migratória; acompanhar grupos de migrantes, buscando colaborar com as suas necessidades mais proeminentes; acionar serviços públicos e particulares em favor dos migrantes, a exemplo do Ministério do Interior (que atua em três programas – o Centro de Triagem e Encaminhamento de Migrantes, o Sistema de Informações sobre Migrações Internas e os Estudos sobre

Migrações Internas), do Serviço de Integração de Migrantes, do Centro Pastoral de Migrantes e das Cáritas Brasileiras.

Apesar de a temática ter posto em evidência o problema da mobilidade populacional e a necessidade de se criar um ambiente urbano menos díspar, não foi possível visualizar, no texto-base, uma discussão efetivamente integrada com o momento histórico então vivido no Brasil. Parte dos problemas elencados, referentes ao contexto social do Brasil à época, foram tratados de maneira isolada, e suas resolutividades foram atreladas (excessivamente) a uma “mudança de mentalidade”, que, orientada pela doutrina religiosa, atingiria a justiça social (Figura 25). É bem verdade que as populações migratórias necessitam de assistência solidária, atenção, acolhimento e cuidado, mas é preciso que essa sensibilização se transforme em uma efetiva práxis, na qual todos tenham acesso a subsídios sociais equitativos.

Figura 25 - Cartaz de divulgação da Campanha da Fraternidade do ano de 1980



Fonte: CNBB (2021).

4.1.5.1 “Fraternidade e terra”/“Terra de Deus, Terra de irmãos” (1986)

A CF de número 25 (vinte e cinco) buscou resgatar reflexões e mobilizações acerca da questão fundiária brasileira, com foco para a Reforma Agrária e a distribuição desigual de

terras no país. A escolha do tema baseou-se nos crescentes conflitos no campo brasileiro, reflexo de desafios socioeconômicos, políticos, culturais e religiosos.

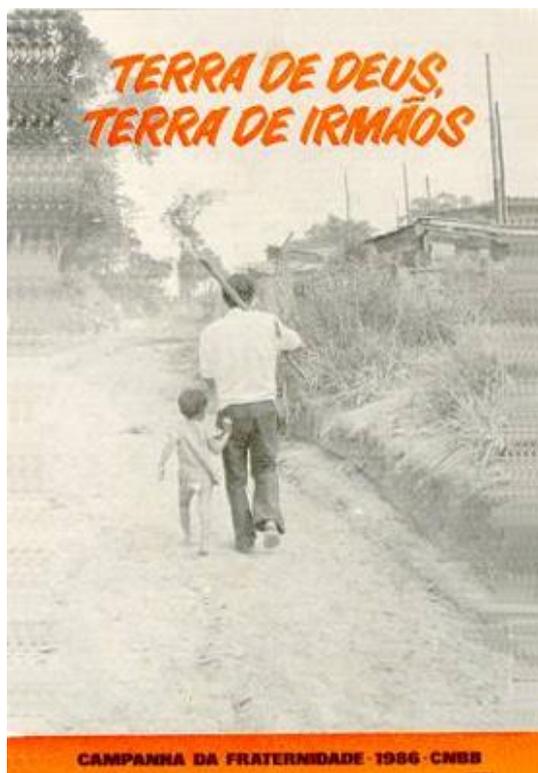
O texto-base foi fundamentado em documentos produzidos pelo Concílio Vaticano II, a *Lumen Gentium* e a *Gaudium et*, nas considerações dialogadas nas Conferências de Medellín (1968) e de Puebla (1979), nos Planos da Pastoral de Conjunto e em documentos e estudos produzidos pela CNBB.

Apresentou-se um denso contexto histórico acerca das disparidades distributivas das terras brasileiras, com destaque para as áreas indígenas, as áreas rurais e as áreas urbanas. A década de 1980 foi marcada por diversos processos de redemocratização e ascensão de movimentos sociais no Brasil, foi um momento em que as discussões acerca da Reforma Agrária adquiriram significativa relevância. Nesse contexto, a Igreja Católica foi fundamental, sobretudo para os movimentos sociais. Inúmeros bispos, padres e líderes religiosos atuaram na legitimação dos movimentos e na participação de ocupações e eventos de repercussão nacional, denunciando as injustiças que assolavam a população brasileira.

Novaes (1997, 2002) comenta que diversas manifestações políticas e sociais foram provenientes das conjecturas religiosas, não havendo como negar que o simbolismo religioso tem exercido significativa influência sobre essas pautas. A participação social e política dos agentes católicos nas CEBs foi fundamental para a consolidação de movimentos sociais e de projetos políticos (CASANOVA, 1994). O texto-base também apresentou aspectos da vida e do testemunho de comunidades cristãs com relação aos conflitos de terra e a ações pastorais entusiasmadas pela Igreja Católica, com destaque para os trabalhos desenvolvidos pelas organizações locais das CEBs e pelas articulações organizadas pela CPT (Figura 26).

Esta foi uma das CF que mais repercutiram positivamente. A discussão dialógica encabeçada pela temática se reverberou na sensibilização de diversas comunidades cristãs e não cristãs e na disseminação de atos públicos, romarias e acampamentos; além disso, cooperou efetivamente para que a Constituição Cidadã do ano de 1988 evidenciasse a Reforma Agrária como uma necessidade proeminente para o povo brasileiro.

Figura 26 - Cartaz de divulgação da Campanha da Fraternidade do ano de 1986



Fonte: CNBB (2021).

4.1.5.2 “Fraternidade e moradia”/“Onde moras?” (1993)

A CF de número 26 (vinte e seis) buscou chamar a atenção para um dos problemas que mais afetam a dignidade humana: a falta de moradia (CNBB, 1993a). Na década de noventa, devido à expansão do processo de urbanização, o Brasil buscava superar o déficit habitacional das camadas populares; pois, ao passo que o crescimento populacional se intensificava, os problemas relacionados a moradia aumentavam consideravelmente (BOTEGA, 2008), fato que serviu de inspiração para a escolha do tema desta campanha.

O texto-base se ancorou na necessidade de afirmar o direito à terra e à moradia como condição básica para o desenvolvimento da vida plena do indivíduo, da família, da fraternidade e, sobretudo, do exercício da cidadania. No texto, foram apresentados dados históricos e geográficos acerca das condições de habitação no Brasil (com destaque para o contexto escravagista, o êxodo rural e o período industrial).

O documento também se debruçou sobre os problemas sociais ocasionados pelo fenômeno da urbanização (motivada, principalmente, pelo êxodo rural e pelas migrações sazonais). Entre os principais problemas, destacaram-se a valorização e a especulação imobiliária, a desigualdade distributiva da renda nacional, a não aplicação da legislação

urbanística, o colapso no setor de saneamento básico e infraestrutura (principalmente nas áreas de favelas e cortiços), os impactos ambientais provocados pelas alocações habitacionais irregulares (encostas de morros, margem de rios) e o aumento da violência.

No que tange aos movimentos populares e sua relação com a moradia, enfatizou-se que estes grupos atuaram efetivamente, denunciando as péssimas condições de vida da população menos favorecida, a ausência de saúde, educação e trabalho, desempenhando papel fundamental de sensibilização da sociedade e de pressão governamental. Nessa conjuntura, projetos de programas habitacionais alternativos foram apresentados ao poder Legislativo e grupos de assistência técnica e jurídica foram formados com o objetivo de apoiar a luta por moradia digna e superar as injustiças sociais.

Na década de 70, os movimentos tiveram atuação baseada no caráter reivindicatório e na denúncia da opressão, servindo para auxiliar na luta pela ampliação dos direitos de Cidadania e na própria democratização da sociedade brasileira. A Igreja desempenhou um papel fundamental através das CEBs, assim como os Clubes de Mães dão início a um novo projeto político (CNBB, 1993a, p. 32).

Em consonância com essa ação colaborativa, congregações religiosas e organizações católicas leigas também criaram, por intermédio das obras de misericórdia e das caritas, instituições para abrigar idosos em asilos e crianças em orfanatos e creches, já a comunidade migratória foi amparada pela Pastoral da Moradia – criada com o objetivo de desenvolver um trabalho de conscientização sobre o direito à moradia digna, bem como para conhecer e analisar as condições de moradia da população de baixa renda e sensibilizar a todos com relação a essa problemática. A pastoral também buscou despertar o compromisso da Igreja para com aqueles que não usufruem de moradia digna, prestando respaldo jurídico junto às iniciativas e aos organismos de base.

Entre as propostas concretas de ação apresentadas pela Igreja Católica, destacaram-se (Quadro 32):

Quadro 32 - Reformas urbanas

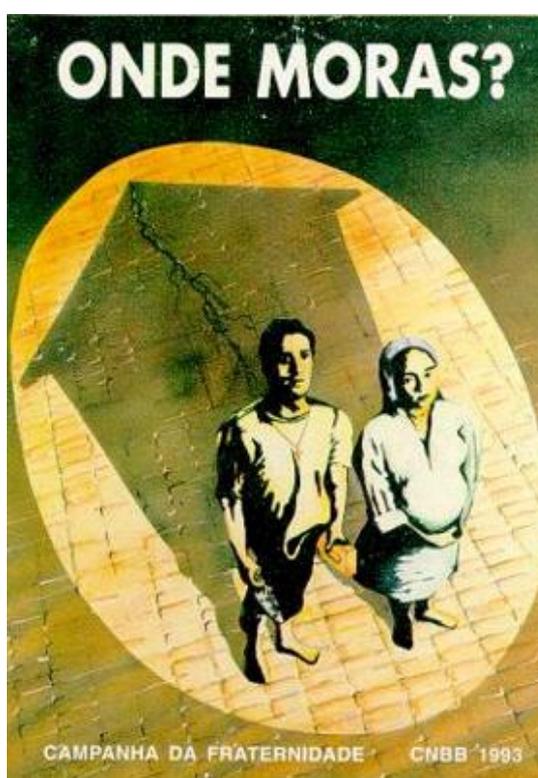
| Ações gerais | |
|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> ✓ Viabilizar a regularização de áreas de ocupação, mediante projetos que não impliquem a obrigação de o morador pagar o chão, que, às vezes, foi até por ele criado; ✓ Criar alternativas de urbanização adequadas às características físicas e sociais e aos recursos financeiros disponíveis em cada área; ✓ Apoiar as associações comunitárias urbanas que organizam e executam projetos de urbanização e/ou de saneamento; ✓ Recomendar a participação dos Conselhos populares nas discussões e elaboração das leis orgânicas dos municípios; ✓ Propor a criação de "comissões de terra", compostas pelo poder municipal e pelos movimentos populares, para viabilizar a discussão do uso real da terra e o cadastramento de imóveis urbanos com potencial de uso social. | |
| Ações pontuais | |
| Área | Ação |
| Favelas | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Regularizar, nas favelas passíveis de urbanização, a posse da terra, através da concessão do direito real de uso, da usucapião ou da negociação direta com os proprietários; ✓ Apoiar e incentivar as iniciativas, organizações e articulações do Movimento de Favelados. |
| Cortiços | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Melhorar a organização interna, para resolver, através da ajuda mútua, os problemas comuns; ✓ Fazer contatos e visitas, através dos agentes e lideranças de pastoral, aos moradores das habitações multifamiliares. |
| Movimentos populares de moradia | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Garantir a autonomia dos movimentos, associações e entidades de moradia popular; ✓ Estimular o estabelecimento, organização, união e crescimento do processo coletivo e participativo de construção de moradias populares; ✓ Despertar o compromisso dos cristãos com aqueles que não têm moradia digna, como expressão do amor evangélico preferencial pelos pobres. |
| Moradias e situações especiais | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Incentivar a sindicalização dos trabalhadores, assegurando-lhes assistência jurídica, pois estes, muitas vezes, são vítimas indefesas de exploração; ✓ Apoiar e motivar a organização comunitária dos trabalhadores para que, unidos, possam reivindicar moradia digna. |
| Moradia no campo | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Apoiar as organizações, movimentos e pastorais da Igreja que lutam em favor do homem do campo; ✓ Marcar presença eclesial junto aos acampamentos e situações emergenciais; ✓ Conscientizar e educar a população para a organização e reivindicação dos seus direitos. |

Fonte: adaptação da autora (2021).

A inserção da pauta habitacional nesta CF apresentou profícuas discussões. Por ter um tema socioambiental de ampla repercussão nacional, a campanha conseguiu trazer à tona as principais causas e consequências relacionadas à infraestrutura habitacional do país, na perspectiva de superar as disparidades inter-regionais, de melhorar o ambiente urbano, de sensibilizar a consciência ética da população diante da dimensão socioeconômica da moradia, de incentivar os movimentos e organizações frente à gestão da moradia popular e de despertar o comprometimento da Igreja para com as populações menos favorecidas.

A título de complementação, os anexos do texto-base ainda apresentaram os resultados do II Fórum Nacional sobre Reforma Urbana, os princípios básicos do Plano Diretor Municipal (PDM)⁵⁷, os mecanismos específicos da Reforma Urbana, as diretrizes do Projeto de Lei “Fundo Nacional de Moradia Popular” e as do “Conselho Nacional de Moradia Popular”, um documento destinado à regulamentação de construções habitacionais, informações sobre as disparidades habitacionais inter-regionais e experiências habitacionais positivas ocorridas em alguns estados brasileiros (Figura 27).

Figura 27 - Cartaz de divulgação da Campanha da Fraternidade do ano de 1993



Fonte: CNBB (2021).

4.1.6 A Dimensão Econômica

A sexta dimensão a ser analisada foi a econômica. De acordo com Sachs (2008, p. 86-87), a dimensão econômica:

⁵⁷ “O PDM [é um instrumento] de planejamento e gestão de municípios e prefeituras, considerado[...], atualmente, de importância inquestionável. A realização [desse instrumento] deve mesmo ser compatibilizada com regulamentos de ordem superior, tais como a própria Constituição Federal, a Lei de Responsabilidade Fiscal e o Estatuto da Cidade” (REZENDE; ULTRAMARI, 2007, p. 257).

[...] consolida-se mediante o desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado, com segurança alimentar, capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção, razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica e inserção soberana na economia internacional.

Em convergência com esse conceito, foram elencadas 2 (duas) Campanhas da Fraternidade, as quais foram categorizadas considerando os critérios de sustentabilidade, conforme demonstrativo a seguir (Quadro 33).

Quadro 33 - Demonstrativo da categoria de abordagem da Dimensão Econômica referenciada nos textos-base das Campanhas da Fraternidade

| Categoria de abordagem | Campanhas da Fraternidade (tema e lema) |
|------------------------|---|
| ECONOMIA | 28. “A fraternidade e os desempregados”/“Sem trabalho... por quê?” (1999) |
| | 29. “Economia e vida”/“Vocês não podem servir a Deus e ao Dinheiro (Mt 6,24)” (2010)* |

*Campanha da Fraternidade Ecumênica.

Fonte: adaptação da autora (2021).

4.1.6.1 “A fraternidade e os desempregados”/“Sem trabalho... por quê?” (1999)

A CF de número 27 (vinte e sete) abordou, como principal premissa, a situação do desemprego e dos desempregados no Brasil. A ancorou suas diretrizes na necessidade de priorizar uma regulamentação, econômica e de mercados, mais equitativa, que se reverberasse em uma justa hierarquia de valores em vista do bem comum (CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, 2016). No ano de 1999, em razão das medidas de ajuste econômico implantadas durante a crise do Plano Real, o Brasil experimentou um dos períodos mais graves em termos de ampliação do desemprego. Só no primeiro semestre, o índice de desemprego brasileiro apresentou um aumento de 63,2% (POCHMANN, 2015). Fato que motivou a Igreja a levantar um debate nacional acerca dessa complexa situação.

O texto-base apresentou um consolidado contexto histórico-geográfico acerca das causas e consequências do desemprego no país. Dentre as principais abordagens, destacaram-se a discussão do desemprego na América Latina e no Brasil, os impactos do Plano Real, as consequências da revolução tecnológica, a financeirização mundial, as falsas causas do desemprego, a necessidade de consolidação de uma globalização sustentável e solidária, a promoção de uma cultura da solidariedade e a importância dos movimentos sociais na luta em favor de um plano trabalhista justo.

No tópico sobre alternativas possíveis e viáveis de geração de emprego, é citada a fala do economista Sachs (1996) na qual ele explica que, para superar o desemprego, os países devem formular estratégias de desenvolvimento conjuntas, que priorizem os seguintes setores:

[...] agricultura familiar convenientemente modernizada; as agroindústrias [...] que trabalham frequentemente para o mercado local; as indústrias de bens de consumo corrente [...];
 [...] as bioenergias e as indústrias transformadoras da biomassa;
 [...] a redução do desperdício da energia e da água, a reciclagem de dejetos e a reutilização de materiais, bem como a conservação das infraestruturas, dos equipamentos e do parque imobiliário;
 [...] os serviços sociais, no sentido amplo do termo, cujo custo para o Estado poderia ser diminuído por meio da pesquisa de parcerias com as organizações da sociedade civil (o privado sem fim lucrativo) e os usuários [...] (SACHS, 1996, n.p.).

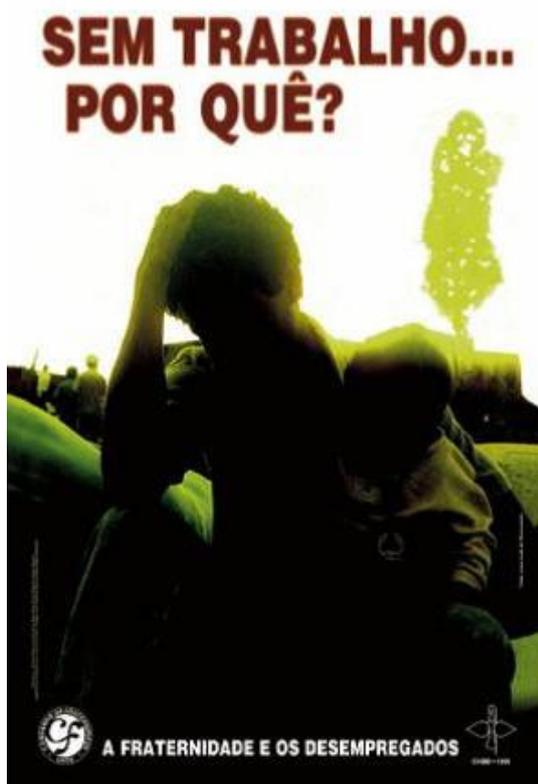
No decorrer das explicações, foram apresentados programas oficiais de geração de emprego e renda – apontados como possibilidades para minimizar/superar os impactos provocados pela conjuntura trabalhista instaurada no país –, bem como alternativas ancoradas na economia solidária (SINGER, 1998), nas novas formas de organização, na autogestão e cogestão, na cooperação entre unidades produtivas de diferentes espécies e na economia baseada no terceiro setor (com ênfase para o trabalho familiar, o trabalho social e o trabalho ecológico). O texto-base também se debruçou sobre as narrativas bíblicas, visando apresentar critérios ético-teológicos como alternativa para a superação das injustiças provocadas pelo fenômeno do desemprego.

Nesse contexto, ressaltou-se a missão profética desempenhada pela Igreja, que – além de desempenhar a função de anúncio, ânimo e esperança – tem também a função crítica, de denúncia, protesto e condenação. Elencou-se, em seguida, a necessidade de que se exijam do Estado uma legislação e uma política de emprego e renda as quais defendam os direitos de todos; em especial, daqueles que se encontram desempregados e em situação de vulnerabilidade. O texto também incentiva a criação de um projeto político democrático e solidário que priorize o ser humano e coloque a economia e o mercado voltados para a superação da pobreza, estimulando a promoção de uma cultura baseada no desenvolvimento sustentável, nas mobilizações sociais e na participação popular nas decisões legislativas.

Esta campanha conseguiu apresentar o desemprego sob diversas perspectivas, abrindo um vasto leque de possibilidades discursivas (Figura 28). A temática apresentada também contribuiu para que a comunidade eclesial e a sociedade tomassem conhecimento acerca do drástico cenário empregatício brasileiro à época, incentivando uma ampla mobilização no que

tange a criação de um movimento solidário e a promoção de iniciativas equitativas de geração de trabalho e renda nos diversos setores econômicos.

Figura 28 - Cartaz de divulgação da Campanha da Fraternidade do ano de 1999



Fonte: CNBB (2021).

4.1.6.2 “Economia e Vida”/“Vocês não podem servir a Deus e ao Dinheiro (Mt 6,24)” (2010)

A CF de número 28 (vinte e oito) foi idealizada em formato ecumênico, e apresentou como tema a discussão acerca da economia e da vida, fundamentando-se na necessidade de se consolidar uma economia a serviço do bem comum, da sensibilização ambiental, da sustentabilidade, da superação da miséria e, conseqüentemente, da dignidade da pessoa e do respeito aos direitos humanos.

O texto-base dessa campanha amparou-se na premissa de que a economia é uma estrutura autônoma, que deve estar integrada às prioridades políticas. Nesse sentido, as políticas econômicas e as instituições devem ser julgadas pelos subsídios que utilizam para garantir o bem comum social. Este é um dos focos centrais da campanha: “[...] ser um instrumento à disposição das comunidades cristãs e de todas as pessoas de boa vontade para enfrentar, com consciência crítica, os temas do desenvolvimento e da justiça, da economia e da vida humana” (CONIC, 2009, p. 64).

O sistema econômico brasileiro, no ano de 2009, passou por inúmeras oscilações, advindas principalmente da crise econômica do ano de 2008, que impactou significativamente os mercados financeiros de todo o mundo e afetou diversos setores desenvolvimentistas (PAULA; PIRES, 2017). Nesse contexto, as Igrejas Cristãs, filiadas ao CONIC, foram motivadas a ascender a discussão dentro de uma perspectiva teológica-pastoral, baseada nos pilares social, eclesial, comunitário e pessoal, perspectivando uma maior inserção das religiões e de toda a sociedade nas ações sociais e políticas que levassem à implantação de um modelo econômico de solidariedade e justiça para todos. Cada âmbito foi respaldado da seguinte maneira:

No âmbito social, servir a Deus e não ao dinheiro exige a promoção de políticas que deem a todos o direito de desenvolver seus talentos e viver dignamente [...].

No âmbito comunitário, [...] será preciso juntar forças para ajudar onde for possível, criar instituições, trabalhos que ajudem a respeitar direitos e desenvolver talentos de maneira mais igualitária [...].

No âmbito eclesial, servir mais a Deus e ao próximo do que desejar que Deus se coloque a nosso serviço para garantir prosperidade. Isso também envolve um bom aproveitamento das forças de trabalho voluntário de que cada Igreja dispõe [...].

No âmbito pessoal, educar-se e educar para o respeito ao direito de todos, para o cuidado responsável com o planeta, [...] para valorizar cada um pelo que é, pelo potencial que tem e não por aquilo que possui como riqueza material (CONIC, 2009, p. 63-64).

Partindo desses pontos de ancoragem, o texto apresentou um compilado de dados estatísticos acerca da situação econômica do país à época e seus principais impactos. Dentre as principais discussões elencadas, destaca-se a necessidade de haver um sistema econômico que de fato busque amortecer as desigualdades sociais, sobretudo junto à criação de subsídios que garantam a seguridade social e um sistema tributário equitativo, os quais atuem em favor da redução da fome e da miséria, da conservação dos recursos naturais, da justa distribuição dos bens públicos, da criação de mecanismos que atendam às necessidades trabalhistas rurais e urbanas e de ações baseadas na economia solidária.

No texto-base, também foram apresentadas algumas propostas com o intuito de sensibilizar os poderes públicos e a sociedade quanto à necessidade de se promover uma cultura política que vise a solidificação de uma economia integrativa capaz de atender às necessidades dos cidadãos e de respeitar as exigências de conservação da natureza nos mais diversos âmbitos, como se vê no Quadro 34, a seguir:

Quadro 34 - Ações para o alcance de uma economia integrativa

| | |
|---|--|
| Para a emancipação do ser humano e do trabalho | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Incluir a alimentação adequada entre os direitos previstos na Constituição Federal; ✓ Denunciar a exploração praticada por quem submete crianças ao trabalho e pessoas adultas a um tempo de trabalho acima da jornada legal; ✓ Mobilizar-se para defender a solidez das leis trabalhistas. |
| Para a consolidação de políticas públicas que garantam a seguridade social | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Exigir a Auditoria da Dívida Pública; ✓ Lutar em favor de uma tributação justa e progressiva; ✓ Exigir políticas econômicas redistributivas dos bens e das riquezas garantidas por leis e efetivadas pelas estruturas do Estado; ✓ Promover ações de pressão social para que o direito à alimentação e nutrição, no conjunto dos direitos sociais, seja uma prioridade política; ✓ Instituir o Fundo Nacional de Seguridade Social autônomo com relação aos critérios fiscais. |
| Para ações que visem a preservação do meio ambiente e atuem em favor da Reforma Agrária | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Impedir a depredação dos recursos naturais, revertendo a tendência destrutiva dos agentes causadores das mudanças climáticas; ✓ Garantir o acesso à água como direito humano e bem público que não pode ser privatizado nem mercantilizado; ✓ Insistir na Reforma Agrária, que é uma luta histórica de entidades e de Igrejas e uma necessidade de toda a sociedade, tanto dos moradores da cidade como dos moradores do campo. |

Fonte: adaptação da autora (2021).

Incentivar as comunidades cristãs a inteirar-se acerca das discussões econômicas do país foi um caminho encontrado pelo CONIC para alertar a sociedade quanto à necessidade de implantação de um modelo econômico que tenha como base a solidariedade, a justiça e o bem comum. Para alcançar essa finalidade, esta CFE destacou não só a importância da cooperação integrativa para a transformação social baseada na força do diálogo, na colaboração entre Igrejas e sociedade e na formação de grupos militantes, mas também de uma sólida política sindical que atue em favor das classes menos favorecidas. Em uma sociedade marcada por tantas mazelas sociais e econômicas, torna-se urgente a busca por subsídios que garantam um desenvolvimento econômico equitativo e integrado (Figura 29).

Figura 29 - Cartaz de divulgação da Campanha da Fraternidade do ano de 2010



Fonte: CNBB (2021).

4.1.7 A Dimensão Política (Nacional)

A sétima dimensão a ser analisada foi a política (nacional). De acordo com Sachs (2008, p. 87), a dimensão política nacional está associada à “democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos, desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores e um nível razoável de coesão social”.

Em convergência com esse conceito, foram elencadas 4 (quatro) Campanhas da Fraternidade, as quais foram categorizadas considerando-se os critérios de sustentabilidade, conforme demonstrativo a seguir (Quadro 35):

Quadro 35 - Demonstrativo da categoria de abordagem da Dimensão Política (nacional) referenciada nos textos-base das Campanhas da Fraternidade

| Categoria de abordagem | Campanhas da Fraternidade (lema) |
|------------------------|--|
| POLÍTICA NACIONAL | 30. “A fraternidade e a política”/“Justiça e paz se abraçarão” (1996) |
| | 31. “Fraternidade e segurança pública”/“A paz é fruto da justiça” (Is 32, 17)” (2009) |
| | 32. “Fraternidade e saúde pública”/“Que a saúde se difunda sobre a terra” (cf. Ecle 38,8) (2012) |
| | 33. “Fraternidade e políticas públicas”/“Serás libertado pelo direito e pela justiça” (2019) |

Fonte: adaptação da autora (2021).

4.1.7.1 “A fraternidade e a política”/“Justiça e paz se abraçarão” (1996)

A CF de número 29 (vinte e nove) apresentou, como ponto de discussão temática, a política brasileira. No ano de 1996, as eleições municipais no Brasil ocorreram em 3 de outubro e 15 de novembro. Foi o primeiro processo eleitoral realizado no governo Fernando Henrique Cardoso e o último antes da legitimação da reeleição destinada aos cargos executivos. Também foi a primeira eleição realizada com auxílio das urnas eletrônicas, disponíveis para um terço da população votante (TSE, 2021). Fatos que motivou e entusiasmou a escolha do tema dessa campanha.

O texto-base amparou-se na premissa de que o campo político, enquanto busca do bem comum e do bem-estar social, interessa à Igreja e aos seus representantes. Logo, a inserção da Igreja nessa esfera institucional foi apresentada como parte de sua missão evangelizadora e tiveram como objetivo demonstrar valores humanos e evangélicos que pudessem orientar a conduta dos cristãos, tanto na vida pessoal quanto nas relações sociais. A Igreja também se coloca como responsável por denunciar as injustiças sociopolíticas que contravêm aos direitos e, conseqüentemente, à dignidade da pessoa humana.

O documento apresenta algumas definições histórico-filosóficos acerca da política brasileira, bem como traços da cultura do país e das suas diversas representações políticas. Nessa conjuntura, foram levantadas questões referentes à cultura política das elites econômicas, à cultura política da classe média, à cultura política das classes menos favorecidas (setores politicamente engajados e setores populares de tradição religiosa), à cultura política da massa desorganizada, à cidadania como fraternidade política, ao papel das políticas públicas, à atuação dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, ao acesso ao poder político (partidos, leis eleitorais), à crise político-partidária brasileira, à necessidade de

uma reforma estrutural destinadas à redistribuição equitativa da riqueza nacional, dentre outros.

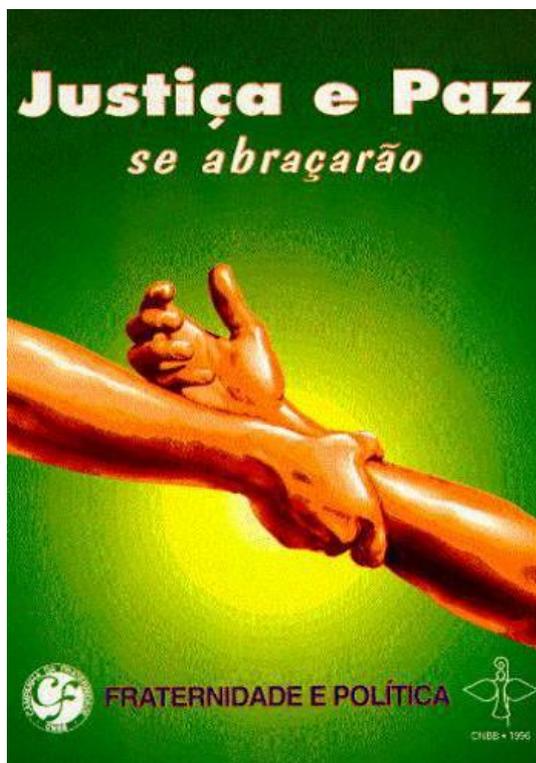
O documento anunciou, sob a égide do evangelho, a perspectiva cristã no cenário político. Nesta sessão, discutiu-se sobre a fraternidade, a justiça e a comunhão com Deus no âmbito político, a participação dos profetas na política, Jesus e as estruturas políticas de seu tempo, a relação estabelecida entre fé e política, a ação ética e escatológica da Igreja na política, os critérios para a missão da Igreja na política e a contribuição dos cristãos no processo político.

A campanha também propôs, com base em seus documentos, caminhos que pudessem nortear a ação dos cristãos no cenário político, tais como publicar documentos sobre a situação política do país e suas exigências baseadas na justiça social, criar organismo de solidariedade em favor dos menos favorecidos, denunciar a violação dos direitos humanos, conhecer as propostas e práticas dos partidos e candidatos e motivar grupos de reflexão, movimentos organizados e pastorais nas paróquias, para fazerem um levantamento detalhado das forças políticas existentes no município (partidos políticos, associações, sindicatos, grupos populares).

Nessa conjuntura, entende-se que toda instituição deve incentivar seus colaboradores a participar, democraticamente, das decisões econômicas, políticas, sociais e culturais que dizem respeito à sociedade. A democracia só se materializa, de fato, quando os sistemas sociais não excluem parcelas da população. Todos têm direito ao trabalho com justa remuneração, à moradia, à educação, à organização sindical e à participação justa nos lucros nacionais.

Debater política no âmbito da Igreja, sem romper a unidade e a caridade, assegurando a pluralidade de opiniões e de condutas políticas constitui um dos desafios mais sérios, sobretudo para a Igreja Católica, que é detentora de um consolidado viés político-ideológico. Nesse sentido, para discutir temas políticos, é preciso respeitar a diversidade de opiniões e de opções entre os cristãos (Figura 30). A multiplicidade de pensamentos e possibilidades de atuação deve ser assegurada dentro da Igreja, pois os princípios comuns – como a democracia, a participação, a justiça social, a dignidade da pessoa humana e o bem comum – estão imbricados no tecido social e devem ser tratados como prioridade, independentemente do direcionamento espiritual de cada eleitor(a) e de cada candidato(a).

Figura 30 - Cartaz de divulgação da Campanha da Fraternidade do ano de 1996



Fonte: CNBB (2021).

4.1.7.2 “Fraternidade e segurança pública”/“A paz é fruto da justiça” (Is 32, 17)” (2009)

A CF de número 30 (trinta) abordou o tema segurança pública, perspectivando suscitar o empenho coletivo acerca da construção da justiça social e da garantia de segurança para todos. A campanha partiu da premissa de que a segurança pública é dever do Estado, mas também é direito e responsabilidade de todos (CNBB, 2008a). Desse modo, a segurança deve ser cumprida com a finalidade de preservação da ordem pública e da integridade social. Este ideário de segurança pública desemboca no reconhecimento de que o Estado Democrático de Direito é o modelo político abarcado pelo Brasil. Logo, ao reconhecer que a edificação de ordem pública não é função exclusiva do Estado e está condicionada também às atitudes dos cidadãos, quer individualmente quer coletivamente, a Constituição Federal revela o compromisso com a garantia da prática integral da cidadania (MIRANDA; NASCIMENTO; MELLO, 2007).

O texto-base se debruçou sobre um compilado de dados históricos que foram apontados como responsáveis pelo agravamento da insegurança atual, principalmente a violência protagonizada pelos portugueses no período colonial, a qual, até hoje, imprime

marcas na sociedade brasileira. Dentre as vítimas das mais diversas formas de violências, estão os índios, os negros, a população que se encontra à margem da sociedade, as mulheres, sobretudo as indígenas, as negras e as de classes sociais menos privilegiadas, que sofrem as consequências do racismo⁵⁸ e de um sistema produtivo marcado pelo patriarcalismo, pela misoginia, pela discriminação e pela privação de direitos.

Dentre as principais abordagens, destacaram-se as origens e os tipos de conflitos que envolvem a segurança pública; a questão do medo e a pedagogia do controle; a manipulação do medo como meio de controle da violência; os discursos sobre a violência, a pirâmide social e a criminalidade; os tipos de violência (estrutural, física, simbólica); a violência familiar, a violência contra o nascituro e sua mãe; a violência exercida pelos meios de comunicação social; a violência e os grupos sociais; a violência do racismo; a violência no campo; a violência contra os povos indígenas; a violência no trânsito; a violência contra a natureza; a violência contra os defensores de direitos humanos; a violência policial e a violência contra os policiais; a violência, a corrupção e a injustiça social; a violência explícita; bem como a políticas públicas de segurança; o sistema de garantia e defesa de direitos; as ações solidárias; as ações sócio transformadora e a ação pastoral da Igreja.

O texto também apresentou, com base nos fundamentos cristológicos, orientações de enfrentamento, nos diversos âmbitos sociais, dos desafios decorrentes da ausência de segurança. Para tal, foram apresentados a missão/serviço da Igreja e o projeto de promoção da paz, a caridade como critério de julgamento e o protagonismo histórico de agentes que lutaram em favor da paz e da superação do sofrimento. Nesse contexto, a Igreja sugere que os cristãos possam criar grupos organizados os quais busquem atuar na elaboração e execução de políticas públicas, estabelecendo articulações e parcerias nas diferentes áreas sociais, visando:

[...] promover a formação de leigos e leigas competentes e animá-los a organizarem-se para a construção de uma sociedade segura, incentivando-os a participar em organismos de decisão, nacionais e internacionais;
 [...] promover fóruns, seminários e congressos que estudem e analisem temas concretos da atualidade acerca da segurança pública;
 [...] aprofundar o conhecimento sobre as questões de segurança pública através da promoção de palestras e cursos destinados a bispos, presbíteros, diáconos, religiosos e religiosas, leigos e leigas, com especial atenção às pastorais da criança, do menor, da juventude, da família, da saúde, da educação, carcerária e da sobriedade;

⁵⁸ De acordo com Almeida (2018, p. 25), “racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios, a depender ao grupo racial ao qual pertençam”.

[...] acompanhar e apoiar as associações que lutam para superar as causas da insegurança;

[...] promover o diálogo com os Poderes Públicos para a elaboração de programas, leis e políticas públicas que permitam a construção de uma sociedade mais segura;

[...] valorizar o diálogo ecumênico, inter-religioso e inter-cultural para que, através da explicitação de valores comuns, [possa-se] encontrar caminhos de colaboração solidária na construção da vida segura;

[...] lutar contra toda forma de violência e discriminação, e apoiar iniciativas adequadas na defesa dos direitos humanos;

[...] apoiar os católicos e as pessoas de boa vontade que militam nos difíceis campos da política, da economia solidária, das comissões de direitos humanos, das relações internacionais (CNBB, 2008a, p. 112-116).

Essas articulações sugeridas pela CF vão se reverberar na compreensão de que a luta contra a ausência de segurança deve ser priorizada não só pelos poderes constituídos ou pela sociedade, mas também pela Igreja. A segurança pública é uma demanda social que, para ser consolidada, deve atuar em consonância com as estruturas estatais e as demais organizações (Figura 31). As instituições e órgãos das mais diversas naturezas devem criar estratégias para garantir a segurança da sociedade (ou seja, segurança pública), um eixo político munido de planos, programas e ações, os quais, ao serem devidamente implementados, possam assegurar a segurança individual e coletiva.

Figura 31 - Cartaz de divulgação da Campanha da Fraternidade do ano de 2009



Fonte: CNBB (2021).

4.1.7.3 “Fraternidade e saúde pública”/“Que a saúde se difunda sobre a terra” (cf. Ecle 38,8) (2012)

A CF de número 31 (trinta e um) trouxe para o cerne da discussão a saúde pública brasileira, perspectivando sensibilizar um maior número de fiéis acerca da realidade vivenciada por aqueles que não têm acesso à assistência de Saúde Pública condizente com suas necessidades mais proeminentes e reivindicar um sistema de saúde eficiente e integrativo. A saúde é direito de todos e dever do Estado. Políticas sociais e econômicas devem proporcionar a implementação das políticas de saúde, a redução de riscos a doenças e o acesso equitativo aos serviços e às ações para sua promoção. Porém, para que esse dever seja cumprido de modo a beneficiar toda a população, cabe aos cidadãos, às organizações e às entidades civis e religiosas exigir do Estado o cumprimento de suas responsabilidades constitucionais, bem como acompanhar e fiscalizar a qualidade dos serviços públicos prestados (CNBB, 2011b).

A discussão acerca da Saúde Pública brasileira já esteve presente em duas outras campanhas, a de 1981 e a de 1984. Iniciativas que representam um marco importante da ação da Igreja Católica no país, tanto na perspectiva da saúde quanto na perspectiva da saúde pública. Essas discussões tiveram significativa aderência concomitante ao desenvolvimento de ações pastorais, que resultaram na contribuição da Igreja para o cumprimento das Metas do Milênio⁵⁹, com as quais o governo brasileiro havia estabelecido compromisso.

O texto-base desta campanha foi amparado pelas diretrizes estabelecidas nas Metas do Milênio e enfatizou os indicadores que apresentaram referência direta com a saúde pública brasileira: redução da mortalidade infantil, melhoria da saúde materna, combate a epidemias e doenças e garantia da sustentabilidade ambiental. Foram apresentados dados do Ministério da Saúde acerca da situação social dos indicadores elencados, bem como as ações encabeçadas pelo governo, pela sociedade e pela Igreja em prol da consecução desses objetivos.

As ações promovidas pela Igreja Católica foram executadas por intermédio das Pastorais Sociais, da Pastoral da Criança e da Pastoral da Saúde. Quanto à redução da mortalidade infantil e à melhoria da saúde materna, a Pastoral da Criança, por intermédio do trabalho contínuo de inúmeros voluntários, promoveu (como ainda promove) o

⁵⁹ As metas do milênio foram estabelecidas pela ONU em 1990, com o apoio de 191 nações, e ficaram conhecidas como Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). As metas foram implementadas com objetivo de melhorar os indicadores sociais de diversos países (BRASIL, 2020).

desenvolvimento integral das crianças em situação de vulnerabilidade, desde o nascimento até os seis anos de idade, no seio familiar e comunitário. Com práticas preventivas de saúde e nutrição, auxiliou adolescentes grávidas e direcionou-as para a supervisão pré-natal; além disso, a Pastoral acompanhou a implementação da Política de Humanização do Pré-Natal e do Nascimento, existente desde o ano 2000.

Quanto ao combate a epidemias e doenças, a Igreja Católica, desde abril de 2009, tem colaborado com o Programa Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST/AIDS), do Ministério da Saúde, que tem como objetivo incentivar o diagnóstico precoce do HIV e da sífilis. Nesse programa, estão envolvidas as Pastorais da AIDS, da Criança, da Saúde, Familiar e as Sociais, que, junto às campanhas, buscam orientar as pessoas a realizarem o teste anti-HIV, a fim de evitar a proliferação da doença e o aumento do risco de morte. As ações pastorais também colaboram com as campanhas de prevenção do câncer, de combate à dengue, à hanseníase e à tuberculose.

Quanto à garantia da sustentabilidade ambiental, o documento ressaltou que o estilo de vida da sociedade capitalista tornou-se fator preponderante no aumento das chamadas doenças da civilização (diabetes, obesidade, coração, câncer, entre outras). Os danos causados ao meio ambiente têm provocado diversos prejuízos à saúde, razão pela qual o homem deve buscar conciliar o desenvolvimento com a sustentabilidade. De acordo com a Organização Mundial da Saúde, cerca de 2 milhões de pessoas morrem anualmente, em todo o mundo, devido à poluição do ar. A temática ambiental já foi, em anos anteriores, abordada pela CF. A Igreja está consciente de que os impactos ambientais provocados pela ação humana têm interferido diretamente na saúde e na qualidade de todos os seres vivos; por essa razão, faz-se necessário levantar reflexões sobre a temática.

O texto também apresentou dados acerca do panorama atual da Saúde no Brasil, das principais preocupações na saúde pública brasileira, dos números atuais do sistema de saúde pública, dos determinantes sociais na saúde, dos conceitos básicos do Sistema Único de Saúde (SUS), da problemática do financiamento da saúde pública no Brasil, da participação complementar das Instituições Privadas sem fins lucrativos no SUS, dos avanços no SUS, dos direitos, da humanização e da espiritualidade na saúde e dos desafios enfrentados pelo SUS.

Mais adiante, apresentaram-se alguns conceitos de saúde, tendo como base as perspectivas bíblicas (a saúde no Antigo e no Novo Testamento, o Eclesiástico e a sabedoria popular em saúde), as perspectivas teológicas (o horizonte humano e teológico do sofrimento) e a prática pastoral exercida pela Igreja (a Igreja como comunidade servidora, os enfermos no seio da Igreja e a ação da Igreja na saúde). Dentro dessas abordagens, foram elencadas

indicações para ações transformadoras, com destaque para a Pastoral da Saúde. O Quadro 36, abaixo, apresenta um panorama acerca das ações desenvolvidas por essa Pastoral.

Quadro 36 - Características gerais da Pastoral da Saúde

(continua)

| Pastoral da Saúde | |
|--|--|
| Finalidade | Promover, educar, prevenir, cuidar, recuperar, defender e celebrar a vida ou promover ações em prol da vida saudável e plena de todo o povo de Deus, tornando presente, no mundo de hoje, a ação libertadora de Cristo na área da saúde. Sua atuação é em âmbito nacional e de referência internacional. |
| Colaboradores | No Brasil, a Pastoral da Saúde conta com cerca de 80 mil agentes voluntários, são eles: o bispo, os presbíteros, os capelães, os diáconos, os religiosos e as religiosas e os leigos. No entanto, os profissionais de saúde cristãos e católicos (médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, assistentes sociais) são os agentes naturais da pastoral da saúde. |
| Frentes de atuação | Solidária Acolhimento solidário aos que estão desamparados nos leitos hospitalares. |
| | Comunitária Desenvolver ações de caráter educativo e preventivo para toda a comunidade em relação às enfermidades comuns. |
| | Político-Institucional Conscientizar o cidadão brasileiro de seus direitos e deveres no Sistema de Saúde, através da participação efetiva dos agentes nos Conselhos de Saúde, em âmbito local, municipal, estadual e nacional. |
| Propostas de ação para a Igreja cooperar no avanço do Sistema Público de Saúde | Articular a participação efetiva de membros das comunidades nas instâncias colegiadas do SUS (Conselhos municipais e Conferências de Saúde), nas três esferas de governo, oferecer-lhes respaldo e acompanhá-los neste trabalho; Estabelecer parcerias com Defensoria Pública, Controladoria Geral da União (CGU), Advocacia Geral da União (AGU), Procons, Ministério Público, Fóruns de Justiça, dentre outros, para denunciar situações de irregularidade na condução da coisa pública. |
| Propostas de ação para as famílias | Estimular a adoção e a manutenção de padrões e estilos de vida saudáveis e a abolição de hábitos inadequados de vida, até reeducação alimentar e incentivo à atividade física regular; Incentivar e difundir programas de coleta seletiva e de reciclagem, no suporte a projetos de pesquisa na área ambiental e no estímulo a práticas sustentáveis, divulgadas em empresas, escolas e comunidades. |
| Propostas de ação para a sociedade | Incentivar a intersectorialidade das ações (saúde, educação, desenvolvimento social, justiça, esporte, emprego e renda), para promoção, prevenção, proteção, tratamento, reabilitação e recuperação da saúde, construindo uma sociedade justa e saudável; Comunicar sistematicamente problemas não resolvidos nos serviços de saúde à Ouvidoria do SUS (difundir o Disque Saúde 136). |
| Propostas para a ação para temáticas específicas | Quanto ao acesso no atendimento dos doentes na rede de saúde pública Promover o direito ao atendimento ágil e no tempo certo, humanizado e acolhedor, realizado por profissionais qualificados em ambientes limpos, confortáveis e acessíveis a todos e livre de qualquer discriminação; Reivindicar, junto aos governos, que se coloque em prática o direito à integralidade da atenção à saúde do cidadão, incluindo a assistência farmacêutica em todos os níveis e complexidades de atenção. |

Quadro 36 - Características gerais da Pastoral da Saúde

(conclusão)

| | | |
|---------------------------|--|---|
| | Quanto à gestão do sistema de saúde pública | Exigir maior responsabilização sanitária dos gestores técnicos (secretários e ministro da saúde) e políticos (prefeitos, governadores e presidente) em relação à boa condução das políticas públicas de saúde; Estimular os interessados em contribuir para uma melhor saúde pública a capacitações sistemáticas em controle social e políticas públicas de saúde. |
| | Quanto à problemática do financiamento | Mobilizar as forças sociais e de governo para ampliar os investimentos e o apoio técnico e financeiro aos municípios, com o objetivo de expandir e qualificar a atenção básica, capacitar os profissionais envolvidos e melhorar a qualidade dos serviços de saúde. |
| | Quanto aos fatores externos | Denunciar, aos Conselhos de Classe Profissional, Ouvidoria, Conselhos de Saúde e Ministério Público, possíveis transgressões éticas e profissionais no atendimento à saúde; Denunciar, aos órgãos competentes, quaisquer constatações de desvios de verbas ou práticas de corrupção que envolvam os diversos atores da saúde pública no país. |
| Propostas gerais para SUS | Priorizar a atenção básica em relação aos outros níveis de atenção à saúde, fortalecendo e interiorizando as redes especializadas de atenção à saúde; Estudar uma forma de coparticipação ou contribuição emergencial à saúde pública dos setores empresariais que usufruem ou estimulam hábitos inadequados à saúde. | |

Fonte: adaptação da autora (2021).

Das três Campanhas da Fraternidade que abordaram a temática saúde, esta foi a que teve maior aderência quanto à visibilidade e amplitude das informações discutidas. Reivindicar, em meio a um contexto social marcado por desigualdade e injustiça, um ideal de saúde equitativa, é dever de todos. Este constructo deve corroborar com o alcance e a implementação de políticas sociais orientadas pelos referenciais de justiça e solidariedade, nas quais todos os brasileiros tenham acesso equânime e integral aos cuidados necessários de saúde, independentemente de sua condição social, raça, gênero, cor ou religião (Figura 32). As ações já praticadas pela Igreja Católica, neste âmbito, representam uma efetiva práxis no que tange as necessidades das populações menos favorecidas.

Figura 32 - Cartaz de divulgação da Campanha da Fraternidade do ano de 2012



Fonte: CNBB (2021).

4.1.7.4 “Fraternidade e políticas públicas”/“Serás libertado pelo direito e pela justiça” (2019)

A CF de número 32 (trinta e dois) trouxe a temática políticas públicas para o centro da discussão, buscando entusiasmar a participação dos cristãos nas tomadas de decisão do Estado e perspectivando o fortalecimento da cidadania e do bem comum com base no direito e na justiça (CNBB, 2018). As políticas públicas e sociais são constituídas por elementos históricos e detêm significativo papel nos Estados democráticos hodiernos (GIANEZINI *et al.*, 2017). Sua discussão engloba diversas esferas sociais, a exemplo da saúde, da educação, da assistência social, dentre outras; desse modo, fomentar a participação dos cidadãos nesse debate torna-se condição indispensável para o cumprimento das diretrizes sociais estabelecidas pelo corpo legislativo responsável por esses setores.

O texto-base apresentou um contexto histórico acerca da trajetória política brasileira com ênfase para as políticas públicas. Dentre os principais temas, abordaram-se os tipos de políticas públicas, as políticas de governo e políticas de Estado, as políticas públicas e o sistema econômico, os condicionantes e os ciclos das políticas públicas, o papel e a participação dos atores sociais e a colaboração dos movimentos sociais nas políticas públicas e o protagonismo dos jovens na elaboração de políticas públicas eficientes.

Também foram apresentadas no texto, como subsídio norteador, narrativas do Antigo Testamento e do Novo Testamento, com ênfase para a legislação do direito e da justiça, para os profetas e o anúncio da justiça e para a sabedoria como educadora da justiça. Além disso, consta a contribuição da Doutrina Social da Igreja acerca da necessidade de se consolidar uma participação ativa e consciente dos cristãos e leigos na discussão, elaboração e execução das políticas públicas.

Quanto à participação no controle social das políticas públicas, no texto, sugeriu-se que os cristãos buscassem se incluir nos Conselhos de Direitos (locais, municipais, estaduais e federal), que encontrassem formas de contribuir para a resolução de situações que limitam o cumprimento dos direitos, que se animassem em elaborar mecanismos de participação popular que corroborassem com a democratização estatal e com o fortalecimento da gestão participativa, que rediscutissem a própria responsabilidade em temas como sustentabilidade, respeito aos direitos, liberdade religiosa, educação para a solidariedade e conservação dos bens públicos, e que incentivassem a intersetorização das ações sociais (saúde, educação, desenvolvimento social) para a promoção do bem-estar coletivo.

Apesar de esta Campanha ter se empenhado em motivar a participação dos cristãos na elaboração e na implementação de políticas públicas, foi possível identificar nela um alinhamento doutrinal muito consolidado. Em alguns contextos apresentados, verificou-se a inserção da Doutrina Social da Igreja como subsidiária interina para o alcance integral do bem comum (Figura 33). É bem verdade que o princípio democrático prevê a inserção da sociedade civil organizada, das comunidades, dos movimentos e das pastorais nos processos de participação social, mas faz-se necessária uma maior adesão aos processos legislativos, que são responsáveis por reger os interesses dos cidadãos, independentemente do alinhamento religioso professado.

Figura 33 - Cartaz de divulgação da Campanha da Fraternidade do ano de 2019



Fonte: CNBB (2021).

4.1.8 A Dimensão Política (Internacional)

A oitava e última dimensão a ser analisada foi a política (internacional). De acordo com Sachs (2008, p. 87), a dimensão política internacional está

[...] baseada na eficácia do sistema de prevenção de guerras da ONU, na garantia da paz e na promoção da cooperação internacional; Pacote Norte-Sul de co-desenvolvimento, baseado no princípio da igualdade (regras do jogo e compartilhamento da responsabilidade de favorecimento do parceiro mais fraco), controle institucional efetivo da aplicação do Princípio da Precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais, prevenção das mudanças globais negativas, proteção da diversidade biológica (e cultural), gestão do patrimônio global, como herança comum da humanidade, sistema efetivo de cooperação científica e tecnológica internacional e eliminação parcial do caráter commodity da ciência e tecnologia, também como propriedade da herança comum da humanidade.

Em convergência com esse conceito, foi elencada 1 (uma) CF, que foi categorizada considerando-se os critérios de sustentabilidade, conforme demonstrativo a seguir (Quadro 37).

Quadro 37 - Demonstrativo da categoria de abordagem da Dimensão Política (internacional) referenciada nos textos-base das Campanhas da Fraternidade

| Categoria de abordagem | Campanhas da Fraternidade (lema) |
|------------------------|---|
| POLÍTICA INTERNACIONAL | 34. “Solidariedade e Paz”/“Felizes os que promovem a paz”* (2005) |

*Campanha da Fraternidade Ecumênica.

Fonte: adaptação da autora (2021).

4.1.8.1 “Solidariedade e Paz”/“Felizes os que promovem a paz” (2005)

A CF de número 34 (trinta e quatro) trouxe a temática solidariedade e paz, perspectivando a união das Igrejas Cristãs, dos seus colaboradores e da sociedade em busca da superação da violência e promovendo uma ação solidária baseada na cultura de paz. A iniciativa dessa campanha estendeu-se a todas as denominações cristãs representadas pelo CONIC, constituindo assim uma significativa colaboração ecumênica. Em uma sociedade marcada pela intensificação das mais diversas formas de violências, iniciativas que buscam partilhar o empenho pela promoção da paz e da solidariedade tornam-se instrumentos eficazes de sensibilização e reflexão coletiva, bem com um incentivo social para a construção de práticas/ações mais fraternas e mais sensíveis às necessidades dos cidadãos que se encontram em situação de vulnerabilidade.

A prática ecumênica proposta por essa campanha demonstrou que o trabalho em conjunto, protagonizado pelas Igrejas Cristãs, tem ganhado significativa aderência, não somente entre os cristãos, mas entre toda a sociedade. No ano 2000, a CF também foi realizada nesse formato, o que motivou a inserção do ecumenismo na Campanha do ano de 2005. O objetivo foi dar continuidade à temática abordada 5 anos antes, trazendo novos enfoques, incluindo não apenas o resgate e a defesa da dignidade humana, mas também a apresentação de subsídios solidários que impulsionem a criação de condições de paz.

A primeira parte do texto-base foi ancorada na Boa Nova da paz quanto à perspectiva bíblica. Nessa direção, abordaram-se o conceito de paz elaborado pelas Sagradas Escrituras, os fundamentos bíblicos acerca da solidariedade e da paz, a denúncia dos profetas referente à violência, os direcionamentos cristológicos para o alcance da paz e a solidariedade praticada pelas primeiras comunidades cristãs.

Na segunda parte do texto, foi apresentado um panorama internacional e nacional acerca das circunstâncias que afetam diretamente a promoção de uma cultura de paz. Dentre as principais problemáticas internacionais, foram citados os abruptos processos de colonização e o massacre das populações nativas, a tecnologia bélica, a primeira e a segunda

guerra mundial, a imposição de sistemas totalitários, o terrorismo, os conflitos étnicos, as ameaças nucleares, a fome, a subnutrição, a intensificação dos impactos ambientais, as perseguições de ordem cultural e religiosa, dentre outros.

No que tange ao cenário internacional, foram apresentadas iniciativas de diversos órgãos, grupos e instituições em favor da paz, como a promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, ações contra a corrida armamentista, a Campanha Internacional para a Eliminação das Minas Terrestres, o controle de armas químicas e biológicas, o movimento pela objeção de consciência, a solidariedade aos povos em conflito, a educação para a paz, a sensibilidade ecológica, o movimento Ecumênico e o diálogo inter-religioso e o Fórum Social Mundial.

Dentre as principais problemáticas nacionais, elencou-se a violência urbana (assaltos, tráfico de drogas, violência no trânsito), a violência rural (concentração fundiária, êxodo rural forçado, agronegócio), a violência econômica (desemprego, precária prestação de serviços básicos), a violência cultural (preconceito contra negros, indígenas, mulheres, portadores de deficiência, homossexuais) e a violência estrutural (injusta distribuição de renda). Tendo em vista esse panorama e visando amortecer os impactos apresentados, foram criadas iniciativas, públicas e privadas, como a Pastoral da Criança, a Rede Gandhi, a Semana Social Brasileira, o Viva Rio, a campanha pela valorização e pelo direito ao trabalho e a campanha “O Brasil tem fome de direitos”.

As Igrejas desempenham papel fundamental junto a essas iniciativas, tendo em vista que, muitas das situações apresentadas são amparadas pelo esforço dos grupos voluntários ligados as instituições religiosas. Apesar disso, o texto-base deixou claro que as próprias Igrejas também falham na função de promotoras da paz, sobretudo:

Sendo omissas diante de problemas sociais graves;
 Atacando-se mutuamente;
 Transmitindo uma educação religiosa que favorece preconceitos;
 Criando internamente estruturas injustas, que ferem ou excluem pessoas;
 Estimulando a intolerância, que se nega a compreender e respeitar os diferentes;
 Substituindo a missão de servir pela busca do poder, pessoal ou institucional
 (CONIC, 2005, p. 42).

Cabe, portanto, um processo de sensibilização contínuo, em que todos sejam convocados à corresponsabilização social, dentro e fora da Igreja. A busca por um diálogo ecumênico é um caminho profícuo, no qual muitas Igrejas vêm descobrindo como atingir, da

melhor maneira, a vivência da paz. As melhores soluções são as que são postas em prática, seja em nível pessoal, comunitário ou social.

Nessa perspectiva, considerou-se que esta CFE apresentou direcionamentos participativos com o objetivo de nortear ações das Igrejas Cristãs e da sociedade em diversos âmbitos, como, por exemplo, na participação ativa na elaboração e controle das políticas públicas para a construção de uma sociedade democrática; na integração em conselhos para a defesa do direito das crianças, dos adolescentes e dos idosos; participação no conselho de controle social; e nas campanhas de mobilização para registro civil e de nascimento, dentre outros.

A abordagem ecumênica apresentada pela CF de 2005 trouxe consigo a importância de ampliar as discussões acerca da solidariedade e da paz, especialmente por fomentar debates socialmente integrativos que contemplassem as necessidades mais proeminentes da sociedade (Figura 34). Nessa perspectiva, observou-se que os direcionamentos propostos pelo CONIC motivaram as relações dialógicas inter-religiosas e abriram espaço para diálogos entre Igrejas Cristãs, sociedade e demais setores/instituições sociais.

Figura 34 - Cartaz de divulgação da Campanha da Fraternidade do ano de 2005



Fonte: CNBB (2021).

4.2 Análise conclusiva

A discussão acerca das Campanhas da Fraternidade evidenciou que, ao longo dos anos, esse serviço evangelizador, prestado pela Igreja Católica e pelas Igrejas vinculadas ao CONIC, tem buscado se aproximar com maior veemência dos debates públicos nacionais. Logo, a representatividade dada por tais campanhas às questões socioambientais

demonstraram que a Igreja Católica tem se esforçado para apresentar ações evangelizadoras, na perspectiva de sensibilizar os fiéis quanto ao modo como estes se correlacionam com o ambiente.

A análise também revelou que, apesar de as campanhas estarem alinhadas às dimensões da sustentabilidade propostas por Sachs (2008), algumas – sobretudo as realizadas na primeira fase (1964-1972) e no início da segunda (1973-1984) – tiveram dificuldade para solidificar seus direcionamentos pastorais, por apresentarem um discurso distante da realidade vivenciada no país, por se apoiarem em ações imbuídas no campo utópico ou ainda por não terem conseguido encontrar mecanismos de participação popular mais eficazes; ademais, principalmente na metade da segunda e no decorrer da terceira fase (1985-2020), notou-se uma maior aderência às necessidades socioambientais nacionais.

No que tange aos avanços e retrocessos, analisados com base nas dimensões da sustentabilidade propostas por Sachs (2008), verificou-se que, na Categoria Social, as Campanhas da Fraternidade dos anos 1968, 1971, 1974, 1975 e 1976 apresentaram conceituações, teóricas e práticas, pouco expressivas, devido não só ao fato de terem inaugurado este trabalho pastoral e, pois, à pouca experiência na prestação deste tipo de serviço, mas também à influência do período histórico em que o país se encontrava.

As campanhas realizadas nos anos 1978, 1981, 1984, 1985 e 1991 (período marcado pela adoção do método Ver-Julgar-Agir) apresentaram um avanço considerável quanto à contextualização acerca das necessidades mais proeminentes do Brasil, apesar de algumas ainda estarem alinhadas a conjecturas conceituais de base antropocêntrica. As campanhas de 1995 e 1998 conseguiram ampliar significativamente suas linhas discursivas, mas retrocederam em alguns aspectos, sobretudo quanto ao fato de apresentarem, em alguns trechos dos textos-base, um proselitismo considerado excessivo. Já as campanhas dos anos 2000 (pioneira no ecumenismo) e 2013 apresentaram propostas práticas menos ideológicas e mais includentes, principalmente por terem experienciado o formato ecumênico em seus direcionamentos pastorais.

Na Categoria Cultural, as campanhas dos anos 1988, 1990, 2002, 2007 e 2020 conseguiram agregar, de maneira satisfatória, os aspectos culturais às conjunturas eclesiais, sobretudo por terem trazido à tona temáticas apontadas como polêmicas para a própria Igreja. Essas campanhas também buscaram, de modo geral, reavaliar posicionamentos eclesiais considerados discriminatórios e destoados da realidade vivenciada pelos grupos abordados.

Na Categoria Ecológica, a campanha do ano 1979 – apesar de, em alguns trechos do texto-base, ter apresentando equívocos conceituais quanto aos termos “preservação” e

“conservação” – demonstrou um avanço significativo, principalmente por apresentar um direcionamento conceitual distanciado das teorias antropocêntricas, identificadas, inclusive, em campanhas anteriores. Já as campanhas dos anos 2011 e 2016 (ecumênica) conseguiram incorporar conceitos específicos inerentes à sustentabilidade – o que aconteceu pela primeira vez na história das CF’s. Também chamou a atenção o fato de essas campanhas terem sugerido a reinterpretação do polêmico evangelho da Criação, apresentando um novo entendimento acerca do significado dos verbos submeter e dominar.

Na Categoria Ambiental, as campanhas dos anos 2004 e 2017 conseguiram apresentar conjunturas significativamente alinhadas às propostas de sustentabilidade apresentadas por Sachs (2008), bem como direcionamentos práticos e ações passíveis de resolutividade, fatores que puderam ser considerados como avanços quanto às propostas descritas nos textos-bases dessas campanhas. Apesar disso, a campanha de 2017 sofreu críticas por ter apresentado, em alguns trechos, um direcionamento conceitual considerado romantizado e distante da realidade vivenciada pelos povos amazônicos.

Na Categoria Território, observou-se que a campanha do ano 1980 não conseguiu se manter integrada à situação do país, atuando dentro de um direcionamento pastoral isolado e descontextualizado. Já as campanhas de 1986 e 1993 apresentaram um considerável acervo de ações integrativas, visando sobretudo o apoio de movimentos populares e de organismos de participação social (como as CEB’s e a CPT) e incentivando a estruturação de programas sociais habitacionais com foco para a população em situação de vulnerabilidade.

Na Categoria Economia, as campanhas de 1999 e 2010 (ecumênica) conseguiram apresentar a economia dentro de uma perspectiva social na qual faz-se necessário a implementação de ações que visem amortecer os impactos desse setor em diversas frentes, sobretudo no exercício de atividades laborais. As campanhas se debruçaram sobre a importância de sensibilizar a população acerca da situação de desemprego do país e também apontaram a necessidade de se edificar um modelo econômico baseado na solidariedade e na equidade social, perspectivando a ascensão de uma política econômica que vise o bem comum integral.

Na Categoria Política Nacional, as campanhas de 1996, 2009, 2012 apresentaram uma contextualização histórico-social considerada positiva. Os mecanismos de participação social apresentados nos textos-base conseguiram se apoiar em uma práxis social possível de resolubilidade. Nessa direção, essas campanhas conseguiram se manter distantes de um condicionamento excessivamente utópico, identificado em algumas das campanhas analisadas. Porém, a campanha do ano 2019, apesar de ter apresentado uma narrativa bem

articulada e integrada no que tange aos problemas político-sociais do país, apoiou-se com excesso em direcionamentos alinhados à Doutrina Social da Igreja, apontada como elemento indispensável para o alcance de uma justiça social coletiva.

Na Categoria Política Internacional, a campanha de 2005 (ecumênica) conseguiu apresentar direcionamentos pastorais profícuos, sobretudo por discutir a cultura de paz dentro de uma perspectiva inter-religiosa. O texto-base se debruçou sobre diversas situações que, nacional e internacionalmente, afetam a paz. Também foram apresentados instrumentos de participação social, com o objetivo de nortear a ação das Igrejas Cristãs e da sociedade como um todo, com vistas a suscitar uma cultura de paz que seja aplicada aos diversos âmbitos e direcionamentos socioambientais.

Frente à análise das categorias de abordagem das CF's, foi possível verificar um consolidado direcionamento interdisciplinar, sobretudo na elaboração dos textos-base, os quais contaram com o apoio de distintos campos do conhecimento. Nessa direção, Morin (2000, p. 8) explica que a interdisciplinaridade vai se reverberar em uma perspectiva equivalente à “reforma do pensamento” e da racionalidade científica, em que se deve considerar a adesão de diversos saberes.

Isso significa que as ponderações morais e a pesquisa científica devem crescer juntas e que a caridade as deve animar num todo interdisciplinar harmônico, feito de unidade e distinção. A Doutrina Social da Igreja, que tem “*uma importante dimensão interdisciplinar*”⁶⁰, pode desempenhar, nesta perspectiva, uma função de extraordinária eficácia. Ela permite à fé, à teologia, à metafísica e às ciências encontrarem o próprio lugar no âmbito de uma colaboração ao serviço do homem [...] (BENTO XVI, 2009, p. 51).

À vista disso, ao considerar a interdisciplinaridade como mecanismo capaz de agregar valor aos direcionamentos propostos pelas Campanhas da Fraternidade – sobretudo no que tange à promoção de ações socioambientais que visem o bem comum –, entende-se que esse princípio metodológico tende a proporcionar possibilidades inovadoras para a resolução dos problemas que se desencadeiam no seio da sociedade, influenciando a emancipação de novos comportamentos, atitudes e valores. É preciso que o homem se sensibilize quanto ao fato de que a conservação do meio ambiente diz respeito a uma tomada de decisão individual e

⁶⁰ Cf. Carta Encíclica Papa emitida por João Paulo II em 1991, “*Centesimus Annus*”. Disponível em: http://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_01051991_centesimus-annus.html. Acesso em: 7 abr. 2020.

coletiva e, portanto, todos devem assumir responsabilidades que busquem corroborar com a conservação integral do ambiente (JANTSCH; BIANCHETTI, 2008).

4.2.1 A Comunicação Ambiental como subsídio norteador

Ao analisar os elementos socioambientais presentes no desenvolvimento de cada uma das Campanhas da Fraternidade, percebeu-se a necessidade de apresentar um conceito que fosse capaz de consolidar de maneira mais ampla os direcionamentos propostos por esse serviço evagelizador. Nesse intuito, este subtópico irá apresentar a Comunicação Ambiental como um mecanismo capaz de orientar/estreitar os diálogos presentes nas Campanhas da Fraternidade, perspectivando ampliar sua participação nas conjunturas socioambientais emergidas nos espaços de interação social. A intencionalidade deste debate é demonstrar que a Comunicação Ambiental pode representar um subsídio capaz de consolidar a participação da Igreja Católica nas tomadas de decisão pública, robustecendo a relação entre Estado, cristãos e não-cristãos.

A Comunicação Ambiental, utilizada na divulgação de informações de caráter socioambiental, tem proporcionado discussões entre diferentes públicos e em distintos cenários de atuação, buscando a promoção de uma comunicação mais qualificada no tocante às questões de cunho ambiental e convidando a sociedade ao esclarecimento quanto ao modo como o modelo de desenvolvimento econômico vigente tem andando na contramão das necessidades socioambientais (LIMA *et al.*, 2015).

Nesse contexto, os instrumentos comunicacionais vão exercer um significativo protagonismo, sobretudo na difusão das informações ambientais; às vezes, inseridas de forma secundária no debate midiático. A difusão Comunicacional Ambiental, se atrelada às dimensões da sustentabilidade (SACHS, 2008), pode corroborar efetivamente com a propagação de informações capazes de influenciar os organismos públicos e privados, bem como as organizações de cunho religioso, objetivando publicizar o debate acerca da referida temática (COX, 2010).

Para Lima *et al.* (2013, p. 9), a prática da Comunicação Ambiental “[...] pressupõe a utilização dos fundamentos comunicacionais a favor do exercício da cidadania planetária, que estimulem ações transformadoras pela sustentabilidade do nosso meio”. Concomitante a esse pensamento, Cox (2007) pontua que a participação pública é parte intrínseca da Comunicação Ambiental. O referido autor aponta que as pautas relativas ao meio ambiente – informações de

caráter governamental, científico e processos decisórios – devem ser claras e abertas para todos.

Nesse contexto, entende-se que as Campanhas da Fraternidade e as Campanhas da Fraternidade Ecumênicas, também podem ser reconhecidas como instrumentos comunicacionais, capazes de fomentar a participação social nas tomadas de decisões socioambientais junto às comunidades eclesiais. Porém, para que a efetiva sensibilização ocorra, faz-se necessário que as campanhas adiram novos recursos/conceitos metodológicos, proporcionando não só maior adesão popular, mas também maior confiabilidade com relação às abordagens elencadas nos textos-base.

Sabe-se que a elaboração dessas campanhas é de responsabilidade de uma cúpula especializada da CNBB e que, quando ecumênicas, são elaboradas em parceria com as igrejas vinculadas ao CONIC. À vista disso, percebe-se a necessidade de inserir, nesses órgãos, profissionais de distintas áreas, objetivando agregar maior valor aos desdobramentos conceituais ali elencados.

Nessa conjuntura, Cox (2010) explicita que há uma relação indissociável entre Comunicação Ambiental e conhecimento ambiental, respaldada na qualidade e na quantidade de informações consumidas pela sociedade. Em consonância com o pensamento apresentado por Cox (2010), Leff (2006a, p. 16), salienta que “[a] crise ambiental é um efeito do conhecimento – verdadeiro ou falso – do real, da matéria, do mundo”.

Desse modo, Cox (2010) se ancora na premissa de que a percepção da sociedade acerca da situação ambiental reflete diretamente no modo como esta tem se correlacionado com o ambiente e na de que estas percepções, práticas e ações socioambientais são influenciadas diretamente pela densa construção midiática, advinda principalmente dos desdobramentos comunicacionais presentes nas organizações governamentais e não governamentais, nas instituições privadas, bem como nas organizações de cunho religioso (LIMA *et al.*, 2014).

Lima *et al.* (2014, p. 209) ainda esclarece que deve haver “[...] uma aproximação entre a prática comunicacional e a epistemologia ambiental”, porque, à medida em que o homem compreender que o meio ambiente constitui um organismo uníssono, a busca por ações que visem amortecer os impactos socioambientais torna-se mais palpável. Contudo, os diversos entendimentos e reflexões acerca da utilização prática da Comunicação Ambiental devem ser considerados a partir de uma perspectiva praxiológica.

[A] existência da Comunicação Ambiental está ligada à discussão da visibilização da crise ambiental [...]. Se há brechas para buscar outras formas de desenvolvimento e novas visões transformadoras sobre a relação sociedade-natureza, então se percebe que a Comunicação Ambiental pode constituir uma alternativa [...] (LIMA *et al.*, 2014, p. 209).

Nessa conjuntura, ao ser aderida pela CF e pela CFE, a Comunicação Ambiental pode ser utilizada como um recurso colaborativo – principalmente no que tange às tomadas de decisões que emergem na esfera pública – uma vez que, além de proporcionar uma participação democrática mais ativa nos assuntos de interesse coletivo, pode ser uma via pela qual seja possível obter maior acesso aos conhecimentos socioambientais, que, por sua vez, proporcionariam mudanças de entendimento e ação acerca da relação com o meio ambiente.

Também considera-se que a Comunicação Ambiental pode corroborar com a publicização, pós-período Quaresmal, dos resultados alcançados nas campanhas. É bem verdade que, todo ano, os padres e os bispos do Brasil são convocados a uma reunião geral realizada no Santuário Nacional de Aparecida do Norte (São Paulo) para tratar da CF, no que se refere aos avanços obtidos no respectivo ano, à avaliação das ações, bem como à escolha do tema e do lema do ano seguinte; porém, a exposição dos resultados fica restrita à cúpula eclesial, atitude que pode ser considerada como um fator inviabilizante da tomada de decisão dos agentes pastorais responsáveis pela divulgação/aplicação das campanhas nas comunidades locais, vê-se, pois, na Comunicação Ambiental um potencial agregador para a CF, reconhecida como serviço evangelizador prestado pela Igreja Católica.

5 ESBOÇO DE PLANO PASTORAL ECUMÊNICO: CAMINHOS SOCIOAMBIENTAIS POSSÍVEIS

Este capítulo destina-se à apresentação do esboço de um plano pastoral ecumênico elaborado com o auxílio dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A ideia para a criação dos ODS começou a se concretizar a partir do relatório *Nosso Futuro Comum* (Relatório *Brundtland*), documento publicado pela Cmmad, que tinha como objetivo apresentar o conceito de desenvolvimento sustentável: “[...] é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras de atenderem as suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991, p. 46).

No ano de 1992, durante a Cnumad, realizada no Rio de Janeiro, o termo foi ganhando mais expressividade e, paulatinamente, começou a integrar ações e estratégias que tinham como objetivo edificar uma correlação harmoniosa entre o desenvolvimento e a conservação ambiental. Essas estratégias deram origem à Agenda 21⁶¹. Após as discussões desencadeadas na Rio-92, no ano 2000, 191 nações firmaram compromisso com a Declaração do Milênio, que, dentre outros objetivos, buscava sintetizar os inúmeros acordos internacionais que já haviam sido elaborados na década de 1990.

A Declaração do Milênio foi resultado da Cúpula do Milênio, cuja finalidade era o estabelecimento de oito compromissos, os quais ficaram conhecidos como Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), a saber:

1. Erradicação da pobreza;
2. Universalizar a educação primária;
3. Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres;
4. Reduzir a mortalidade na infância;
5. Melhorar a saúde materna;
6. Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças;
7. Garantir a sustentabilidade ambiental;
8. Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento (ROMA, 2019, p. 34-38).

Nessa perspectiva, foram criados prazos e indicadores com o objetivo de nortear e monitorar as ações realizadas no período de 2000 a 2015. Em 2012, com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, também conhecida como Rio+20, foram definidas as bases da Agenda pós-2015 para o desenvolvimento

⁶¹ “Instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica” (BRASIL, 1992, p. 1).

sustentável. Na oportunidade, discutiu-se sobre a necessidade de ampliar a participação dos diversos setores da sociedade na elaboração de uma nova agenda de desenvolvimento. Também foram apresentadas as ideias de diversos líderes políticos acerca da importância de manter um desenvolvimento alinhado ao projeto de sustentabilidade.

Durante a conferência, também foi criado um Grupo de Trabalho Aberto que, após um ano de discussões, propôs a ampliação dos ODM e a criação de novos objetivos, os quais agora integrariam os ODS. Após um período significativo de debates e consultas junto à sociedade civil e demais órgãos públicos e privados, foi aprovado, na Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, em 2015, o documento final que estabeleceu os dezessete ODS, a saber:

1. Erradicação da pobreza;
2. Fome zero e agricultura sustentável;
3. Saúde e bem-estar;
4. Educação de qualidade;
5. Igualdade de gênero;
6. Água potável e saneamento;
7. Energia limpa e acessível;
8. Trabalho decente e crescimento econômico;
9. Indústria inovação e infraestrutura;
10. Redução das desigualdades;
11. Cidades e comunidades sustentáveis;
12. Consumo e produção responsáveis;
13. Ação contra a mudança global do clima;
14. Vida na água;
15. Vida terrestre;
16. Paz, justiça e instituições eficazes;
17. Parcerias e meios de implementação (ONU; UNIC Rio, 2015).

Este esboço de plano pastoral ecumênico levará em consideração os dezessete ODS. Para tal, elaboraram-se estratégias e ações ecumênicas para serem apresentadas aos segmentos religiosos vinculados ao CONIC, a fim de fortalecer as comunidades de acordo com as necessidades locais. Com base na estrutura organizacional de cada Igreja-membro, o esboço visa apresentar mecanismos que corroborem com a formação de grupos heterogêneos nas comunidades locais, com a identificação de problemas e necessidades existentes, com a busca por soluções baseadas nos ODS, com a apresentação de experiências bem-sucedidas, com a busca por parcerias (públicas ou privadas) que possam prestar assistência durante o desenvolvimento das ações, com o levantamento de recursos físicos e econômicos necessários para a execução das ações e com a apresentação de metodologias de trabalho que possam ser aplicadas para cada ação pensada.

5.1 Breve histórico do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC)

Este esboço de plano pastoral está direcionado às Igrejas Cristãs vinculadas ao CONIC – órgão criado no ano de 1982, no Rio Grande do Sul, na cidade de Porto Alegre, com sede e foro jurídico na cidade de Brasília, no Distrito Federal. De acordo com seu estatuto, o CONIC é definido como,

[...] uma organização fraterna de Igrejas que confessam o Senhor Jesus Cristo como Deus e Salvador, a serviço e em testemunho da unidade da IGREJA que segundo as Escrituras Sagradas [...] procuram cumprir sua vocação comum para a glória do Deus Uno e Trino, Pai, Filho e Espírito Santo, em cujo nome administram o Santo Batismo. O amor de Deus, a confissão de fé comum e o compromisso com a missão impulsionam as Igrejas-membro a uma comunhão cristã mais profunda e a um testemunho comum do Evangelho no Brasil, no exercício do amor e serviço ao povo. Respeitadas as diferentes concepções eclesiológicas, as Igrejas-membro se reconhecem convocadas por Cristo à unidade de sua Igreja, na certeza da atuação do mesmo Cristo e do seu Espírito nelas e por meio delas. O CONIC tem como missão fortalecer o testemunho ecumênico das Igrejas-membro, fomentar o diálogo inter-religioso e promover a interlocução com organizações da sociedade civil e governo para a incidência pública em favor de políticas que promovem a justiça, a paz e a integridade da criação (CONIC, 2019, p. 1).

A criação desse organismo é resultado de um extenso processo de articulação entre as Igrejas Católica Apostólica Romana, Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, Episcopal Anglicana do Brasil e Metodista (sendo que esta última não integra mais o Conselho). Um dos principais objetivos do CONIC é manter a prática das relações ecumênicas entre as igrejas e o fortalecimento das ações conjuntas, realizadas pelas igrejas-membro em defesa dos Direitos Humanos. Para alcançar essa meta, as igrejas que integram o CONIC experenciam uma parceria de diálogo constante acerca do respeito e da valorização da vida humana, da amizade fraterna e do convívio, enquanto organizações que buscam o bem comum (CONIC, 2019).

Com a criação do CONIC, a trajetória do ecumenismo no Brasil entra em uma nova fase. A visibilidade que esse órgão alcança ganha significativa representatividade e, sobretudo, credibilidade, devido à postura ecumênica das Igrejas que o compõem. Com isso, amplia-se o diálogo intereclesial, tanto dos cristãos com outras religiões, quanto dos cristãos com a sociedade (WOLFF, 2002).

Apesar desse avanço, a instabilidade política do país (marcada pela ditadura militar) corroborou para que, em 1964, a ala conservadora apoiasse o golpe de Estado, encabeçado

pelos militares. A sociedade se manteve dividida em relação ao golpe militar, havia os favoráveis e os não favoráveis ao golpe, também nas Igrejas. Bock (1998) comenta que o início da década de 70 foi marcado por uma dicotomia entre conservadores, reformistas e revolucionários, a sociedade estava muito dividida. Também as Igrejas, não raras vezes, acabaram protagonizando conflitos entre os seus membros.

No período de criação do CONIC (em 1982), a sociedade brasileira vivia seu 18º ano sobre o comando da ditadura militar; logo, cristãos e representantes religiosos também sofriam intensas ameaças. Na década de 80 as Igrejas cristãs que se propuseram a não apoiar o golpe militar começaram a lutar contra as injustiças sociais. Contudo, cada uma a seu modo, de acordo com sua estrutura organizacional. A preocupação quanto à situação dos oprimidos foi, visivelmente, umas das motivações que impulsionaram a criação do CONIC. Nessa fase, os organismos ecumênicos ganharam força, devido sobretudo à atuação contra o regime militar. “Estes organismos andaram à frente das Igrejas; em função de sua clara opção pelos pobres e de seu fortalecimento e assessoria aos movimentos de base, o contato foi exigindo dos cristãos uma postura mais comprometida com a vida e a justiça” (BOCK, 1998, p. 45).

Objetivando fortalecer o ecumenismo no Brasil, o CONIC ancorou sua missão, sua visão e os seus valores tendo como base as seguintes premissas:

Missão: Fortalecer o testemunho ecumênico das Igrejas-membro, fomentar o diálogo inter-religioso e promover a interlocução com organizações da sociedade civil e governo para a incidência pública em favor de políticas que promovam a justiça e a paz.

Visão: Ser um organismo com um maior número de Igrejas-membro, comprometidas com o ecumenismo, fortalecido em sua dinâmica regional, reconhecido pelas Igrejas, organismos ecumênicos, movimentos sociais, agências parceiras e governo brasileiro como interlocutor que contribui para a promoção da justiça e da paz.

Valores: Ecumenismo, diálogo inter-religioso, promoção e defesa dos direitos humanos e promoção de uma cultura de paz (CONIC, 2015b, n.p.).

Com base nessas perspectivas, o Conselho desenvolve suas atividades em torno de dois eixos principais: vivência de comunhão e de espiritualidade ecumênica e inter-religiosa e constância nos diálogos acerca de valores que se fundamentem na equidade. No Brasil, o órgão agrupa igrejas, comunidades cristãs e distintas entidades parceiras. A prática ecumênica idealizou-se por várias frentes, a exemplo da Campanha da Fraternidade Ecumênica, que é realizada a cada cinco anos, da Semana de Oração pela Unidade Cristã (SOUC), evento promovido mundialmente pelo Pontifício Conselho para a Promoção da Unidade dos Cristãos

em parceria com o CONIC, e da ajuda emergencial em ações que visam a defesa e a promoção da vida, dos direitos humanos.

Atualmente, as denominações cristãs que compõem o CONIC são a ABB, a ICAR, a IEAB, a IECLB e a IPU, sendo que a ICAR, a IECLB, a IEAB e a IPU integram o CONIC desde a sua fundação, em 1982.

5.2 Breve histórico das Igrejas Cristãs vinculadas ao CONIC

5.2.1 Aliança de Batistas do Brasil (ABB)

A Igreja Batista é uma designação protestante histórica e seu maior público está conveniado à Convenção Batista do Sul, dos Estados Unidos, com aproximadamente 16 milhões de membros integrantes e mais de 42 mil igrejas associadas. No Brasil, as agregações batistas são a Convenção Batista Brasileira (a mais antiga), Convenção Batista Nacional, a Convenção das Igrejas Batistas Independentes e a própria Aliança de Batistas do Brasil (CONIC, 2017).

A ABB foi fundada no país no ano de 2005, como “[...] uma entidade batista de caráter ecumênico, dedicada entre outras tarefas ao diálogo constante com outras tradições cristãs e religiosas” (SILVA, 2012b, p. 141). O organismo, autodeclarado batista, atua numa perspectiva de caráter ecumênico, constituído por indivíduos e comunidades influenciadas pela tradição cristã. O grupo também busca expressar preocupação acerca dos aspectos que influenciam diretamente a dignidade da vida, a integridade da criação e a promoção da justiça.

A ABB originou-se na região Nordeste do Brasil com uma proposta de

[...] espiritualidade integral, celebrando a diversidade, o respeito às diferenças, a busca constante do diálogo, a inclusividade e a hospitalidade a todos e todas, a solidariedade com os pobres, o cuidado com o planeta, a luta incansável pela justiça, a educação continuada, e a criação de um modelo de liderança marcado pela equidade, colegialidade e diversidade (SILVA, 2012b, p. 14).

De acordo com a sua carta de compromissos e princípios, a ABB busca zelar pelo “livre-arbítrio essencial”, que visa a liberdade interpretativa das Sagradas Escrituras; a liberdade congregacional; a liberdade religiosa manifestada nas distintas tradições cristãs, na cooperação e no diálogo inter-religioso; um estilo de liderança apoiado na equidade, na colegialidade e na colaboração de todos; uma educação teológica baseada pela mediação

bíblica e pela abordagem acadêmica responsável; e o afastamento institucional entre Igreja e Estado, buscando evitar ações que representem interesses particulares (ABB, 2005).

Para alcançar os princípios estabelecidos, a ABB, ao longo dos anos, tem buscado praticar uma espiritualidade integral em todas as ações desenvolvidas, promovendo articulações dentro e fora da Aliança, buscando uma reconciliação apoiada no Evangelho de Cristo, exaltando a diversidade da vida em todas os seus aspectos, respeitando as diferenças e (re)estabelecendo diálogos, acolhendo os menos favorecidos ou ignorados pela igreja, lutando pela justiça frente aos oprimidos, empreendendo esforços para o cuidado do planeta, atuando em prol da paz e da equidade e reconhecendo a liberdade da atuação contínua no Espírito de Cristo (ABB, 2005).

A ABB tem proposto um cristianismo aberto ao diálogo, mas mantendo-se fiel à identidade batista. Além disso, a organização articula suas ações sob um aspecto estritamente ecumênico (STEPHANINI, 2016). Fato que motivou, no ano de 2017, sua adesão ao grupo de Igrejas que compõem o diálogo ecumênico brasileiro. O CONIC informou que o pedido de integração foi realizado em consonância com o Estatuto e que, após a análise favorável da Assembleia, os batistas passaram a agregar o Conselho (CONIC, 2017).

5.2.2 Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR)

A consolidação religiosa e política da Igreja Católica no Brasil é o fruto de um longo período, que se reverberou na própria história do país, desde 1500. No período colonial, o poder instituído agenciou um modelo de catolicismo, chamado de Cristandade. Neste regime, a instituição Igreja estava sob o comando do Estado e a religião oficial era apresentada como um aparelho de dominação social, política e cultural. Não demorou muito para que, no ano de 1759, esse modelo entrasse em crise, sobretudo com a expulsão dos jesuítas e com a alavancada hegemonia da razão racionalista e iluminista (AZEVEDO, 2004).

No segundo reinado, em 1840, inicia-se uma nova conjuntura histórica da Igreja no Brasil, taxada como “romanização do catolicismo”, na qual a Igreja é subordinada às ordens diretas do Papa e não mais à instituição ligada à Coroa luso-brasileira. Essa nova conjuntura é marcada pela reforma católica, em que os bispos reformadores buscaram investir na propagação do modo disciplinar do catolicismo romano (via catolicismo brasileiro), na reorganização eclesiástica (a Igreja já começara a apresentar sinais de autonomia, resultante da ruptura com o Estado) e na restauração católica (a Igreja começa a inserir-se com maior veemência na arena política).

Azevedo (2004, p. 112), explica esse contexto:

O processo de mudança de paradigmas na Igreja ganha força a partir dos anos de 1960, sob a influência do Concílio Vaticano II. Nas décadas de 1950 a 1960, a Igreja no Brasil prioriza a questão do desenvolvimento. [...] a CNBB desempenha um papel chave na articulação da sociedade civil, em defesa dos direitos humanos, das liberdades democráticas, da reforma agrária, dos direitos dos trabalhadores e da redemocratização.

Em 1964, na efervescência do Concílio Vaticano II, a Assembleia Geral da CNBB, em Roma, tomou a iniciativa de assumir o Planejamento Pastoral como instrumento metodológico de renovação. No Brasil, a iniciativa ganhou aderência e, por intermédio do Plano de Pastoral de Conjunto (PPC), articulado junto à atuação da Ação Católica, fundou-se, no ano de 1952, por iniciativa de D. Hélder Câmara, a CNBB. Nesse percurso, a Igreja tenta se incorporar, cada vez mais, à sociedade civil e aos movimentos sociais (COSTA, 2014; AZEVEDO, 2004).

Um dos principais reforços institucionais decorreu das Conferências Episcopais Latino-Americanas já realizadas. O movimento articulado pelas conferências tem direcionado as linhas de atuação da Igreja no Brasil, que partem sobretudo da situação dos pobres e dos excluídos. No ano de 1970, a Igreja, intermediada pela CNBB, concentra seu foco de atuação nos problemas nacionais, porém mantendo-se sempre atenta aos direcionamentos sociopolíticos do país. No final dos anos de 1970, a Igreja intensifica sua participação social, principalmente diante das pressões e das negociações estatais referentes ao restabelecimento das bases democráticas (STEPAN, 1987).

Uma das principais áreas de atuação e engajamento sociopolítico da Igreja é a defesa e promoção dos direitos humanos; nesse campo, este organismo institucional, paulatinamente, vai abrindo possibilidades integrativas junto a órgãos e entidades da sociedade civil organizada. É nessa direção que a Igreja Católica, no ano de 1975, inicia, junto às Igrejas Evangélicas de Confissão Luterana no Brasil, Episcopal Anglicana do Brasil e Metodista⁶², as primeiras articulações para a criação do CONIC. Ao todo, foram realizadas treze reuniões entre as presidências nacionais das igrejas mencionadas, para, no ano de 1982, decidirem pela criação do Conselho. A partir de então, a Igreja Católica tem buscado manter, com as demais Igrejas-membro, um diálogo inter-religioso baseado no ecumenismo em favor de políticas

⁶² A Igreja Metodista não integra mais o CONIC.

públicas que promovam a justiça, a paz, o bem comum e a integridade da criação (CONIC, 2019).

5.2.3 Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB)

A Igreja Anglicana é a mais antiga igreja não católica romana professada no Brasil. No cenário nacional, quatro organizações pleiteiam a herança da tradição anglicana; apesar disso, apenas a IEAB encontra-se institucionalmente associada à Comunhão Anglicana Internacional. A IEAB é considerada, em comparação às demais instituições, a mais bem organizada e é também a mais antiga de todas elas (MENDONÇA; VELÁSQUES, 1994).

As primeiras articulações anglicanas no Brasil ocorreram sob a forma de capelania religiosa, no período em que o Brasil ainda era Colônia. No ano de 1810, Portugal e Inglaterra firmaram um tratado comercial no qual era permitido aos ingleses a instalação de cemitérios, hospitais, clubes e igrejas nos territórios do reino português desde que tais estabelecimentos realizassem cultos em língua inglesa, fossem frequentados exclusivamente por britânicos e não tivessem aparência externa de templo. Nessa direção, em 1819, foi inaugurada em Botafogo, no Rio de Janeiro, a primeira capela não católica romana, a *Christ Church*. Posteriormente, também foram inauguradas a *St. Paul's*, no estado de São Paulo, a *Holy Trinity*, no Recife, a *St. George*, em Salvador, a *St. Mary*, em Belém, a *All Saints*, no Rio de Janeiro, a Capela dos Marinheiros, em Santos, e a Capela da Companhia de Mineração, em Minas Gerais (CALVANI, 2005).

O trabalho missionário do anglicanismo no país só começa a ganhar visibilidade no Brasil Império. Em 1889, dois missionários norte-americanos, Lucien Lee Kinsolving e James Watson Morris, chegam ao Brasil. Estes missionários, recém-formados no Seminário Teológico de Virgínia (EUA) e vinculados à Igreja Protestante Episcopal dos EUA, iniciam suas primeiras missões na cidade de Porto Alegre, onde celebram, no ano subsequente, o primeiro culto em português. A partir dessa missão, paulatinamente, foram se estabelecendo novas congregações e, no ano de 1893, foram ordenados os primeiros diáconos brasileiros. O primeiro bispo brasileiro, Athalicio Theodoro Pithan, só foi sagrado em 1940, mas a Igreja ainda vivia sobre o controle norte-americano (CALVANI, 2005).

A Igreja Episcopal do Brasil conseguiu autonomia apenas no ano de 1964. A partir então, foram estabelecidos acordos com a Igreja da Inglaterra para a inclusão de capelanias e paróquias britânicas em território brasileiro. O anglicanismo brasileiro é caracterizado pela tendência imigratória e pela tendência missionária. Após ter conseguido sua autonomia, a

Igreja Episcopal do Brasil foi reconhecida pela Comunhão Anglicana como uma província independente e começou a assumir posições polêmicas na geopolítica religiosa, como, por exemplo, aprovar, antes mesmo da Igreja da Inglaterra, a ordenação de mulheres (CALVANI, 2005).

Baycroft (2003) comenta que os anglicanos representam apenas uma parte da ampla comunidade cristã da Igreja Católica, e estão abertos a trocas, diálogos e experiências com indivíduos e comunidades alinhados a outras concepções religiosas. A Igreja Anglicana busca atuar em prol da unidade coletiva e reivindica a liberdade e o direito de poder compartilhar as experiências da ação de Deus no que os anglicanos chamam de “ação de comunhão Anglicana”, de tradição genuinamente anglicana.

Atualmente, a IEAB é formada por nove dioceses e um distrito missionário, sendo pastoreadas por bispos. As dioceses e o distrito estão distribuídos em áreas provinciais: área 1, formada pelas Dioceses Meridional, Sul Ocidental e de Pelotas; área 2, formada pelas Dioceses do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Curitiba; e área 3, formada pelas Dioceses do Recife, de Brasília, da Amazônia e do Distrito Missionário. Possui 13 bispos (sendo 5 aposentados) e aproximadamente 150 clérigos(as) (IEAB, 2021).

A Igreja executa missões e presta assistência a instituições educacionais e assistenciais em mais de 150 localidades, grande parte delas situada na Região Sul do Brasil. Ao longo de sua centenária trajetória no país, a Igreja acumulou uma relação de aproximadamente 100 mil membros batizados e 45 mil confirmados. Wolff (2002) comenta que a IEAB foi a primeira igreja não protestante a ingressar no movimento ecumênico no Brasil. Apesar disso, o número de adeptos ao anglicanismo no país é considerado relativamente baixo. Calvani (2005) explica que esse fato pode ser motivado devido ao compromisso ecumênico da igreja, que acaba inibindo iniciativas proselitistas. O ecumenismo não é uma opção da IEAB, mas faz parte do cerne de sua autocompreensão eclesiológica.

5.2.4 Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB)

O luteranismo é reconhecido como a forma mais antiga de protestantismo no Brasil, tendo quase a idade da independência brasileira (FREESTON, 1998). A tradição evangélica luterana se insere no Brasil em meio a contradições, marcadas sobretudo pela forte imigração alemã (D'EPINAY, 1975). Ao longo do século XIX, as populações europeias enfrentavam um grande período de miséria, advindo da crise econômica que tinha se instaurado no continente.

Nessa conjuntura, diversos imigrantes sentiram a necessidade de deixar seu país de origem, em busca de melhores condições de vida (DREHER, 1989).

Motivados por questões de cunho socioeconômico, os imigrantes alemães começaram a chegar ao Brasil entre os anos de 1823 e 1824. Parte significativa dessa massa populacional pertencia à condicionalidade luterana, os demais eram adeptos de igrejas com tendências calvinistas e católicas. Apesar de os sínodos⁶³ luteranos terem surgido no Brasil somente no início do século XX, os imigrantes alemães já haviam fincado suas raízes em território brasileiro há mais de meio século e aqui organizado igrejas autônomas. Nessas igrejas, devido à carência efetiva de pastores nativos (formados no exterior, sobretudo na Alemanha⁶⁴), a decisão acerca de quem exerceria a liderança era designada aos membros do grupo (PORTELLA, 2006; MARLOW, 2013).

A imigração concentrou-se especialmente nas três Províncias sulinas do Brasil: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Grupos menores também se fizeram presentes no Brasil-Central: Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Os imigrantes eram, em sua maioria, agricultores e jornaleiros provenientes da Pomerânia e do Hunsrück (DREHER, 1984, p. 15).

Paulatinamente, o isolamento das comunidades evangélicas alemãs foi dando espaço a organismos de agregação, que passaram a unificar comunidades com o objetivo de consolidar uma organização eclesiástica. O primeiro sínodo foi encabeçado pelo pastor Hermann Borchard, em 1868, na cidade de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, sendo denominado Sínodo Evangélico Alemão da Província do Rio Grande do Sul. Entretanto, este não prosperou, rescindindo-se no ano de 1875 (PORTELLA, 2006). Em 1886, o pastor Wilhelm Rotermund funda o maior sínodo luterano no Brasil, o Sínodo Riograndense, que unificou comunidades formadas por pessoas teutas das mais distintas confessionalidades evangélicas. O sínodo adotou um alinhamento ecumênico do sentido da Reforma, não se reduzindo a uma confessionalidade exclusiva (FISCHER, 1970).

Com o advento do século XX, outros sínodos foram surgindo. Porém, era perceptível a necessidade de que o pastor cumprisse seu ofício segundo os preceitos do rito luterano

⁶³ De acordo com Portella (2006, p. 598), os sínodos são “[...] organismos de agregação [das comunidades evangélicas alemãs] que passaram a juntar comunidades e fazer de sua união uma organização eclesiástica”.

⁶⁴ De acordo com Dreher (2005, p. 52), “[...] os imigrantes tiveram que organizar a sua própria vida eclesiástica e, [...] Como faltavam pastores, os imigrantes tiveram que improvisar: o pastor foi eleito no seio da comunidade. Surgia, assim, o pastor colono. Ao lado de suas atividades na agricultura, ele também assumia funções pastorais”.

(PRIEN, 2001). O sínodo que mais buscou consolidar o ideário confessional luterano das comunidades foi o Sínodo Luterano, no qual foi verificada uma forte tendência quanto à manutenção da germanidade. No ano de 1900, na Conferência realizada em Porto Alegre/RS, um pastor, de origem alemã, ratificou com orgulho a preservação das convicções evangélicas presentes na Igreja Luterana do Brasil (MARLOW, 2013).

A integração entre a questão religiosa e o germanismo se solidificou quando o Sínodo Riograndense, reunido em Concílio Sinodal, modificou o seu nome para Igreja Evangélica Alemã do Rio Grande do Sul. Sobre essa decisão, Dreher (1981, p. 89) comenta que “[...] pretendia-se acentuar o caráter teuto do sínodo e, além disso, segundo palavras da época, ‘permanecer alemães até a nossa medula’”. Esse fato levou estudiosos ao entendimento de que o que ligava as pessoas à igreja era a tradição familiar e não necessariamente a sua religiosidade. Isso motivou, anos mais tarde, a consolidação dos pastores livres, representados como um sinal de liberdade dos preceitos eclesiásticos que advinham da Alemanha. Portella (2006, p. 602) comenta que “[a]s comunidades teuto-evangélicas que se formaram no Brasil quiseram e lutaram por ser livres, independentes de poderes eclesiásticos centralizados”.

Quando as comunidades começaram a expressar sua fé independentemente da doutrina alemã, a IECLB deu início a um trabalho de integrações de caráter ecumênico. No cenário brasileiro, essa organização religiosa representa uma das maiores expressões religiosas e, no exterior, ela tem uma amistosa relação com órgãos internacionais, a exemplo da Federação Luterana Mundial. No que tange às relações continentais: na América Latina, a igreja encontra-se vinculada ao Conselho Latino-Americano de Igrejas (CLAI).

A postura e a experiência ecumênicas adotadas pela IECLB têm incentivado o diálogo e a cooperação mútua entre as demais organizações religiosas, fortalecendo a fundamentação teológica do ecumenismo (WOLFF, 2002). Chukwujiokwe (2005, p. 42-43) comenta que:

A IECLB procurou acompanhar de perto o acontecimento internacional das relações ecumênicas do Conselho Mundial, que ajudou muito no crescimento do ecumenismo no Brasil. Ela também mostrou seu apoio às estruturas ecumênicas do país como a Comissão Nacional Bilateral Católica Luterana, em 1974, os Encontros de Dirigentes de Igrejas (EDI), em 1975, o CONIC, em 1982, e a Comissão Nacional Anglicana Luterana, em 1994.

Ao longo dos anos, a IECLB experenciou distintas modalidades organizacionais. A partir de 1968, responderam pelas articulações estruturais as Regiões Eclesiásticas e os Distritos Eclesiásticos. Após trinta anos, entrou em vigor a nova reestruturação. Atualmente, a Constituição da IECLB organiza-se em três grupos: as comunidades (representadas pela

Assembleia Geral e o Presbitério); os sínodos (representados pela Assembleia Sinodal, o Conselho Sinodal, um(a) pastor(a) sinodal e a diretoria) e as Instâncias Sinodais (representadas pelo Concílio da Igreja, a presidência, o Conselho da Igreja, a Secretaria Geral e uma diretoria). Em comum, os três são dirigidos pelo Concílio da Igreja, o Conselho da Igreja e a Presidência (PIRES, 2020). A IECLB é membro fundador do CONIC, integrando o Conselho, portanto, desde o ano de sua fundação.

5.2.5 Igreja Presbiteriana Unida (IPU)

A IPU foi fundada em 1978, com o nome de Federação Nacional de Igrejas Presbiterianas (FENIP), na cidade de Atibaia, São Paulo. A IPU pertence ao maior ramo do presbiterianismo do Brasil, tendo suas bases herdadas da Reforma Protestante e do presbiterianismo de missões da Igreja Presbiteriana Unida dos Estados Unidos, atual Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos, que se ineriu no Brasil no ano de 1859 e consolidou o presbiterianismo em solo nacional. Atualmente, a IPU está sediada em Vitória, no estado do Espírito Santo.

A criação da IPU foi motivada por conflitos organizacionais resultantes de duas visões antagônicas: uma ecumênica e progressista, encabeçada por jovens pastores ecumênicos; e a outra fundamentalista hierárquica, vinculada à Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB). Acusada de rebelião e desvio doutrinário pelos Concílios Eclesiásticos, a IPB percorreu, no Brasil, um caminho contrário à sua história. De acordo com o manifesto de Atibaia, “[...] o que se observa é a formação de verdadeiro partido político no seio da Igreja, com normas de atuação próprias do meio secular, a fim de perpetuar o domínio de um grupo apenas” (IPU, 1978, n.p.). De acordo com Costa (2017, p. 94):

O passo de fundação de uma nova denominação religiosa indica o drama da luta interna na IPB, levada às últimas consequências pelo grupo conservador no período boanergista, que expurgou e solapou o sistema democrático presbiteriano e afastou todos os que pensavam diferente. Na disputa entre essas representações a tendência ecumênica perdeu seu espaço institucional, como cultura instalada na IPB, através de práticas presentes, mesmo em menor dimensão na Igreja.

Os jovens pastores, presbíteros e o povo presbiteriano ecumenista por não se sentirem representados pela IPB, reafirmavam o compromisso com a matriz reformada e, em Assembleia Geral Ordinária, no ano de 1983, seguindo os ditames presbiterianos, fundaram a

IPU. O grupo ecumênico teve como objetivo edificar uma igreja organizada, buscando uma maior integração nacional (ARAÚJO, 1985).

Para Silva (2010, p. 32), o posicionamento dos presbiterianos ecumênicos foi entendido como uma necessidade atual, na qual “[...] a visão de mundo, as representações coletivas que se elaboram em certos grupos têm, no fenômeno religioso, um elemento central preponderante em determinados momentos”. Nessa direção, entende-se que a tendência ecumênica se tornou a consolidação de outra visão de ser igreja, com base em uma outra lógica institucional, na qual a abordagem de novos direcionamentos do presbiterianismo havia sido considerada (COSTA, 2017). Os presbiterianos ecumênicos prescrevem que os fiéis têm responsabilidades sociais e políticas e que devem participar das distintas manifestações sociais, até mesmo partidárias.

Um dos importantes documentos elaborados pela FENIP foi o “Compromisso de Atibaia”, no qual foram apresentadas as perspectivas teológicas da Igreja. De acordo com Araújo (1978, p. 34-35):

O documento é a apresentação de 7 compromissos que os signatários do manifesto fizeram. 1. Evangelizar; 2. Engajar-se na encarnação da mensagem cristã a vida humana; 3. A fazer de nossa federação uma comunidade de fé, de amor, de esperança; 4. Confrontar os desafios do mundo com o propósito de cooperar com Cristo na criação da “nova humanidade”; 5. A compartilhar como povo de Deus nas dores e agonias do mundo, apontando sinais das coisas que Deus insiste em realizar; 6. Compartilhar do esforço para ampliação da liberdade, elevação da dignidade e integração da pessoa humana; 7. A compartilhar com todos os que, dentro e fora de nossa comunidade estão amando e servindo a Deus e reconhecer as fraquezas e limitações de nossa missão.

A IPU acentua sua fé e sua eclesiologia nos seus Princípios de Fé e Ordem⁶⁵. E é considerada uma igreja cristocêntrica e ecumênica, com ênfase para o diálogo inter-religioso, sobretudo com as religiões não cristãs, com perspectiva de imperativo para a busca de paz e da harmonia humanitária. A igreja participa dos principais organismos ecumênicos do Brasil, da América Latina e do Mundo; entre eles, estão o CONIC, o CLAI, a Aliança de Igrejas Presbiterianas e Reformadas da América Latina (AIPRAL), a Comunhão Mundial de Igrejas Reformadas (CMIR) e o CMI.

⁶⁵ Costa (2017, p. 101) explica que “[...] os documentos [...] da Igreja [...] aqueles conhecidos como fundantes, expressam a teologia do grupo, e são a base da estrutura organizacional, sem eles não se pode compreender o funcionamento da Igreja. Por isso, a forma eclesiológica da Igreja tem por base os Princípios de Fé e Ordem (PFO), O Estatuto da IPU (2016) e o Regulamento Geral (2012) [...]”.

Atualmente a igreja conta com o apoio de oito Presbitérios: o Presbitério Erasmo Braga (PEB) (formado por sete igrejas atuantes nas diversas regiões do país), o Presbitério de Salvador (PSVD) (formado por seis igrejas), o Presbitério Centro Norte do Espírito Santo (PCNES) (formado por três igrejas), o Presbitério de Vitória (PVTR) (formado por nove igrejas), o Presbitério Rio Novo (PRNV) (formado por quatro igrejas na região metropolitana de Rio de Janeiro), o Presbitério Cidade do Rio de Janeiro (PCRJ) (formado por quatro igrejas), o Presbitério de Jundiaí (PJDI) (localizado no estado de São Paulo e formado por quatro igrejas) e o Presbitério de São Paulo (PSPL) (formado por sete igrejas) (IPU, 2021).

5.3 Ações pastorais socioambientais direcionadas às Igrejas-membro do CONIC

A partir das experiências socioambientais (teóricas e práticas) visualizadas nas análises das Campanhas da Fraternidade, foi possível elaborar o esboço de um plano pastoral ecumênico apto a subsidiar, junto às Igrejas Cristãs vinculadas ao CONIC, práticas socioambientais baseadas nos Objetivos de Desenvolvimento. Este plano visa sensibilizar as comunidades eclesiais quanto à necessidade de se edificarem ações pastorais que possam impactar de forma positiva o modo como o homem tem se correlacionado cotidianamente com o meio ambiente. É possível observar tais ações no Quadro 38, a seguir:

Quadro 38 - Ações pastorais elaboradas com base nos Objetivos de Sustentabilidade

(continua)

| | | | | |
|---|--|-------------------------------------|-------------------------------|--|
| <p style="text-align: center;">CONIC</p> <p style="text-align: center;">Aliança de Batistas do Brasil (ABB) – Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR) – Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB) – Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) – Igreja Presbiteriana Unida (IPU)</p> | <p>Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)</p> | Erradicação da Pobreza | <p>AÇÕES PASTORAIS</p> | Sensibilizar os fiéis acerca da necessidade do trabalho coletivo no combate à erradicação da pobreza; designar membros de pastorais/missionários para mapear as famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade para lhes prestar auxílio alimentar; firmar compromissos com entidades/instituições carentes (com ou sem vínculo com as Igrejas) visando a doação de gêneros alimentícios. |
| | | Fome zero e agricultura sustentável | | Incentivar a promoção de oficinas comunitárias a fim de ampliar o conhecimento acerca da produção orgânica de alimentos; reservar, nas igrejas/centros pastorais/distritos missionários, um espaço destinado para horta comunitária, na qual os membros das pastorais possam cultivar alimentos e distribuir para comunidades carentes; solicitar das comunidades, periodicamente, uma doação de sementes para a manutenção contínua da horta comunitária. |
| | | Saúde e bem-estar | | Fortalecer, nas igrejas, diálogos acerca da importância das campanhas de vacinação locais; destinar um tempo, entre as homilias e cultos, para que profissionais de saúde possam dialogar sobre a importância de manter hábitos saudáveis; destinar, nas igrejas/centros pastorais/distritos missionários, áreas verdes destinadas ao lazer dos fiéis. |

Quadro 38 - Ações pastorais elaboradas com base nos Objetivos de Sustentabilidade

(continuação)

| | | | |
|--|---|---|-------------------------|
| <p style="text-align: center;">CONIC</p> <p>Aliança de Batistas do Brasil (ABB) – Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR) – Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB) – Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) – Igreja Presbiteriana Unida (IPU)</p> | Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) | | AAÇÕES PASTORAIS |
| | Educação de qualidade | Incentivar as escolas a promoverem espaços de diálogos inter-religiosos com o objetivo de ampliar o conhecimento dos alunos acerca da estrutura organizacional de cada igreja; oferecer um intercâmbio de práticas solidárias de cidadania em escolas, independentemente do alinhamento religioso professado; estimular o engajamento voluntário em ações comunitárias dentro e fora do ambiente escolar. | |
| | Igualdade de gênero | Manter, nas igrejas, diálogos esclarecedores acerca da igualdade de gênero, objetivando minimizar a propagação de discursos preconceituosos e equivocados; incentivar os fiéis a denunciarem qualquer atitude que represente injustiça de gênero (dentro e fora da igreja); buscar incluir as mulheres em ações que, no passado, eram direcionadas exclusivamente aos homens, objetivando integrá-las nas representações eclesiais e na sociedade como um todo. | |
| | Água potável e saneamento | Disseminar, durante os eventos promovidos pelas igrejas, informações sobre a importância da água e seus vínculos com a dignidade humana; mapear as condições de saneamento básico das áreas de jurisdição de cada igreja; encaminhar grupos religiosos para dialogar com órgãos públicos acerca da problemática do saneamento básico nos bairros; criar um programa contínuo de racionamento de água nas igrejas a fim de sensibilizar os fiéis quanto à necessidade de conservar esse recurso. | |
| | Energia acessível e limpa | Direcionar agentes de pastorais/missionários para ajudar a cadastrar, no Tarifa Social de Energia, famílias ainda não inseridas no programa; intensificar os esforços para adotar a energia solar nas igrejas/centros pastorais/distritos missionários, objetivando de sensibilizar os fiéis quanto à importância do uso de energia limpa. | |
| | Trabalho decente e crescimento econômico | Direcionar agentes de pastorais/missionários para confeccionar e imprimir currículos de pessoas que necessitem desse tipo de serviço; mapear as necessidades empregatícias locais e indicar e divulgar vagas; abrir, nas igrejas/centros pastorais/distritos missionários, vagas de estágios destinadas a comunidades que residem nas áreas de jurisdição de cada igreja; oferecer cursos de qualificação para as comunidades locais em parceria com órgãos públicos e privados. | |
| | Indústria inovação e infraestrutura | Direcionar agentes de pastorais/missionários para acompanhar Pessoas com Deficiência (PCD) para escola, consultas médicas, entrevistas de emprego; apoiar indústrias que fomentam a inovação por meio da sustentabilidade. | |
| | Redução das desigualdades | Sensibilizar os fiéis acerca da necessidade do trabalho coletivo no combate à erradicação da pobreza; designar membros de pastorais/missionários para mapear as famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade para lhes prestar auxílio alimentar; firmar compromissos com entidades/instituições carentes (com ou sem vínculo com as Igrejas) visando a doação de gêneros alimentícios. | |

Quadro 38 - Ações pastorais elaboradas com base nos Objetivos de Sustentabilidade

(conclusão)

| | | | | |
|--|--|---------------------------------------|-------------------------------|--|
| <p style="text-align: center;">CONIC</p> <p style="text-align: center;">Aliança de Batistas do Brasil (ABB) – Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR) – Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB) – Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) – Igreja Presbiteriana Unida (IPU)</p> | <p>Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)</p> | Cidades e comunidades sustentáveis | <p>AÇÕES PASTORAIS</p> | Direcionar agentes de pastorais/missionários para mapear os principais problemas estruturais das comunidades locais; encaminhar para os órgãos responsáveis as principais necessidades das comunidades; incentivar o plantio de árvores. |
| | | Consumo e produção responsáveis | | Criar uma política de reciclagem nos espaços das igrejas/centros pastorais/distritos missionários; solicitar a devolução anual de liturgias/revistas impressas; reservar um espaço, na missa/culto, para incentivar os fiéis a adotarem práticas sustentáveis no dia a dia. |
| | | Ação contra a mudança global do clima | | Encorajar os fiéis a engajar-se politicamente visando contribuir para o debate público sobre as mudanças climáticas; criar projetos de sustentabilidade e de mobilização social junto aos fiéis nas igrejas/centros pastorais/distritos missionários; incentivar o uso de transporte alternativo; apoiar publicamente organismos internacionais que atuam em prol da causa climática; incentivar as igrejas, em nível regional e local, a trabalharem junto aos governos locais. |
| | | Vida na água | | Direcionar agentes de pastorais/missionários para mapear o índice de poluição de rios próximos as comunidades; convidar os fiéis a colaborarem com a despoluição dos rios; apresentar, durante as homilias/cultos, os impactos provocados pela poluição dos rios, como forma de sensibilização e medidas mitigadoras. |
| | | Vida terrestre | | Incorporar – nas práticas religiosas, como liturgias, grandes reuniões de oração ou celebrações em torno de festivais – atividades que visem combater o desmatamento e incentivem o reflorestamento; incentivar os fiéis a engajar-se em projetos de conservação ambiental local; convidar profissionais para dialogar com as comunidades acerca da importância de conservar a biodiversidade nacional. |
| | | Paz, justiça e instituições eficazes | | Promover diálogos inter-religiosos nas igrejas/centros pastorais/distritos missionários, visando enaltecer o respeito entre as entidades religiosas; enaltecer a participação democrática dos fiéis nas tomadas de decisões públicas; desacreditar e recriminar publicamente a propagação de discursos de ódio motivados por questões sociais, econômicas, étnicas, sexuais e religiosas. |
| | | Parcerias e meios de implementação | | Estabelecer parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil a fim de ampliar a inserção de representantes religiosos nos debates sociais coletivos. |

Fonte: adaptação da autora (2021).

5.4 A Teologia Pública como perspectiva de ancoragem

Este subtópico apresentará a Teologia Pública como uma possibilidade metodológica apta a correlacionar, de maneira mais uníssona, os direcionamentos socioambientais apresentados neste esboço de plano pastoral. A intenção desta discussão é demonstrar que, ao considerar a Teologia Pública como um subsídio capaz de oferecer contribuições críticas e

construtivas às igrejas no meio público, o CONIC pode utilizá-la como um meio para ampliar a participação das Igrejas-membros nas tomadas de decisões públicas, fortalecendo a relação entre as comunidades religiosas e o Estado (VON SINNER, 2010).

No processo de consolidação da modernidade, a Teologia, de modo geral, apresentava-se restrita somente às discussões levantadas dentro dos espaços eclesiais. Assim, seu ingresso no cenário acadêmico acabou perdendo visibilidade, sobretudo com a consolidação das ciências positivistas, já impregnadas nos espaços universitários. Nesse cenário, os discursos teológicos foram, paulatinamente, perdendo respaldo perante a uma legitimidade epistemológica baseada exclusivamente nos aportes técnico-científicos (CUNHA, 2015).

Quando a crítica começa a questionar os aportes objetivistas e empiristas das ciências positivistas, a Teologia encontra espaço para levantar discussões profícuas e interdisciplinares e então apresenta subsídios capazes de dialogar com os diversos acontecimentos sociais, retomando seu caráter de ciência da inteligência da fé. Libanio e Murad (2001, p. 87) comentam que

[a] teologia, fiel a seu propósito último e fundamental de ser libertadora, pode dialogar com as outras ciências exatas e humanas no sentido de mutuamente se criticarem e se estimularem em vista da concretização do projeto emancipatório, sentido último de toda ciência feita pelo ser humano. Nesse movimento de dominar o mundo, criando modelos interpretativos e transformadores, e de dar-lhe sentido, as ciências podem dialogar com a teologia, cujo único escopo é desvelar o sentido último e transcendente da vida humana.

Na contemporaneidade, essa inteligência da fé é denominada de Teologia Pública, cuja prática não se restringe aos ambientes de discussão eclesial, mas invade outras especificidades sociais. Hoje é possível identificar um reconhecimento acerca da importância da Teologia, sobretudo em países como Alemanha e Itália, nos quais o saber teológico tem se reverberado com maior propriedade, principalmente nos espaços acadêmicos (ANDRADE, 2011; ZEFERINO, 2018).

No Brasil, a publicização da Teologia Pública tem integrado programas de graduação e de pós-graduação, além de grupos de pesquisa e de centros acadêmicos, despertando assim o interesse de pesquisadores de distintas áreas. A plasticidade do termo e de seus encargos amplia as possibilidades de atuação; por isso, estudiosos, de distintas áreas de conhecimento, têm buscado participar das discussões que envolvem a temática. Cunha (2015, p. 16) comenta que a Teologia Pública é um movimento que ascende no calor das incertezas sociais,

acadêmicas, religiosas, mas que pretende unificar “[...] um discurso da fé que seja aberto ao diálogo com as esferas da sociedade civil para a construção de um mundo justo, fraterno e solidário”.

A tarefa de reestruturar a Teologia e de reconstruir seu conteúdo não diz respeito apenas à busca incessante pelo novo, mas também à inserção do sujeito neste cenário de transformação social (VIGIL, 2011). Esse campo epistemológico encontra-se aberto e disposto a dialogar com as demandas socioambientais, acadêmicas e eclesiais. Não se trata de uma Teologia distante do cotidiano das pessoas, e sim de um conceito que busca apresentar linguagens e metodologias capazes de amortecer as incertezas desencadeadas nas esferas públicas (ANJOS, 2011; GONÇALVES, 2016).

Nesse cenário, as questões socioambientais têm se apresentado de maneira muito expressiva, fazendo-se necessária a utilização de saberes interdisciplinares como meio de viabilizar alternativas práticas para os problemas desencadeados. As propostas apresentadas neste plano pastoral, por exemplo, ao serem adotadas e praticadas pelas Igrejas, podem representar um passo importante para a sensibilização dos fiéis e da sociedade civil com relação aos problemas socioambientais contemporâneos. É nessa perspectiva que Von Sinner (2010, p. 349) afirma que “[...] a teologia pública nunca se engaja [apenas] em prol da própria igreja e seus interesses, mas também e justamente em prol dos direitos de outras comunidades religiosas, mesmo que não seja socialmente oportuno”.

É bem verdade que as igrejas que compõem o CONIC já executam inúmeras ações socioambientais ecumênicas, cada uma dentro de sua estrutura organizacional, mas a ideia aqui é apresentar a essas Igrejas uma possibilidade de, por meio da Teologia Pública, dar maior visibilidade às experiências praticadas, pelos agentes de pastorais e/ou representantes religiosos, em prol do bem comum, proporcionando uma maior adesão inter-religiosa dentro e fora dos espaços religiosos. A função da teologia não está restrita ao ambiente intraeclesial. A Igreja precisa aderir com propriedade à atuação missionária, aberta ao diálogo e em sintonia com as necessidades mais proeminentes da sociedade, “[não] cabe à Igreja decidir se ela quer fazer missão, mas ela só pode decidir se quer ser Igreja. Ela não pode determinar quando e onde será feita a missão, pois a missão sempre é iniciativa de Deus” (CUNHA, 2015, p. 170).

Moltmann (2004) ressalta que as igrejas precisam propagar um diálogo de união democrática, independentemente da fé que professam, pois os desafios contemporâneos exigem uma abertura de discussões coletivas, nas quais todos os organismos que compõem a sociedade devem colaborar, de maneira crítico-constructiva, para o bem comum, “[só] é digno de participar do diálogo [...] quem conquistou uma posição firme na sua própria religião e vai

para o diálogo com a autoconsciência correspondente. Somente a domiciliação na sua própria religião capacita para o encontro com uma outra” (MOLTMANN, 2004, p. 28-29).

Além disso, a Teologia Pública pode propiciar maior aderência pública às Igrejas-membros do CONIC no que se refere aos problemas desencadeados na sociedade. Apesar do proselitismo (típico das organizações religiosas), o CONIC precisa sensibilizar suas Igrejas-membro de que elas fazem parte de um todo e, independentemente de suas estruturas organizacionais, não podem se esquivar de suas responsabilidades sociais; caso contrário, estarão negligenciando sua própria doutrina, em nome de um falso ecumenismo.

Com frequência, as igrejas têm se pronunciado em discussões de interesse público. Partindo desse pressuposto, o CONIC pode, por meio da Teologia Pública, cooperar de forma mais assídua frente ao ecumenismo pregado pelos seus membros. Ao passo que essa possibilidade for considerada, será possível ampliar a reflexão acerca do papel desempenhado pelas religiões dentro das inúmeras abordagens socioambientais, bem como ressignificar a inserção das comunidades religiosas na esfera pública, perspectivando corroborar com a resolutividade dos problemas desencadeados no tecido social.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões ambientais têm gerado inúmeras reflexões e pesquisas ao longo das últimas décadas. No contexto mundial, com a intensificação dos problemas a serem enfrentados pela população, como o aquecimento global, o efeito estufa, os desmatamentos florestais, as secas, a intensa poluição do ar, dos cursos hídricos e do solo, algumas instituições são convocadas a comparecer e contribuir com ações, a fim de mitigar os impactos socioambientais. Nesse sentido, argumenta-se a necessidade de ressignificar valores societários – ética, cuidado, respeito, sensibilização ambiental – considerando as distintas visões de mundo, de classes sociais, de credos e as diferentes identidades culturais.

A partir dessa intensa discussão socioambiental, motivada pela inconsistência do modelo de desenvolvimento econômico vigente, diversos atores deram início a um processo de mobilização coletiva, visando sensibilizar a população quanto às consequências negativas advindas do uso indiscriminado dos recursos naturais. Ao acompanharem essa mobilização, as Igrejas Cristãs começam a inserir as pautas socioambientais em seus discursos e em suas ações pastorais.

No Brasil, representantes religiosos, de distintas Igrejas, têm se dedicado às discussões de cunho socioambiental, considerando, além dos aspectos sociais, políticos, econômicos e ambientais, os aspectos espirituais, professados por suas comunidades eclesiais. Esses grupos, especialmente a Igreja Católica, têm se empenhado em promover encontros e discussões a fim de encontrar caminhos que possam promover a efetiva sensibilização, não só dos fiéis, mas de todo o corpo social.

A partir do Concílio Vaticano II, a Igreja Católica inicia um processo de reestruturação eclesial, objetivando ampliar suas linhas de atuação pastoral, bem como inserir um maior número de fiéis nos assuntos de interesse público. Concomitante a esses objetivos, a Igreja, por intermédio dos serviços evangelizadores prestados, cria, no ano de 1964, a Campanha da Fraternidade. Ao acompanhar as mudanças estruturais ocorridas no país, a Campanha, ao longo dos anos, busca incluir, em seus direcionamentos, pautas que despertem, nas comunidades eclesiais e na sociedade, uma sensibilização coletiva acerca dos problemas que emergem no seio da sociedade.

Nessa perspectiva, este estudo debruçou-se sobre a análise das Campanhas da Fraternidade realizadas no Brasil entre 1964 e 2020, buscando compreender – com base nas dimensões da sustentabilidade propostas por Sachs (2008) – de que forma a Igreja Católica vem abordado a temática socioambiental nas Campanhas.

Para alcançar os objetivos traçados, elaborou-se uma densa investigação dos documentos socioambientais produzidos pela Igreja Católica a partir do Concílio Vaticano II, particularmente daqueles sobre as Campanhas da Fraternidade no período de 1964 a 2020; também analisou-se como os temas socioambientais foram articulados e apresentados nos textos-base das Campanhas da Fraternidade. Partindo da investigação dos elementos socioambientais verificados nas Campanhas e perspectivando uma sensibilização ambiental integral, elaborou-se o esboço de um plano pastoral ecumênico direcionado às Igrejas vinculadas ao CONIC. Todos os aspectos investigados subsidiaram a compreensão acerca do modo como a Igreja Católica aborda a temática socioambiental a partir da realização anual das Campanhas da Fraternidade.

Assim, este estudo respondeu às questões norteadoras propostas. A primeira delas: Em que medida as Campanhas da Fraternidade promovidas pela Igreja Católica trazem elementos socioambientais que possam repercutir nos processos formativos dos sujeitos? Para responder à questão, foi preciso analisar as categorias de abordagem elencadas em cada dimensão socioambiental proposta por Sachs (2008). A partir dessa investigação, elaborada com o auxílio da técnica de Análise de Conteúdo de Bardin (2011), foi possível evidenciar que, à medida que a Campanha da Fraternidade populariza suas pautas discursivas, há uma maior publicização acerca dos elementos socioambientais. Com isso, estas pautas, paulatinamente, vão repercutindo quanto à edificação de ações que visem uma efetiva práxis social, por parte não só dos fiéis frequentadores da Igreja Católica, mas também dos fiéis que frequentam as Igrejas Cristãs, bem como da população em geral. Essa diversificação temática também demonstrou que a Campanha da Fraternidade possui um forte caráter interdisciplinar, o que se reverbera em uma maior adesão popular a ela.

Apesar disso, sentiu-se a necessidade de uma Comunicação Ambiental mais efetiva por parte dos idealizadores das Campanhas. O entendimento de que as questões socioambientais são de responsabilidade e interesse de todos (independentemente do credo que se professe) precisa ser discutido. Apesar do ecumenismo professado, notou-se que a Igreja Católica ainda falha nesse quesito, fato que pode repercutir negativamente no que se refere à adesão e ao engajamento popular. Se o propósito da Campanha é convocar a população para o debate público acerca das questões socioambientais, é necessário que exista desprendimento quanto à monopolização doutrinal dessas temáticas. Essa constatação se reverberou na necessidade de apresentar a Comunicação Ambiental (COX, 2010) como uma abordagem que, ao ser aderida, pode repercutir positivamente perante à ampliação da

discussão socioambiental, bem como corroborar com as tomadas de decisões públicas, perspectivando um amplo e efetivo exercício democrático.

A segunda questão norteadora buscou elencar quais intencionalidades estariam imbricadas nos direcionamentos socioambientais articulados pelas Campanhas da Fraternidade. Para respondê-la, foi necessário recorrer, com o auxílio da pesquisa documental, a toda a construção histórica acerca dos documentos socioambientais produzidos pela Igreja Católica a partir do Concílio Vaticano II, especialmente daqueles sobre as Campanhas da Fraternidade no período de 1964 a 2020.

A partir da investigação, constatou-se que, na primeira fase (1964-1972), as intencionalidades da Campanha da Fraternidade estavam direcionadas, exclusivamente, ao tratamento de questões envolvendo a Igreja, sua renovação e a renovação dos fiéis, mantendo certo distanciamento do contexto histórico nacional. Nessa primeira fase, notou-se que o fato de as discussões estarem apontadas para a Igreja acabou minimizando seu projeto de adesão popular, pois aqueles que não fizessem parte do corpo eclesial não seriam contemplados com os direcionamentos espirituais.

Na segunda fase (1973-1984), a Campanha da Fraternidade, quanto às aspirações propostas pelo Concílio Vaticano II, amplia seus eixos temáticos, incluindo questões direcionadas à vida social do povo brasileiro. Nesse momento, a Igreja Católica enxerga a necessidade de inserir, no cerne de sua doutrina social, elementos que aproximem os fiéis dos debates públicos, perspectivando maior participação e engajamento nas tomadas de decisões públicas. Ainda nessa segunda fase, apesar de a Igreja já ter ampliado sua participação nos assuntos de interesse público, algumas Campanhas apresentaram equívocos conceituais, sobretudo no que se refere à inferiorização do meio ambiente em detrimento das necessidades humanas e ao distanciamento dos problemas socioambientais enfrentadas no seio social; além disso, explanaram ações muito alinhadas a um pensamento utópico e de difícil adesão prática.

Já na terceira fase (1985-2020), a Campanha buscou, de modo mais concreto, atuar junto a temáticas que envolvessem o despertar para situações mais proeminentes da sociedade, fossem estas de cunho social, cultural, político, econômico ou ambiental. Nesse momento da Campanha, foi possível identificar que, à medida que as temáticas buscavam se integrar à conjuntura socioambiental do país, mais as comunidades eclesiais (reconhecidas pela diversidade e pluralidade) encontravam respaldo para publicizar suas causas e necessidades mais acentuadas. Ao verificar essa adesão, a Igreja começa a abrir as portas para o ecumenismo, intencionando animar os fiéis com relação à representatividade que eles exercem enquanto agentes sociais, e inicia um diálogo de experiências amistosas junto a

outras denominações cristãs, perspectivando ocupar mais espaços sociais e corroborar com as demandas que ascendem no cerne da sociedade.

É bem verdade que, ao abarcar essas pautas mais diversificadas, a Igreja Católica acaba contrariando uma forte ala conservadora; porém, ao passo em que esse movimento ganha força, a Igreja começa a perceber a necessidade de prestar um serviço social que vise, efetivamente, o bem comum. Não foi à toa que o Papa Francisco, no ano de 2021, abriu uma consulta pública direcionada aos católicos do mundo todo, para discutir o futuro da Igreja, bem como suas linhas de atuação pastoral. De acordo a *British Broadcasting Corporation* no Brasil (2021), essa será a maior consulta democrática da história da Igreja. O processo deve durar em torno de dois anos; iniciará ouvindo as comunidades locais e terminará com a realização de um Sínodo de Bispos, previsto para 2023. A decisão tem como principal objetivo dar maior visibilidade aos inúmeros fiéis, incluindo os jovens e as minorias sociais.

A ampliação da participação da Igreja Católica nos debates socioambientais por intermédio das práticas desenvolvidas nas Campanhas da Fraternidade serviu para responder à terceira questão norteadora desta pesquisa, que foi compreender como as intencionalidades das Campanhas seriam capazes de subsidiar a elaboração de um plano pastoral ecumênico. A partir das experiências visualizadas nas análises das Campanhas da Fraternidade, foi possível pensar no esboço de um plano pastoral que pudesse subsidiar, junto às Igrejas-membro do CONIC, práticas socioambientais baseadas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A intenção do plano é sensibilizar as comunidades eclesiais quanto ao modo como estas têm se correlacionado com o meio ambiente.

Com o plano pastoral ecumênico, encontrou-se um terreno fértil para apresentar a Teologia Pública como um importante instrumento de participação social. Tendo em vista que as Igrejas devem abraçar práticas missionárias ecumênicas, plurais e diversas, espera-se que, ao aderirem à Teologia Pública como subsidiária, seja possível ampliar a representatividade pública das Igrejas Cristãs na resolutividade dos problemas que emergem no tecido da sociedade. Nota-se, com significativa frequência, que as Igrejas têm buscado corroborar com assuntos de interesse coletivo; por isso, é de suma importância que esses organismos religiosos busquem meios para ampliar a reflexão acerca do papel que desempenham no cenário social, perspectivando um bem comum que beneficie a todos.

Diante desse contexto, foi possível legitimar a Campanha da Fraternidade como um profícuo instrumento de mobilização social, apto a articular ações colaborativas e conjuntas em prol de práticas socioambientais positivas, capazes não apenas de sensibilizar os fiéis quanto ao modo como se correlacionam com o ambiente, mas também de entusiasmar novas

experiências junto às Igrejas vinculadas ao CONIC. Ademais, constatou-se que a diversificação temática presente nas Campanhas da Fraternidade apresentou um forte caráter interdisciplinar, característica esta que se reverberou em uma maior aderência popular, sobretudo entre as Igrejas Cristãs. Porém, nota-se que o potencial de mobilização das Campanhas precisa ainda levar aos sujeitos novas conjunturas colaborativas, como, por exemplo, a Comunicação Ambiental e a Teologia Pública, apresentando-as como processos capazes de corroborar com uma efetiva práxis socioambiental nos contextos locais.

REFERÊNCIAS

- ACOT, Pascal. **História da ecologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- ADORNO, Theodor Wiesengrund. Progresso. *In*: ADORNO, Theodor Wiesengrund. **Palavras e sinais: Modelos críticos 2**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1995.
- ALIANÇA DE BATISTAS DO BRASIL. **Carta de compromissos e princípios**. Maceió: ABB, 2005. Disponível em: <https://aliancadebatistas.org/quem-somos>. Acesso em: 20 maio 2021.
- ALMEIDA, Maria do Socorro Pereira de. A Natureza entre Oriente e Ocidente: uma leitura de Grande sertão: veredas e as perspectivas filosófico-culturais. **Rios Eletrônica**. Revista Científica da FASETE, ano 7, n. 7, p. 7-27, dez. 2013. Disponível em: https://www.unirios.edu.br/revistarios/media/revistas/2013/7/a_natureza_entre_orient_e_ocidente.pdf. Acesso em: 2 nov. 2020.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ANDRADE, Paulo Fernando Carneiro. O reconhecimento da teologia como saber universitário: tensões e articulações entre as dimensões confessional e profissional. *In*: SOARES, Afonso Maria; PASSOS, João Décio (orgs.). **Teologia pública: reflexões sobre uma área de conhecimento e sua cidadania acadêmica**. São Paulo: Paulinas, 2011.
- ANJOS, Márcio Fabri dos. Teologia como profissão: da confessionalidade à esfera pública. *In*: SOARES, Afonso Maria; PASSOS, João Décio (orgs.). **Teologia pública: reflexões sobre uma área de conhecimento e sua cidadania acadêmica**. São Paulo: Paulinas, 2011.
- ARAÚJO, João Dias. A IPU e seus documentos fundamentais. **Revista Logos**, Vitória, ano 1, v. 1, 2012, p. 34-35. 1978.
- ARENZ, Karl Heinz; VASCONCELOS, George Alexandre Barbosa de. “Encarnação e Libertação”: os ecos do Concílio Vaticano II na Amazônia brasileira. **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. 7, n. 19, p. 167-197, 2014. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/23785/13091>. Acesso em: 6 out. 2021.
- ASSMANN, Hugo. Ecoteologia: um ponto cego do pensamento cristão? *In*: ANJOS, Márcio Fabri dos *et al.* (orgs.). **Teologia Aberta ao Futuro**. São Paulo: Loyola, 1997.
- AZEVEDO, Dermi. A Igreja Católica e seu papel político no Brasil. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 18, p. 109-120, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/PxyzJ9rN5q4CQGBPxfpbNqG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 4 out. 2021.
- BAPTISTA, Ronaldo Pimentel. **Da Pastoral Afro-Brasileira à Campanha da Fraternidade de 1988: uma análise discursiva das questões raciais no interior da Igreja Católica**. 2014. 127 f. Dissertação (Mestrado em Relações Étnico-Raciais) – Centro Federal de Educação Tecn. Celso Suckow da Fonseca, Rio de Janeiro, 2014.

BARBIERI, José Carlos; SILVA, Dirceu da. Desenvolvimento sustentável e educação ambiental: uma trajetória comum com muitos desafios. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, v. 12, n. 3, p. 51-82, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S167869712011000300004&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 20 nov. 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo, SP: Editora Edições 70, 2011.

BARROS, Raimundo Caramuru. A CNBB e o Estado Brasileiro durante o interlúdio espartano (A Igreja e o governo militar de 1964 a 1985). *In*: Instituto Nacional de Pastoral (org.). **Presença Pública da Igreja no Brasil: Jubileu de Ouro da CNBB (1952-2002)**. São Paulo: Paulinas, 2003.

BASTONE, Paula de Carvalho; REIS, Marcos Vinicius de Freitas (orgs.). **Religião e religiosidade na Amazônia e na contemporaneidade**. Macapá: UNIFAP, 2018. Disponível em: <https://www2.unifap.br/editora/files/2019/04/Religiao-e-Religiosidade-na-Amazonia-e-na-Contemporaneidade.pdf>. Acesso em: 6 out. 2021.

BASTOS, Ana Cristina de Almeida Cavalcante; BASTOS, Layanna de Almeida Gomes. As campanhas da fraternidade da igreja católica: um contributo para a formação de um pensamento ecológico integral no Brasil. **Gaia Scientia**, João Pessoa, v. 10, n. 4, p. 482-496, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/gaia/article/view/31861/19206>. Acesso em: 2 nov. 2020.

BAUMAN, Zygmunt. **Medo líquido**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

BAYCROFT, John. **O Jeito de ser anglicano**. 2. ed. Tradução: Ruth R. S. Barros. Santa Maria: Igreja Episcopal Anglicana do Brasil Diocese Sul-Occidental, 2003.

BECKER, Evaldo; BECKER, Michele Amorim. Contribuições de Rousseau ao entendimento dos desastres socioambientais contemporâneos. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 37, n. 2, p. 111-126, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31732014000200006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 2 abr. 2020.

BENTO XVI, Papa. **Carta encíclica Caritas in Veritate**. São Paulo: Paulinas, 2009.

BENTO XVI, Papa. Encontro com os jovens: discurso do Papa Bento XVI. **Vaticano**, São Paulo, 2007. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2007/may/documents/hf_ben-xvi_spe_20070510_youth-brazil.html. Acesso em: 2 abr. 2020.

BEZERRA, Eron. A Amazônia e o projeto nacional de desenvolvimento sustentado. Princípios. **Revista Teórica, Política e de Informação**, [S.l.], v. 90, p. 6-12, jun./jul. 2007. Disponível em: <http://revistaprincipios.com.br/artigos/90/cat/808/a-amazônia-e-o-projeto-nacional-de-desenvolvimento-sustentado-.html>. Acesso em: 12 dez. 2020.

BÍBLIA. Português. **Bíblia sagrada**. Tradução dos originais mediante a versão dos Monges de Maredsous (Bélgica) pelo Centro Bíblico Católico. 19. ed. São Paulo: Editora AVE-MARIA Ltda, 1999.

BOCK, Carlos Gilberto. **O ecumenismo eclesiástico em debate**: uma análise a partir da proposta ecumênica do CONIC. São Leopoldo: Sinodal, 1998.

BOFF, Leonardo; BOFF, Clodovis. **Como fazer Teologia da Libertação**. Petrópolis: Vozes, 1986.

BOFF, Leonardo. **Ecologia**: grito da terra, grito dos pobres. 2. ed. São Paulo: Ática, 1996.

BOFF, Leonardo. **Ecologia**: grito da terra, grito dos pobres. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.

BOFF, Leonardo. **Ecologia, mundialização, espiritualidade**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar**. Petrópolis: Vozes, 2001.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade**: o que é e o que não é. Petrópolis: Vozes, 2012.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das letras, 1992.

BOTEGA, Leonardo da Rocha. A Política Habitacional no Brasil (1930-1990). **Revela**. Periódico de Divulgação Científica da FALS, São Paulo, n. 2, ano 1, mar. 2008. Disponível em: <http://www.fals.com.br/revela/revela027/edicoesanteriores/ed2/politicahabitacional.pdf>. Acesso em: 6 out. 2021.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Agenda 21 Global. **MMA**, Brasília, 1992. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global.html>. Acesso em: 15 maio 2020.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Objetivos do Desenvolvimento do Milênio. **MMA**, Brasília, 2020. Disponível em: <http://www.odmbrasil.gov.br/os-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio>. Acesso em: 15 maio 2020.

BRAZ, Mario Sergio Araújo. Os mecanismos de cooperação internacional para redução de emissões sob o Protocolo de Quioto. **Boletim Científico Escola Superior do Ministério Público da União**, Brasília, n. 9, p. 139-159, out./dez. 2003. Disponível em: <http://escola.mpu.mp.br/publicacoes/boletim-cientifico/edicoes-do-boletim/boletim-cientifico-n-9-outubro-dezembro-de-2003/os-mecanismos-de-cooperacao-internacional-para-reducao-de-emissoes-sob-o-protocolo-de-quioto>. Acesso em: 16 nov. 2020.

BRIGHENTI, Agenor. **A Laudato Si no pensamento social da igreja**: da ecologia ambiental à ecologia integral. São Paulo: Paulinas, 2018. (Coleção Ecos de Francisco).

BRITISH BROADCASTING CORPORATION. Papa abre maior consulta democrática da história da Igreja, que pode mudar futuro da instituição. **BBC NEWS BRASIL**, [S.l.], 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-58811011>. Acesso em: 12 out. 2021.

BRUM, Argemiro J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BUCK, Sonia; MARIN, Andreia Aparecida. Educação para pensar questões socioambientais e qualidade de vida. **Educar em Revista**., Curitiba, n. 25, p. 197-212, 2005. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-40602005000100012&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 7 abr. 2020.

CALLEMBACH, Ernest. **Ecologia**: Um guia de bolso. Tradução: Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Pairópolis, 2001.

CALVANI, Carlos Eduardo B. Anglicanismo no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, v. 67, p. 36-47, 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13454>. Acesso em: 20 maio 2021.

CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de. **Igreja e desenvolvimento**. São Paulo: CEBRAP; Editora Brasileira de Ciências, 1971.

CANDOTTI, Ennio. Reflexões e retrações de uma Eco. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 6, n. 15, p. 115-122, 1992. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141992000200009. Acesso em: 2 abr. 2020.

CAPRA, Fritjof. “Educação”. In: TRIGUEIRO, André (org.). **Meio Ambiente no século XXI**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

CAPRA, Fritjof. **O Ponto de Mutação**: A ciência, a sociedade e a cultura emergente. Tradução: Álvaro Cabral. 25. ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

CARLSON, Rachel. **Primavera silenciosa**. Tradução: Cláudia Sant’Anna Martins. São Paulo: Gaia, 2010.

CARVALHO, Joana Morato de. **Homens da Igreja**: a participação de leigos católicos na política partidária em Aracaju. 2013. 191 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/3161>. Acesso em: 7 out. 2021.

CASANOVA, José. **Public Religions in the Modern World Chicago and London**. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. **Catecismo da Igreja Católica**. 30. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2016.

CHARBAJE, Rafaela Rodrigues *et al.* Budismo: movimento religioso de respeito à natureza. **Sinapse Múltipla**, Minas Gerais, v. 2, n. 1, p. 22-26, jun. 2013. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/sinapsemultipla/article/view/4952>. Acesso em: 3 nov. 2020.

CHUKWUJIOKE, Cletus Onyemauche. **A Eucaristia no Ecumenismo entre as Igrejas do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC)**. 2005. 126 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2005. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/847#preview-link0>. Acesso em: 20 maio 2021.

CIPRIANI, Gabriele. Campanha da Fraternidade 2005 Ecumênica: Solidariedade e paz. **Revista Encontros Teológicos**, Santa Catarina, v. 20, n. 1, 2005. Disponível em: <https://facasc.emnuvens.com.br/ret/article/view/433/420>. Acesso em: 2 abr. 2020.

COLOMBO, Maristela. Modernidade: a construção do sujeito contemporâneo e a sociedade de consumo. **Rev. Bras. Psicodrama**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 25-39, jun. 2012. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-53932012000100004. Acesso em: 2 fev. 2020.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE. **Os Povos Indígenas na América Latina**. Avanços na última década e desafios pendentes para a garantia de seus direitos. Santiago/Chile: Síntese, 2015. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37773/1/S1420764_pt.pdf. Acesso em: 15 nov. 2021.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. “**A luta pela terra na Bíblia**”. Goiânia: CPT, 1981.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Solidariedade e paz: texto-base CF-2005** (ecumênica). 1. ed. São Paulo: Editora Salesiana, 2005.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Campanha da Fraternidade Ecumênica 2010: Texto-Base**. Brasília: Edições CNBB, 2009.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Campanha da Fraternidade Ecumênica 2016: texto-base**. Brasília: Edições CNBB, 2015a.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Apresentação**. Porto Alegre: CONIC, 2015b. Disponível em: <https://www.conic.org.br/portal/apresentacao>. Acesso em: 7 out. 2020.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Batistas passam a integrar o CONIC**. Porto Alegre: CONIC, 2017. Disponível em: <https://cebi.org.br/noticias/batistas-passam-integrar-o-conic/>. Acesso em: 7 out. 2021.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Estatuto do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil**. Porto Alegre: CONIC, 2019. Disponível em: https://www.conic.org.br/portal/files/Estatuto_22A.pdf. Acesso em: 4 out. 2021.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

COMPENDIO DELLA DOTTRINA CRISTIANA. **Catecismo Maior de S. Pio X**. [S.l.]: [s.n.], 1905. Disponível em: <https://maedasalvacao.files.wordpress.com/2017/04/catecismo-maior-de-sc3a3o-pio-x.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2020.

CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO. **Documento de Puebla**. Conclusões da IIIª Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. Puebla de los Angeles, México. Edições Paulinas, 1979. Disponível em: http://portal.pucminas.br/imagadb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20130906182452.pdf. Acesso em: 2 abr. 2020.

CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO. **Santo Domingo**. Conclusões da IV Conferência do Episcopado Latino-Americano. Nova Evangelização, Promoção Humana e Cultura Cristã. Tradução: CNBB, 7. ed. 1992. Disponível em: <file:///G:/Um%20tal%20de%20doc/santo%20domingo.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2020.

CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO. **Documento De Aparecida**. Conclusões da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. São Paulo: Paulus, 2007. Disponível em: file:///G:/Um%20tal%20de%20doc/cnbb_2007_documento_de_aparecida.pdf. Acesso em: 2 abr. 2020.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. Cronologia da Campanha da Fraternidade. **CNBB**, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://campanhas.cnbb.org.br/cronologia>. Acesso em: 15 dez. 2021.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Campanha da Fraternidade 1968**: subsídios de organização. Rio de Janeiro: CNBB, 1967.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Campanha da Fraternidade 1971**: documento-base e subsídios de organização. Rio de Janeiro: CNBB, 1971.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Texto-base da CF 1974**: Reconstruir a vida. Rio de Janeiro: CNBB, 1974.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Texto-base da CF 1975**: Fraternidade é repartir. Rio de Janeiro: CNBB, 1975.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Texto-base da CF 1976**: Caminhar juntos. Rio de Janeiro, CNBB, 1976.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Campanha da CF 1978**: Trabalho e justiça para todos. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1978.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Campanha da CF 1979**: Preserve o que é de todos. Brasília: CNBB, 1979.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Campanha da CF 1980**: Para onde vais? Brasília: CNBB, 1980a.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Igreja e os problemas da terra**. Doc. 17. São Paulo: Paulinas, 1980b. Disponível em: <file:///G:/Um%20tal%20de%20doc/cnbb-doc-17-igreja-e-problemas-da-terra.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2020.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Texto-base da CF 1981**: Saúde para todos. Brasília: CNBB, 1980c.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Solo urbano e ação pastoral**: 20ª Assembleia Geral. São Paulo: Edições Paulinas, 1982.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Texto-base da CF 1984:** Para que todos tenham vida. Brasília: CNBB, 1983.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Texto-base da CF 1985:** Pão para quem tem fome. Brasília: CNBB, 1984.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Texto-base da CF 1986:** Terra de Deus, terra de irmãos. Brasília: CNBB, 1986.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Texto-base da CF 1988:** Ouvi o clamor deste povo. Brasília: CNBB, 1988.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Texto-base da CF 1990:** Mulher e homem: imagem de Deus. São Paulo: Editora Salesiana Dom Bosco, 1990.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Texto-base da CF 1991:** Solidários na dignidade do trabalho. Brasília: CNBB, 1991.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **A Igreja e a questão ecológica:** leitura ético-teológica a partir da análise crítica do desenvolvimento. São Paulo: Edições Paulinas, 1992.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Texto-base da CF 1993:** Onde moras? São Paulo: Editora Salesiana Dom Bosco, 1993a.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Ética:** pessoa e Sociedade - Doc. 50. São Paulo: CNBB, 1993b. Disponível em: <https://spirandiopadre.wordpress.com/etica-pessoa-e-sociedade-documento-50-cnbb/>. Acesso em: 1 abr. 2020.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Fraternidade e política:** justiça e paz se abraçam: Texto-Base. São Paulo: Editora Salesiana Dom Bosco, 1996.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Fraternidade e educação:** a serviço da vida e da esperança: texto-base. São Paulo: Editora Salesiana Dom Bosco, 1998.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **A fraternidade e os desempregados:** sem trabalho... por quê? Texto-Base. São Paulo: Editora Salesiana Dom Bosco, 1999.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Por uma terra sem males. Fraternidade e povos indígenas:** texto-base da Campanha da Fraternidade 2002. São Paulo: Editora Salesiana, 2001a.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **O que é Pastoral Social?** São Paulo: Ed. Loyola, 2001b. (Cartilhas de pastoral social, n. 1.).

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Fraternidade e água:** texto-base CF-2004. São Paulo: Editora Salesiana, 2003.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Campanha da Fraternidade 2007**: Texto-Base. Brasília: Edições CNBB, 2006.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Campanha da Fraternidade 2009**: Texto-Base. Brasília: Edições CNBB, 2008a.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Diretrizes gerais da ação evangelizadora da Igreja no Brasil (2008-2010)**. Brasília: Edições CNBB, 2008b.

Disponível em:

http://www1.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20130906183323.pdf. Acesso em: 2 abr. 2020.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Por uma reforma do Estado com participação democrática**. Brasília: Edições CNBB, 2010a. Disponível em:

<file:///G:/Um%20tal%20de%20doc/cnbb-doc-91-por-uma-reforma-do-estado-com-participac3a7c3a3o-democrc3a1tica2.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2020.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Campanha da Fraternidade 2011**: Texto-Base. Brasília: Edições CNBB, 2010b.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Diretrizes gerais da ação evangelizadora da Igreja no Brasil (2011-2015)**. Brasília: Edições CNBB, 2011a.

Disponível em:

http://portal.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20130906183246.pdf. Acesso em: 2 abr. 2020.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Campanha da Fraternidade 2012**: Texto-Base. Brasília: Edições CNBB, 2011b.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. Comissão Episcopal Pastoral para o Ecumenismo e o Diálogo Inter-religioso. Carta das Religiões e o Cuidado da Terra. **Encontros Teológicos**, Santa Catarina, n. 62, ano 27/n. 2, p. 165-168, 2012a. Disponível em: <https://facasc.emnuvens.com.br/ret/article/view/193>. Acesso em: 3 nov. 2020.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. Carta das Religiões e o Cuidado da Terra. **Encontros Teológicos**, Santa Catarina, n. 62, ano 27/n. 2, p. 165-168, 2012b. Disponível em: <https://facasc.emnuvens.com.br/ret/article/view/193/184>. Acesso em: 6 out. 2021.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Campanha da Fraternidade 2013**: texto-base. Brasília: Edições CNBB, 2013.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Quem somos**. Brasília: Edições CNBB, 2016a.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Campanha da Fraternidade 2017**: Texto-Base. Brasília: Edições CNBB, 2016b.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Campanha da Fraternidade 2019**: Texto-Base. Brasília: Edições CNBB, 2018.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Amazônia**: novos caminhos para a Igreja e para uma Ecologia Integral – Assembleia Especial do Sínodo dos Bispos para a Região Pan-Amazônica – Documento final. Brasília: Edições CNBB, 2019a.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Campanha da Fraternidade 2020**: Texto-Base. Brasília: Edições CNBB, 2019b.

COSTA, Elton Laurindo da. **Igreja e Ecologia**: um diálogo entre as Dioceses de Rio Branco/AC e Tubarão/SC (1970-1990). 2015. 297 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/135519/334985.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 3 nov. 2020.

COSTA, Iraneidson Santos. Os bispos nordestinos e a criação da CNBB. **Interações. Cultura e Comunidade**, Belo Horizonte, v. 9, n. 15, p.109-143, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3130/313031807009.pdf>. Acesso em: 4 out. 2021.

COSTA, Isaque de Góes. **Origens históricas da Igreja Presbiteriana Unida do Brasil**. 2017. 127 f. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões) - Faculdade Unida de Vitória, Vitória, 2017. Disponível em: <http://bdtd.faculdadeunida.com.br:8080/jspui/handle/prefix/29>. Acesso em: 20 maio 2021.

COUTINHO, Leopoldo Magno. O conceito de bioma. **Acta botânica brasílica**, Minas Gerais, v. 20, p. 13-23, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/abb/a/RhxPXykYPBPbCQCxz8hGtSn/?lang=pt>. Acesso em: 4 out. 2021.

COX, Robert. As “disciplinas de crise” da natureza: a comunicação ambiental tem um dever ético? **Comunicação Ambiental**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 5-20, 2007.

COX, Robert. **Environmental communication and the public sphere**. Thousands Oaks, California: Sage Publications, 2010.

CRESPO, Samyra; LEITÃO, Pedro. **O que o brasileiro pensa da ecologia**. Rio de Janeiro: MAST; CETEM; ISER, 1993.

CUNHA, Carlos Alberto Motta. **O contributo do método da correlação de Paul Tillich à epistemologia da Teologia Pública no Brasil no contexto do pensamento complexo e transdisciplinar**. 2015. 288 f. Tese (Doutorado Teologia) – Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <https://www.faculdadejesuita.edu.br/teses-teologia-227/o-contributo-do-metodo-da-correlacao-de-paul-tillich-a-epistemologia-da-teologia-publica-no-brasil-no-contexto-do-pensamento-complexo-e-transdisciplinar-04092017-224410>. Acesso em: 3 abr. 2020.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino profissional: o grande fracasso da ditadura. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, v. 44, p. 912-933, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/sNXBnvvBY84RY7bJdpt7bmb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 maio 2021.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. São Paulo: Editora da Unesp, 2005.

CÚPULA DOS POVOS. **Documento final da Cúpula dos Povos**. Rio de Janeiro, [s.n.], 2012. Disponível em: <https://riomais20sc.ufsc.br/files/2012/09/DOCUMENTOS-FINAIS-DA-CUPULA-DOS-POVOS-NA-RIO-20-POS-JUSTI%C3%87A-SOCIAL-E-AMBIENTAL.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2020.

DALLA ZEN, Ana Maria. A Crise de paradigmas e a ressignificação do conhecimento para o século XXI. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 49-63, 2010. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/14237>. Acesso em: 14 dez. 2021.

DALLA ZEN, Ana Maria. **A Voz dos ausentes na terra do nada**: a ação cultural como estratégia de religação do homem à natureza. 2003. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-graduação em Comunicação, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/130015?locale-attribute=es>. Acesso em: 3 abr. 2020.

DAVIDSON, Eric A. *et al.* The Amazon Basin in Transition. **Nature**, Reino Unido, v. 481, p. 321-328, 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/221760309_The_Amazon_Basin_in_transition. Acesso em: 12 dez. 2020.

DE CERTEAU, Michel. **A cultura no plural**. Tradução: Enid Abreu Dobranszky. Campinas, SP: Papiрус, 1995. (Coleção Travessia do Século).

D'EPINAY, Christian Lalive. **Religion, Dynamique Social et Dépendence**: les Mouvements Protestants en Argentine et au Chili. Paris: Mouton, 1975.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 2001.

DONEGANA, Constanzo. A missão nas Conferências Gerais do CELAM. **Revista Encontros Teológicos**, Santa Catarina, v. 21, n. 3, 2006. Disponível em: <https://facasc.emnuvens.com.br/ret/article/viewFile/370/357>. Acesso em: 2 abr. 2020.

DREHER, Martin Norberto. **Igreja e Germanidade**. São Leopoldo: Sinodal, 1981.

DREHER, Martin Norberto. **Igreja e Germanidade**. São Leopoldo: Editora Sinodal, 1984.

DREHER, Martin Norberto. A história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. *In*: BRAKEMEIER, Gottfried (org.). **Presença Luterana**: 1990. São Leopoldo: Sinodal, 1989.

DREHER, Martin Norberto. **História do povo luterano**. São Leopoldo: Sinodal, 2005.

DRUMMOND, José Augusto. A primazia dos cientistas naturais na construção da agenda ambiental contemporânea. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 21, n. 62, p. 5-25, 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092006000300001&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 10 nov. 2020.

DUPAS, Gilberto. **O mito do progresso**: ou o progresso como ideologia. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

FERNANDES, Simone Silva. **Lux in arcana (luz no segredo)**: A essência da Ação Católica Brasileira e a conformação de seus arquivos. 2018. 331 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-05092018-115632/pt-br.php>. Acesso em: 4 out. 2021.

FERNANDES, Valdir; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Problemática ambiental ou problemática socioambiental? A natureza da relação sociedade/meio ambiente. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 18, p. 87-94, jul./dez. 2008. Editora UFPR. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/viewFile/13427/9051>. Acesso em: 10 abr. 2020.

FERREIRA, Silvana Maria. Peregrinos da Terra Prometida: Comissão Pastoral da Terra e trajetória político-religiosa (1975-2003). **Sacrilegens**, Juiz de Fora, v. 1, n. 1, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/sacrilegens/article/view/26250/18106>. Acesso em: 2 abr. 2020.

FIAMETTI, Elisandro. **A provocação bioética da água**: um estudo da contribuição da campanha da fraternidade sobre a água na formação comunitária para valores da bioética. 2009. 158 f. Dissertação (Mestrado em Bioética) - Centro Universitário São Camilo, São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp109322.pdf>. Acesso em: 7 out. 2021.

FISCHER, Joachim H. Presença luterana. In: FISCHER, Joachim H. **Presença luterana 1970**. São Leopoldo: Sinodal, 1970.

FLORES, Victor Ernesto Ochoa. **Trabalho e desemprego nas campanhas da fraternidade da Igreja Católica no Brasil**: uma análise da campanha de 1978, “Fraternidade no Mundo do Trabalho”. 2016. 133 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

FRANÇA, Susete Barbosa. A presença do Estado no setor saúde no Brasil. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 49, n. 3, p. 85–100, jul./set. 1998. Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:redes.virtual.bibliotecas:artigo.revista:1998;1000547948>. Acesso em: 12 dez. 2021.

FRANCISCO, Papa. Discurso do Papa Francisco aos participantes no I Encontro Mundial dos Movimentos Populares. **Vaticano**, Roma, 28 out. 2014. Disponível em: https://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2014/october/documents/papa-francesco_20141028_incontro-mondiale-movimenti-popolari.html. Acesso em: 16 maio 2020.

FRANCISCO, Papa. **Carta Encíclica Laudato Si’. Sobre o cuidado da casa comum**. São Paulo: Paulinas, 2015.

FRANKY, Carlos Hermano Díaz; AGUIRRE, Alirio Cárceres. Espiritualidades, Religiões e Ecologia. In: MURAD, Afonso Tadeu (org.). **Ecoteologia**: um mosaico. Coleção Temas da Atualidade. São Paulo: Paulus, 2016.

FRATTARI, Najla Franco. Insegurança e medo no mundo contemporâneo: uma leitura de Zygmunt Bauman. **Sociedade e Cultura**, Goiás, v. 11, n. 2, 2008. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fchf/article/view/5298/4337>. Acesso em: 2 fev. 2020.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREITAS, Vladmir Passos de. O compromisso das religiões com a proteção do meio ambiente. **NOMOS**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFC, Fortaleza, v. 39, n. 2, p. 111-133, jul./dez. 2019. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/50889>. Acesso em: 15 nov. 2020.

FRESTON, Paul. Dilemas de naturalização do protestantismo étnico: a igreja luterana no Brasil. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 16, n. 24, p. 61-73, out. 1998. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacf/article/view/23628>. Acesso em: 20 maio 2021.

GAARDER, Jostein; HELLERN, Victor; NOTAKER, Henry. **O Livro das Religiões**. 7. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GARMUS, Ludovico. Bíblia e ecologia: aspectos fundamentais (Gn 1- 11). In: **Grande Sinal**, n. XLVI. Petrópolis: Vozes, 1992. p. 275-290.

GARMUS, Ludovico. Ecologia nos documentos da Igreja Católica. **Revista Eclesiástica Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 69, n. 276, p. 861-884, 2009. Disponível em: <http://revistaeclesiacbrasilera.itf.edu.br/reb/article/view/1259/1115>. Acesso em: 2 abr. 2020.

GAUDIANO, Edgar González. Alfabetização Ambiental: possibilidades político-pedagógicas. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 11, n. 20, p. 131-147, jul./dez. 2002.

GIANEZINI, Kelly *et al.* Políticas públicas: definições, processos e constructos no século XXI. **Revista de políticas públicas**, Maranhão, v. 21, n. 2, p. 1065-1084, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3211/321154298027.pdf>. Acesso em: 6 out. 2021.

GIBSON, James William. Can the Cultural Re-Enchantment of Nature Help Stop Environmental Destruction? **Negations**, [S.l.], n. 2, p. 17-30, 1997. Disponível em: http://www.datawranglers.com/negations/issues/97f/97F_jgibson.html. Acesso em: 2 nov. 2020.

GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade. Tradução: Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GIDDENS, Anthony. **A política da mudança climática**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

GIRIBONI, Felipe Velasques; LANGOSKI, Deisemara Turatti. O paradigma do Direito Fraternal frente ao fenômeno migratório. **Revista Latinoamericana de Estudios en Cultura**

y **Sociedad**, v. 5, ed. especial, artigo n. 1255, abr. 2019. Disponível em: <https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/1255>. Acesso em: 26 ago. 2020.

GODOY, Manoel. Conferências Gerais do Episcopado latino-americano. In: PASSOS, J. D.; SANCHEZ, W. L. (org.). **Dicionário do Concílio Vaticano II**. São Paulo: Paulus Paulinas, 2015. p. 205-217.

GOIS, Camila Bomfim de. **Aprendizagem social de jovens rurais em ambientes do Baixo São Francisco sergipano**. 2019. 170 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2019. Disponível em: <http://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/11831>. Acesso em: 26 ago. 2020.

GONÇALVES, Alonso S. O público da Teologia Pública: a contribuição de Paul Tillich. **Revista Eletrônica Correlatio**, São Paulo, v. 15, n. 2, dez. 2016. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/COR/article/viewFile/7169/5607>. Acesso em: 3 mar. 2020.

GUIMARÃES, Roberto Pereira; FONTOURA, Yuna Souza dos Reis. Rio+20 ou Rio-20? Crônica de um fracasso anunciado. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 19-39, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414753X2012000300003&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 20 nov. 2020.

IGREJA EPISCOPAL ANGLICANA DO BRASIL. Dioceses e Distrito Missionário. **IEAB**, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.ieab.org.br/dioceses-e-distrito-missionario/>. Acesso em: 7 out. 2020.

IGREJA PRESBITERIANA UNIDA DO BRASIL. Manifesto de Atibaia. **IPU**, Serra, 1978. Disponível em: <http://ipu.org.br/manifesto-de-atibaia/>. Acesso em: 7 out. 2021.

IGREJA PRESBITERIANA UNIDA DO BRASIL. Presbitérios. **IPU**, Serra, 2021. Disponível em: <http://ipu.org.br/>. Acesso em: 7 out. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. Histórico. **IBAMA**, Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/acesso-a-informacao/historico>. Acesso em: 15 nov. 2020.

IOKOI, Zilda Gricoli. **Igreja e camponeses**: Teologia da Libertação e movimentos sociais no campo. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 1996.

JANTSCH, Ari Paulo; BIANCHETTI, Lucídio (org.). **Interdisciplinaridade**: para além da filosofia do sujeito. Petrópolis: Vozes, 2008.

JOÃO PAULO II, Papa. **Código de direito canônico**. 4. ed. Tradução: António Leite, S.J. Conferência Episcopal Portuguesa – Lisboa. Braga: Editora Apostolado da Oração, 1983.

JOÃO PAULO II, Papa. Homilia na Celebração da Palavra para os fiéis da Zona Austral do Chile. **Vatican**, Punta Arenas, 1987. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/john-paul->

[ii/es/homilies/1987/documents/hf_jp-ii_hom_19870404_fedeli-sud-cile.html](http://www.vatican.va/content/john-paul-ii/es/homilies/1987/documents/hf_jp-ii_hom_19870404_fedeli-sud-cile.html). Acesso em: 2 abr. 2020.

JOÃO PAULO II, Papa. Mensagem do Papa João Paulo II por ocasião do início da Campanha da Fraternidade no Brasil 1993. **Vatican**, Roma, 1993. Disponível em: http://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/messages/pont_messages/1993/documents/hf_jp-ii_mes_19930224_fraternita-brasile.html. Acesso em: 11 abr. 2020.

JOÃO PAULO II, Papa. Mensagem do papa João Paulo II ao patriarca ecuménico Bartolomeu I por ocasião do V Simpósio sobre o Meio Ambiente. **Vatican**, Roma, 2003. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/messages/pont_messages/2003/documents/hf_jp-ii_mes_20030611_bartholomaios-i.html. Acesso em: 14 abr. 2020.

JOÃO PAULO II, Papa. Declaração conjunta de João Paulo II e do patriarca ecuménico Bartolomeu I. **Vatican**, Roma, 2002. Disponível em: http://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/speeches/2002/june/documents/hf_jp-ii_spe_20020610_venice-declaration.html. Acesso em: 14 abr. 2020.

JOYNER, Christopher. C.; JOYNER, Nancy. D. Global eco-management and international organizations: the Stockholm Conference and problems of cooperation. **Natural Resources Journal**, [S.l.], v. 14, p. 533-547, 1974. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/24880877>. Acesso em: 20 set. 2021.

JUNG, Carl Gustav. **Psychologie et religion**. Paris: Buchet-Chastel/Córrea, 1958.

JUNGES, José Roque. Repensar a Visão Criacionista: cristianismo e Ecologia. Revista Pistis e Praxis: **Teologia e Pastoral**, Curitiba, v. 1, n. 2, p. 355-369, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/pistispraxis/article/view/10681>. Acesso em: 3 nov. 2020.

JUNGES, José Roque. Ética ecológica: antropocentrismo ou biocentrismo? **Revista Perspectiva Teológica**, Belo Horizonte, v. 33, n. 89, p. 33-66, 2001. Disponível em: <http://faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/801>. Acesso em: 3 nov. 2020.

KISS, Alexandre. Justiça Ambiental e Religiões Cristãs. In: KISHI, Sandra Akemi Shimada; SILVA, Solange Teles da; SOARES, Inês Virgínia Prado (orgs.). **Desafios do Direito Ambiental no século XXI**. São Paulo: Malheiros, 2005.

KLEIN, Otávio José. **A Campanha da Fraternidade no ar**: estudo da Campanha da Fraternidade de 1999 em três emissoras de rádio católicas na diocese de Passo Fundo (RS). 2000. 166 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2000.

KOPPES, Clayton R. Efficiency, Equity, Esthetics; Shifting Themes in American Conservation. In: WORSTER, Donald (org.). **The Ends of the Earth**: Perspectives on Modern Environmental History. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 5. ed. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 1997.

LAMY, Michel. **As camadas ecológicas do homem**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

LARRÈRE, Catherine; LARRÈRE, Raphaël. **Do bom uso da Natureza**: para uma filosofia do meio ambiente. Tradução: Armando Pereira da Silva. Lisboa: Editora Instituto Piaget, 1997.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do Saber**. Porto Alegre: Editora UFMG, 1999.

LEAL, Giuliana Franco. Abordagens da Exclusão Social no Brasil na virada do Milênio. **Estudos de Sociologia**, Pernambuco, v. 1, n. 16, p. 137-156, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235309>. Acesso em: 6 out. 2021.

LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental**: a reapropriação social da natureza. Tradução: Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006a.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2006b.

LEFF, Enrique. **Discursos Sustentáveis**. São Paulo: Cortez, 2010.

LEITE, José Correa. Controvérsias na climatologia: o IPCC e o aquecimento global antropogênico. **Scientiæ zudia**, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 643-77, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ss/v13n3/2316-8994-ss-13-03-00643.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2020.

LEMOS, Harold Mattos de. Seremos capazes de reduzir o consumo supérfluo? *In*: **Fazendo as pazes com a Terra**: qual o futuro da espécie e do planeta? Aracaju: Ed. Paulus, 2010.

LIBANIO, João Batista; MURAD, Afonso. **Introdução à teologia**: perfil, enfoques, tarefas. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2001.

LIMA, Myrian Del Vecchio de *et al.* A comunicação ambiental como forma de enfrentamento dos dilemas socioambientais. *In*: 2º Encontro Interdisciplinar de Comunicação Ambiental (EICA), 2013, Sergipe. **Anais [...]**. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2013.

LIMA, Myrian Del Vecchio de *et al.* Os dilemas da Comunicação Ambiental no contexto do desenvolvimento hegemônico. **Comunicação Mídia e Consumo**, São Paulo, v. 11, n. 32, p. 203-221, 2014. Disponível em: <http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/view/703>. Acesso em: 14 out. 2021.

LIMA, Myrian Del Vecchio de *et al.* A comunicação ambiental e suas potencialidades no enfrentamento dos dilemas socioambientais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 34, p. 75-84, ago. 2015. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/39965/26085>. Acesso em: 14 out. 2021.

LOPES, Antonio de Lisboa Lustosa; PERTILE, Cassiano Alberto. O método VER-JULGAR-AGIR: genealogia e sua relação com a Teologia da Libertação. **Razão e Fé**, Rio Grande do Sul, v. 22, n. 2, p. 33-43, 2020. Disponível em: <https://revistas.ucpel.tche.br/rrf/article/view/2897>. Acesso em: 6 out. 2021.

LÓPEZ, João Manuel Hurtado. Chaves teológicas da Gaudium et Spes. **Studium: Revista Teológica/Studium Theologicum**, Curitiba, ano 7, n. 12, 2013. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:jAF4aJLC5P4J:https://intranet.redeclaretiano.edu.br/download%3Fcaminho%3D/upload/cms/revista/arquivos/65.pdf%26arquivo%3D65.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 3 abr. 2020.

LÖWY, Michael. **Marxismo e Teologia da Libertação**. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1991.

MAÇANEIRO, Marcial. Ética e episteme: contribuição das religiões para a ecologia. **Revista Encontros Teológicos**, Santa Catarina, v. 26, n. 1, 2011b. Disponível em: <https://facasc.emnuvens.com.br/ret/article/viewFile/242/231>. Acesso em: 3 nov. 2020.

MAÇANEIRO, Marcial. **Religiões e Ecologia**: cosmovisão, valores, tarefas. São Paulo: Paulinas, 2011a.

MACHADO, Vilma de Fátima. **A produção do discurso do desenvolvimento sustentável**: de Estocolmo à Rio-92. 2005. 327 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília, 2005. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/41415>. Acesso em: 6 out. 2021.

MAGRINI, Alessandra. Política e gestão ambiental: conceitos e instrumentos. **Revista Brasileira de Energia**, Itajubá, v. 8, n. 2, 2001. Disponível em: <http://www.sbpe.org.br>. Acesso em: 26 nov. 2020.

MARANGONI, Gilberto. Anos 1980, década perdida ou ganha. **Revista IPEA**, [S.l.], ano 9, ed. 72, 2012. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2759:catid=28. Acesso em: 20 maio 2021.

MARIANI, Remo. A missão na Gaudium et Spes. **Revista Encontros Teológicos**, Santa Catarina, v. 20, n. 3, 2005. Disponível em: <https://facasc.emnuvens.com.br/ret/article/viewFile/411/398>. Acesso em: 2 abr. 2020.

MARLOW, Sergio Luiz. **Confessionalidade a toda prova**: O Sínodo Evangélico Luterano do Brasil e a questão do Germanismo e do Nacional Socialismo. 2013. 226 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-31102013-103854/pt-br.php>. Acesso em: 20 maio 2021.

MARTINS, Aparecida Suely. **Caminhos e descaminhos da socialização política na Pastoral da Juventude**: o caso de Londrina. 2000. 146 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CAMP_f56696abb92f50f1058e77aa54919c. Acesso em: 20 maio 2021.

MATOS, Ana Paula de. **A doutrina católica e sua aplicação**: Campanhas da Fraternidade e a questão da terra. 2010. 93 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual

Paulista, São Paulo, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/93252>. Acesso em: 7 out. 2021.

MATOS, Silvia Maria Santos; SANTOS, Antônio Carlos dos. Modernidade e crise ambiental: das incertezas dos riscos à responsabilidade ética. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 41, n. 2, p. 197-216, jun. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010131732018000200197&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 8 fev. 2020.

MCCORMICK, John. **Rumo ao paraíso**: a história do movimento ambientalista. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.

MELLO, Alex Fiúza. Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável da Amazônia: O caso brasileiro. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, v. 107, p. 91-108, set. 2015. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/6025>. Acesso em: 2 dez. 2020.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa; VELÁSQUES, Prócoro. **Introdução ao Protestantismo no Brasil**. São Paulo: Loyola/Ciências da Religião, 1994.

MENEZES NETO, Antonio Julio. A Igreja católica e os movimentos sociais do campo: A Teologia da Libertação e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Caderno CRH**, [S.l.], v. 20, n. 50, p. 331-341, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-49792007000200010&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 2 abr. 2020.

MIRANDA, Ana Paula Mendes de; NASCIMENTO, Nivio Caixeta; MELLO, Kátia Sento Sé. **Segurança pública**, segurança social e segurança humana. Rio de Janeiro: Instituto de Segurança Pública, 2007.

MOLTMANN, Jürgen. **Experiências de reflexão teológica**: caminhos e formas da teologia cristã. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

MOREIRA, Helena Margarido; GIOMETTI, Analúcia Bueno dos Reis. O Protocolo de Quioto e as possibilidades de inserção do Brasil no mecanismo de desenvolvimento limpo por meio de projetos em energia limpa. **Contexto Internacional**, [S.l.], v. 30, n. 1, p. 9-47, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-85292008000100001&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 2 nov. 2020.

MOREIRA, Alberto da Silva. Contribuições da Teologia da Libertação para os movimentos sociais. **Revista Caminhos-Revista de Ciências da Religião**, [S.l.], v. 10, n. 2, p. 37-55, 2012. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/caminhos/article/view/2453/1515>. Acesso em: 2 abr. 2020.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Tradução: Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Tradução: Eliane Lisboa. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Tradução: Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaia. São Paulo: Cortez, 2000.

MORIN, Edgar; KERN, Anne Brigitte. **Terra – Pátria**. Tradução: Paulo Neves. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2003.

MOTA, Jose Aroudo *et al.* Trajetória da Governança Ambiental. **Boletim Regional e Urbano**, IPEA, n 1, dez. 2008. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/5523>. Acesso em: 1 abr. 2020.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Sobre as origens e motivações do Ato Institucional 5. **Revista Brasileira de História**, Bahia, v. 38, p. 195-216, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/jZh4sttTXLWN5KJMWXJNQzt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 dez. 2021.

MÜLLER, Angelica. O “acontecimento 1968” brasileiro: reflexões acerca de uma periodização da cultura de contestação estudantil. **Revista de História**, São Paulo, n. 180, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/168586/168088>. Acesso em: 6 out. 2021.

MURAD, Afonso. Fé Cristã e Ecologia: o diálogo necessário. **Perspectiva Teológica**, Belo Horizonte, v. 40, n. 111, p. 229, 2008. Disponível em: <http://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/145>. Acesso em: 1 nov. 2020.

MURAD, Afonso. O núcleo da ecoteologia e a unidade da experiência salvífica. **Revista Pistis Práxis**, [S.l.], v. 1, n. 2, p. 277-297, 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4497/449749241002.pdf>. Acesso em: 6 out. 2021.

MURAD, Afonso. Consciência planetária, sustentabilidade e Religião. Consensos e tarefas. **Revista Horizonte**, Belo Horizonte, v. 11, n. 30, p. 443-475, abr./jun. 2013. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/P.2175-5841.2013v11n30p443>. Acesso em: 2 abr. 2020.

MURAD, Afonso (org). **Ecoteologia: um mosaico**. São Paulo: Paulinas, 2016.

MURAD, Afonso. Laudato Si e a Ecologia Integral. Um novo capítulo da Doutrina Social da Igreja. **Medellín. Biblia, Teología y Pastoral para América Latina y El Caribe**, [S.l.], v. 43, n. 168, p. 469-494, 2017. Disponível em: <http://documental.celam.org/medellin/index.php/medellin/article/view/183/183>. Acesso em: 7 abr. 2020.

MURAD, Afonso. O desafio socioambiental para a fé cristã em Medellín e Puebla. *In*: VI Colóquio Teologia e Pastoral. 50 anos de Medellín – De Medellín a Francisco. ANNALES FAJE. v. 3, n. 5, 2018a. **Anais** [...]. Medellín, 2018a. Disponível em: <https://faje.edu.br/periodicos/index.php/anales/article/view/4111/4124>. Acesso em: 2 abr. 2020.

MURAD, Afonso. Medellín: história, símbolo e atualidade. **HORIZONTE-Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, [S.l.], v. 16, n. 50, p. 600-631, 2018b. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/P.2175-5841.2018v16n50p600>. Acesso em: 2 abr. 2020.

MURAD, Afonso. O núcleo da Ecoteologia e a unidade da experiência salvífica. **Revista Pistis e Praxis: Teologia e Pastoral**, Curitiba, v. 1, n. 2, p. 277-297, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/pistispraxis/article/view/10658>. Acesso em: 2 nov. 2020.

NAHRA, Jorge João Aparecido. **Ética e meio ambiente**: Considerações sobre os textos-base das campanhas da fraternidade de 1979 e 2011. 2012. 154 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) - Centro Universitário de Araraquara, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://m.uniara.com.br/arquivos/file/ppg/desenvolvimento-territorial-meio-ambiente/producao-intelectual/dissertacoes/2012/jorge-joao-aparecido-nahra.pdf>. Acesso em: 3 abr. 2020.

NAHRA, Jorge João Aparecido *et al.* A Igreja católica e o meio ambiente: considerações sobre os textos-base da Campanha da Fraternidade a partir do Concílio Vaticano II. **Revista Brasileira Multidisciplinar**, [S.l.], v. 17, n. 2, p. 61-79, 2014. Disponível em: <http://revistarebram.com/index.php/revistauniara/article/view/26>. Acesso em: 2 abr. 2020.

NANDI, Domingos Volney. Os temas ecológicos nas Campanhas da Fraternidade. **Revista Encontros Teológicos**, Santa Catarina, v. 30, n. 3, 2015. Disponível em: <https://facasc.emnuvens.com.br/ret/article/viewFile/27/23>. Acesso em: 2 abr. 2020.

NERY, Irmão. **O Novo Catecismo e a História dos Catecismos**. Petrópolis: Vozes, 1993.

SHIGUINOV NETO, Alexander; STRIEDER, Dulce Maria; SILVA, André Coelho da. A reforma pombalina e suas implicações para a educação brasileira em meados do século XVIII. **Tendências pedagógicas**, [S.l.], n. 33, p. 117-126, 2019. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6828738>. Acesso em: 6 out. 2021.

NOVAES, Regina Reys. **De corpo e alma**: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo. Rio de Janeiro: Editora Graphia, 1997.

OLER, Juliana Rodrigues Larrosa. Fraternidade e Amazônia: a proposta ambientalista da Campanha da Fraternidade de 2007. **Pesquisa em Educação Ambiental**, [S.l.], v. 4, n. 1, p. 87-109, 2009. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/108282>. Acesso em: 2 abr. 2020.

OLIVEIRA, Leandro Dias. Os “limites do crescimento” 40 anos depois: das “profecias do apocalipse ambiental” ao “futuro comum ecologicamente sustentável”. **Revista Continentes (UFRRJ)**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 72-96, 2012. Disponível em: <http://www.revistacontinentes.com.br/continentes/index.php/continentes/article/view/8>. Acesso em: 2 nov. 2020.

OLIVEIRA, Tatyane Guimarães. Feministas ressignificando o direito: desafios para aprovação da Lei Maria da Penha. **Revista Direito e Práxis**, [S.l.], v. 8, p. 616-650, 2017. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rdp/a/PMjDxcK6B9npJBr85JJP9ft/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 ago. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. UNIC Rio-Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. ONU, [S.l.], 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em 6 nov. 2020.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. **Metodologia da pesquisa**: abordagem teórico-prática. 18. ed. rev. e ampl. São Paulo: Papirus, 2016.

PALÁCIO, Carlos. **Deslocamentos da teologia, mutações do cristianismo**. São Paulo: Loyola, 2001.

PAULA, Luiz Fernando de; PIRES, Manoel. Crise e perspectivas para a economia brasileira. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 31, p. 125-144, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/jNpn6wfChvNj659nr4LLtGD/?format=html>. Acesso em: 6 out. 2021.

PAULO VI, Papa. **Gaudium Et Spes**. Editora: Paulinas, 2011. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html. Acesso em: 9 out. 2021.

PAINEL BRASILEIRO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS. Base Científica das Mudanças Climáticas. In: AMBRIZZI, T.; ARAUJO, M. (eds.). **Contribuição do Grupo de Trabalho 1 do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas ao Primeiro Relatório de Avaliação Nacional sobre Mudanças Climáticas**. Rio de Janeiro: Coppe/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

PELOSO, Ranulfo. **Trabalho de Base**: seleção de roteiros organizados pelo Cepis. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

PENA-VEGA, Alfredo. **O despertar ecológico**: Edgar Morin e a ecologia complexa. Tradução: Renato Carvalheira do Nascimento e Elimar Pinheiro do Nascimento. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **O desencantamento do mundo**: Todos os passos do conceito em Max Weber. São Paulo: Editora 34, 2003.

PINTO, Luiz Eduardo de Souza; COELHO, Danniell Ferreira. O Catolicismo Romano e o domínio da Natureza como fontes da vulnerabilidade humana. In: V Congresso em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), 2016, Montes Claros. **Anais** [...]. Montes Claros: Unimontes, 2016, p. 5-11. Disponível em: http://congressods.com.br/quinto/anais/gt_05/O%20CATOLICISMO%20ROMANO%20E%20O%20DOMINIO%20DA%20NATUREZA.pdf. Acesso em: 7 nov. 2020.

PIRES, Joyce. Luteranismo de imigração no Brasil: O impacto da liderança feminina no luteranismo de imigração alemã no Brasil: uma diferença positivada pelo feminismo na contemporaneidade. **Sacrilegens**, [S.l.], v. 17, n. 1, p. 91-108, 2020. Disponível em:

<https://periodicos.ufjf.br/index.php/sacrilegens/article/view/30812/20950>. Acesso em: 20 maio 2021.

POCHMANN, Marcio. Ajuste econômico e desemprego recente no Brasil metropolitano. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 29, p. 7-19, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/hGXbMMGdxsPxjHWCj7LbRTv/?lang=pt>. Acesso em: 6 out. 2021.

PONDÉ, Luis Felipe. O vôo do corvo sobre os jardins da torre de babel. Ide psicanálise e cultura. **Sociedade Brasileira de Psicanálise**, São Paulo, v. 31, n. 47, p. 37-43, 2008.

PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ. **Compêndio da Doutrina Social da Igreja/Pontifício Conselho “Justiça e Paz”**. Tradução: CNBB. 7. ed. São Paulo: Paulinas, 2011.

PORTELLA, Rodrigo. A Gênese da Igreja Luterana no Brasil – Organização Popular e Tutela Eclesiástica. **Fragmentos de Cultura**, Goiânia, v. 16, n. 7/8, p. 593-607, jul./ago. 2006. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/48/45>. Acesso em: 20 maio 2021.

PRATES, Lisaneos. **Fraternidade libertadora: uma leitura história-teológica das Campanhas da Fraternidade da Igreja no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 2007.

PRIEN, Hans-Jurgen. **Formação da Igreja Evangélica no Brasil: das comunidades teuto-evangélicas de imigrantes até a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil**. São Leopoldo: Sinodal; Petrópolis: Vozes, 2001.

PRIGOGINE, Ilya. **O fim das certezas: tempo, caos e as leis da natureza**. Tradução: Roberto Leal Ferreira. 3. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

RATZINGER, Joseph; SCHÖNBORN, Christoph. **Breve Introdução ao Catecismo da Igreja Católica**. Aparecida: Editora Santuário, 1997.

REIMER, Haroldo. Hermenêutica ecológica de textos bíblicos. *In*: MOURA, Marlene Castro Ossami (org.). **Ecologia e espiritualidade: os gritos da Mãe-Terra**. Goiânia: Editora da UCG, 2007.

REIMER, Haroldo. **Bíblia e Ecologia**. São Paulo: Editora Reflexão, 2010.

REIMER, Haroldo; REIMER, Ivoni Richter. Espiritualidade ecológica na Bíblia. Portal Metodista de periódicos científicos e acadêmicos. **Ribla**, [S.l.], n. 65, p. 69-89, 2010. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/Ribla/article/view/7258>. Acesso em: 6 abr. 2020.

REIS, Rossana Rocha. O direito à terra como um direito humano: a luta pela reforma agrária e o movimento de direitos humanos no Brasil. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, [S.l.], n. 86, p. 89-122, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452012000200004. Acesso em: 7 jan. 2020.

REIS, Émilien Vilas Boas; BIZAWU, Kiwonghi. A Encíclica Laudato Si à Luz do Direito Internacional do Meio Ambiente. **Veredas do Direito**, [S.l.], v. 12, n. 23, p. 23-65, jan./out. 2015. Disponível em: <http://revista.domhelder.edu.br/index.php/veredas/article/view/598>. Acesso em: 6 nov. 2020.

REZENDE, Denis Alcides; ULTRAMARI, Clovis. Plano diretor e planejamento estratégico municipal: introdução teórico-conceitual. **Revista de Administração Pública**, [S.l.], v. 41, p. 255-271, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/5ttcZM34mg6YZpLsmmFH6Hh/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 26 nov. 2021.

RIBEIRO, Fábio Luiz; VIEIRA, Dilermando Ramos. ECOLOGIA E FÉ: uma reflexão em busca de uma práxis pastoral. **Revista Caminhos-Revista de Ciências da Religião**, [S.l.], v. 17, n. 3, p. 27-40, 2019. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/caminhos/article/view/7702>. Acesso em: 3 mar. 2020.

ROMA, Júlio César. Os objetivos de desenvolvimento do milênio e sua transição para os objetivos de desenvolvimento sustentável. **Ciência e cultura**, Campinas, v. 71, n. 1, p. 33-39, 2019. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252019000100011. Acesso em: 14 dez. 2021.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou da educação**. Tradução: Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

RUFINO, Marcos Pereira. **Ide, portanto, mas em silêncio**: faces de um indigenismo católico heterodoxo. 2002. 344 f. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/tesesdissertacoes/ide-portanto-mas-em-silencio-faces-de-um-indigenismo-missionario-catolico>. Acesso em: 2 abr. 2020.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. In: STROH, Paula Yone (org). Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SACHS, Ignacy. "Crescimento tem que ser reorientado". **Folha de São Paulo**, São Paulo, maio, 1996. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/3/03/mais!/25.html>. Acesso em: 6 out. 2021.

SACHS, Ignacy. **Rumo à ecossocioeconomia**: teoria e prática do desenvolvimento. Cortez, 2007.

SANTOS, Antônio Carlos dos; SOUZA, Karoline Ketilin Moura. Técnica e ética ambiental: um debate entre Jonas e Larrère e Larrère. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, [S.l.], v. 45, 106-116, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/50627>. Acesso em: 20 nov. 2020.

SANTOS, Edvander Ramalho *et al.* Uso dos termos consciência, conscientização e tomada de consciência nos trabalhos paranaenses de Educação Ambiental. **Revista de Educação Pública**, [S.l.], v. 22, n. 48, p. 103-123, 2013. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/850>. Acesso em: 3 nov. 2020.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: EDUSP, 2008.

SANTOS, Renan William dos. **A salvação agora é verde**: Ambientalismo e sua apropriação religiosa pela Igreja Católica. 2017. 173 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-04102017-124158/pt-br.php>. Acesso em: 3 nov. 2020.

SCHNEIDER, Rodrigo Henrique; SILVA, Cássio Murilo Dias da. A Bíblia no catecismo da Igreja Católica: Gênesis 1,28. In: BAVARESCO, Agemir; VIAN, Ludinei Marcos; FERNANDES, Rafael Martins (orgs). **I Semana Acadêmica do PPG Teologia da PUCRS**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018. Disponível em: <http://www.editorafi.org>. Acesso em: 7 out. 2021.

SERRES, Michel. **Hermes**: uma filosofia das ciências. Tradução: Andréia Dalier. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

SERRES, Michel. **O contrato natural**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

SIEPIERSKI, Paulo. Espiritualidade e Pobreza. **Perspectiva Teológica**, Belo Horizonte, v. 20, n. 51, p. 219-219, 1988. Disponível em: <https://faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/1681/2009>. Acesso em: 14 dez. 2021.

SILVA, Cilma Laurinda Freitas e. **As ervas nos rituais de umbanda**: magia e poder da natureza. 2012. 215 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2012. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/839>. Acesso em: 18 ago. 2021.

SILVA, Eli Lopes da; COSTA, Lucia Cortes da. O desemprego no Brasil na década de 1990. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 5, n. 1, p. 9-36, 2005. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/58>. Acesso em: 6 out. 2021.

SILVA, Eliane Moura da. Religião, diversidade e valores culturais: conceitos teóricos e a educação para a cidadania. **Revista de Estudos da Religião**, São Paulo, n. 4, p. 1-14, 2004. Disponível em: https://www.pucsp.br/rever/rv2_2004/p_silva.pdf. Acesso em: 3 nov. 2020.

SILVA, Elizete da. Protestantes e o governo militar: convergências e divergências. In: ZACHARIADHES, G. C. *et al.* **Ditadura militar na Bahia**: novos olhares, novos objetivos, novos horizontes [online]. Salvador: EDUFBA, 2009, 1. v. p. 31-51. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/3ff/pdf/zachariadhes-9788523211820-03.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2020.

SILVA, Elmo Rodrigues da; SCHRAMM, Fermin Roland. A questão ecológica: entre a ciência e a ideologia/utopia de uma época. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 355-82, 1997. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1997000300002. Acesso em: 3 nov. 2020.

SILVA, Francisco Mário de Sousa. Educação para a paz: uma leitura a partir da Campanha da Fraternidade. **Revista Caminhos-Revista de Ciências da Religião**, Goiás, v. 17, n. 2, p. 606-620, 2019. Disponível em:

<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/caminhos/article/view/7315/4162>. Acesso em: 2 abr. 2020.

SILVA, Gilberto Ferreira da. Multiculturalismo e educação intercultural: vertentes históricas e repercussões atuais na educação. In: FLEURI, R. M. (org). **Educação intercultural: mediações necessárias**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 17-52.

SILVA, Nilo Tavares. **Do confronto ao diálogo: o estilo batista de ser e a questão ecumênica no Brasil**. São Paulo: Fonte Editorial, 2012b.

SILVA, Severino Arruda da. **Ecologia, religião e ensino ecológico do Magistério da Igreja Católica e da Igreja Evangélica Assembleia de Deus no Brasil (de 1990 a 2015)**. 2018. 123 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2018. Disponível em:

http://tede2.unicap.br:8080/bitstream/tede/1035/5/severino_arruda_silva.pdf. Acesso em: 2 abr. 2020.

SINGER, Paul. Singer debate na Folha. Economista quer solução alternativa. **Folha**, São Paulo, abril, 1998. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi19049829.htm>. Acesso em: 6 out. 2021.

SLEUTJES, Luiz Albertus. **Ecologia integral e sinais do tempo**. 2018. 137 f. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/21336>. Acesso em: 12 abr. 2020.

SOUZA, Alex Sandro Rolland *et al.* Aspectos gerais da pandemia de COVID-19. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, Recife, v. 21, p. 29-45, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/8phGbzmbSsynCQRWjpXJL9m/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 25 nov. 2021.

SOUZA, José Neivaldo. A Laudato Si' na perspectiva do método: “Ver, Julgar e Agir”. **Perspectiva Teológica**, Belo Horizonte, v. 48, n. 1, p. 145-161, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/3482/3587>. Acesso em: 2 abr. 2020.

SOUZA, Ney de. Do rio de Janeiro (1955) à Aparecida (2007). Um olhar sobre as Conferências Gerais do Episcopado da América Latina e do Caribe. **Revista de Cultura Teológica**, São Paulo, v. 16, n. 64, p. 127-146, jul. 2008. Disponível em: <http://G:/Um%20tal%20de%20doc/todas%20as%20confer%C3%Aancias.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2020.

SOUZA, Vanessa Karla Mota de. O jardim de Allah: o discurso ambiental islâmico a partir de aportes antropológicos da ecologia política. **Caos – Revista eletrônica de Ciências Sociais**, João Pessoa, n. 21, nov. 2012. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/caos/n21/10.%20Discurso%20ambiental%20islamico%20e%20a%200ecologia%20politica.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2020.

STEDILE, João Pedro (org). **A reforma agrária e a luta do MST**. Petrópolis: Vozes, 1997.

STEDILE, João Pedro; MANÇANO, Bernardo. **Brava gente**. São Paulo: Perseu Abramo, 1996.

STEIN, Edith. Estructura de la Persona Humana. *In*: URKIZA, Julen; SANCHO, Francisco Javier (org.) **Obras Completas**. Vitoria: Ediciones El Carmen; Madrid: Editorial de Espiritualidad; Burgos: Monte Carmelo, 2003. (Escritos antropológicos y pedagógicos, v. 4.).

STEPAN, Alfred. **Os militares: da abertura à Nova República**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

STEPHANINI, Valdir. **Aumento de membresia ou reconfiguração eclesial? Um estudo pastoral sobre Pequenos Grupos em igrejas batistas do estado do Espírito Santo**. 2016. 709 f. Tese (Doutorado em Teologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Centro de Teologia e Ciências Humanas, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/440795739/Aumento-de-Membresia-ou-reconfiguracao-eclesial-pdf>. Acesso em: 20 maio 2021.

STREFLING, Sérgio. O trabalho humano na perspectiva filosófica da encíclica *Laborem Exercens*. **Teocomunicação**, Rio Grande do Sul, v. 36, n. 154, 2006. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/teo/article/view/1761/0>. Acesso em: 2 abr. 2020.

SUSIN, Luiz Carlos. Conversão ecológica: conversão da conversão. *In*: MURAD, Afonso; TAVARES, Sinivaldo (orgs.). **Cuidar da casa comum: chaves de leitura teológicas e pastorais da Laudato Si'**. São Paulo: Paulinas, 2016.

TEIXEIRA, Paulinele José. **A comunicação na Igreja Católica latino-americana: dos meios à pastoral**. São Paulo: Paulus, 2015.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Urna eletrônica 25 anos: lançado em 1996, equipamento é o protagonista da maior eleição informatizada do mundo. **TSE**, Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2021/Maio/urna-eletronica-25-anos-lancado-em-1996-equipamento-e-o-protagonista-da-maior-eleicao-informatizada-do-mundo>. Acesso em: 7 out. 2021.

VANZELLA, José Adalberto. **Campanha da Fraternidade: A Igreja do Brasil a serviço da vida**. 2009. 305 f. Tese (Doutorado em Teologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=31618@1>. Acesso em: 7 nov. 2020.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 18, p. 439-457, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rn/a/dBtStfvTzwqWjvqQgSL5zqd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 6 out. 2021.

VAZ, Armindo dos Santos. Depois das antigas traduções da Bíblia. **Didaskalia**, Lisboa, v. 44, n. 1, p. 57-103, jan. 2014. Disponível em: <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/20927/1/V04401-57-103.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2020.

VENDRAMINI, Célia. **Terra, trabalho e educação**. Ijuí-RS: Unijuí, 2000.

VIEIRA, Vinícius Garcia. **A proteção da biodiversidade Latino-Americana frente aos direitos de propriedade intelectual sob o modelo TRIPS: alternativas e divergências**. 2009. 174 f. Dissertação (Mestrado em Integração Latino-Americana) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/9714>. Acesso em: 2 abr. 2020.

VIGIL, José Maria (org.). **Por uma teologia planetária**. São Paulo: Paulinas, 2011.

VIOLA, Eduardo José. O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 1, n. 3, fev. 1987. Disponível em: http://anpocs.com/images/stories/RBCS/03/rbcs03_01.pdf. Acesso em: 2 dez. 2021.

VITÓRIO, Jaldemir. A luta pela terra no Brasil: sinal da passagem de Deus. **HORIZONTE – Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, Minas Gerais, p. 797-827, 2017. DOI: <https://doi.org/10.5752/P.2175-5841.2017v15n47p797>. Acesso em: 16 maio 2020.

VON SINER, Rudolf. Teologia Pública Novas Abordagens numa Perspectiva Global. **Numen**, Juiz de Fora, v. 1, n. 1/2, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/numen/article/view/21825>. Acesso em: 4 out. 2021.

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

WHITE, Jr. Lynn. Historical roots of our ecologic crisis. **Science**, [S.l.], v. 155, n. 3767, p. 1203-1207, 1967. Disponível em: <https://www.science.org/doi/10.1126/science.155.3767.1203>. Acesso em: 7 de out. 2020.

WHITE, Jr. Lynn. Raíces históricas de nuestra crisis ecológica. **Revista Ambiente Y Desarrollo de CIPMA**, Santiago de Chile, v. 23, n. 1, p. 78-86, 2007. Disponível em: https://www.academia.edu/5482334/Las_ra%C3%ADces_hist%C3%B3ricas_de_nuestra_crisis_ecol%C3%B3gica_Translation_of_The_Historical_Roots_of_our_Ecological_Crisis. Acesso em: 15 ago. 2020.

WOLFF, Elias. **Caminhos do ecumenismo no Brasil**. São Paulo: Paulus, 2002.

WORLD WIDE FUND FOR NATURE. Queimadas atingem níveis alarmantes na floresta amazônica. **WWF-BRASIL**, [S.l.], 2007. Disponível em: <https://www.wwf.org.br/?9400/>. Acesso em: 6 out. 2021.

XAVIER, Érico Tadeu. Meio Ambiente e Ecologia: uma reflexão bíblica sobre a responsabilidade cristã. **Hermenêutica**, Cachoeira, v. 11, n. 1, p. 11-28, 2011. Disponível em:

<https://seer-adventista.com.br/ojs3/index.php/hermeneutica/article/view/239>. Acesso em: 15 nov. 2020.

ZARIAS, Alexandre. 1964: quatro décadas depois. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 56, n. 2, p. 56, abr. 2004. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S000967252004000200026&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 nov. 2021.

ZEFERINO, Jefferson. Hermenêutica e Teologia Pública: elementos para a construção do discurso teológico em interlocução com os clássicos desde a Literatura a partir de David Tracy. **TEOLITERARIA-Revista de Literaturas e Teologias**, São Paulo, v. 8, n. 15, p. 154-192, 2018. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/teoliteraria/article/view/37768/26005>. Acesso em: 3 mar. 2020.

ZEFERINO, Jefferson; COLET, Raquel de Fátima; BOAS, Alex Villas. Religião, educação e direitos: a contribuição da ecologia integral na perspectiva da teologia pública. **Revista Caminhos-Revista de Ciências da Religião**, Goiás, v. 17, n. 3, p. 14-26, 2019. Disponível em: <http://revistas.pucgoias.edu.br/index.php/caminhos/article/view/7311/4294>. Acesso em 3 mar. 2020.

ZWETSCH, Roberto. Ecologia e espiritualidade – uma reflexão missiológica. **Estudos Teológicos**, São Leopoldo, n. 1, ano 48, p. 64-82, 2008. Disponível em: http://www3.est.edu.br/publicacoes/estudos_teologicos/vol4801_2008/et2008-1d_rzwetsch.pdf. Acesso em: 9 nov. 2020.

APÊNDICE A - Carta enviada ao Papa Francisco e entregue na basílica de São Pedro
(Vaticano) no dia 03 de janeiro de 2019

Lagarto/Sergipe/Brasil, 20 de dezembro/2018

Santíssimo Padre, Paz e Bem!

Chamo-me Marília Barbosa dos Santos, estou cursando doutorado pelo Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, na Universidade Federal de Sergipe, em que desenvolvo estudos doutorais objetivando compreender como a Igreja Católica, representada por seus líderes (padres, bispos e Papas), tem se articulado para estreitar os laços ecoteológicos com a comunidade missionária a fim de difundir o modelo de desenvolvimento sustentável.

Defendo a tese de que as narrativas bíblicas dispõem de textos socioambientais capazes de proporcionarem experiências significativas frente à temática socioambiental, entusiasmando os fiéis a repensar/refletir sobre a maneira de se relacionar com os elementos que contemplam a proposta de desenvolvimento sustentável tão discutido na contemporaneidade. Deste modo, sinalizo que a responsabilidade de estreitar os laços ecoteológicos com a comunidade missionária cabe aos padres, bispos, Papas e demais líderes que estão à frente da Igreja Católica, aqui representada como objeto de pesquisa deste estudo.

Para fundamentar e argumentar teoricamente minha tese, de modo a ter uma cientificidade pela comunidade acadêmica, me sentiria muito honrada em ter uma audiência com a Sua Santidade, para entender com maior rigor as motivações pelas quais Sua Santidade elabora os documentos a serem socializados no seio da Igreja Católica, na possibilidade de promover ações pontuais e integradoras sobre as questões socioambientais, ancoradas nos princípios filosóficos expostos na Bíblia Sagrada.

Na impossibilidade dessa audiência, peço que indique um representante da Igreja Católica que possa esclarecer algumas questões, ou um setor em que eu possa ter acesso aos documentos, para a realização de uma bibliografia acerca das informações mais contundentes a respeito da elaboração desses documentos e a sua finalidade principal.

Certa de contar com a colaboração valiosa de Sua Santidade, subscrevo-me.

Atenciosamente,

Doutoranda Marília Barbosa dos Santos

maryliabsantos@hotmail.com

+55 79 9 9944-0888 (WhatsApp)

APÊNDICE B - Resposta do Papa Francisco referente à correspondência entregue na Basílica de São Pedro (Vaticano)



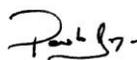
Vaticano, 04 de fevereiro de 2019

Prezada Senhora,

Chegou ao destino desejado a sua carta, do dia 10 de dezembro de 2018, dirigida ao Santo Padre para lhe testemunhar sentimentos de filial confiança e gratidão, ao mesmo tempo em que lhe manifestava um compreensível desejo.

Prestada a melhor atenção a quanto referia, o Santo Padre lamenta não poder corresponder a solicitação manifestada: de fato, não se viram possibilidades de ir ao encontro ao seu desejo. Entretanto, o Papa Francisco pede para dizer que não deixará de implorar para a senhora Marília as mais seletas graças divinas, a fim de continuar – firme na esperança que não desilude – a corresponder ao amor de Deus, esforçando-se por *«deixar de lado tudo o que lhe atrapalha e o pecado que o envolve e correr com perseverança na competição que lhe é proposta, com os olhos fixos em Jesus, que vai à frente da nossa fé e a leva à perfeição»* (cf. Heb 12, 1-2). Como penhor de tais favores celestes, o Santo Padre concede-lhe, extensiva aos seus familiares, e a todos os que lhe são queridos, uma propiciadora Bênção Apostólica, pedindo que não se esqueçam de rezar por ele.

Aproveito o ensejo para afirmar-lhe protestos de fraterna estima em Cristo Senhor.



Mons. Paolo Borgia
Assessor

Ilma. Sra.
Marília **Barbosa dos Santos**

LAGARTO (SE)

APÊNDICE C - Formulário de atendimento a distância (CNBB)

**CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL**

Centro de Documentação e Informação – CDI

FORMULÁRIO DE ATENDIMENTO A DISTÂNCIA**DADOS DO PESQUISADOR:**

Nome: Marília Barbosa dos Santos

Ocupação: Estudante

Endereço: Rua do Riachão, nº 121

Bairro: Centro

Cidade: Lagarto

UF: SE

País: Brasil

CEP: 49400-000

DDD/TEL: Fixo (79) 3631-4879 / Móvel (79) 9 9944-0888

PESQUISA:

Tema: “MEIO AMBIENTE E IGREJA CATÓLICA: O LUGAR DAS QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS NAS CAMPANHAS DA FRATERNIDADE DE 1964 A 2020”.

Finalidade:

 Tese/Monografia/TCC Exposição Publicação Outros.

Indicar: Tese de Doutorado

IDENTIFICAÇÃO DOCUMENTAL:Referências para a Pesquisa

- Textos Base da CF – 1964 à 2016, 2018
- Manual da CF - 2017

(Obs.: a elaboração dos textos base só foi a partir de 1970, antes (1964-1969) eram apenas subsídios)

APÊNDICE D - Termo de responsabilidade pelo uso de reproduções de documentos (CNBB)



CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL
Centro de Documentação e Informação – CDI

TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE REPRODUÇÕES DE DOCUMENTOS

Marília Barbosa dos Santos portador(a) do
(nome da pessoa legalmente qualificada para assinar o termo – solicitante / pesquisador)
documento de identificação: 1513529, órgão expedidor SSPISE, e do CPF nº
016.903.405-41, domiciliado(a) à Rua do Riachão, nº 221, Jaguato/SE
telefone residencial: (79) 3631-4879. Celular: (79) 9 9944-0558
(no caso de pessoa física preencher com endereço completo e telefone residenciais, no caso de representante legal de pessoa jurídica, informar o endereço completo e telefones da empresa ou órgão representado)

DECLARA estar ciente:

- De que as reproduções dos documentos descritos na requisição de serviços nº 01 / 2021 datada de 18/02/21 são de originais custodiados pelo Centro de Documentação e Informação da CNBB;
- Da obrigatoriedade de, por ocasião da divulgação das referidas reproduções, mencionar sempre que os respectivos originais pertencem ao acervo do Centro de Documentação e Informação - CNBB;
- De que **as reproduções objeto deste termo não podem ser repassadas a terceiros.**
- De que em caso de nova utilização, das reproduções objeto deste termo, caberá ao usuário o preenchimento de novo termo de responsabilidade.
- Das restrições a que se referem os art. 4 e 6 da Lei nº 8.159 de 08.01.1991 (Lei de Arquivos); da Lei nº 9610, de 19.02.1998 (Lei de Direitos Autorais); do art. 184 do Código Penal, que prevê o crime de violação de direito autoral; bem como da proibição, decorrente do art. 5º, inciso X, da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, de difundir as informações obtidas que, embora associadas a interesses particulares, digam respeito à honra e à imagem de terceiros.
- De que a pessoa física ou jurídica, conforme o caso expresso neste termo, responsável pela utilização dos documentos terá inteira e exclusiva responsabilidade, no âmbito civil e penal, a qualquer tempo, sobre danos materiais ou morais que possam advir do uso das reproduções fornecidas, bem como das informações nelas contidas, eximindo, consequentemente, de qualquer responsabilidade a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e suas filiais.
- De que autorizações relativas a direitos autorais e de imagem, quando pertinentes, devem ser solicitadas diretamente aos autores ou retratados.

DECLARA igualmente que as reproduções serão utilizadas exclusivamente por

Marília Barbosa dos Santos
(nome da pessoa física ou denominação da pessoa jurídica que utilizará as reproduções)
no(a) tese de doutorado (fonte de pesquisa)
(título do livro, CD-ROM, DVD, exposição, filme, publicação etc. ou somente como fonte de pesquisa, neste caso, mencionar obrigatoriamente o projeto ao qual a pesquisa está vinculada)
no âmbito do projeto "A criação genuína em doses de parto (Km 8,22): o lugar dos
questões socioambientais nos textos-base das campanhas da Tricotividade de 1964 a 2020"
Jaguato/SE, 18 de fevereiro de 2021.

Marília Barbosa dos Santos
(assinatura)